

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ,
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON,
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – NÍVEL MESTRADO
LINHA DE PESQUISA: ESTADO E PODER**

GERVASIO CEZAR JUNIOR

**REVISTA VISÃO: CONSTRUÇÃO, ORGANIZAÇÃO E DIFUSÃO DO PROJETO
NEOLIBERAL NO BRASIL NA DÉCADA DE 1970**

Marechal Cândido Rondon

2011

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ,
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON,
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – NÍVEL MESTRADO
LINHA DE PESQUISA: ESTADO E PODER**

GERVASIO CEZAR JUNIOR

**REVISTA VISÃO: CONSTRUÇÃO, ORGANIZAÇÃO E DIFUSÃO DO PROJETO
NEOLIBERAL NO BRASIL NA DÉCADA DE 1970**

Dissertação apresentada como exigência à obtenção do título de Mestre em História, na linha de pesquisa Estado e Poder, do curso de pós-graduação em História, Poder e Práticas Sociais, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon. Orientação: Prof.^a Dr.^a Carla Luciana Souza da Silva

Marechal Cândido Rondon

2011

Dedico aos meus pais, Gervasio e Shirley; à minha irmã, Michele; à minha namorada, Katia; e a todos os companheiros revolucionários de longa data.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais por terem me dado todo o suporte para que eu pudesse concluir o mestrado em História, e por sempre me apoiarem nas decisões mais difíceis nestes últimos anos. Por terem custeado grande parte das minhas despesas neste mais de dois anos em que estive desenvolvendo as atividades relativas ao mestrado, e principalmente nos momentos em que fiquei desempregado.

E é claro, a minha querida irmã pelos diálogos proporcionados nas poucas horas de lazer que estivemos juntos. Apesar das constantes divergências de pensamento nós conseguimos nos divertir em vários momentos.

Aos colegas e amigos que fiz nesses anos, a maioria neste momento encontram-se a quilômetros de distância. Gostaria de agradecer, em especial, dois amigos inestimáveis, ambos com suas características distintas, que sempre estiveram comigo durante grande parte de minha trajetória acadêmica: Luis Fernando Guimarães Zen e Marcos Vinicius Ribeiro.

Agradeço a toda família Justo, por ter me acolhido não somente em sua casa, mas como membro de sua família num momento bastante difícil de minha trajetória, em especial à Irene e Walter.

A todas as pessoas de compõem o Grupo de Pesquisa História e Poder pelas horas de discussão e reflexão que passamos juntos. Aos integrantes da Linha de Pesquisa Estado e Poder, do mestrado em História, em especial aos professores que compõem a linha de pesquisa.

Gostaria de acrescentar meus sinceros agradecimentos a todos os amigos que fazem e a todos os que não fazem parte do meio acadêmico e que não foram citados aqui.

A todos os integrantes da turma de 2009 do mestrado em História, em especial aos meus amigos da Linha de Pesquisa Estado e Poder.

Gostaria de agradecer minha orientadora e amiga Carla Luciana Silva, por ter me ajudado em vários momentos desta trajetória acadêmica, não somente pelas horas de discussão e reflexão que passamos juntos, mas também pelos conselhos dados em vários momentos desta curta passagem.

Por último, e não menos importante, gostaria de agradecer minha namorada, por sempre me confortar e sempre permanecer ao meu lado nesses anos em que estamos juntos, nos momentos fáceis e principalmente nos momentos difíceis.

A todos o meu muito obrigado.

RESUMO

Este trabalho analisou a ação partidária da extinta revista *Visão*, bem como a participação de seu principal intelectual e proprietário Henry Maksoud, durante os anos de 1974 a 1979. O período compreendido é parte do processo de ditadura civil-militar instituído no Brasil a partir do golpe de 1964, mais precisamente, os anos 1970 foram marcados por uma virada na forma de conduzir a economia, sobretudo pelo advento do II PND (II Plano Nacional de Desenvolvimento). Para compreendermos o papel desempenhado por *Visão* na sociedade, nos pautamos no referencial produzido pelo filósofo revolucionário italiano Antonio Gramsci, para ser mais específico em suas considerações acerca do conceito de aparelho privado de hegemonia. O primeiro capítulo desta dissertação tem em si a base da discussão teórica utilizada em toda a dissertação. E mais, ele conta ainda com um último ponto onde discutimos a trajetória histórica de construção do projeto neoliberal. Ao longo do capítulo dois, nós mostramos em quais instâncias se deva a relação *Visão* e ABDIB, sustentada e abalada, sobretudo, pela criação do II PND. O terceiro capítulo tem como objetivo principal expor a relação íntima entre *Visão* e a Campanha Antiestatizante, mostrar como *Visão* apoiou-se na Campanha Antiestatizante para iniciar a difusão do neoliberalismo no Brasil. No capítulo quatro nos mostramos quais os intelectuais clássicos do neoliberalismo, bem como suas principais teses, são utilizados por *Visão* para ajudar no aperfeiçoamento e organização do programa neoliberal brasileiro. Com isto identificamos que *Visão* age enquanto um agente organizador do projeto neoliberal para o Brasil, já na década de 1970, apoiado principalmente nas premissas de Frederick August von Hayek, sobretudo mediadas por Henry Maksoud, proprietário e editor-chefe da revista.

Palavras-chaves: Revista *Visão*, aparelho privado de hegemonia, neoliberalismo, II PND, Campanha Antiestatizante.

ABSTRACT

This paper has analysed the supporting action from the extinct *Visão* magazine, as well as the participation of its main intellectual and owner Henry Maksoud, during the years from 1974 to 1979. The respected period is part of the civil-military dictatorship process established in Brazil from the 1964 coup, more precisely, the 1970s were characterised by a radical change regarding the way of leading the economy, most of all by the advent of the II PND (II Plano Nacional de Desenvolvimento). In order to understand the role played by *Visão* in the society, we have based ourselves on the frame produced by the revolutionary Italian philosopher Antonio Gramsci, to be more specific on his considerations around the conception of the private apparatus of hegemony. The first chapter of this dissertation has in itself the base of the theoretical discussion used in all the paper. And more, he relies on the the last topic where we discussed the historical trajectory of the building of the neoliberal project. Through the chapter two, we have showed in which instances the relationship between *Visão* and ABDIB was given, sustained and shaken, mainly, by the creation of the II PND. The third chapter has as its main goal to expose the intimate relationship between *Visão* and the Anti Natonalize Campaign, showing how *Visão* supported itself on the Anti Natonalize Campaign in order to begin the dissemination of the neoliberalism in Brazil. On the chapter four we have showed which classical intellectuals from neoliberalism, as well as their main thesis, are used by *Visão* to help on the improvement and organization of the Brazilian neoliberal program. Thus we have identified that *Visão* acts while an organizing agent from the neoliberal Project for Brazil, already in the 1970 decade, mainly supported on Frederick August von Hayek premises, principally mediated by Henry Maksoud, owner and editor chief of the magazine.

Keywords: *Visão* Magazine, private apparatus of hegemony, neoliberalism, II PND, Anti Natonalize Campaign.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – VISÃO E A CONCEPÇÃO DE APARELHO PRIVADO DE HEGEMONIA	25
1.1 MARX, LÊNIN, GRAMSCI: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PAPEL DA IMPRENSA ENQUANTO UM AGENTE ORGÂNICO E DIFUSOR.....	25
1.1.1 A IMPORTÂNCIA DO PAPEL DA IMPRENSA PARA A SOCIEDADE CIVIL.....	26
1.1.2 PODE UM JORNAL SER UM ORGANIZADOR COLETIVO?	34
1.1.3 O PARTIDO DO CÁRCERE: BREVE APRESENTAÇÃO SOBRE O CONCEITO DE PARTIDO DE ANTONIO GRAMSCI.....	37
1.1.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE PARTIDO	40
1.2 PARTIDO OU APARELHO PRIVADO DE HEGEMONIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS NOS CONCEITOS.....	41
1.3 NEOLIBERALISMO, A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO HEGEMÔNICO	48
1.3.1 Nascimento e Amadurecimento do Projeto Neoliberal	48
1.3.2 O neoliberalismo e as duas Escolas fundamentais à doutrina neoliberal	57
1.3.3 O neoliberalismo e sua chegada no Brasil.....	63
CAPÍTULO 2 – QUEM É QUEM EM VISÃO: DO COMPLEXO EMPRESARIAL AOS SEUS “TENTÁCULOS”	69
2.1 <i>UMA REVISTA DIFERENTE DE OPINIÃO NEOLIBERAL</i>	69
2.2 O II PND E O SETOR PRIVILEGIADO PELA ESTRATÉGIA.....	83

2.3 O FRACASSO DO SONHO: O II PND JÁ NASCIA CONDENADO.....	92
2.4 A ABDIB E SUA AÇÃO PARTIDÁRIA JUNTO À INDÚSTRIA DE BASE	104
2.5 <i>VISÃO</i> , ABDIB, E O II PND.....	109
CAPÍTULO 3 – A CAMPANHA ANTIESTATIZANTE E A DIVULGAÇÃO DO NEOLIBERALISMO EM <i>VISÃO</i>	121
3.1 A CAMPANHA ANTIESTATIZANTE.....	121
3.2 HENRY MAKSOUD: O PRINCIPAL EXPOENTE DO PROJETO NEOLIBERAL PARA O BRASIL NA DÉCADA DE 1970.....	128
3.3 <i>VISÃO</i> ENTRE O APOGEU E O DECLÍNIO DA CAMPANHA ANTIESTATIZANTE.....	155
CAPÍTULO 4 – <i>VISÃO</i> E A UTILIZAÇÃO DAS TEORIAS DOS INTELLECTUAIS CLÁSSICOS DO NEOLIBERALISMO: A DIFUSÃO E CONSTRUÇÃO DO PROJETO NEOLIBERAL PARA O BRASIL	160
4.1 DE MONT PÈLERIN À <i>VISÃO</i> : AS CONSTRUÇÕES E ORGANIZAÇÕES DE FREDERICK AUGUST VON HAYEK ACERCA DO NEOLIBERALISMO	160
4.1.1 <i>Visão</i> e a teoria dos preços de Hayek	161
4.1.2 A democracia de Frederick August von Hayek.....	166
4.1.3 A privatização da moeda	173
4.2 MILTON FRIEDMAN, O INTELLECTUAL ORGÂNICO DA CONSTRUÇÃO DO PROJETO NEOLIBERAL PARA A AMÉRICA LATINA	177
4.3 MARIO HENRIQUE SIMONSEN E <i>VISÃO</i> : A DIVULGAÇÃO DO CAPITAL FINANCEIRO.....	182

4.4 VISÃO: DA CONTINUAÇÃO DOS TEMAS DA CAMPANHA ANTIESTATIZANTE À PROPOSTA NEOLIBERAL CONSTITUÍDA.....	192
CONCLUSÃO.....	203
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	208
FONTES	210
ANEXO 1.....	211

INTRODUÇÃO

Nos últimos tempos vimos que o avanço das correntes pós-modernistas toma conta do cenário das ciências ditas humanas. Com suas especificidades e algumas críticas às correntes como o marxismo, vemos cada vez mais nos bancos de dados, sejam eles virtuais ou físicos, uma grande leva de trabalhos voltados aos temas mais variados pautados na corrente pós-moderna.

A pós-modernidade, à corrente que temos nos dias atuais, surgiu na década de 1960, mais precisamente os primeiros pensadores a teorizarem sobre a pós-modernidade são aqueles ligados a “geração de 68”.

Uma década após as “revoluções” dos anos 60, o surto de grande prosperidade econômica acabou; todavia hoje, num período de estagnação capitalista, sua herança intelectual persiste. Entre seus legados, temos mais uma “pós-modernidade”. Desta vez, há um numeroso grupo de intelectuais que não se contenta apenas em diagnosticar a época atual como um período de ‘pós-modernidade’, deliberadamente se identificando como “pós-modernista”. Embora reconheça diversas influências – de filósofos antigos, como Nietzsche, a pensadores mais recentes, como Lacan, Lyotard, Foucault, e Derrida –, o pós-modernismo atual descende, acima de tudo, da geração de 1960 e dos seus estudantes. Esse pós-modernismo, portanto, é produto de uma consciência formada na chamada idade áurea do capitalismo¹.

Wood nos mostra que o pós-modernismo atual descende da geração de 1968, o que nos leva a crer que esta consciência foi forjada na idade de ouro do capitalismo, ou melhor, num tempo onde o Estado de bem estar social pairava sob a população europeia. É neste sentido que surge uma das críticas de Ellen Wood a corrente pós-moderna atual. Ela coloca que alguns autores pós-modernos ainda têm raízes plantadas neste período áureo do capitalismo².

Em outro trecho, tirado do artigo de Ellen Meiksins Wood, *O que é a agenda “pós-moderna”?*:

De qualquer modo, vivemos hoje um momento histórico que, mais que qualquer outro, requer um projeto universalista. Trata-se de um momento histórico dominado pelo capitalismo, o sistema mais universal que o mundo já conheceu – tanto por ser global quanto por penetrar em todos os aspectos da vida social e do ambiente natural. Ao estudar o capitalismo, a insistência pós-modernista em que a realidade é fragmentária e, portanto, acessível

¹ WOOD, Ellen Meiksins. O que é a agenda “pós-moderna”?. IN: WOOD, Ellen Meiksins & FOSTER, John Bellamy. Em defesa da história: marxismo e pós-modernidade. Editora Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 1999. p. 09.

² Idem, p. 10.

apenas a “conhecimentos” fragmentários é desarrazoada e incapacitante. A realidade social do capitalismo é “totalizante” em formas e graus sem precedentes. Sua lógica de transformação de tudo em mercadoria, de acumulação, maximização do lucro e competição satura toda a ordem social. E entender esse sistema “totalizante” requer exatamente o tipo de “conhecimento totalizante” que o marxismo oferece e os pós-modernistas rejeitam³.

A escolha dos dois trechos acima se deve pelo fato de expressarem pensamentos muito parecidos dos dois autores. Nos dois trechos podemos encontrar uma espécie de síntese do paradigma pós-modernista, juntamente com uma crítica a esta corrente.

Nas duas citações os autores apresentam o pós-modernismo como sendo uma corrente sem pretensões de crítica ao capitalismo, sistema totalizante de opressão de classe. E logo em seguida aponta para o marxismo como sendo o paradigma que hoje em dia ainda se preocupa com uma perspectiva de combate ao capitalismo.

Para os autores as tendências fragmentárias da pós-modernidade em nada contribuem para o avanço da luta contra o sistema opressor, que é o capitalismo. Mas sim acentua as diferenças de classe, ajudando a fragmentar as lutas reivindicatórias.

A proposta dos dois autores é a de que o marxismo deva agir como mote inspirador para a luta de classes, esta sendo o motor de toda práxis revolucionária. Mas uma das principais contribuições dos autores é perceber que o capitalismo é um sistema totalizante. Neste sentido para de combater um sistema totalizante é preciso uma corrente universalista, ou totalizante.

O marxismo se posiciona, ainda hoje, como o paradigma preocupado com a “transcendência” a outro patamar histórico, ou seja, a revolução. Apesar de o marxismo estar sempre preocupado com a prática revolucionária, ele também é a corrente pautada na práxis, ou seja, teoria e prática não devem se dissociar.

Apesar das críticas pós-modernas, a categoria de totalidade é importante para manter concreta e coerente qualquer produção do conhecimento, e não como um amontoado incoerente e caótico.

Apesar do desuso cada vez maior, mais sistemático e crescentemente condicionado por motivos ideológicos, que filósofos, sociólogos, antropólogos, historiadores e até artistas fazem dessa categoria, mais cabalmente nos tempos de descostura e dos pós-modernismos, nunca é demais lembrar e confirmar o estatuto onto-gnosiológico intrínseco dessa importante categoria, sem a qual qualquer interpretação teórica do mundo fica reduzida a um amontoado incoerente, amorfo e desarticulado de

³ WOOD, 1999, p. 19.

fragmentos, do qual não pode resultar qualquer processo de efetiva produção do conhecimento⁴.

Edimilson Carvalho nos atenta para o caráter articulado da totalidade, para a produção do conhecimento. O autor quebra com as críticas feitas ao seu estatuto ontogenosiológico, e nos coloca a importância que ainda hoje tem a categoria de totalidade.

Mas uma pergunta nos vem neste momento: A totalidade é uma categoria marxista, mas o que o próprio Marx nos acrescenta sobre a totalidade?

Para a consciência – e a consciência filosófica é determinada de tal modo que para ela o pensamento que concebe é o homem real, e o mundo concebido é, como tal, o único mundo real – para a consciência, pois, o movimento das categorias aparece como o verdadeiro ato de produção – que apenas recebe um impulso exterior – cujo resultado é o mundo, isto é exato porque – aqui temos de novo uma tautologia – a totalidade concreta, como totalidade de pensamento, como uma concreção de pensamento, é, na realidade, um produto do pensar, do conceber; não é nenhum modo o produto do conceito que se engendra a si mesmo e que concebe separadamente e acima da intuição e da representação, mas é elaboração da intuição e da representação em conceitos⁵.

Para Marx a totalidade é fruto do ato de pensar, de raciocinar. Ela não é um conceito que se engendra em si mesmo, e paira acima da intuição e da representação, mas sim a *elaboração da intuição e da representação em conceitos*.

Mas para chegarmos a esta totalidade, enquanto representação do real, Marx nos aponta para um caminho bastante longo e sistemático:

Parece mais correto começar com o real e o concreto, com o pressuposto ativo; assim, pois, por exemplo, na economia, pela população, que é a base e o sujeito de todo ato social da produção. Todavia, bem analisado, este método seria falso. A população é uma abstração de deixo de lado as classes que a compõem. Estas classes são, por sua vez, uma palavra vazia se ignoro os elementos sobre os quais repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital, etc. estes supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços, etc. O capital, por exemplo, não é nada sem trabalho assalariado, sem valor, dinheiro, preços, etc. Se começasse, portanto, pela população, elaboraria uma representação caótica do todo e por meio de uma determinação mais estrita, chegaria analiticamente, cada vez mais, a conceitos mais simples: do concreto representado, chegaria a abstrações [universalidades] cada vez mais tênues, até alcançar as determinações mais simples. Chegado a este ponto, teria que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não como uma representação caótica de um todo, porém como uma rica totalidade de determinações e relações diversas⁶.

⁴ CARVALHO, Edimilson. A totalidade como categoria central na dialética marxista. Outubro, São Paulo, n.15, 2007. p. 179-180.

⁵ MARX, Karl. O método da economia política. IN: FERNANDES, Florestan (org.). Marx-Engels: História. Editora Ática. São Paulo, 1983. p. 410.

⁶ Idem, p. 409-410.

A contribuição de Marx, sobre a totalidade, é imensa, o caminho desenvolvido por Marx para se chegar a totalidade é utilizado até hoje como o caminho para se chegar ao real. A fórmula introduzida por Marx nos conduz a uma representação do real, longe de seus arranjos.

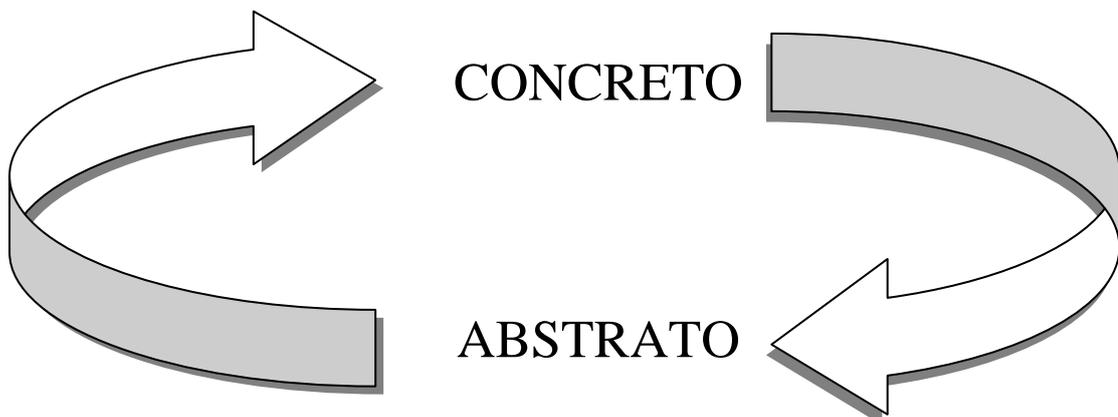
O trecho acima nos remete a entender a totalidade a partir de um determinado todo, de algo real. Partindo deste real, o caminho a ser seguido é o de fragmentar este real, em partes cada vez mais estilhaçadas. Essas partes fragmentadas formarão uma representação caótica, como se fosse um balão de gás, onde o gás se encontra disperso dentro do balão.

A grande contribuição de Marx é transformar esta representação caótica em um todo articulado, ou melhor, na totalidade. Para isto, Marx nos aponta para se apropriarmos desta representação fragmentada, e fazermos o caminho inverso ao que foi feito até aqui. Voltando a teoria do balão, é transformar o gás contido no balão em algo sólido, corporificado e unificado.

O concreto é concreto, porque é a concentração de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da concentração, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro caminho a representação plena volatiliza-se na determinação abstrata; no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento⁷.

Marx coloca que este o concreto é o ponto de partida para a análise científica. Mas este mesmo concreto como ponto de partida, também é o ponto de chegada da viagem de volta. Este concreto é a unidade que será dividida em partes abstratas, para depois de fragmentada voltar a ser um todo concreto e pensado.

Para uma visualização simples do que é este caminho do concreto ao abstrato, viajando de volta ao concreto, elaboramos um esquema bastante didático:



⁷ Ibidem, p. 410.

A representação acima mostra de maneira bastante simplificada como se concretiza a fórmula marxista sobre a categoria da totalidade. De maneira que partindo do concreto chegaremos ao abstrato, e do abstrato voltamos ao concreto. É claro que vale aqui uma ressalva, o ponto de partida seja um concreto representado, e o ponto de partida transformado em ponto de chegada é o mesmo concreto, só que agora um concreto pensado, ou seja, a totalidade esta exposta.

Mas além de Marx, outros estudiosos marxistas também se propuseram a entender a categoria de totalidade. Dentre a vasta lista de filósofos marxistas que apresentam e estudam a totalidade como essencial para as análises marxistas, está Karel Kosik.

Em seu livro, *Dialética do Concreto*, Kosik constrói o caminho até se chegar a totalidade. Apesar da linguagem filosófica e bastante intensa, Karel Kosik consegue nos mostrar como chegar a uma análise totalizante.

Karel Kosik ao apresentar-nos a práxis humana, nos apresenta dialeticamente duas qualidades da práxis humana:

A dialética trata da “coisa em si”. Mas a “coisa em si” não se manifesta imediatamente ao homem. Para chegar à sua compreensão, é necessário fazer não só um certo esforço, mas também um *détour*. Por este motivo o pensamento dialético distingue entre representação e conceito da coisa, com isso não pretendendo apenas distinguir duas formas e dois graus de *conhecimento* da realidade, mas especialmente e sobretudo duas qualidades da práxis humana⁸.

O *détour* que Kosik nos apresenta seria a viagem de volta, da qual Marx já nos mostrara anteriormente, e como consta no esquema acima. Para Karel Kosik, conhecermos a “coisa em si” é realizarmos este *détour*, a partir da “coisa em si”.

Outro ponto destacado no trecho acima, nos revela que a práxis humana se separa em duas qualidades, de um lado o conceito da coisa, e de outro a representação da coisa, como ela se apresenta no primeiro instante.

Esta separação acontece porque a realidade não se apresenta à primeira vista aos olhos dos homens, mas somente após a realização do *détour*.

O todo não é imediatamente cognoscível para o homem, isto é, na representação, na opinião e na experiência. Portanto, o todo é imediatamente acessível ao homem, mas é um todo caótico e obscuro. Para que possa conhecer e compreender este todo, possa torná-lo claro e explicá-lo, o

⁸ KOSIK, Karel. Dialética da totalidade concreta. IN: Dialética do concreto. 2ª edição. Editora Paz e Terra. São Paulo, 1976. p. 09.

homem tem de fazer o *détour*: o concreto se torna compreensível através da mediação do abstrato, o todo através da mediação da parte⁹.

Para que possamos compreender este todo, devemos fazer o caminho de volta, já exposto no esquema acima, do concreto ao abstrato, e voltando do abstrato ao concreto. Segundo Kosik, sob esta forma o concreto se torna compreensível, e não mais obscuro, como ele se mostra a primeira vista. Mas para isto o concreto necessita passar pela abstração.

Na mesma corrente, e para a sustentação desta separação entre conceito e representação temos o apoio da práxis utilitária imediata:

Por isso, a práxis utilitária imediata e o senso comum a ela correspondente colocam o homem em condições de orientar-se no mundo, de familiarizar-se com as coisas e manejá-las, mas não proporciona a *compreensão* das coisas e da realidade¹⁰.

A práxis utilitária imediata reproduz o senso comum. Ela possibilita o homem de se orientar e se adaptar ao mundo a sua volta, mas ela não proporciona a compreensão da realidade. Para a compreensão desta realidade e a atuação transformadora sobre ela, temos o que chamamos de práxis crítica revolucionária da humanidade. Esta sim nos permite ver a realidade, é claro, é partir da execução do *détour*.

A práxis utilitária imediata nos mostra um mundo fetichizado e naturalizado. É o mundo da aparência superficial. É o mundo da pseudoconcreticidade, ou seja, o mundo das abstrações simples, do senso comum. Como nos acrescenta Karel Kosik é o mundo onde seu elemento próprio é o duplo sentido.

O complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural, constitui o mundo da pseudoconcreticidade. A ele pertencem:

- O mundo dos fenômenos externos, que se desenvolvem à superfície dos processos realmente essenciais;
- O mundo do tráfico e da manipulação, isto é, da práxis fetichizada dos homens (a qual não coincide com a práxis crítica revolucionária da humanidade);
- O mundo das representações comuns, que são projeções dos fenômenos externos na consciência dos homens, produto da práxis fetichizada, formas ideológicas de seu movimento;
- O mundo dos objetos fixados, que dão a impressão de ser condições naturais e não são imediatamente reconhecíveis como resultados da atividade social dos homens¹¹.

⁹ Idem, p. 30.

¹⁰ Idem, p. 10.

¹¹ Idem, p. 11.

A pseudoconcreticidade fetichiza a realidade. Neste mundo ocorre a manipulação dos homens, onde os fenômenos externos suplantam o que está no núcleo duro da “coisa em si”, ou melhor, o que é essencial passa despercebido, porque o que está na superfície toma o seu lugar. A naturalização deste mundo é incontestável, na medida em que não desconstruímos o fetiche que envolve a “coisa em si”.

Mas a pseudoconcreticidade pode ser destruída. E para isso que existe a filosofia.

A filosofia é uma *atividade humana evolutiva indispensável*, visto que a essência da coisa, a estrutura da realidade, a “coisa em si”, o ser da coisa, não se manifesta direta e imediatamente. Neste sentido a filosofia pode ser caracterizada como um esforço sistemático e crítico que visa captar a coisa em si, a estrutura oculta da coisa, a descobrir o modo de ser do existente¹².

Para Kosik, a filosofia é indispensável para mostrar a essência da “coisa em si”. A filosofia é um esforço em desconstruir o mundo pseudoconcreto, num esforço crítico e sistemático que possibilita chegarmos até a “coisa em si”.

O conceito da coisa é compreensão da coisa, e compreender a coisa significa conhecer-lhe a estrutura. A característica precípua do conhecimento consiste na decomposição do todo. A dialética não atinge o pensamento de fora para dentro, nem de imediato, nem tampouco constitui uma de suas qualidades; o conhecimento é que é a própria dialética em uma das formas; o conhecimento é a decomposição do todo. O “conceito” e a “abstração”, em uma concepção dialética, têm o significado de método que decompõe o todo para poder reproduzir espiritualmente a estrutura da coisa, e, portanto, compreender a coisa¹³.

Kosik aponta, sem citar, para a categoria da totalidade, quando ele coloca que para compreender a coisa é preciso decompô-la. A partir do momento que decompomos a coisa, também a compreendemos e conhecemos sua estrutura. Decompor a coisa significa alcançar o conhecimento, que é o que o autor equivale à dialética.

A dialética além de nos proporcionar a compreensão do todo, ela possui em si a práxis revolucionária da humanidade. Kosik nos dá uma definição breve do papel da dialética. Para ele a dialética “*é o pensamento crítico que se propõe a compreender a “coisa em si” e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade*”¹⁴.

A destruição da pseudoconcreticidade dissolve as fetichizações para alcançar a realidade. Para que o mundo possa ser explicado criticamente devemos nos colocar no terreno

¹² Idem, p. 13-14.

¹³ Idem, p. 14.

¹⁴ Idem, p. 15-16.

da práxis revolucionária. A realidade só pode ser modificada pelo homem porque é ele mesmo que a constrói, o homem produz a realidade através das relações sociais¹⁵.

Portanto, a destruição da pseudoconcreticidade se efetua como: 1) crítica revolucionária da práxis da humanidade, que coincide com o devenir humano do homem, com o processo de “humanização do homem” (A. Kolman), do qual as revoluções sociais constituem as etapas-chave; 2) pensamento dialético, que dissolve o mundo fetichizado da aparência para agir na realidade e a “coisa em si”; 3) realizações da verdade e criação da realidade humana em um processo ontogenético, visto que para cada indivíduo humano o mundo da verdade é, ao mesmo tempo, uma sua criação própria, espiritual, como indivíduo social-histórico¹⁶.

A destruição completa da pseudoconcreticidade passa pelas três etapas expostas por Karel Kosik. Primeiro, a crítica revolucionária da práxis humana, que tem como etapa-chave as revoluções sociais. Em segundo lugar, o pensamento dialético, basicamente a destruição do fetiche. E por último reconhecer o homem como um ser social-histórico, capaz de mudar seu mundo.

A destruição da pseudoconcreticidade é o “tirar a máscara” da realidade, e mostrá-la como ela realmente é. Ou melhor, como coloca Kosik, nos mostrar sua concreticidade.

Apesar de Karel Kosik tratar do tema da totalidade em todo seu texto, ele reserva um ponto apenas para discutir o que ele chama de totalidade concreta. Veremos como é apresentada a totalidade em Kosik:

Na realidade totalidade não significa todos os fatos. Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual em fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade; e todos os fatos (reunidos em seu conjunto) não constituem, ainda, a totalidade. Os fatos são conhecimento da realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético – isto é, se não são átomos imutáveis, indivisíveis e indemonstráveis, de cuja reunião a realidade saia constituída – se são entendidos como partes estruturais do todo. O concreto, a totalidade, não são, por conseguinte, todos os fatos, o conjunto dos fatos, o agrupamento de todos os aspectos, coisas e relações, visto que a tal agrupamento falta ainda o essencial: a totalidade e a concreticidade. Sem a compreensão de que a realidade é totalidade concreta – que se transforma em estrutura significativa para cada fato ou conjunto de fatos – o conhecimento da realidade concreta não passa de mística, ou a coisa incognoscível em si¹⁷.

Em Kosik, a totalidade é um todo estruturado e dialético, onde através desta categoria podemos atingir a compreensão de um fato qualquer. Mas os fatos não são a totalidade. Nem todos os fatos são o conhecimento da realidade, apenas aqueles que são

¹⁵ Idem, p. 18.

¹⁶ Idem, p. 19.

¹⁷ Idem, p. 35-36.

compreendidos como um todo dialético, ou melhor, se são compreendidos como partes de um todo.

Mas um fator primordial é entender que a realidade é a totalidade concreta, sem termos em mente este pressuposto, o conhecimento da realidade não passa de mística, ou algo que não poder ser conhecimento em sua magnitude.

Do mesmo modo que a realidade é a totalidade concreta, a totalidade concreta é “*a teoria da realidade como totalidade concreta*”¹⁸. Desse modo podemos atingir a realidade a partir do momento em que atingimos a totalidade concreta.

O princípio metodológico da investigação dialética da realidade social significa antes de tudo, que cada fenômeno pode ser compreendido como momento do todo. Os fatos isolados são abstrações só adquirem a verdade se inseridos no todo¹⁹.

O pensamento dialético parte do pressuposto que o conhecimento é espiral, e não uma sobreposição de fatos a outros fatos.

(...) o pensamento dialético parte do pressuposto de que o conhecimento humano se processa num movimento em espiral, do qual cada início é abstrato e relativo. Se a realidade é um todo dialético e estruturado, o conhecimento concreto da realidade não consiste em um acrescentado sistemático de fatos a outros fatos, e de noções a outras noções. É um processo de concretização que procede do todo para as partes e das partes para o todo, dos fenômenos para a essência e da essência para o fenômeno, da totalidade para as contradições e das contradições para a totalidade; e justamente neste processo de correlações em espiral no qual todos os conceitos entram em movimento recíproco e se elucidam mutuamente, atinge a concreticidade²⁰.

O processo dialético de produção do conhecimento é um processo de concretização, onde todos os conceitos se encontram em movimento para um determinado fim, atingir a concreticidade. É como se fizéssemos o *détour*, “*do todo para as partes e das partes para o todo, dos fenômenos para a essência e da essência para o fenômeno, da totalidade para as contradições e das contradições para a totalidade*”.

Na concepção dialética o todo não pode ser visto acima das partes, mas também, a totalidade não significa uma harmoniosa interação e conexão das partes com o todo:

A compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situadas acima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes²¹.

¹⁸ Idem, p. 36.

¹⁹ Idem, p. 40-41.

²⁰ Idem, p. 41-42.

²¹ Idem, p. 42.

Podemos dizer então que o todo se manifesta a partir dele mesmo, mas com a interação constante com as partes. Não existe o todo sem as partes. Mas também, as partes não existem isoladas do todo.

Em outras palavras, numa totalidade o conhecimento das partes pressupõe uma reciprocidade, porque o que confere significado tanto ao todo quanto às diversas partes que o formam são determinações, dispostas em relações, que exatamente perpassam e completam a transversalidade do todo, de modo que não pode haver conhecimento de um todo ou de partes dele se, amputada a totalidade, isolados os seus elementos entre si e em relação à totalidade e desconhecidas suas leis, não é possível captar a amplitude de determinações ontológicas das partes e da totalidade – determinações que só podem ser apreendidas se a análise percorre a transversalidade essencial do todo²².

Um determinado fato é um todo composto de partes conectadas. Se este todo for simplesmente fragmentado ocorre uma amputação deste todo. *O “conhecimento de uma região do todo não é ainda conhecimento do todo, por que o conhecimento de partes isoladas do conjunto não é conhecimento nem das partes e nem do conjunto”²³*.

Assim, se o todo for isolado de suas partes, sem que os unamos de volta, não será possível captar a essência do fato, ou em termos “kosikianos”, não será possível alcançar a totalidade concreta.

Já no final do ponto, Kerek Kosik nos apresenta os três itens da totalidade concreta como concepção dialético-materialista do conhecimento do real:

(...) a destruição da pseudoconcreticidade, isto é, da fetichista e aparente objetividade do fenômeno, e o conhecimento da sua autêntica objetividade; em segundo lugar, conhecimento do caráter histórico do fenômeno, no qual se manifesta de modo característico a dialética do individual e do humano em geral; e enfim o conhecimento do conteúdo objetivo e do significado do fenômeno, da sua função objetiva e do lugar histórico que ele ocupa no seio do corpo social²⁴.

Kosik nos apresentou, no trecho acima, um breve resumo do que ele havia dito até o momento. Para ele, se essas três etapas não forem cumpridas, o conhecimento se torna um refém da pseudoconcreticidade, ou melhor, do fetichismo. Assim a realidade não será alcançada.

E é com este desejo de alcançar a realidade, abstrairmos o concreto para que no *detour* se torne concreto pensado, que o presente trabalho tem o objetivo de responder algumas questões que se passaram entre os anos de 1974 a 1979.

²² CARVALHO, 2007, p 181.

²³ Idem, p. 181.

²⁴ KOSIK, 1976, p. 52.

Até aqui nos dispusemos a colocar sobre a importância em se alcançar a totalidade no conhecimento histórico. Sobretudo, não podemos esquecer a grande contribuição nos dada por Antonio Gramsci para alcançar determinado fim.

Foi a partir das contribuições emprestadas de Gramsci, sobretudo os conceitos de Estado ampliado, sociedade civil e aparelho privado de hegemonia, que conseguimos realizar o *detour* em nosso objeto de pesquisa, para apresentar o trabalho aqui exposto.

O presente trabalho buscou analisar a ação orgânica e hegemônica da extinta revista *Visão*, durante o período de ditadura civil-militar, e perceber qual era seu projeto hegemônico e a fração de classe que ela organizava e era organizada.

Nosso trabalho busca analisar o período que vai de 1974 a 1979, quando o general-presidente Ernesto Geisel era presidente do Brasil. Mas nosso intuito não é a simples reprodução e revisão historiográfica do período, e é neste sentido que o objeto de nossa pesquisa é a revista *Visão* e sua ação perante a sociedade civil.

Analiso a extinta revista *Visão*, a importância de seu papel tanto no cenário político e econômico brasileiro, quanto na própria disseminação e organização da ideologia seguida pela revista, sempre associando a principal figura deste veículo de comunicação, Henry Maksoud, presidente e proprietário da revista.

A hipótese geral deste trabalho é que *Visão*/Maksoud auxiliaram no processo de construção, organização e difusão do projeto neoliberal no Brasil na década de 1970.

Mas para que respondêssemos esta hipótese geral necessitamos responder a outras hipóteses e questionamentos que foram surgindo ao longo de nosso trabalho. Estas hipóteses e questionamentos secundários, mas não menos importante, foram respondidas ao longo dos capítulos que sucedem este trabalho. Ao final do trabalho pudemos constatar que a dissertação como um todo respondeu nossa hipótese geral.

Para análise da revista *Visão* utilizamos a seguinte metodologia de trabalho: 1- análise do Editorial; 2- análise da seção Nação e seção Economia; 3- análise de algumas capas; 4- análise do anuário especial Quem é quem na economia brasileira. Isto contabiliza praticamente toda a revista, nos carregando de um arsenal bastante amplo de análise da fonte.

Para fazer esta dissertação analisamos as seções descritas acima uma por uma, todas fichadas. No segundo momento começamos a dividir os fichamentos por temas, para que a partir daí pudéssemos passar para a parte de organização e materialização das ideias.

Apesar de *Visão* carregar em praticamente toda a revista a linha de pensamento do Editorial, escrito por Maksoud, nos sentimos a necessidade de explorar as outras seções da revista. E foi exatamente nestas outras seções que encontramos um material bastante

interessante para discussão, como por exemplo, as conferências de Frederick August von Hayek no Brasil.

Os editoriais foram analisados por completo, devido à importância que o editorial carregava para a revista. Todos os editoriais do período foram escritos por Henry Maksoud, que além de editor chefe era o proprietário da revista, daí seu destaque e importância.

Os editoriais de *Visão* eram bastante diferentes dos editoriais de outros meios de comunicação impresso, não somente por ser escrito pelo dono da revista, ou por ser carregado de ideologia do editor/proprietário, mas porque os editoriais pareciam ter um público leitor fiel. Além de serem bastante extensos, chegando a ocupar até cinco páginas da revista, os editoriais tinham sempre continuação. Maksoud iniciava a discussão de um tema em um número para ser finalizado três, quatro, cinco números posteriores.

As seções Nação e Economia foram analisadas de acordo com os temas trazidos por estas seções. Por exemplo, um tema que foi bastante procurado por nós, e que aparece em nosso trabalho, o II PND foi analisado nessas seções. E alguns outros temas que tinham ligação com o Editorial.

As capas analisadas na pesquisa não ganham grande destaque no trabalho, mas serviram para que nós tivéssemos um mecanismo de ampliação da análise de alguns temas, elas serviram de auxílio à interpretação. Algumas capas mereceriam ser incorporadas ao trabalho, porque passavam a mensagem que o editorial queria. Para isto escolhemos três capas que esboçam como foram utilizadas as capas em *Visão*.

O especial Quem é quem na economia brasileira parecia que iria ter mais destaque no início da pesquisa, mas que acabou tendo pouca evidência ao final do trabalho. Não quero que pensem que nosso objeto não mereça destaque, pelo contrário. O Quem é quem na economia brasileira foi objeto de algumas pesquisas que ganharam destaque, principalmente no cenário das ciências econômicas, por exemplo, algumas pesquisas de Guido Mantega.

A opção por não aprofundar as pesquisas em cima do Quem é quem na economia brasileira se deve pelo fato dele muitas vezes repetir o que *Visão* havia enfatizado durante seis meses anteriores. E por não faltar material para nossa pesquisa, optamos por não relegar mais espaço para o anuário em nosso trabalho.

Apesar de pautarmos nosso trabalho com base na metodologia apresentada, a revista *Visão* possuía outras seções e espaços dentro da revista. Mostrando a revista como sendo aberta aos mais variados públicos. Como é o caso da seção Cultura, em que a revista trazia temas relacionados ao teatro, cinema, música, livros. E o espaço destinado à publicidade, que em minha visão particular daria uma bela pesquisa.

Além da revista, utilizamos outras fontes de pesquisa para enriquecermos e completarmos as discussões apresentadas no trabalho. Uma ferramenta que nos auxiliou bastante foi a internet, a partir dela conseguimos chegar até os sites de Henry Maksoud e da empresa de engenharia Hidroservice, o que nos deram grande contribuição.

A dissertação está dividida em quatro capítulos: capítulo 1 – *Visão* o aparelho privado de hegemonia da difusão do neoliberalismo no Brasil na década de 1970, capítulo 2 – Quem é quem em *Visão*: do complexo empresarial aos seus “tentáculos”, capítulo 3 – A campanha antiestatizante e a divulgação do neoliberalismo em *Visão*, e capítulo 4 – *Visão* e a utilização das teorias dos intelectuais clássicos do neoliberalismo: a difusão e construção do projeto neoliberal para o Brasil.

O primeiro capítulo desta dissertação tem em si a base da discussão teórica utilizada em toda a dissertação. E mais, ele conta ainda com um último ponto onde discutimos a trajetória histórica de construção do projeto neoliberal.

O capítulo número um é dividido em três partes: 1.1 Marx, Lênin, Gramsci: considerações acerca do papel da imprensa enquanto um agente orgânico e difusor, 1.2 Partido ou aparelho privado de hegemonia: algumas considerações sobre as diferenças e semelhanças nos conceitos, e 1.3 Neoliberalismo, a construção de um projeto hegemônico.

O ponto 1.1 nos responde a uma inquietação de longa data, entender como foi aperfeiçoado a visão do papel desempenhado pela imprensa na sociedade civil pelo marxismo. Para isto utilizamos três dos principais autores marxista, Marx, Lênin e Gramsci. Neste tópico pudemos acompanhar as mudanças sofridas no conceito de partido até a elaboração feita por Antonio Gramsci.

No tópico 1.2 analisamos as semelhanças e diferenças existentes entre os conceitos de partido e aparelho privado de hegemonia. Para elaborar esta análise recorreremos a outros conceitos gramscianos, tais como, Estado ampliado, sociedade civil e guerra de posição e guerra de movimento.

Os dois pontos, 1.1 e 1.2, nos deram embasamento suficiente para entender *Visão* enquanto um aparelho privado de hegemonia, bem como desenvolver o restante da pesquisa pautado nas contribuições gramscianas.

Já o ponto 1.3 serviu para entendermos a trajetória feita pelo neoliberalismo. Desde seu surgimento com os intelectuais Hayek e Ludwig Von Mises, o “laboratório chileno”, até sua condição de projeto hegemônico no Brasil no final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990.

No capítulo dois nós respondemos a um questionamento que surgiu durante o momento da pesquisa. De maneira geral, o segundo capítulo vem nos mostrar como um aparelho privado de hegemonia, difusor do projeto neoliberal, mantinha relações com a ABDIB, partido responsável pela organização das indústrias de base, que sempre necessitaram da intervenção do Estado para sua consolidação.

Ao longo deste capítulo, nós mostramos em quais instâncias se deva a relação *Visão* e ABDIB, sustentada e abalada, sobretudo, pela criação do II PND. Mas para que pudéssemos responder a esta pergunta sentimos a necessidade de desenvolver algumas questões acerca de *Visão*, da ABDIB e do II PND, daí os sub-capítulos.

O 2.1 é voltado à apresentação do que chamamos de Complexo Empresarial Maksoud, o núcleo de empresas de Henry Maksoud responsável pela ampliação e manutenção do capital deste empresário. Neste ponto nós apresentamos as principais empresas do Complexo, inclusive a revista *Visão*. Nós mostramos quem é *Visão*/Maksoud, e quais seus núcleos de ação.

No tópico 2.2 e 2.3 nós analisamos os reflexos que a implementação do II PND teve na sociedade civil, principalmente para o setor privilegiado pelo Plano, o segmento das indústrias de base. Esta análise é pautada desde o surgimento do II PND até seu momento de crise.

No ponto 2.4, como é colocado no título, nós retratamos a ação orgânica da ABDIB junto às indústrias de base no Brasil. Mostramos a relevância que a ABDIB tinha não somente para a indústria de base, mas, sobretudo, para o cenário capitalista brasileiro.

No último ponto do capítulo nós finalizamos mostrando que *Visão* e ABDIB foram ao longo do tempo distanciando seus posicionamentos. O que pareceu tão próximo no início do II PND acabou se mostrando tão diferente no momento de crise do Plano.

O terceiro capítulo tem como objetivo principal expor a relação íntima entre *Visão* e a Campanha Antiestatizante. Todo capítulo é baseado na hipótese de que *Visão* apoiou-se na Campanha Antiestatizante para iniciar a difusão do neoliberalismo no Brasil.

Os tópicos 3.1 e 3.3 mostram como *Visão* atuou como agente orgânico na Campanha, do início ao fim do processo. No ponto 3.2 é apresentado como Henry Maksoud utilizou a revista como agente organizador e disseminador do projeto neoliberal no Brasil.

No capítulo quatro nos mostramos quais os intelectuais clássicos do neoliberalismo, bem como suas principais teses, são utilizados por *Visão* para ajudar no aperfeiçoamento e organização do programa neoliberal brasileiro. É o caso dos pontos 4.1 e 4.2, onde nós analisamos a presença de Hayek e Friedman em *Visão*.

No tópico 4.3, nos mostramos como *Visão* utilizou-se do posicionamento de Mário Simonsen, então ministro da Fazenda, para auxiliar na divulgação do capital financeiro no Brasil.

Por último, o 4.4 nós apresentamos que mesmo após o fim da Campanha Antiestatizante *Visão* buscou outros mecanismos para auxiliá-la no processo de difusão e organização do projeto neoliberal no Brasil. Agora não mais sob o símbolo de uma Campanha mais sob a teoria de Hayek, mais precisamente o círculo de conferências e encontros de Hayek no Brasil, organizados e patrocinados por *Visão*.

O conjunto do trabalho mostra mais um capítulo desvendado da história da luta de classes da sociedade brasileira contemporânea. Mostra que a partir dos anos de 1970 se acirra no Brasil o processo de embate de projetos visando se tornar hegemônicos, e o neoliberalismo já possuía seu representante neste embate.

CAPÍTULO 1 – VISÃO E A CONCEPÇÃO DE APARELHO PRIVADO DE HEGEMONIA

Este capítulo tem o intuito de desenvolver discussão relacionada ao papel de grande parte da imprensa na sociedade civil, em especial ao papel desempenhado por nosso objeto de análise, a revista *Visão*. Além de desenvolver a discussão sobre o papel desenvolvido pela imprensa, pretendemos apresentar um histórico do programa neoliberal.

No ponto *1.1 Marx, Lênin, Gramsci: considerações acerca do papel da imprensa enquanto um agente orgânico e difusor*, nosso objeto foi desenvolver um estudo para entender como três intelectuais do marxismo (Marx, Lênin e Gramsci) pensaram o papel da imprensa em seus diferentes momentos históricos.

Em *Partido ou aparelho privado de hegemonia: algumas considerações sobre as diferenças e semelhanças nos conceitos*, nos detivemos a entender as semelhanças e diferenças existentes entre os conceitos de partido e aparelho privado de hegemonia, sem fugir de outros conceitos gramscianos, tais como Guerra de movimento e Guerra de posição, Sociedade civil, e Estado ampliado.

A congruência entre os pontos 1.1 e 1.2 nos levou a um melhor entendimento da análise feita neste trabalho sobre o papel desempenhado pela revista *Visão* na sociedade brasileira, nos anos de 1970.

Já no último ponto deste primeiro capítulo fizemos um apanhado histórico acerca do projeto defendido pela revista. O ponto *1.3 Neoliberalismo, a construção de um projeto hegemônico*, nós desenvolvemos uma reflexão sobre a trajetória histórica do projeto neoliberal.

1.1 MARX, LÊNIN E GRAMSCI: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PAPEL DA IMPRENSA ENQUANTO UM AGENTE ORGÂNICO E DIFUSOR

Nos últimos anos vimos crescer o número de trabalhos que analisam o papel da imprensa na sociedade. Estas análises geraram teses interessantes acerca da organização dos meios de comunicação, gerando um posicionamento crítico com relação aos órgãos de imprensa.

Um dos trabalhos que se propôs a pensar o papel da imprensa na sociedade foi o de Perseu Abramo¹, *Padrões de manipulação da grande imprensa*. Para Abramo a manipulação e a formação do consenso são uma das principais características do jornalismo brasileiro.

Há dois trabalhos que analisam o papel da imprensa e se aproximam mais do nosso modelo analítico gramsciano são as teses de Carla Luciana Silva², que analisa a revista *Veja* (1989-2002), e Francisco Fonseca³, fez seu estudo sob a análise do *Jornal do Brasil*, *O Globo*, a *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*.

A partir destes pontos, sentimos a necessidade de desenvolver um esforço analítico para mostrar a aproximação entre os clássicos do marxismo. O objetivo é desenvolver questões relativas a como pensar o papel da imprensa diante da sociedade. Para isto, nos remetemos a três autores clássicos do marxismo: Marx, Lênin e Gramsci.

Para apresentar nossa discussão, utilizaremos três obras, uma de cada autor, respectivamente, *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*, *Que Fazer? As questões palpitantes do nosso movimento*, e *Os Cadernos do Cárcere*.

Antes de Antonio Gramsci, somente Vladimir Ilitch Lênin possuía escritos que se aproximavam das considerações expostas pelo filósofo italiano. Mas quem já acenava para a possível interpretação dos órgãos de imprensa enquanto responsáveis pela organização de uma determinada classe ou fração dela foi Karl Marx.

Conseguimos identificar esta aproximação na consagrada obra *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*, onde Marx destrincha toda a movimentação ocorrida na sociedade civil francesa de meados do século XIX.

É a partir destes três autores que procuraremos desenvolver o caminho feito pelo marxismo até chegar às reflexões maduras de Antonio Gramsci acerca do papel da imprensa na sociedade.

1.1.1 A IMPORTÂNCIA DO PAPEL DA IMPRENSA PARA A SOCIEDADE CIVIL

¹ ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação da grande imprensa**. Editora Perseu Abramo. São Paulo, 2003.

² SILVA, Carla Luciana. **Veja: o indispensável partido neoliberal (1989-2002)**. Editora Edunioeste. Coleção Tempos Históricos, vol. 7. Cascavel, 2009.

³ FONSECA, Francisco César Pinto da. **O Consenso Forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil**. São Paulo, Editora Hucitec, 2005.

A obra *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte* nos traz algumas considerações acerca do papel da imprensa na França de meados do século XIX, ao mostrar como alguns meios de comunicação atuaram em prol de determinadas frações de classe. E é a partir deste intento que passa nosso objeto de discussão aqui colocado.

O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte é sem sombra de dúvida uma das mais importantes obras de Karl Marx, não apenas para os marxistas, mas a todos os estudiosos dos ramos das ciências sociais e humanas. Ela serve como um testemunho e análise dos acontecimentos na França que culminaram com a alçada ao poder de Luis Bonaparte⁴.

Marx escreve o *Dezoito Brumário* na efervescência dos acontecimentos que culminaram com a chegada de Bonaparte ao poder na França. O texto é produzido entre dezembro de 1851 e março de 1852. Vale a pena destacar que podemos categorizar a obra do filósofo alemão nos marcos de uma história imediata, pois este a escreve em circunstância bastante recente aos fatos, já que os acontecimentos descritos por Marx vão de 1848 a 1851.

Esta forma imediata que a obra foi escrita dá um toque especial à leitura, pois ao mesmo tempo em que temos uma análise bastante contundente dos acontecimentos, temos o testemunho ocular e presente de uma pessoa que presenciou o desenrolar dos fatos, e pôde relatá-los em um livro que veio a se tornar um clássico do marxismo.

O Dezoito Brumário, sem dúvida foi uma obra bastante discutida e analisada nas diversas áreas de conhecimento desde sua publicação. Mas nossos esforços em retomar a discussão desta belíssima obra vão num sentido que mostra sempre esta obra como sendo de suma importância para entendermos não somente o pensamento de Marx, mas também para nos fornecer parâmetros para analisarmos o desenrolar dos eventos sociais, políticos e econômicos até os dias de hoje.

Apesar de Marx ter sido taxado como economicista, *O Dezoito Brumário*, mostra-se uma obra que procura abranger diversos setores na análise, passando pelo social, o político e o econômico, que, por via das dúvidas, Marx nunca escondeu ser um fator preponderante para a história da sociedade moderna. Como nos mostra Friedrich Engels, no prefácio para a edição alemã do *Dezoito Brumário*:

Foi precisamente Marx quem primeiro descobriu a grande lei da marcha da história, lei segundo a qual todas as lutas históricas que se desenvolvem quer no domínio político, religioso, filosófico, quer em outro qualquer campo ideológico são, na realidade, apenas a expressão mais ou menos clara de lutas entre classes sociais, e que a existência e, portanto, também os conflitos entre essas classes são, por sua vez, condicionados pelo grau de

⁴ Na seqüência do texto me referirei a Luis Bonaparte utilizando-se apenas Bonaparte.

desenvolvimento de sua situação econômica, pelo seu modo de produção e de troca, que é determinado pelo precedente. (MARX, 2003, p. 12)

Para Marx a chegada ao poder de Bonaparte é fruto da luta de classes, ou melhor, é fruto das condições determinadas pela luta de classes na França. Lutas estas que se desenvolvem em diversos terrenos de ação, político, religioso, ideológico. Se formos mais adiante e tomarmos a noção de totalidade de Marx, veremos que a noção de abstração do real também passará por todas estas esferas.

Marx inicia sua obra invertendo o que foi colocado de cabeça para baixo por Hegel. E numa discussão com as palavras do filósofo das idéias ele coloca:

Hegel observa em uma de suas obras que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa. (MARX, 2003, p.15)

A conclusão de Marx decorre do seu fator analisado: a França de meados do século XIX, mais precisamente a chegada ao poder de Bonaparte. As afirmações de Marx mostram a tragédia que foi Napoleão Bonaparte, e no estudo de caso analisado, a farsa que se tornara Luis Bonaparte.

Logo no segundo parágrafo de sua obra, o filósofo alemão destaca um trecho que nos leva a uma de suas contribuições mais importantes para a noção marxista de história. Para Marx, *“os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”* (MARX, 2003, p. 15).

Quando Marx nos atenta para o fato que os homens fazem sua história sob circunstâncias que ele defronta, não podemos parar de pensar nas condições sociais que determinaram a chegada de Bonaparte ao poder na França. Mas como também este personagem da história pode manobrar os acontecimentos em prol de sua alçada ao poder.

Após anos de luta, que culminaram na Revolução Francesa, a sociedade Francesa se via, naquele momento, acorrentada às mãos monárquicas de Luís Filipe. E para livrar-se das garras deste poder veio a imprevista Revolução de Fevereiro, que precedeu e abriu caminho ao governo bonapartista.

A Revolução de Fevereiro foi um ataque imprevisto, apanhando desprevenida a velha sociedade, e o povo proclamou esse golpe inesperado como um feito de importância mundial que introduzia uma nova época. Em 2 de dezembro, a Revolução de Fevereiro é escamoteada pelo truque de um trapaceiro, e o que parece ter sido derrubado já não é a monarquia e sim as concessões liberais que lhe foram arrancadas através de séculos de luta.

Longe de ser a própria sociedade que conquista para si mesma um novo conteúdo, é o Estado que parece voltar à sua forma mais antiga, ao domínio desavergonhadamente simples do sabre e da sotaina. (...) O intervalo de tempo, porém, não passou sem proveito. Entre os anos de 1848 e 1851 a sociedade francesa supriu – e por um método abreviado, por ser revolucionário – estudos e conhecimentos que em um desenvolvimento regular, de lição em lição, por assim dizer, teriam tido que preceder a Revolução de Fevereiro se esta devesse constituir mais do que um estremecimento da superfície. A sociedade parece ter agora retrocedido para antes do seu ponto de partida; na realidade, somente hoje ela cria o seu ponto de partida revolucionário, isto é, a situação, as relações, as condições sem as quais a revolução moderna não adquire um caráter sério. (MARX, 2003, p. 25)

O que era para ter se tornado uma virada de mesa para a sociedade francesa, se tornou um retrocesso, e os antigos poderes centralizadores voltariam à tona mais tarde.

Após um período intenso de luta de classes, período este que teve seu ponto máximo com a Insurreição de Junho⁵ onde o operariado acabou derrotado, Luis Bonaparte é eleito para presidente da França. Bonaparte chega ao poder em 10 de dezembro de 1848.

Aqui começamos adentrar parte de nossas discussões principais para o *Dezoito Brumário*. O período de chegada ao poder de Bonaparte constitui o que Marx denominou como segundo período⁶. É neste segundo momento que se iniciam as maiores agitações das classes em torno de projetos para a França, é, por exemplo, neste momento que o proletariado se lança à Insurreição de Junho.

Vale ressaltar sobre a Insurreição de Junho que a burguesia se articulou e vencerá a batalha, após uma aliança entre: “*aristocracia financeira, a burguesia industrial, a classe média, a pequena burguesia, o exército, o lumpen proletariado organizado em Guarda Móvel, os intelectuais de prestígio, o clero e a população rural*” (MARX, 2003, p. 25). Todos contra o operariado.

Aqui percebemos uma das virtudes da obra de Marx, para ele todos os acontecimentos têm seus respectivos personagens, e o mais interessante é que todos eles se articulam por trás de agentes coletivos. Para esclarecermos melhor, *O Dezoito Brumário* é uma obra extremamente importante como base de estudos para estudiosos que pretendem analisar as relações entre Estado (em seu sentido restrito) e a sociedade civil.

⁵ O proletário de Paris percebeu que a manobra da Assembléia Nacional Constituinte era em prol de uma organização burguesa e respondeu com a Insurreição de Junho. Em resposta a Insurreição os diversos setores da burguesia se uniram para derrotar o operariado (MARX, 2003, p. 25).

⁶ O momento de 1848 a 1851 é dividido por Marx em três períodos principais: o período de fevereiro; de 4 de maio de 1848 a 28 de maio de 1849, o período da Constituição da República, ou da Assembléia Nacional Constituinte; de 28 de maio de 1849 a 2 de dezembro de 1851, o período da República Constitucional ou da Assembléia Nacional Legislativa. (MARX, 2003, p. 22)

A história da Assembléia Nacional Constituinte a partir das jornadas de junho é a história do domínio e da desagregação da fração republicana da burguesia, da fração conhecida pelos nomes de republicanos tricolores, republicanos puros, republicanos políticos, republicanos formalistas etc. (MARX, 2003, p. 29)

No trecho acima, Marx nos mostra como a Assembléia Nacional Constituinte se tornou um mecanismo da fração republicana no poder. Marx ainda nos mostra como essa burguesia republicana se portava sob a monarquia de Luís Filipe:

Sob a monarquia burguesa de Luís Filipe essa fração formara a oposição republicana oficial e era, conseqüentemente, parte integrante reconhecida do mundo político de então. Tinha seus representantes nas Câmaras e uma considerável esfera de ação na imprensa. Seu órgão parisiense, o National, era considerado tão respeitável, em seu gênero, como o Journal des Débats. Seu caráter correspondia à posição que ocupava sob a monarquia constitucional. (...) Era um grupo de burgueses de idéias republicanas - escritores, advogados, oficiais e funcionários de categoria que deviam sua influência às antipatias pessoais do país contra Luís Filipe. (MARX, 2003, p. 29)

Aqui aparece pela primeira vez, no *Dezoito Brumário*, como uma fração de classe se ocupava de um órgão de comunicação para auxiliar em suas disputas. Os republicanos burgueses eram em geral escritores, advogados, oficiais e funcionários de categoria que deviam sua influência às antipatias pessoais da sociedade contra Luís Filipe, eles eram conhecidos pela sua oposição à monarquia de Luís Filipe, e eles utilizavam-se do National para difundir suas idéias.

Grande parte dos partidários com que contava o National durante o governo de Luís Filipe eram devidos a esse imperialismo camuflado, que pôde conseqüentemente enfrentá-lo mais tarde, durante a república, como um inimigo mortal na pessoa de Luís Bonaparte. Combatia a aristocracia financeira da mesma forma que todo o resto da oposição burguesa. As polêmicas contra o orçamento, que estavam, na França, estreitamente ligadas à luta contra a aristocracia financeira, proporcionavam uma popularidade demasiado barata e material para editoriais puritanos demasiado abundante para não ser explorado. A burguesia industrial estava-lhe agradecida por sua servil defesa do sistema protecionista francês, que ele aceitava, porém, mais por razões nacionais do que no interesse da economia nacional; a burguesia, como um todo, estava-lhe agradecida por suas torpes denúncias contra o comunismo e o socialismo. Quanto ao mais, o partido do National era puramente republicano, ou seja, exigia que a dominação burguesa adotasse formas republicanas ao invés de monárquicas e, principalmente, exigia a parte do leão nesse domínio. (MARX, 2003, p. 30)

Além de ser um órgão puramente republicano, o National conseguia angariar alguns inimigos e alguns amigos. A burguesia industrial se tornara uma aliada, principalmente por

este defender um sistema protecionista para a França, e o agradecia por suas denúncias ao comunismo e ao socialismo.

Por outro lado, os republicanos burgueses, em torno do National, viam como inimigos a aristocracia financeira. Este combate contra a aristocracia financeira gerava certa popularidade em torno dos republicanos.

Vale a pena, mais uma vez, ressaltar o caráter pontual das considerações de Marx acerca das frações de classe existentes na sociedade civil. A obra de Marx é uma aula metodológica de como se estudar uma sociedade e suas diversas frações, juntamente com seus diversos interesses.

É bastante interessante perceber como o filósofo revolucionário alemão construiu ou desconstruiu passo a passo a burguesia republicana, e como ela se utilizava do jornal National como um mecanismo na luta de classe.

Como havia dito anteriormente, este segundo período ficou marcado pelas agitações nas lutas entre as frações de classe, mas não somente entre frações de classes distintas, mas também de uma mesma classe. O que acarretou na decadência dos republicanos burgueses, tão importantes na constituição de uma república para a burguesia.

O período compreendido de 20 de dezembro de 1848 à dissolução da Assembléia Constituinte em maio de 1849, abrange a história do ocaso dos republicanos burgueses. Após terem fundado uma república para a burguesia, expulsado do campo de luta o proletariado revolucionário e reduzido momentaneamente ao silêncio a pequena burguesia democrática, são eles mesmos postos de lado pela massa da burguesia, que com justa razão reclama essa república como sua propriedade. Essa massa era, porém, monárquica. Parte dela, latifundiários, dominara durante a Restauração e era, portanto, legitimista. A outra parte, os aristocratas da finança e os grandes industriais, havia dominado durante a monarquia de julho e era, conseqüentemente, orleanista. Os altos dignitários do exército, da universidade, da igreja, da justiça, da academia e da imprensa podiam ser encontrados dos dois lados, embora em proporções diversas. (MARX, 2003, p. 39)

Após arrumarem a república para a burguesia, os republicanos burgueses são expulsos do campo político pela própria burguesia. Percebemos que os republicanos burgueses foram expulsos por uma conciliação burguesa monárquica. De um lado os legitimistas de outro os orleanistas. No trecho acima, ainda percebemos, a importância novamente dada por Marx à imprensa, colocando-a dividida neste processo. No caso, cada meio de comunicação com sua respectiva fração de classe correspondente.

Os legitimistas e os orleanistas, como dissemos, formavam as duas grandes facções do partido da ordem. O que ligava estas facções aos seus pretendentes e as opunha uma à outra seriam apenas as flores-de-lís e a

bandeira tricolor, a Casa dos Bourbons e a Casa de Orléans, diferentes matizes do monarquismo? Sob os Bourbons governara a grande propriedade territorial, com seus padres e lacaios; sob os Orléans, a alta finança, a grande indústria, o alto comércio, ou seja, o capital, com seu séquito de advogados, professores e oradores melífluos. A monarquia legitimista foi apenas a expressão política do domínio hereditário dos senhores de terra, como a monarquia de julho fora apenas a expressão política do usurpado domínio dos burgueses arrivistas. O que separava as duas facções, portanto, não era nenhuma questão de princípios, eram suas condições materiais de existência, duas diferentes espécies de propriedade, era o velho contraste entre a cidade e o campo, a rivalidade entre o capital e a propriedade fundiária. (MARX, 2003, p. 50)

As duas frações de classe que acabaram por excluir do cenário político os republicanos burgueses, também tinham seus interesses e quem os representavam. Os legitimistas, grupo ligado à casa dos Bourbons, representavam a propriedade fundiária. Já os orleanistas, grupo ligado à casa de Orleans, representavam a alta finança, a grande indústria, o alto comércio, isto é, o capital. Sob seu séquito de advogados, professores e oradores melífluos. O fato é que por serem duas frações com interesses distintos não prejudicou em nada para compactuarem em prol do regime burguês.

Apesar de parecer tudo ir muito bem para o partido da ordem, grupo dos orleanistas e dos legitimistas, quando desembarcamos no terceiro período (denominado assim por Marx) vemos que as agitações e disputas entre classes e frações de classes ainda balançam o cenário político. O partido da ordem que antes era o aliado de Bonaparte, agora passa a contestá-lo. A imprensa ainda mantém seu papel preponderante, principalmente no que se refere a uma “nova” classe que apóia Bonaparte.

O partido parlamentar não só se desdobrara em suas duas grandes facções, cada uma dessas não só se subdividiram por sua vez, mas o partido da ordem de dentro do Parlamento. Os arautos e escribas da burguesia, sua plataforma e sua imprensa, em suma, os ideólogos da burguesia, e a própria burguesia, representantes e os representados, enfrentavam-se com hostilidade e não mais se compreendiam. (MARX, 2003, p. 110-111)

Aqui, Marx nos mostra que neste momento a própria burguesia que antes era unida, agora não se entendia mais. Além disso, a imprensa ganha papel de destaque em sua análise, para o revolucionário alemão a imprensa burguesa não mais se corresponde com sua classe. Perde-se assim a organicidade.

Se o partido parlamentar da ordem, com seu clamor pela tranqüilidade, como demonstrei, comprometia-se manter-se tranqüilo, se declarava o domínio político da burguesia incompatível com a segurança e a existência da burguesia, destruindo com suas próprias mãos, na luta contra as demais classes da sociedade, todas as condições necessárias ao seu próprio regime, o regime parlamentar, por outro lado a massa extraparlamentar da burguesia,

com seu servilismo para com o presidente, com seus insultos ao Parlamento, com maus-tratos a sua própria imprensa, convidava Bonaparte a suprimir e aniquilar o setor do partido que falava e escrevia, seus políticos e literatos, sua tribuna e sua imprensa, a fim de poder entregar-se então a seus negócios particulares com plena confiança, sob a proteção de um governo forte e absoluto. (MARX, 2003, p. 114)

Percebemos que Marx nos alerta para o fato de a maioria burguesa não estar em concordância com seus representantes no Parlamento. A massa burguesa extraparlamentar chega a convidar o próprio Bonaparte a suprimir o setor do partido e da imprensa e se entregar aos cuidados de Bonaparte.

Finalizando nosso campo de discussão gostaria de apresentar dois trechos do *Dezoito Brumário* que exemplificam a importância orgânica e difusora de um meio de comunicação a uma fração de classe:

Já indiquei acima como, desde a entrada de Fould para o ministério, a ala da burguesia comercial que detivera a parte do leão no governo de Luís Filipe, ou seja, a aristocracia financeira, tornara-se bonapartista. Fould não representava apenas os interesses de Bonaparte na Bolsa, representava também os interesses da Bolsa junto a Bonaparte. A posição da aristocracia financeira está pintada de forma magistral em uma passagem de seu órgão europeu, *The Economist* de Londres. Em seu número de 1º de fevereiro de 1851 escreve o correspondente de Paris: “Tivemos oportunidade de comprovar em numerosas fontes que a França deseja, acima de tudo, a tranqüilidade. O presidente o declara em sua mensagem à Assembléia Legislativa; e o mesmo é repetido da tribuna; afirmado nos jornais; anunciado do púlpito; e é demonstrado pela sensibilidade dos títulos públicos à menor perspectiva de perturbação, e por sua estabilidade quando se torna evidente que o Poder Executivo sai vitorioso”. (MARX, 2003, p. 111)

A burguesia comercial utiliza-se de uma revista semanal para difundir suas idéias acerca do governo Bonaparte. Esta burguesia comercial é a própria burguesia financeira, e ela acaba por enaltecer Bonaparte justamente por ele conceder liberdades à Bolsa de Valores.

Em seu número de 29 de novembro de 1851 o *The Economist* declara em seu próprio nome: “O Presidente é o guardião da ordem, e é agora reconhecido, como tal em todas as Bolsas de Valores da Europa”. A aristocracia financeira condenava, portanto, a luta parlamentar do partido da ordem contra o Poder Executivo como uma perturbação da ordem, e comemorava cada vitória do presidente sobre os supostos representantes dela como vitórias da ordem. Por aristocracia financeira não se deve entender aqui apenas os grandes promotores de empréstimos e especuladores de títulos públicos, a respeito dos quais torna-se imediatamente óbvio que seus interesses coincidem com os interesses do poder público. Todo o moderno círculo financeiro, todo o setor de atividades bancárias está entrelaçado na forma mais íntima com o crédito público. Parte de seu capital ativo é necessariamente invertido e posto a juros em títulos públicos de fácil resgate. Os depósitos de que dispõem, o capital colocado a sua disposição e por eles

distribuído entre comerciantes e industriais, provêm em parte dos dividendos de possuidores de títulos do governo. (MARX, 2003, p. 112)

Marx mostra como a aristocracia financeira celebrava cada vitória do presidente em cima do partido da ordem. Para esta fração de classe o presidente era o guardião da ordem, uma vez que Bonaparte defendia os interesses da Bolsa de Valores, ele defendia os interesses do capital financeiro.

Mas percebemos também a revista *The Economist* como um agente orgânico e difusor da burguesia comercial, uma vez que esta se utilizava deste meio de comunicação para declarar suas premissas, como no exemplo acima, sobre o governo Bonaparte.

1.1.2 PODE UM JORNAL SER UM ORGANIZADOR COLETIVO?

O subtítulo de nosso texto foi retirado da obra de Vladimir Ilitch Lênin, *Que Fazer? As questões palpitantes do nosso movimento*. Esta obra é muito mais do que o subtítulo acima possa demonstrar, mas neste momento nossas pretensões são discutir a forma como a imprensa, ou melhor, o jornal é abordado por Lênin. É por isso que nos deteremos ao capítulo cinco do livro: “Plano” de um jornal político para toda a Rússia⁷.

A discussão feita por Lênin em *Que Fazer?* é iniciada a partir de suas considerações feitas no editorial do jornal *Iskra*. Que acabaram sendo rebatidas por alguns meios de comunicação e algumas pessoas ligadas ao movimento socialista russo, entre elas o periódico *Rabótcheie Dielo*.

Os debates que ocorreram entre Lênin e seus críticos sobrevoam necessariamente o artigo escrito no *Iskra*, Por onde começar? Sobre este artigo o *Rabótcheie Dielo* coloca:

Não é um jornal que pode criar a organização do Partido, mas, sim, o contrário”... “Um jornal colocado acima do Partido, fora de seu controle e independente do Partido graças à sua própria rede de agentes”... “Qual foi o milagre que fez com que o *Iskra* esquecesse as organizações sociais-democratas já existentes de fato no Partido ao qual ele próprio pertence?”... “Os que possuem firmes princípios e um plano apropriado são também os supremos reguladores da luta real do partido, ao qual ditam a execução do seu plano”... “O plano relega nossas organizações tão reais e viáveis ao reino das trevas, e quer dar vida a uma rede fantástica de agentes”... “Se o plano do *Iskra* fosse executado, acabaria por apagar inteiramente os traços do Partido Operário Social-Democrata da Rússia, em vias de formação entre nós”... “O órgão de propaganda torna-se um legislador incontrolado,

⁷ Para facilitar tanto a leitura quanto a escrita, nos remeteremos a partir de agora a obra como: *Que Fazer?*

autocrata, de toda a luta revolucionária prática”... “O que deve pensar nosso partido sobre sua submissão absoluta a uma redação autônoma.” (LÊNIN, 1979, p. 90)

No trecho acima, exposto em *Que Fazer?*, Rabótcheie Dielo critica duramente a tese de Lênin de que um jornal pode organizar o coletivo. O trecho coloca questões que nem foram ditas por Lênin, como por exemplo, colocar o jornal acima do Partido.

O que mais incomoda são as últimas palavras do trecho: *O que deve pensar nosso partido sobre sua submissão absoluta a uma redação autônoma*. Como se a redação de um jornal tivesse vida própria e isolada, e pensasse a partir dela, e só dela.

E é com base em ataques como estes que Lênin resolveu dedicar parte de sua obra *Que Fazer?* a discutir o papel que um jornal deve ter perante a sociedade.

Lênin escreve num momento em que a Rússia passa por um período de efervescência social, período este anterior à Revolução. Neste sentido percebemos a preocupação de Lênin para com a sociedade russa, e ele coloca: *“Infelizmente, para educar pessoas para formar organizações políticas fortes não há outro meio senão um jornal para toda a Rússia”*. (LÊNIN, 1979, p. 92-93)

É interessante perceber como Lênin categoriza o periódico, para ele o jornal serve para educar as pessoas, formando assim organizações políticas e classes mais fortes. É claro que Lênin pensava na educação para a classe operaria.

Não podemos deixar de enaltecer a riqueza exposta neste pequeno trecho retirado da obra *Que Fazer?*, a dobradinha educação/jornal enriquece e muito as contribuições de Lênin, pois a ação de um meio de comunicação acaba sendo educativa (como veremos mais adiante).

Quanto às críticas recebidas pelo seu artigo no Iskra dizendo que o jornal era apenas literatura, Lênin responde:

Os que vêm no “plano” do Iskra apenas “literatura”, não o compreenderam em sua essência; tomaram como fim o que se propõe, no momento presente, como o meio mais indicado. Essas pessoas não se deram ao trabalho de refletir sobre as duas comparações que ilustram esse plano de maneira relevante. A elaboração de um jornal político para toda a Rússia - escrevia-se no Iskra - deve ser o fio condutor: seguindo-o, poderemos desenvolver ininterruptamente essa organização, aprofundá-la e alargá-la (isto é, a organização revolucionária sempre pronta a apoiar todo protesto e efervescência). Por favor, digam-me: quando, os pedreiros colocam em diferentes pontos as pedras de um enorme edifício, de linhas absolutamente originais, esticam um fio que os ajuda a encontrar o lugar justo para as pedras, que lhes indica o objetivo final de todo o trabalho, que lhes permite colocar não apenas cada pedra, mas até cada pedaço de pedra que, cimentado ao que o precedeu e ao que o sucede, formará a linha definitiva e total. Será isto um trabalho “de escrita”? Não é evidente que, hoje, atravessamos em nosso Partido um período em que, possuindo as pedras e os pedreiros, falta-

nos exatamente esse fio que fosse visível para todo o mundo e ao qual cada um pudesse se ater? Deixemos gritar aqueles que sustentam que, esticando o fio, queremos é mandar: se assim fosse, Senhores, ao invés de intitularmos nosso jornal de Iskra nº 1, teríamos utilizado o nome de Rabótchaia Gazeta nº 3, como nos fora proposto por alguns camaradas e como teríamos pleno direito de fazê-lo, após os acontecimentos relatados anteriormente. Mas não o fizemos, porque queríamos ter as mãos livres para combater sem piedade todos os pseudo-sociais-democratas: a partir do momento em que nosso fio fosse esticado corretamente, queríamos que fosse respeitado por sua própria retidão, e não por ter sido esticado por um órgão oficial. (LÊNIN, 1979, p. 94-95)

Para Lênin o jornal serviria sim como um organizador coletivo, e não apenas literatura como se falou. O jornal de Lênin serviria como fio condutor da organização trabalhadora. Seria o jornal capaz de organizar o sentimento revolucionário da sociedade russa. Ele exemplificava a idéia de fio condutor comparando-a com a linha posta em construções para guiar os pedreiros na disposição dos tijolos.

No trecho acima, Lênin também critica a postura de um jornal. Para ele, o jornal não deve ser um órgão oficial, mas sim, ele deve sair organicamente da classe da qual defende e é defendido. A relação do jornal com a classe deve ser orgânica e dialética.

Como já havia colocado acima, Lênin vê no jornal um organizador coletivo, o fio condutor do processo revolucionário. Além da comparação com a linha posta para guiar os pedreiros, Lênin compara o jornal aos andaimes de uma construção.

O jornal não é apenas um propagandista coletivo e um agitador coletivo; é também um organizador coletivo. A esse respeito, pode-se compará-lo aos andaimes que se levantam ao redor de um edifício em construção; constitui o esboço dos contornos do edifício, facilita as comunicações entre os diferentes construtores, permitindo-lhes que repartam a tarefa e atinjam o conjunto dos resultados obtidos pelo trabalho organizado. (LÊNIN, 1979, p. 95)

Lênin nos mostra em sua comparação o quanto os meios de comunicação são indispensáveis e facilitadores da organização e comunicação para a classe. Apesar das considerações acerca da linha guiadora e dos andaimes, que eu gostaria de chamar de “a metáfora da construção”, ser extremamente didáticas para a compreensão das idéias de Lênin. Uma outra frase de menor dimensão espacial me chama mais atenção, “*o jornal não é apenas um propagandista coletivo e um agitador coletivo; é também um organizador coletivo*”. A meu ver a tese de Lênin ao perceber o jornal enquanto um propagandista coletivo, um agitador coletivo e também um organizador coletivo é excelente para visualizarmos os meios de comunicação enquanto organizadores e difusores de uma determinada classe. Este é o

ponto central das discussões de Lênin, e sua principal contribuição em seu texto. E que será posteriormente aperfeiçoado por Antonio Gramsci.

As discussões de Lênin se encerram com a conclusão voltada para a insurreição do povo:

Em uma palavra, o “plano de um jornal político para toda a Rússia” não é fruto de trabalho de gabinete, realizado por pessoas corrompidas pelo doutrinário e pela literatura falsificada” (como pareceu a pessoas que não refletiram o bastante sobre ele); ao contrário, é o plano mais prático para que nos possamos preparar para a insurreição, imediatamente e de todos os lados, sem que o trabalho normal e cotidiano seja esquecido por um instante. (LÊNIN, 1979, p. 103)

As considerações finais de Lênin destacam o papel do jornal como sendo o de organizar e preparar a classe trabalhadora para a insurreição. Para ele o jornal é o meio mais prático de organização.

1.1.3 O PARTIDO DO CÁRCERE: BREVE APRESENTAÇÃO SOBRE O CONCEITO DE PARTIDO DE ANTONIO GRAMSCI

O filósofo italiano Antonio Gramsci, nascido em 22 de janeiro de 1891, e morto pelo regime fascista de Benito Mussolini, em 27 de abril de 1937⁸, deu-nos uma vasta e importante contribuição para entender as relações da luta de classe no âmbito do Estado. Gramsci deu novos significados a alguns conceitos como o de Sociedade Política e Sociedade Civil, Hegemonia, Intelectuais, Partido, entre outros.

Sua obra, *Os Cadernos do Cárcere*, foram desenvolvidas no período em que ele esteve preso nos cárceres do fascismo italiano. Foi na prisão que Gramsci aprimorou seus mais interessantes conceitos e categorias.

Dentre os conceitos discutidos por Gramsci e pelos gramscianos, devemos desenvolver, para o início de nossos trabalhos e uma melhor compreensão do tema, o conceito de Partido.

“(…) o partido político, para todos os grupos, é precisamente o mecanismo que realiza na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado, de modo mais vasto e mais sintético, na sociedade política, ou seja, proporciona a soldagem entre intelectuais orgânicos de um dado grupo, o

⁸ Para saber melhor sobre trajetória de Gramsci ler CANDREVA, Luigi & MAESTRI, Mário. **Antonio Gramsci: Vida e obra de um comunista revolucionário**. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2007.

dominante, e intelectuais tradicionais; e esta função é desempenhada pelo partido precisamente na dependência de sua função fundamental, que é a de elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como ‘econômico’, até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política. Aliás, pode-se dizer que, no seu âmbito, o partido político desempenha sua função muito mais completa e organicamente do que, num âmbito mais vasto, o Estado desempenha a sua: um intelectual que passa a fazer parte do partido político de um determinado grupo social confunde-se com os intelectuais orgânicos do próprio grupo, liga-se estreitamente ao grupo, o que através da participação na vida estatal, ocorre apenas mediocrementemente ou mesmo nunca”. (GRAMSCI, 2006, V. 2, p. 24)

No trecho acima, retirado dos escritos do cárcere, Gramsci nos dá uma importante contribuição entre a relação do partido com seu intelectual. O filósofo do Cárcere nos remete para uma questão chave do pensamento marxista, analisando paulatinamente o trecho, veremos que numa relação dialética o intelectual se desenvolve dentro do próprio partido, mas em determinado momento ele desenvolve o próprio partido, ou melhor, ele é dirigido e dirige o partido.

Logo no início do trecho, Gramsci nos atenta para outra questão relevante, a de que os partidos realizam na sociedade civil o mesmo papel desempenhado pelo Estado na sociedade política, salvaguardas as proporções de cada nível. O fato é que aqui percebemos que não há um grande distanciamento entre a sociedade política e a sociedade civil, elas atuam em paralelos constantes, a separação é puramente metodológica, ou como Liguori nos mostrou, é unidade-distinção.⁹

Em sua obra, Gramsci acrescenta que os jornais, revistas, associações de bairros, etc., em seu sentido orgânico, são partidos, ou melhor, “*são os jornais, agrupados em série, que constituem os verdadeiros partidos*” (GRAMSCI, 2006, V. 2, p. 218). O autor dos cárceres ainda nos dá uma definição objetiva sobre os partidos: “*Revistas e jornais como meio de organizar e difundir determinados tipos de cultura*” (GRAMSCI, 2006, V. 2, p. 32). Lembrando aqui que a concepção gramsciana de cultura equivale à ideologia, ideologia esta difundida a partir de um determinado partido.

Os partidos estão em constante movimento no terreno da luta de classes. Eles agem no sentido de organizar e difundir determinada ideologia, para que assim dado projeto hegemônico se sobressaia.

Deve-se sublinhar a importância e o significado que tem os partidos políticos, no mundo moderno, na elaboração e difusão das concepções de

⁹ Ver mais detalhes em: LIGUORI, Guido. **Roteiros para Gramsci**. Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 2007. p. 13.

mundo, na medida em que elaboram essencialmente a ética e a política adequadas a elas, isto é, em que funcionam quase como “experimentadores” históricos de tais concepções. Os partidos selecionam individualmente a massa atuante, e esta seleção opera-se simultaneamente nos campos prático e teórico, com uma relação tão mais estreita entre teoria e prática quanto mais seja a concepção vitalmente e radicalmente inovadora e antagônica aos antigos modos de pensar. Por isso, pode-se dizer que os partidos são os elaboradores das novas intelectualidades integrais e totalitárias, isto é, o crisol da unificação de teoria e prática entendida como processo histórico real, e compreende-se, assim, como seja necessária que a sua formação se realize através da adesão individual e não ao modo “laborista”, já que – se se trata de dirigir organicamente “toda a massa economicamente ativa” – deve-se dirigi-la não segundo velhos esquemas, mas inovando; e esta inovação só pode tornar-se de massa, em seus primeiros estágios, por intermédio de uma elite na qual a concepção implícita na atividade humana já se tenha tornado, em certa medida, consciência atual coerente e sistemática e vontade precisa e decidida. (GRAMSCI, 2004, V. 1, p. 105)

Fica claro no trecho acima que o partido moderno deve agir em seu sentido duplo, além de difusão das concepções de mundo, ele deve também auxiliar na construção dessas concepções. Esta elaboração de certa visão de mundo deve sair de dentro da classe, assim como o partido.

Gramsci nos atenta para uma questão central na composição do partido, para ele o partido deve guiar pela ação da teoria em conjunto com a prática. Sem concordância destes dois meios de ação a organização se torna frágil. Em outras palavras, Antonio Gramsci nos mostra a teoria da práxis.

Para Gramsci não importa a composição, “*um partido poderá ter uma maior ou menor composição do grau mais alto ou do mais baixo, mas não é isto que importa: importa a função, que é diretiva e organizativa, isto é, educativa, isto é intelectual*” (GRAMSCI, 2004, V. 1, p. 25). O partido tem uma função educativa, ele deve educar os membros de uma classe. O partido deve ser o intelectual coletivo. Através desta afirmação de Gramsci, percebemos o caráter educativo dos meios de comunicação, já que o consideramos como partidos.

Para finalizarmos, gostaria de acrescentar um trecho dos *Cadernos do Cárcere* que nos possibilita visualizar a ação do partido como a ação do Estado:

O partido político, para todos os grupos, é precisamente o mecanismo que realiza na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado, de modo mais vasto e mais sintético, na sociedade política, ou seja, proporciona a soldagem entre intelectuais orgânicos de um dado grupo, o dominante, e intelectuais tradicionais; e esta função é desempenhada pelo partido precisamente na dependência de sua função fundamental, que é a de elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como “econômico” até transformá-los em intelectuais políticos

qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integra, civil e política. (GRAMSCI, 2006, V. 2, p. 24)

Para Gramsci, o partido realiza na sociedade civil a mesma função realizada pelo Estado na sociedade política. Para o revolucionário italiano o partido necessita constantemente construir seus componentes, até formá-los dirigentes capazes de desenvolver organicamente a sociedade civil e política.

1.1.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE PARTIDO

Iniciamos nossas considerações finais a partir de um questionamento similar ao de Lênin, pode um meio de comunicação ser um organizador coletivo?

A partir das propostas que discutimos acima, podemos dizer que sim. Mas gostaria de acrescentar algumas ponderações. Os meios de comunicação podem ser vistos como organizadores coletivos e também difusores de determinada coletividade. Além disso, a imprensa, como um todo, tem seu papel educativo perante a sociedade da qual ela faz parte. Podemos identificá-la, como nos mostrou Antonio Gramsci, como um partido, que possui sua ação partidária ligada organicamente a uma classe ou fração de classe.

Com base na afirmação feita acima, gostaríamos de expor as principais contribuições de cada autor para entendermos este caráter orgânico da imprensa.

Num primeiro momento Marx nos mostra a importância do papel da imprensa diante da sociedade francesa de meados do século XIX. A imprensa neste momento age como propagadora do pensamento de sua determinada fração de classe. Não afirmamos que Marx mostra a imprensa enquanto um agente orgânico, o que Marx nos mostra é como determinados meios de comunicação assumem e/ou são órgão de determinadas frações de classe.

Para citarmos exemplos gostaríamos de expor dois casos. Primeiro o papel do National, órgão da burguesia republicana. Servia para difundir os ideários republicanos para a sociedade. Teve seu papel fundamental na constituição de uma república burguesa na França, que acabou com a eleição de Luis Bonaparte.

O segundo caso é o da revista The Economist. Percebemos que a revista atuava como um agente orgânico e difusor da burguesia comercial, uma vez que esta se utilizava deste

meio de comunicação para declarar suas premissas de apoio ao governo Bonaparte, e criticava as demais correntes burguesas inimigas do falsário.

Nesta obra Marx não avança muito além destas considerações acerca do papel da imprensa. Diferente de Marx, nosso segundo autor, Lênin, dá um salto qualitativo e quantitativo para melhor compreendermos a imprensa, apesar de discutir sob a premissa de um jornal.

Lênin nos mostra o quanto um jornal pode servir de guiador, utilizando de uma linguagem simples e didática, como na “Metáfora da Construção”. Para Lênin, o jornal deve ser visto como um agente educativo, enquanto um propagandista coletivo, um agitador coletivo e também um organizador coletivo.

Um jornal, para Lênin, deve organizar os trabalhadores, educar a sociedade, e guiá-la até o caminho revolucionário.

Não muito diferente de Lênin temos Antonio Gramsci. O filósofo italiano parte do pensamento de Lênin e o aprofunda. Para Gramsci a ação de um jornal, revista e os demais meios de comunicação é partidária.

O jornal para Gramsci é um partido. Um partido capaz de organizar e difundir seus projetos, capaz de educar a sociedade, e porque não formar seus quadros. Para Gramsci, os quadros dirigentes devem sair de dentro do próprio partido, de dentro da própria classe, assim como o partido deve ser formado a partir da classe, pois só assim mantemos a organicidade de ação.

Percebemos que há uma distância nos pensamentos de Marx para os de Lênin e Gramsci, estes últimos muito mais próximos. Mas não devemos ignorar o fato de que Marx vê em alguns meios de comunicação da França de meados do XIX agentes de determinadas frações de classe. Já Lênin e Gramsci, salvaguardas suas peculiaridades, tendem a observar a imprensa enquanto um agente orgânico.

1.2 PARTIDO OU APARELHO PRIVADO DE HEGEMONIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS NOS CONCEITOS

O desenvolvimento da trajetória e construção do conceito de partido no marxismo nos levou até a formulação do conceito de partido de Antonio Gramsci.

As características do partido de Gramsci, principalmente a noção de organização e difusão de um determinado projeto hegemônico e a caracterização de uma revista em partido poderia nos levar a entender que *Visão* age na sociedade civil como um partido. Mas a definição não é tão simples quanto parece, isto porque a segundo a concepção gramsciana também possui em seu método de interpretação o conceito de aparelho privado de hegemonia.

Por vezes nos deparamos com o seguinte questionamento quando vamos trabalhar com alguns conceitos gramscianos: é um partido ou um aparelho privado de hegemonia?

Este é um questionamento que certamente não atormenta apenas os pesquisadores mais jovens, mas também gera algum tipo de dificuldade na definição dos mais experientes.

Isto ocorre eventualmente porque não temos uma definição clara e objetiva sobre ambas às diferenças, até porque nem mesmo Antonio Gramsci faz esta distinção nos *Cadernos do Cárcere*.

Outra questão é que ambos os intelectuais coletivos, tanto o partido, quanto o aparelho privado de hegemonia, desempenham praticamente a mesma função, e podem ser personificados nas mesmas estruturas, ou seja, revistas, jornais, associações.

Como colocamos acima, Gramsci interpreta o conceito de partido e o faz com imensa habilidade, detectando que o partido exerce na sociedade civil o mesmo papel desempenhado pelo Estado. E que os partidos podem ser personificados em revistas, jornais, associações, dentre outras definições.

Os aparelhos privados de hegemonia também desempenham na sociedade civil o mesmo papel que o Estado exerce sobre a sociedade política, e mais, os aparelhos privados de hegemonia também podem ser reconhecidos enquanto revistas e jornais, por exemplo, daí é que surge este tipo de confusão. Outra grande diferença está na forma da elaboração, do programa de ação e na cobrança sistemática de rumo, ou seja, o partido tem efetivamente essa função com a ação, saber se o teórico está sendo colocado em prática, organizar, é função do partido. O aparelho privado de hegemonia é um dos “agentes” do partido. Isso implica dizer que nem todo aparelho privado de hegemonia é partido.

Para que fique mais claro vale a pena desenvolvermos alguns conceitos gramscianos que são muito ligados aos conceitos de partido e aparelho privado de hegemonia. Para início de conversa começaremos com um conceito central na obra de Antonio Gramsci, o conceito de Hegemonia.

A hegemonia é um terreno conflituoso, o que evidencia um campo de possibilidades, desde o embate entre os projetos de classe até mesmo a organização intra-classe. Em

determinados momentos da hegemonia, a classe volta-se para si no intuito de clarear seu projeto.

Hegemonia aqui é entendida a partir de reflexões gramscianas, em que, para se chegar à hegemonia necessita-se uma dose de força e uma de consenso, sem que nenhuma das duas sobressaia, em altos níveis, sobre a outra. Consenso e coerção caminham juntos, variando a intensidade a cada momento.

O exercício “**normal**” da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela **combinação da força e do consenso**, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante muito o consenso, mas, ao contrário, **tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso em certas situações são artificialmente multiplicados.**¹⁰ [Grifos meus]

Como podemos notar, o exercício da hegemonia articula-se junto aos aparelhos privados de hegemonia, que na verdade são instituições criadas para a formação do consenso, e a força é exercida escancaradamente pela repressão e censura do regime civil-militar. Gramsci coloca que força e consenso devem equilibrar-se enquanto forças produtoras da hegemonia, mas em determinados momentos essas forças podem sofrer variáveis e uma suplantar a outra.

Seguindo ainda a discussão da hegemonia, temos dois autores que fazem a análise da hegemonia sob a ótica gramsciana que eu gostaria de citar, primeiro a autora Sonia Regina Mendonça, e logo após Edmundo Fernandes Dias, assim completamos nosso raciocínio e o deixamos mais completo.

Mendonça aproxima, como Gramsci, a hegemonia dos aparelhos privados de hegemonia, nos mostrando o quão importante na construção da hegemonia são os aparelhos privados de hegemonia. Para a autora, a hegemonia é fruto da disputa de classes para a implementação de seu projeto hegemônico. São as classes, ou frações delas, que lutam para chegar a um patamar mais alto de posição de seus projetos hegemônicos junto à Sociedade Civil.

(...) as transformações sociais e políticas nas sociedades ocidentais contemporâneas pressupõem a complexidade da Sociedade Civil, através da multiplicação das vontades coletivas organizadas junto aos aparelhos privados de hegemonia, que disputam entre si, todo o tempo, a imposição de um dado projeto como hegemônico e, por extensão, a tensão entre contra-hegemonias. Mas para tanto, é indispensável que o sujeito coletivo organizado junto a este ou aquele aparelho privado de hegemonia – donde a

¹⁰ GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere, vol. 3: **Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007. p. 95.

importância fundamental dos intelectuais – busque inserir seus representantes – intelectuais – junto à Sociedade Política ou Estado. Vê-se, pois que a idéia do Estado Ampliado, além de altamente dinâmica, é coerente às lutas de classes que, ininterruptamente, atravessam tanto a Sociedade quanto o Estado.¹¹

Aqui percebemos a clara relação dialética entre um projeto que se sobressai, se tornando hegemônico, e um projeto contra-hegemônico. As classes buscam a hegemonia, e para se chegar a ela tendem a disputar representações junto a Sociedade Política, a partir de sua organização por meio dos “aparelhos privados de hegemonia” (discutiremos o conceito mais adiante).

Na mesma linha teórica de Sonia Regina Mendonça, temos a análise de Edmundo Fernandes Dias. Dias coloca que a luta pela hegemonia é a forma da luta de classes, em impor seu projeto hegemônico, e sendo assim, ideológico para a sociedade.

Na luta pela(s) hegemonia(s) nada está definido a priori, **tudo é espaço contraditório** onde as classes tentam afirmar seus projetos e horizontes, suas concepções classistas de mundo, possuidoras de uma materialidade que constitui suas práticas e lutas concretas. (...) As ideologias sintetizam as experiências e identidades de classe, viabilizam a formulação dos projetos classistas. Daí o peso das intervenções ideológicas no cenário da lutas.¹²

Para Edmundo Dias, a luta de classes aparece como luta de projetos hegemônicos. É a hegemonia de uma classe para a outra. E neste sentido ele ainda coloca que a “*hegemonia é a racionalidade de classe que se faz história e que obriga as demais classes a se pensar nessa história que não é a delas*”¹³. O autor nos coloca que a hegemonia impõe às classes subalternas que a ideologia da classe dominante é a sua própria ideologia, e ela acaba assimilando para si uma ideologia que não é a de sua própria classe.

A hegemonia é a combinação entre força e consenso, deixando de lado por um instante a força, e tomando o consenso como medida de análise, para a construção e manutenção deste consenso uma determinada classe necessita dos aparelhos privados de hegemonia.

Para produzir o consenso necessário para tornar seu projeto hegemônico, uma determinada classe ou fração de classe devem ter seus aparelhos privados de hegemonia muito bem organizados e estruturados, assim como seu partido.

¹¹ MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e Políticas Públicas no Brasil: uma questão conceitual**. IN: Estado e Educação Rural no Brasil: alguns escritos. Rio de Janeiro: 2008.p. 15.

¹² DIAS, Edmundo Fernandes. **Política Brasileira: o embate de projetos hegemônicos**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermam, 2006. p. 76. (Grifos meus)

¹³ Ibidem, p. 64.

A formação do consenso esta diretamente ligada ao que Gramsci chamou de guerra de posição:

Ocorre na arte política o que ocorre na arte militar: a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição; pode-se dizer que um Estado vence uma guerra quando a prepara de modo minucioso e técnico no tempo de paz. A estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto de associações na vida civil, constitui para a arte política algo similar às “trincheiras” e às fortificações permanentes da frente de combate na guerra de posição: faz com que seja apenas “parcial” o elemento do movimento que antes constituía “toda” a guerra, etc.¹⁴

Gramsci utiliza metáforas militares para entender a composição da sociedade moderna. Para ele Guerra de movimento é a guerra de combate, já a guerra de posição seria o ponto estratégico, que segundo Gramsci é o ponto fundamental na guerra.

Fazendo alusão mais uma vez à questão militar, às associações na vida civil, ou melhor, os aparelhos privados de hegemonia, servem como trincheiras e casamatas de uma guerra. Os aparelhos privados de hegemonia funcionam como mantenedores das posições de uma determinada classe na guerra de posição, eles são as fortificações que defendem e possibilitam que esta classe avance.

A guerra de posição exige enormes sacrifícios de massas imensas de população; por isto é necessária uma concentração inaudita da hegemonia e, portanto, uma forma de governo mais “intervencionista”, que mais abertamente tome a ofensiva contra os opositores e organize permanentemente a “impossibilidade” de desagregação interna: controles de todo tipo, políticos, administrativos, etc., reforço das posições hegemônicas do grupo dominante, etc. tudo isto indica que se entrou numa fase culminante da situação político-histórica, porque na política a “guerra de posição”, uma vez vencida, é definitivamente decisiva.¹⁵

Para Antonio Gramsci o momento decisivo em uma batalha é a vitória na guerra de posição, ou seja, quando o partido e os aparelhos privados de hegemonia conseguem plantar na sociedade que o projeto de sua classe ou fração de classe é o projeto de toda a sociedade, formando assim o consenso, uma das estruturas da hegemonia. E mais, quando o partido e os aparelhos privados de hegemonia conseguem manter este dado projeto como hegemônico.

Mas devido a tantas características semelhantes entre o conceito de aparelho privado de hegemonia e o de partido, entre elas que ambos estão ligados à formação do consenso e presentes na guerra de posição, quais as diferenças existentes entre as duas estruturas podemos concluir.

¹⁴ GRAMSCI, V.3, 2007, p. 24.

¹⁵ *Ibidem*, p. 255.

A diferença existente entre ambas as estruturas pode ser encontrada na finalidade dos dois meios. Ambos têm a finalidade de organizar e difundir um determinado projeto de uma determinada classe ou fração de classe, mas é o partido que nasce e se constitui para organizar as situações vitais de sua classe.¹⁶ O partido tem a finalidade de organizar e difundir determinado projeto, e, além disso, dirigir a classe. Já o aparelho privado de hegemonia tem a finalidade de organizar e difundir determinado projeto, mas não tem a finalidade de dirigir a classe que ele faz parte, ele é, de certa forma, submetido ao partido.

A questão de *dirigir* faz toda a diferença entre ambos. Se montarmos um quadro estrutural da sociedade civil teremos, de maneira sintética, a classe ou fração de classe, o partido, e os aparelhos privados de hegemonia (podendo haver mais de um por classe ou fração de classe). O partido assume funções diretivas em relação à classe, e conseqüentemente também em relação aos aparelhos privados de hegemonia. Mas os aparelhos privados de hegemonia não podem exercer tal função diretiva sobre a classe ou o partido, a menos que um determinado aparelho privado de hegemonia se torne o partido ou aja em conjunto.

Percebamos que ambos (partido e aparelho privado de hegemonia) estão ligados à construção do consenso e à guerra de posições, mas na guerra de posições os aparelhos privados de hegemonia desempenham um papel bem mais prático que o do partido. Isto porque o partido é apenas um, e os aparelhos privados de hegemonia podem ser vários, constituindo assim várias casamatas aos interesses do projeto de sua classe ou fração de classe.

Não é porque os aparelhos privados de hegemonia estão em outro patamar que o partido que eles são menos importantes. Pelo contrário, nos últimos anos cresceu a importância dos aparelhos privados de hegemonia na sociedade civil, principalmente a partir do final dos anos de 1970.

Virgínia Fontes em seu texto, *A Sociedade Civil no Brasil Contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980*, afirma os aparelhos privados de hegemonia tiveram um salto quantitativo no período dos anos 1970 e 1980. “As décadas de 1970 e 1980 foram especialmente ricas no que concerne à constituição de organizações, tanto de base empresarial quanto populares”. A autora ainda acrescenta:

A modernização capitalista acelerada – a ferro e fogo – sob a ditadura militar, entretanto, aprofundaria formas associativas – aparelhos privados de hegemonia – em grande parte ligadas ao próprio setor dominante e

¹⁶ DIAS, Edmundo Fernandes. *O Outro Gramsci*. 3ª edição. São Paulo, 1996. p. 31.

expressando interesses diretamente corporativos que se organizavam como forma de ingressar na sociedade política.¹⁷

Esta crescente se dá justamente no período de acirramento das contradições do bloco no poder e as contestações e pressões sob a abertura. O fato é que com a crise que se expandia no período militar, graças ao seu esgotamento diante da sociedade civil, uma das saídas para esta crise foi o aumento do número de aparelhos de hegemonia. Neste sentido a classe burguesa, atrelada ao capital multinacional e associado, pretendia utilizar seus mecanismos criadores do consenso para disseminar a ideologia de uma abertura “lenta, gradual e segura”, aos moldes planejados no período civil militar.

Se os aparelhos privados de hegemonia são uma das instâncias de construção e manutenção da hegemonia, podemos afirmar que a sociedade civil é a instância de disputa pela hegemonia. Pois como coloca Gramsci *por* “‘Estado’ deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil”.¹⁸

Para Gramsci os aparelhos privados de hegemonia são a sociedade civil. Além do mais, é a sociedade civil, organizada em seus diferentes aparelhos privados de hegemonia que compõem o Estado.

Para completar o raciocínio, Guido Liguori escreve:

A sociedade civil é um momento do “Estado ampliado”, um espaço no qual se determinam relações de poder, embora se trate de um espaço dotado de autonomia relativa em relação à “sociedade política”, vale dizer, ao “Estado coerção”. (...) a sociedade civil não é homogênea, é, antes, um dos principais teatros da luta entre as classes em que se manifestam intensas contradições sociais.¹⁹

Liguori percebe a sociedade civil não apenas enquanto um ente constituinte do Estado, mas também como um organismo não homogêneo, onde, principalmente, acontece a luta de classes. É na sociedade civil que afloram as contradições sociais.

Vale acrescentar que além da luta de classes ocorrer na sociedade civil, ela é personificada através dos aparelhos privados de hegemonia que compõem as classes e as frações de classe.

¹⁷ FONTES, Virgínia. **A Sociedade Civil no Brasil Contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980**. IN: Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo. Editora Fiocruz. Rio de Janeiro, 2006. p. 215.

¹⁸ GRAMSCI, V. 3, 2007, p. 254-255.

¹⁹ LIGUORI, 2007, p. 49.

Além da informação sobre a sociedade pudemos notar que os trechos, tanto de Gramsci, quanto de Liguori, nos chamam a atenção para o Estado. Neste terreno, a visão gramsciana nos deu importante contribuição ao entender o Estado como ampliado.

Nos parágrafos acima escrevemos que Gramsci vê o Estado como os aparelhos do governo e como a sociedade civil. Em outro trecho escrito de forma mais didática Gramsci define que o “*Estado = sociedade política + sociedade civil*”.²⁰ Assim podemos definir:

Sociedade civil (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da sociedade política ou Estado, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”.²¹

A sociedade civil é a instancia de organização dos aparelhos privados de hegemonia, e a sociedade política é o Estado, de forma restrita, propriamente dita. Segundo Gramsci, é no Estado que o grupo dominante impera seu projeto hegemônico para toda a sociedade. O Estado é a expressão da hegemonia da classe dominante sobre o restante da sociedade civil e o palco da luta de classes.

1.3 NEOLIBERALISMO, A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO HEGEMÔNICO

1.3.1 Nascimento e Amadurecimento do Projeto Neoliberal

Para melhor entendermos o viés do projeto neoliberal achamos necessário fazer uma “viagem” de volta ao que se configurou como o nascimento do neoliberalismo. Reunimos algumas informações que nos possibilitaram desenvolver um texto que descrevesse o processo de nascimento do neoliberalismo na Europa e América do Norte, até seu amadurecimento, e a chegada deste programa no Brasil.

Segundo Perry Anderson, no texto *Balanço do Neoliberalismo*, a corrente neoliberal surge nas regiões da Europa e América do Norte, logo após a II Guerra Mundial:

²⁰ GRAMSCI, V.3, 2007, p. 244.

²¹ GRAMSCI, V.2, 2006, p. 20-21.

O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem, *O Caminho da Servidão*, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denúncias como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política. O alvo imediato de Hayek, naquele momento, era o Partido Trabalhista inglês, às vésperas da eleição geral de 1945 na Inglaterra, que este partido efetivamente venceria.²²

O neoliberalismo, segundo Anderson, surge como um projeto alternativo ao programa desenvolvido para o pós II Guerra Mundial. A origem da proposta neoliberal é marcada pela escrita do texto *O Caminho da Servidão*, de Hayek, em 1944. O texto se configura como um ataque ao Estado intervencionista e de bem-estar social. O grande alvo de Hayek naquele momento era o Partido Trabalhista inglês.

Em 1947, enquanto o projeto do Estado de bem-estar social se difundia pelo mundo, Hayek chamou para uma reunião aqueles que compartilhavam com sua orientação ideológica.

Três anos depois, em 1947, enquanto as bases do Estado de bem-estar na Europa do pós-guerra efetivamente se construíam não somente na Inglaterra, mas também em outros países, neste momento Hayek convocou aqueles que compartilhavam sua orientação ideológica para uma reunião na pequena estação de Mont Pèlerin, na Suíça. Entre os célebres participantes estavam não somente adversários firmes do Estado de bem-estar europeu, mas também inimigos férreos do New Deal norte-americano. Na seleta assistência encontravam-se Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros. Aí se fundou a Sociedade de Mont Pèlerin, uma espécie de franco-maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos. Seu propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro.²³

De acordo com Perry Anderson, a reunião convocada por Hayek na estação Mont Pèlerin, na Suíça, deu origem a Sociedade de Mont Pèlerin, que se tornara uma espécie de franco-maçonaria neoliberal, bastante organizada. O propósito da Sociedade Mont Pèlerin era combater o keynesianismo²⁴ e o solidarismo, e formar as bases de um novo capitalismo, muito mais duro e excludente.

²² ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Ed. Paz e Terra. 4º Edição. Rio de Janeiro, 1998. p. 09.

²³ ANDERSON, 1998, p. 09 e 10.

²⁴ Segundo Francisco Fonseca o keynesianismo se articula a partir dos seguintes pontos: “*intervenção do Estado em termos macroeconômicos*, por meio: da regulação do meio circulante, da baixa taxa de juros, da inversão de capitais em obras públicas, do apoio ao capital produtivo e combate ao especulativo, da instituição de uma rede estatal de serviços sociais, da cobrança de impostos progressivos. Em uma palavra, a regulação do mercado e dos

Mas as condições para exercer o novo projeto proposto pela Sociedade Mont Pèlerin não eram muito favoráveis. O capitalismo registrara sua fase áurea entre os anos de 1950 e 1960, justamente com o New Deal norte-americano e o Estado de bem-estar social na Europa.²⁵ Mas a situação mudaria a partir dos anos e 1970, e o fator preponderante para o avanço do projeto neoliberal seria a crise do petróleo de 1973.

A chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as idéias neoliberais passaram a ganhar terreno. As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder executivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais.²⁶

A crise de 1973, segundo Anderson, foi um “prato cheio” para que Hayek e seus aliados criticassem a maneira como os Estados eram geridos, além de reforçar a crítica aos sindicatos e ao movimento operário em geral. O grande problema que resultara na crise, segundo os neoliberais estava ligado aos grandes gastos sociais do Estado.

Seguindo a mesma linha de raciocínio de Anderson, Denise Gros também destaca a crise dos anos de 1970 como fator preponderante para a guinada econômica ao neoliberalismo.

A crise econômica que eclodiu nos anos 70 pôs em questão o crescimento capitalista nos moldes que se estabeleceram após a II Guerra, resumidos quase simbolicamente na “ordem de Bretton Woods”, que instituiu o dólar como padrão monetário internacional, criou o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. A tendência expansionista da economia internacional, que se refletia em altos índices de crescimento médio anual da renda e do comércio mundial até o final dos anos 60, reverteu-se no início da década de 70. Os primeiros sinais partiram da crise do dólar nos Estados Unidos, em 1972, e desdobraram-se com a elevação significativa do preço do petróleo em 1973. (...) Frente à gravidade da crise e à imposição da política fiscal e monetária norte-americana, orientada pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, os países desenvolvidos efetuaram

fatores econômicos; *apoio aos sindicatos*, em dois sentidos: como forma de implementar a demanda e como meio de obter a incorporação política dos trabalhadores no sistema capitalista por meio da democracia liberal (defendida por Keynes, ressalta-se), por intermédio da valorização das corporações; *incorporação do tema da igualdade na acumulação* (desde que vinculado ao capitalismo), isto é, ênfase na redistribuição de renda como consequência desejável – política e econômica – da acumulação, à guisa de um pacto político entre Capital e Trabalho, intermediado pelo Estado”. FONSECA, Francisco César Pinto da. **O Consenso Forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil**. São Paulo, Editora Hucitec, 2005. p. 54.

²⁵ ANDERSON, 1998, p. 10.

²⁶ Idem, p. 10.

profundos ajustes macroeconômicos, que resultariam em agravamento das tensões sociais e do desemprego.²⁷

Segundo Gros, os altos níveis de crescimento médio anual da renda e do comércio mundial estabelecidos pela ordem econômica do pós guerra, e que duraram até o final dos anos de 1960, não se sustentavam mais nos anos de 1970. Reflexos deste sintoma foram a crise do dólar, em 1972, moeda instituída como padrão monetário internacional pelo tratado de Bretton Woods, e a crise do petróleo, em 1973, que perdurou o restante da década de 1970 e a década de 1980.

Ainda de acordo com Denise Gros, diante da crise e da imposição política fiscal e monetária estadunidense, geridas pelo Banco Mundial e pelo FMI, mecanismos também criados com Bretton Woods, fizeram os países chamados desenvolvidos ajustassem sua economia. Este quadro de crises e pressões mundial gerou um grave cenário de tensões sociais e desemprego, abrindo caminho para o projeto neoliberal. Para conter a crise, e reverter seus quadros inflacionários, o programa neoliberal propunha a seguinte pauta:

Manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. Desta forma, uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas então às voltas com uma estagflação, resultado direto dos legados combinados de Keynes e de Beveridge, ou seja, a intervenção anticíclica e a redistribuição social, as quais haviam tão desastrosamente deformado o curso normal da acumulação e do livre mercado. O crescimento retornaria quando a estabilidade monetária e os incentivos essenciais houvessem sido restituídos.²⁸

Perry Anderson nos mostra qual era o projeto neoliberal em pauta desenvolvido pelos seus precursores. Percebemos que Anderson atenta para o fato de que para os neoliberais o Estado deve ser mínimo, mas forte. Mínimo na participação com os gastos sociais, e forte em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e controlar o dinheiro arrecadado, pois a estabilidade deveria ser fator primordial em qualquer governo. Isto porque o Estado, para a corrente neoliberal, deve estar sempre pronto a defender o livre mercado,

²⁷ GROS, Denise Barbosa. **Institutos Liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República**. Teses FEE N° 6. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. Porto Alegre, 2003. p. 24 e 25.

²⁸ ANDERSON, 1998, p. 11.

mesmo que a defesa do mercado seja o sacrifício da classe trabalhadora e a injeção de dinheiro público para a sustentação de empresas privadas.

Anderson ainda nos atenta para o fato de o projeto neoliberal pregar a restauração da taxa de desemprego, considerado natural nas sociedades capitalistas, isso devido ao fato de que um grande exército de reserva de mão-de-obra ajuda a enfraquecer os sindicatos. Em outra esfera, Perry Anderson destaca a importância de reformas fiscais para a redução de impostos sobre as rendas altas. Este quadro geraria o que o neoliberalismo chama de uma nova e saudável desigualdade.

É interessante perceber a perversidade do programa neoliberal em duas palavras: natural e saudável. Quando aparece a palavra natural, ela surge para naturalizar a taxa de desemprego, como se o fenômeno desemprego não fosse criação do modo de produção em que vivemos. O desemprego é naturalizado, como se ele já existisse na essência da sociedade.

Como já havíamos colocado antes, este novo modelo econômico não conseguiu alcançar o patamar de projeto hegemônico logo no calor de suas primeiras discussões. O programa neoliberal não se tornara hegemônico da noite para o dia, seu processo de construção e reconstrução se esticou até a década de 1970. A década de 1970 é marcada por uma *“reação conservadora vem envolvida numa aliança simbiótica com o pacote ideológico neoliberal e suas propostas econômicas, sociais e políticas para enfrentar a crise”*.²⁹ Até os anos 1970 estava foi de questão que se tornasse um projeto hegemônico, mas a partir daqui passa a ser alternativa. No entanto, até que seja hegemônico, ocorre uma luta intensa entre as várias posições que surgiram com relação ao projeto neoliberal, não somente em relação a sua teoria, mas, sobretudo, em relação à sua prática, principalmente em sua aplicação em relação aos conflitos sociais.

Na Europa, a primeira oportunidade de colocar o projeto neoliberal como programa de governo se deu na Inglaterra com Margaret Thatcher, em 1979. A partir de Thatcher o neoliberalismo se alastrou por todo o continente europeu e pela América do Norte.

Na Inglaterra, foi eleito o governo Thatcher, o primeiro regime de um país de capitalismo avançado publicamente emprenhado em pôr em prática o programa neoliberal. Um ano depois, em 1980, Reagan chegou à presidência dos Estados Unidos. Em 1982, Kohl derrotou o regime social liberal de Helmut Schmidt, na Alemanha. Em 1983, a Dinamarca, Estado modelo do bem-estar escandinavo, caiu sob o controle de uma coalizão clara de direita, o governo de Schluter. Em seguida, quase todos os países do norte da Europa ocidental, com exceção da Suécia e da Áustria, também viraram à direita.³⁰

²⁹ GROS, 2003, p. 25.

³⁰ ANDERSON, 1998, p. 11.

Como podemos notar, Perry Anderson destaca uma série de países que acabaram adotando o modelo neoliberal como programa governamental, dentre eles os mais conhecidos modelos, Inglaterra e EUA. O interessante é perceber o “efeito dominó” demonstrado pelo autor, começando com Thatcher, em 1979, e se espalhando pelos demais países europeus e pelo espaço norte-americano.

Ainda sobre a vitória de Thatcher na Inglaterra, Denise Gros destaca como se deu o processo de construção da hegemonia do projeto neoliberal inglês, que culminou com a vitória de Thatcher nas eleições:

Para essa conversão, contribuíram os economistas, os intelectuais e os políticos liberais, que, apoiados nas críticas de Hayek à política reformista e distributivista de Keynes — coletivista para os liberais —, formaram um movimento intelectual que envolvia centros de pesquisa em universidades e vários *think tanks*, como, por exemplo, o Institute of Economic Affairs. Esses *think tanks* desenvolviam intensa política de divulgação de textos de teoria liberal, de crítica às políticas adotadas pelo governo e de formulação de projetos de políticas de cunho liberal e tinham estreitas vinculações com membros do Partido Conservador.³¹

Gros nos atenta para o fato de que a vitória do projeto neoliberal na Inglaterra, personificado na figura de Margaret Thatcher, teve todo um processo de construção anteriormente. A autora coloca que para que este processo tivesse êxito, economistas, intelectuais, políticos, todos engajados na crítica elaborada por Hayek à política keynesiana, formaram um movimento organizado para a difusão do neoliberalismo, que envolvia centros de pesquisas universitários e vários *Think tanks*³². Esta articulação auxiliou no processo de construção da hegemonia neoliberal na Inglaterra.

Sobre a chegada de Reagan ao poder, Gros é um pouco mais enfática e detalhista. Ela chega a destacar um movimento organizado maior em torno de Reagan. Para Gros, a partir dos anos 1970 houve um estreitamento da participação de empresários estadunidenses nos organismos de aconselhamento à Washington, basicamente sobre temas ambientais, emprego, saúde e previdência. Esta participação ocorria por meio de entidades empresariais como a Business Roundtable³³ e no financiamento de campanhas políticas.³⁴

³¹ GROS, 2003, p. 26.

³² A autora define *Think tanks* como: “(...) institutos privados de pesquisa e debate sobre teoria econômica e políticas públicas; têm uma equipe técnica de alto nível ou contratam consultores e divulgam o resultado dessas pesquisas através de livros, periódicos e publicações em geral e de participação em debates nos meios universitários, na mídia e nos órgãos de assessoria técnica dos partidos políticos”. (GROS, 2003, p. 18)

³³ Instituída pelas maiores corporações estadunidense para atuar diretamente sobre os políticos em Washington no sentido de inibir a aprovação de leis maléficas aos negócios norte-americano. Atuam também como conselho empresarial, uma vez que conseguem marcar reuniões privadas com o Presidente. (GROS, 2003, p. 29)

³⁴ Idem, p. 29.

Além da participação do setor empresarial, o projeto defendido por Reagan ainda angariava outras cinco correntes conservadoras.

Os liberais, liderados por Hayek e Mises nos anos 40 e 50 nas universidades de Chicago e Nova Iorque, conseguiram formar uma rede de instituições, publicações especializadas e periódicos que tiveram grande influência no meio universitário e que foi enormemente ampliada com o aporte monetarista de Milton Friedman e da Escola de Chicago. Os tradicionalistas debatiam-se contra a sociedade de massas e o individualismo, afirmando que o declínio do Ocidente se devia ao racionalismo e ao relativismo. Sua concepção foi sintetizada no livro **Ideas Have Consequences**, de Richard Weaver, publicado em 1948. Os anticomunistas, que se constituíam na terceira corrente, juntamente com a Guerra Fria foram decisivos para a formação da Direita norte-americana no pós II Guerra. (...) Nos anos 70 e 80, surgiram duas novas tendências na Direita norte-americana: os neoconservadores, antigos liberais ou social-democratas convertidos, que reagiam ao ativismo social-liberal dos anos 60, e a direita religiosa, constituída menos de intelectuais e mais de um movimento oriundo das comunidades de cidadãos protestantes fundamentalistas, evangélicos e pentecostais, revoltados com a decadência moral da sociedade norte-americana e preocupados com temas sociais, como aborto, religião nas escolas, pornografia, drogas, crime, desvio sexual, etc.³⁵

Segundo Gros todas estas organizações e correntes de pensamento se aliaram no projeto que culminou com a vitória de Reagan nas eleições. Esta grande gama de segmentos fez com que saísse vitorioso um projeto conservador para os EUA.

É claro que a crise de 1973 teve papel fundamental para a adequação do projeto neoliberal na disputa de projetos de hegemonia. Mas Anderson ainda destaca outro fator para a simpatia pelo projeto neoliberal.

Em 1978, a segunda guerra fria eclodiu com a intervenção soviética no Afeganistão e a decisão norte-americana de incrementar uma nova geração de foguetes nucleares na Europa ocidental. O ideário do neoliberalismo havia sempre incluído, como componente central, o anticomunismo mais intransigente de todas as correntes capitalistas do pós guerra. O novo combate contra o império do mal (...) inevitavelmente fortaleceu o poder de atração do neoliberalismo político, consolidando o predomínio da nova direita na Europa e na América do Norte. Os anos 80 viram o triunfo mais ou menos incontrastado da ideologia neoliberal nesta região do capitalismo avançado.³⁶

De acordo com Perry Anderson um dos fatores que auxiliou a atração do projeto neoliberal está ligado a sua matriz anticomunista. A intervenção da União Soviética no Afeganistão fez com que os EUA fortalecessem o ideário anticomunista, uma vez que a corrente neoliberal se posiciona como uma das correntes de maior intransigência ao

³⁵ Idem, p. 29-30.

³⁶ ANDERSON, 1998, p. 12.

anticomunismo, isto fez gerar um sentimento de simpatia pelo programa neoliberal, possibilitando que este avançasse a partir do ano seguinte sob a Europa e América do Norte.

Os primeiros modelos de governos neoliberais adotaram formas de neoliberalismo distintas, ajustando as necessidades de cada país. Tomemos por exemplo os casos da Inglaterra e dos Estados Unidos.

De acordo com Perry Anderson, o modelo inglês foi um dos mais puros neoliberalismos implantados.

Os governos Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. E, finalmente – esta foi uma medida surpreendentemente tardia –, se lançaram num amplo programa de privatizações, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água.³⁷

Segundo Anderson o neoliberalismo implantado por Thatcher na Inglaterra seguiu à risca o modelo neoliberal desenvolvido pelos intelectuais da Sociedade Mont Pèlerin. Além de elevar as taxas de juros, baixar os impostos sobre os altos rendimentos, abolir o controle sobre fluxos financeiros, aumentar as taxas de desemprego, cortar gastos sociais e impor uma nova legislação anti-sindical, o governo Thatcher, não contente, por último, fez sua investida com uma política ampla de privatizações.

O governo Reagan por sua vez construiu neoliberalismo um pouco diferente ao modelo inglês:

A variante norte-americana era bem distinta. Nos Estados Unidos, onde quase não existia um Estado de bem-estar do tipo europeu, a prioridade neoliberal era mais a competição militar com a União Soviética e, por esta via, derrubar o regime comunista na Rússia. Deve-se ressaltar que, na política interna, Reagan também reduziu os impostos em favor dos ricos, elevou as taxas de juros e aplastou a única greve séria de sua gestão. Mas, decididamente, não respeitou a disciplina orçamentária; ao contrário, lançou-se numa corrida armamentista sem precedentes, envolvendo gastos militares enormes, que criaram um déficit público muito maior do que qualquer outro presidente da história norte-americana.³⁸

Anderson chama a atenção para o fato de o neoliberalismo implantado por Reagan nos Estados Unidos ter sido diferente do de Thatcher na Inglaterra pelo fato de Reagan não ter se preocupado com a disciplina orçamentária pregada pela corrente neoliberal. O fato é que os EUA estavam preocupados não somente na implantação do projeto neoliberal, mas também

³⁷ Idem, p. 12.

³⁸ Idem, p. 12.

na manutenção de seu poder militar no mundo, mais precisamente nas disputas que envolviam Estados Unidos e Rússia. Mas apesar dos grandes gastos orçamentários, Reagan se preocupou em reduzir os impostos para os ricos, elevar a taxa de juros e ser incisivo com o movimento sindical.

As experiências neoliberais de países como Inglaterra e EUA podem ser consideradas marcos para a história da corrente neoliberal, e são sempre lembradas como modelos tanto de simpatizantes quanto de críticos do projeto neoliberal. Mas sem sombra de dúvida o país pioneiro da implantação do neoliberalismo foi o Chile de Pinochet.

Refiro-me, bem entendido, ao Chile sob a ditadura de Pinochet. Aquele regime tem a honra de ter sido o verdadeiro pioneiro do ciclo neoliberal da história contemporânea. O Chile de Pinochet começou seus programas de maneira dura: desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização de bens públicos. Tudo isso foi começado no Chile, quase um decênio antes de Thatcher, na Inglaterra. No Chile, naturalmente, a inspiração teórica da experiência pinochetista era mais norte-americana do que austríaca. Friedman, e não Hayek, como era de se esperar nas Américas. Mas é de se notar que a experiência chilena dos anos 70 interessou muitíssimo a certos conselheiros britânicos importantes para Thatcher, e que sempre existiram excelentes relações entre os dois regimes nos anos 80.³⁹

Para Anderson a ditadura de Pinochet foi o laboratório para a implementação do projeto neoliberal. É a partir da experiência chilena que o neoliberalismo ganha a Inglaterra e os EUA, e depois outros países.

O Chile de Pinochet impôs o projeto neoliberal de maneira bastante dura, além de ser uma ditadura. O modelo chileno adotou uma forma de desemprego em massa, repressão sindical, redistribuição de renda a favor dos ricos, e um programa de privatização dos bens público muito intensivo. Tudo isto, segundo Anderson, seguindo a definição de Milton Friedman, e sobre os olhares atentos de importantes conselheiros que posteriormente elaborariam o programa do governo Thatcher.

Depois do Chile outros países da América Latina também adotaram o neoliberalismo como projeto de governo. Entre eles estão a Bolívia, em 1985, com Jeffrey Sachs, o México, em 1988, com Salinas, a Argentina, em 1989, com Menem, no mesmo ano a segunda presidência de Carlos Andrés Perez, na Venezuela, e no Peru, em 1990, com Fujimori.⁴⁰

De acordo com a proposta elaborada por Gros, podemos admitir que o neoliberalismo chegou à América Latina e obteve êxito a partir dos seus mecanismos econômicos.

³⁹ Idem, p. 19.

⁴⁰ Idem, p. 20.

Antes de se apresentar como um sistema coerente de propostas capaz de configurar uma verdadeira concepção do mundo, o neoliberalismo, na América Latina, revelou-se sob sua face econômica. Sua implantação deu-se através dos enfoques estabilizadores monetaristas, associados às exigências dos organismos de crédito internacional, em especial o FMI.⁴¹

Para Gros, o neoliberalismo antes de se apresentar enquanto uma concepção de mundo, revelou sua faceta econômica. Principalmente porque suas raízes foram fundamentadas a partir das exigências dos organismos de crédito internacional, sobretudo o FMI. Podemos destacar que os primeiros modelos de neoliberalismo implantados na América Latina tiveram o auxílio de regimes ditatoriais, não necessitando assim de uma apresentação formal deste projeto, e sim arbitrária e imperativa.

As principais medidas deste neoliberalismo latino-americano foram adotar “*políticas que conseguissem subordinar o comportamento dos agentes econômicos às forças do mercado e, no campo institucional, diminuir e descentralizar o papel do Estado*”⁴².

Para Francisco Fonseca⁴³, o modelo neoliberal para a América Latina foi desenvolvido pelo chamado Consenso de Washington, sob a tutela dos EUA. Fonseca destaca os seguintes pontos:

Disciplina fiscal; priorização e rigidez nos gastos públicos; reforma tributária desonerante da produção; liberalização financeira; liberdade cambial; liberalização comercial; ênfase no investimento do capital estrangeiro; privatização; desregulação; aprovação/reconhecimento da lei das patentes (propriedade intelectual).⁴⁴

Fonseca destaca que é a partir destes pontos que o neoliberalismo foi implantado na América Latina, foi um modelo que permeou praticamente todos os países latino-americanos. Vale ressaltar que foi um modelo de neoliberalismo criado pelo Consenso de Washington/EUA.

1.3.2 O neoliberalismo e as duas Escolas fundamentais da doutrina neoliberal

⁴¹ GROS, 2003, p. 34.

⁴² Idem, p. 35.

⁴³ Fonseca utiliza o termo ultraliberalismo e não neoliberalismo para definir o projeto defendido por Hayek e seus seguidores. Mas nós continuaremos a utilizar o termo neoliberalismo.

⁴⁴ FONSECA, 2005, p. 79.

Até aqui relatamos um pouco acerca da trajetória de construção do projeto neoliberal, mas ainda não definimos o que é este projeto. Para entendermos do que se trata esta concepção de mundo partiremos da definição de Denise Gros, com uma carga de conteúdo imensa sobre a definição de neoliberalismo:

Entretanto, enquanto sistema de idéias e noções explicativas da realidade, o neoliberalismo converte-se na ideologia perfeita para a etapa globalizante do capitalismo, por justificar teoricamente a livre circulação dos capitais e a diminuição da interferência do Estado na economia tanto no nível da atividade produtiva direta quanto no dos mecanismos de regulação, em especial aqueles que se referem aos investimentos, à distribuição de renda, à abertura dos mercados nacionais e às relações trabalhistas. Trata-se, em suma, de legitimar, teoricamente, um conjunto de mudanças na forma de gerir a economia e a sociedade, dentre as quais é central a diminuição do papel que o Estado desempenha num modelo econômico que permite maior integração dos países ao processo de globalização financeira, dos mercados e da produção. Acompanham esse processo o aumento da participação dos empresários nas decisões sobre a política econômica (aqui entendida na sua forma mais ampla, que engloba não só as políticas estritamente econômicas — monetária, tributária, fiscal, etc. —, mas, também, a regulamentação da relação entre empresários e trabalhadores) e, em contrapartida, a diminuição do espaço de negociação dos trabalhadores.⁴⁵

Segundo Gros o neoliberalismo se configurou na ideologia perfeita para a etapa globalizante e de financeirização do capitalismo, pois este conseguiu legitimar uma série de mudanças na forma de gerir tanto a economia quanto a sociedade. O neoliberalismo propõe justificar teoricamente a livre circulação de capitais e a diminuição do papel do Estado. Junto a este processo agregam-se a maior participação da classe burguesa nas decisões políticas/econômicas, em detrimento da diminuição do espaço dos trabalhadores.

Francisco Fonseca em seu livro *O Consenso Forjado* nos traz um grande levantamento sobre as principais idéias-chave, ou melhor, principais pontos do projeto neoliberal que permearam os diferentes governos/programas implementados. Antes de anunciar os principais pontos do neoliberalismo, levantados por Fonseca, gostaria de colocar que o autor nos chama a atenção para o fato de cada governo ter instituído um modelo de neoliberalismo de acordo com as especificidades e prioridades de cada lugar. Sobre as idéias-chave levantadas por Fonseca, ele as tipifica da seguinte forma:

Precedência da esfera privada (o indivíduo livre no mercado) sobre a esfera pública; máxima desestatização da economia, privatizando-se todas as empresas sob o controle do Estado; desproteção aos capitais nacionais, que deveriam competir livremente com seus congêneres estrangeiros; desmontagem do Estado de Bem-Estar Social, pois concebido (e estigmatizado) como ineficaz, ineficiente, perdulário, injusto/autoritário (por

⁴⁵ GROS, 2003, p. 67.

transferir aos mais pobres parcelas de renda dos mais ricos ou bem-sucedidos, que assim o seriam, estes, por seus próprios méritos), e indutor de comportamentos que não valorizariam o mérito e o esforço pessoais; forte pressão pela quebra do pacto corporativo entre Capital e Trabalho, em nome da liberdade de escolha individual e da soberania do consumidor, desregulamentação e desregulação da produção, da circulação dos bens e serviços, do mercado financeiro e das relações de trabalho; ênfase nas virtudes do livre-mercado, em dois sentidos: como instrumento prodigioso, por aumentar a riqueza, gerando em consequência uma natural distribuição de renda, em razão do aumento da produtividade; e como único mecanismo possível de refletir os preços reais dos produtos e serviços, possibilitando aos indivíduos o exercício de cálculos em relação à atividade econômica; concepção de liberdade como liberdade de mercado, isto é, ausência de empecilhos à relação Capital/Trabalho e à livre realização dos fatores produtivos; concepção negativa da liberdade, isto é, caracterizada como ausência de constrangimentos (que não apenas os imprescindíveis à vida em sociedade) e interferências da esfera pública em relação à esfera privada; aceitação da democracia apenas e tão-somente se possibilitadora do mercado livre e da liberdade individual; concepção de que a sociedade deve oferecer a cada indivíduo (no aspecto fiscal e quanto a eventuais equipamentos públicos) apenas e tão-somente o quanto este contribuía para ela.⁴⁶

Optamos por transcrever esta enorme citação de Fonseca por acharmos que ela expressa muito bem quais os principais pontos que compunham de forma geral um projeto neoliberal. Gostaríamos de destacar alguns pontos para comentário, aqueles que resumem, de certa forma, a análise elaborada por Fonseca.

O primeiro ponto do projeto neoliberal que merece nosso destaque é a ênfase dada ao chamado Estado máximo. O Estado é mínimo em questões que envolvem os direitos sociais (saúde, educação, transporte, etc.), mas forte no que diz respeito a garantir o livre-mercado, a propriedade privada, entre outras características essenciais para o funcionamento do sistema capitalista. Para que isto se desenvolva com perfeição é preciso, dentre outras instituições, um sistema jurídico atrelado a estes interesses.

O segundo aspecto está diretamente ligado ao primeiro, descrito acima. O programa neoliberal visa uma maior desestatização da economia, ou melhor, um nível bastante alto de privatização das empresas sob o controle do Estado, e o ideal para o neoliberalismo é que todas as empresas estatais se tornem particulares.

Para finalizar a seqüência da citação, bem como o raciocínio de Fonseca, o texto segue:

Trata-se da inversão do lema socialista, pois valoriza-se a desigualdade, que, dessa forma, deve refletir méritos distintos; a hipervalorização do sistema jurídico (nomocracia), estruturante e avalista de uma sociedade (contratual) composta por indivíduos autônomos em suas ações em virtude de seus

⁴⁶ FONSECA, 2005, p. 60.

interesses; crença de que o Estado interventor é, intrinsecamente, produtor de muitas crises: fiscal, burocrática, de produtividade, entre outras; daí as demandas pelas “reformas do Estado orientadas para o mercado” e pela defesa da diminuição de impostos e dos gastos governamentais; ênfase nas mínimas, porém importantes, funções do Estado, que deveria ter os seguintes papéis: a) garantir a ordem e a paz; b) garantir a propriedade privada; c) garantir os contratos livremente elaborados entre os indivíduos; d) garantir o “livre-mercado”, por meio da proibição de práticas anticoncorrenciais e da elaboração de “normas gerais e abstratas”; e) desregular, desregular e flexibilizar os mercados (financeiro, produtivo e de trabalho).⁴⁷

Aqui destacamos um terceiro ponto, também associado diretamente aos outros dois pontos acima, diz respeito à virada ocorrida com relação ao binômio Capital/Trabalho. A nova ordem é agora pautada na *livre realização dos fatores produtivos*, ou seja, na liberdade de escolha e na soberania do consumidor. Isso fez diminuir os contratos legais entre Capital e Trabalho, possibilitando o aumento dos chamados serviços e terceirização.

Até chegar a este postulado, o neoliberalismo passou por algumas correntes de pensamento bastante importantes para sua fundamentação e difusão. Dentre as Escolas neoliberais, escolhemos duas para desenvolvermos aqui: Escola Austríaca, Escola de Chicago.

Um dos primeiros intelectuais a freqüentar as fileiras da chamada Escola Austríaca foi Ludwig von Mises, com suas primeiras formulações escritas nos anos 1920, ajudou a formar vários intelectuais que compactuariam posteriormente com o projeto neoliberal.⁴⁸

Mas o personagem principal da Escola Austríaca é sem dúvida o austríaco Friedrich von Hayek. Hayek foi filósofo, teórico, economista, tem suas raízes fundamentadas à tradição austríaca, transferiu-se para Londres onde lecionou na London School, depois foi para os EUA. Nas palavras de Fonseca, Hayek “*carreou adeptos e influenciou a transformação da Agenda mundial, culminando com a ascensão ao poder do Estado, em diversos países, de partidos às bandeiras ultraliberais hayekianas*”.⁴⁹

As bandeiras hayekianas foram formuladas a partir do pressuposto do livre-mercado. Fonseca destaca que para Hayek *a confiança “ilimitada no livre-mercado, locus em que as informações – sobretudo a mais importante delas, os preços – fluiriam livre e espontaneamente, permitindo, a partir daí, os cálculos individuais, constitui um elemento central no pensamento do autor, sendo enfatizada à exaustão*”.⁵⁰

O livre-mercado é o cerne do pensamento hayekiano. Podemos entendê-lo enquanto um modo como os indivíduos se relacionariam. Pois no livre-mercado as relações se dão entre

⁴⁷ Idem, p. 61.

⁴⁸ Idem, p. 61 e 63.

⁴⁹ Idem, p. 64.

⁵⁰ Idem, p. 65.

os indivíduos, sobretudo na mais importante delas que seria o preço estabelecido nas mercadorias. Os preços se dariam de forma individual, e as informações sobre os preços fluiriam livres e espontaneamente, tudo aconteceria com naturalidade.

Ao demonstrar o que seria a distribuição de renda para Hayek, Francisco Fonseca apresenta muito bem qual seria o papel destinado para o livre-mercado, e para o Estado:

Para Hayek o mercado seria o único mecanismo possível de distribuição – natural e espontânea – de renda. **Os que demandassem por “justiça social”, isto é intervenção (considerada autoritária) do Estado com o fim de retirar recursos dos que se saíssem melhor no mercado, ou simplesmente fossem mais afortunados, e repassá-los aos “fracassados” (os pobres), não teriam compreendido o seu funcionamento.** Afinal, o mercado não é concebido como justo ou injusto, pois seu papel seria apenas o de coordenar os agentes produtivos, cabendo a estes, pelo mérito, promover a justiça (ascensão social), que seria, portanto, individual. Daí o papel essencialmente “regulatório” a ser desempenhado pelo Estado no que tange ao cumprimento dos contratos efetivados entre as partes livres.⁵¹

O que Fonseca nos mostra é que no projeto neoliberal hayekiano não existe distribuição de renda. E se houvesse a distribuição de renda, dos mais ricos para os mais pobres, se isso acontecesse é porque os indivíduos não teriam entendido o funcionamento do sistema. Pois para Hayek, o papel que cabe ao mercado é o de coordenar os agentes produtivos. O mercado não é justo ou injusto, a justiça social é promovida individualmente. E é aí que entra o papel do Estado, regular o cumprimento dos contratos firmados entre as partes livres.

Como segunda Escola a elaborar e difundir o projeto neoliberal temos a Escola de Chicago, que tem na figura de Milton Friedman seu principal intelectual. Podemos enfatizar o projeto neoliberal da Escola de Chicago em dois aspectos, primeiro do ponto de vista econômico, ao elaborar a teoria monetarista, a moeda trazendo a estabilidade econômica. E segundo, do ponto de vista das políticas públicas sociais, prevê uma privatização total da questão social.⁵²

Francisco Fonseca ao analisar a Escola de Chicago destaca como esta Escola trata do tema da pobreza:

A solução para a pobreza deveria ser transferida, portanto, do Estado à iniciativa individual, ou melhor, à boa vontade e às consciências sensíveis dos indivíduos altruístas. Daí a caridade ser a recomendação do radicalismo ultraliberal para a sociedade cuidar dos pobres, pois, ao mesmo tempo que estes seriam “auxiliados”, a liberdade individual estaria garantida. Afinal, ninguém seria obrigado a ajudar os necessitados, pois só o faria por livre e espontânea vontade. Mais importante, o Estado não obrigaria a sociedade

⁵¹ Idem, p. 67. [grifos meus]

⁵² Idem, p. 70.

como um todo a contribuir de forma compulsória com um sistema de benefícios sociais. Neste, os impostos progressivos, as regulamentações e a burocracia estatal aumentariam continuamente, interpondo-se à liberdade individual. Com a caridade far-se-ia também justiça, pois a desigualdade é considerada (pelo ultraliberalismo) intrínseca à liberdade não sendo justo portanto obrigar os que possuem mais recursos a “doar” parte deles aos que não são bem-sucedidos.⁵³

Primeiramente é importante destacar que tanto na Escola Austríaca quanto aqui na Escola de Chicago, o elemento da redistribuição de renda parece não existir. Este assunto deve ser tratado de forma individual, o indivíduo ajuda os menos afortunados se quiser.

Segundo Fonseca a solução para a pobreza estaria em transferir o assunto do Estado para as mãos da iniciativa privada. Isto ocorreria por meio da caridade dos indivíduos para com os outros, sendo assim nenhum indivíduo teria sua liberdade invadida. Aliás, a liberdade, para o neoliberalismo, está ligada diretamente à desigualdade, por isso não seria justo obrigar os mais ricos a dividir com os mais pobres.

Fonseca também nos apresentou como esta Escola trata o tema da Democracia, segundo o autor este é um tema que deve ser tratado à parte no pensamento neoliberal:

Quanto à democracia, trata-se de um capítulo à parte no pensamento ultraliberal, pois, como um todo, privilegia-se a (considerada) liberdade econômica – “livre-mercado” – como fator constituinte da liberdade e conseqüentemente, da democracia. A democracia política é, dessa forma, posta sob suspeição, pois a regra da maioria (pressuposto da lógica democrática) poderia levar à tirania das massas de se reivindicar a intervenção do Estado e, principalmente, a redistribuição de renda por transferência compulsória de recursos dos mais ricos aos mais pobres. (...) Nesse sentido, o referido apoio (e mesmo a estreita colaboração) à política econômica do hiperautoritário governo Pinochet, no Chile, não é visto como contraditório, pois supostamente a “liberdade econômica” teria sido preservada nesse país, sendo ela o fulcro da democracia.⁵⁴

De acordo com Francisco Fonseca, a democracia para o neoliberalismo estaria ligada diretamente à liberdade econômica, se fosse respeitado o livre-mercado, a democracia estaria posta. A democracia política poderia levar à tirania das massas a reivindicar a intervenção do Estado, e o exemplo citado da distribuição de renda nos parece bastante categórico. Por fim Fonseca coloca que a experiência chilena, com o ditador Pinochet, não é contraditória aos olhares neoliberais, que, aliás, apoiaram e colaboraram na construção do modelo neoliberal chileno, pois ali as bases da liberdade econômica não foram afetadas. Sendo assim, para os

⁵³ Idem, p. 71.

⁵⁴ Idem, p. 72.

neoliberais, a democracia foi estabelecida no Chile de Pinochet a partir da implementação do projeto neoliberal.

1.3.3 O neoliberalismo e sua chegada no Brasil

O neoliberalismo tem suas primeiras manifestações no Brasil, enquanto projeto de governo, com a eleição de Fernando Collor de Mello, e depois com a posse de Itamar Franco, e com Fernando Henrique Cardoso, que posteriormente vai dar seguimento às reformas neoliberais iniciadas no governo Collor. O projeto neoliberal enquanto programa de governo acontece no Brasil entre final de 1980 e início de 1990, a partir desta só avançaria.

Mas a corrente neoliberal não vem para o Brasil apenas nos anos 1980, ela aparece como projeto alternativo muito antes. No livro *O Pensamento Econômico Brasileiro*, o autor Ricardo Bielschowsky faz sua análise pautada entre os anos 1930 a 1964, sobre as correntes de pensamento econômico no Brasil. Já nos anos 1940, segundo Bielschowsky, surgia com força a corrente neoliberal.⁵⁵

Segundo Bielschowsky o neoliberalismo surge no pós-1930, justamente em oposição à ordem econômica fundamentada na presença constante de intervenção do Estado na economia.

Os economistas neoliberais preocupavam-se, primordialmente, em defender o sistema de mercado, fórmula básica de eficiência econômica. Eram portanto primordialmente liberais. O prefixo “neo” tem um significado muito preciso: representa o fato de que os liberais brasileiros, em sua maioria, passavam a admitir, na nova realidade pós-1930, a necessidade de alguma intervenção estatal saneadora de imperfeições de mercado, que, segundo reconheciam, afetavam economias subdesenvolvidas como a brasileira. A posição análoga à dos liberais que fizeram concessões ao keynesianismo, admitindo medidas anticíclicas como forma de recondução de economias desenvolvidas à situação em que segundo acreditavam, os mecanismos de mercado podem voltar a garantir equilíbrio e eficiência.⁵⁶

A ordem econômica no pós-1930 era estabelecida pela forte presença estatal, basicamente sobre as premissas do keynesianismo. De acordo com Bielschowsky, os neoliberais surgiram com o propósito de contrapor o keynesianismo e a visão do Estado como

⁵⁵BIELSCHOWSKY, Ricardo. **O pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Editora Contraponto. 5ª edição. Rio de Janeiro, 2000.

⁵⁶ Idem, p. 37.

ente capaz de sanear as imperfeições do mercado. Para os neoliberais eram os próprios mecanismos de mercado que garantiriam a volta de um sistema equilibrado e eficiente.

Dentre os intelectuais neoliberais deste período, Bielschowsky destaca cinco personagens: Eugênio Gudin, Daniel de Carvalho, Octávio Gouveia de Bulhões, Denio Nogueira e Alexandre Kafka.⁵⁷

Entre os neoliberais destacavam-se três pontos fundamentais de convergência em suas propostas:

- a) Eram partidários do princípio de redução da intervenção do Estado na economia brasileira; b) manifestavam-se continuamente a favor de políticas de equilíbrio monetário e financeiro, evitando a discussão dos seus efeitos sobre o nível de renda e emprego; c) não propunham medidas de suporte ao projeto de industrialização e eram freqüentemente contrários a essas medidas.⁵⁸

Estes três pontos apareciam com ênfase no pensamento dos neoliberais do período de 1940. Muito em função da influência do keynesianismo que pregaria o inverso do projeto exposto acima. Mas também porque defendiam a idéia clássica de divisão internacional do trabalho, principalmente Gudin e Carvalho.

Segundo Fonseca, no Brasil o embate aconteceu entre intervencionistas, aqueles que pregavam a intervenção do Estado na economia, e o que ele chamou de liberais, aqueles que tendiam a pender para propostas neoliberais.

Nos anos 1940, portanto em pleno processo industrializante, a contenda entre intervencionistas e liberais foi personificada respectivamente por Roberto Simonsen e Eugênio Gudin. O primeiro, empresário e um dos criadores da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), concebia a intervenção e o planejamento estatais como forma de possibilitar o desenvolvimento, sobretudo num país como o Brasil, onde os capitais privados eram escassos. Já Gudin – hayekiano, adepto portanto das teses ultraliberais – argüia contra a hipertrofia do poder executivo, contingência tida como inescapável em virtude do Estado.⁵⁹

As disputas entre intervencionistas e neoliberais, segundo Fonseca, ficaram personificadas nas figuras de Roberto Simonsen e Eugênio Gudin. Simonsen via na intervenção estatal a possibilidade de desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Gudin entendia a economia a partir dos postulados neoliberais de Hayek.

⁵⁷ Idem, p. 38.

⁵⁸ Idem, p. 37 e 38.

⁵⁹ FONSECA, 2005, p. 56 e 57.

Com certeza Gudin foi um dos principais expoentes do projeto neoliberal no Brasil, mas Bielschowsky destaca também outra figura central para o pensamento neoliberal, trata-se de Octávio Gouveia de Bulhões.

O principal núcleo de militância intelectual dos economistas neoliberais foi a Fundação Getúlio Vargas (FVG). Pouco de sua formação os economistas Eugênio Gudin e Octávio Gouveia de Bulhões lograram formar uma sólida divisão de pesquisas econômicas que, em 1950, ganhou o nome de Instituto Brasileiro de Economia (Ibre). A partir de 1948, a equipe passou a editar a *Revista Brasileira de Economia*, que foi a primeira publicação acadêmica de bom nível no campo da economia. Em 1952, a equipe passou a controlar a outra importante revista da FVG, ou seja, a *Conjuntura Econômica*, que desde sua primeira edição, em 1947, estivera sob a direção de intelectuais de linha desenvolvimentista. O grupo teve também marcada influência sobre o ensino de economia no país. Gudin e Bulhões introduziram o primeiro programa de curso superior dirigido exclusivamente a ciência econômica e foram, na Universidade do Brasil (hoje UFRJ), os líderes intelectuais da Faculdade de Economia, isoladamente a mais importante do país, por muito tempo.⁶⁰

De acordo com os escritos de Bielschowsky, podemos definir a dobradinha Gudin/Bulhões como os principais organizadores e difusores do programa neoliberal durante as décadas de 1940 a 1960 no Brasil. Gudin/Bulhões atuaram em várias frentes para introduzir o projeto neoliberal no Brasil, desde seu principal meio de militância intelectual, a FVG, passando pela edição de periódicos como *Revista Brasileira de Economia* e *Conjuntura Econômica*, a formação de um instituto de pesquisa, o Ibre, até a introdução de um curso de economia na Universidade do Brasil (hoje UFRJ). Todos estes canais serviram para Gudin/Bulhões divulgarem o pensamento neoliberal no Brasil.

Além das instituições apresentadas acima, houve outros núcleos de formação e organização da proposta neoliberal.

Instituição de pensamento econômico neoliberal foi o Conselho Nacional de Economia. Especialmente nos primeiros anos de sua existência, quando era forte a influência de Bulhões, O CNE teve destacada participação no debate sobre a economia brasileira, posicionando-se favoravelmente a uma redução da intervenção estatal na economia e a um rigoroso controle do processo inflacionário. O CNE tinha duas publicações importantes: um relatório anual, intitulado *Exposição geral sobre a situação econômica do Brasil*, e a *Revista do CNE*. (...) A Confederação Nacional do Comércio (CNC), a Associação Comercial de São Paulo (ACSP) e a Federação do Comércio de São Paulo (FCSP) também foram núcleos de certa relevância do pensamento econômico neoliberal. A CNC foi a organizadora do Primeiro Congresso Brasileiro de Economia, em 1943, e do Primeiro Encontro Anual das Classes Produtoras, em 1945. Nos anos 50, instituiu o Conselho Técnico que, a partir de 1955, teve suas conferências e debates transcritos no boletim Carta Mensal. A ACSP e a FCSP eram responsáveis pela publicação da importante

⁶⁰ BIELSCHOWSKY, 2000, p. 38 e 39.

revista *Digesto Econômico*. Observe-se que a revista, em que pese a posição liberal e antiestatizante da maioria dos líderes do comércio paulista, pautou-se por uma linha eclética, abrindo espaço para certo número de artigos de economistas de diferentes correntes de pensamento, sem perder, contudo, sua inclinação geral conservadora.⁶¹

É notadamente expressivo o número de instituições trazidas por Bielschowsky que representavam o projeto neoliberal no Brasil. Especialmente se observamos que este número de associações estão presentes no debate de projetos para o Brasil nas décadas de 1940 e 1950 defendendo uma visão neoliberal.

Percebemos que além de se tratarem de instituições diferentes as quais explicitamos na dobradinha Gudin/Bulhões, a participação destes intelectuais será constante na construção destas. Como é o caso do Conselho Nacional de Economia, que teve como um de seus principais articuladores Octávio Gouveia de Bulhões. E suas principais críticas ao modelo brasileiro giravam em torno da defesa da redução da intervenção estatal na economia e um rigoroso processo antiinflacionário.

É importante destacar que todas estas associações utilizavam de vários métodos para a difusão de seu projeto. O CNE com seu relatório anual, intitulado *Exposição geral sobre a situação econômica do Brasil*, e a *Revista do CNE*, o CNC com seus congressos e a Carta Mensal, A ACSP e a FCSP com a revista *Digesto Econômico*. Mesmo que em determinados casos alguns desses canais de difusão abrissem espaços para outras correntes, a principal inclinação foi sempre o neoliberalismo.

A dupla Gudin e Bulhões apesar de atuar junto na construção de um programa neoliberal, cada um tinha suas especificidades, e chegavam a divergir em determinados assuntos.

Bulhões tinha uma linguagem liberal menos radical que Gudin, mostrando-se, por exemplo, mais tolerante a iniciativas de planejamento parcial. No essencial, contudo, o seu pensamento tinha a mesma função política que o de Gudin, já que a condução que ambos preconizavam para a política econômica era aproximadamente a mesma. A única grande divergência dizia respeito à instituição de um sistema financeiro a longo prazo, assunto em que Bulhões foi economista de maior destaque no país.⁶²

O fio condutor do pensamento, tanto de Bulhões quanto de Gudin, era o mesmo, o neoliberalismo. A partir das análises de Bielschowsky percebemos que a dupla divergia em apenas um aspecto, no que dizia respeito à instituição de um sistema financeiro a longo prazo, como a criação de um Banco Central. Gudin não apoiará seu companheiro por acreditar ser

⁶¹ Idem, p. 39.

⁶² Idem, p. 39 e 40.

“inviável o estabelecimento de um Banco Central e de um sistema financeiro sólido em situação inflacionária”.⁶³

Já Bulhões entendia que o sistema financeiro seria o mecanismo capaz de desenvolver o mercado brasileiro. E é com uma linguagem menos radical que a de Gudin que ele, Bulhões, participou da construção de determinados governos, sempre defendendo suas teses sobre o sistema financeiro.

Bulhões foi o criador da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), em 1945, e um incansável instigador da criação do Banco Central. Foi também, em conjunto com Roberto Campos, o responsável pela reforma financeira de 1964-67. O mercado financeiro seria, segundo Bulhões, o grande instrumento de ampliação da poupança interna, juntamente com o capital estrangeiro. Seria também o instrumento básico de elevação da eficiência alocativa do sistema de mercado brasileiro.⁶⁴

Mesmo sem o auxílio de seu principal companheiro, Bulhões conseguiu expandir as raízes de seu projeto pautado no desenvolvimento do sistema financeiro no Brasil. De acordo com Bielschowsky, Bulhões conseguiu participar de vários governos, como por exemplo, o auxílio dado para a ditadura civil-militar com a criação do primeiro plano econômico da ditadura. E é claro que em todas as suas participações Bulhões carregou uma pitada de seu projeto.

Já Gudin foi considerado o mais importante economista conservador do período de 1945-1964, mesmo não sendo economista de formação e sim engenheiro. As considerações para com este personagem não param por aí, ele foi também, segundo Bielschowsky, o *“líder teórico da corrente de pensamento neoliberal no país”*.⁶⁵

Gudin foi um típico economista neoliberal, levado a reinterpretar os grandes enunciados das teorias liberais à luz da problemática econômica revelada pela depressão cíclica do período entre as duas grandes guerras. Fez um esforço de recuperação do princípio fundamental da econômica clássica, isto é, uma defesa qualificada do princípio da não-intervenção estatal na economia, através de uma rica problemática analítica de sua aplicação ao caso dos países subdesenvolvidos. (...) Este, por sua vez, teve a originalidade de repensar o livre-cambismo pela ótica dos países subdesenvolvidos. Dificilmente outro economista liberal de países atrasados terá feito, em plena década de 40, um esforço tão consistente como o de Gudin para readaptar os postulados clássicos às economias subdesenvolvidas, ou “reflexas”, se quisermos empregar o termo cunhado pelo próprio autor em 1940. (...) A hipótese central de sua argumentação é a existência de pleno emprego na economia brasileira. Era este um ponto indispensável à consistência de suas

⁶³ Idem, p. 40.

⁶⁴ Idem, p. 40.

⁶⁵ Idem, p. 40.

formulações. Tinha Gudin plena consciência disto – e total convicção da existência do pleno emprego.⁶⁶

Segundo Bielschowsky, Gudin esforçou-se e teve grande habilidade em fazer uma releitura das teorias clássicas do liberalismo, e as adaptou para os países chamados subdesenvolvidos. Dentre os pontos de destaque de seu projeto estavam a não-intervenção estatal na econômica, ênfase no livre-mercado, e a existência de pleno emprego na economia brasileira. Esta última, de acordo com Bielschowsky, era o postulado central das argumentações de Gudin, este tinha certeza da existência do pleno emprego em solo brasileiro.

O avanço da ofensiva neoliberal não se esgotou com Gudin e Bulhões. A partir da década de 1970, em plena ditadura civil-militar, a história viu surgir uma das principais linhas de pensamento para o projeto neoliberal no Brasil. Henry Maksoud se tornou um dos principais intelectuais do projeto neoliberal, e apoiado na organização e difusão a partir da revista *Visão*. Maksoud influenciou programas neoliberais pelo Brasil, inclusive o projeto neoliberal do Instituto Liberal.⁶⁷

⁶⁶ Idem, p. 40 e 41.

⁶⁷ Ver mais sobre o assunto em: GROS, 2003.

CAPÍTULO 2 – QUEM É QUEM EM VISÃO: DO COMPLEXO EMPRESARIAL AOS SEUS “TENTÁCULOS”

No capítulo 2 faremos um levantamento e demonstramos quem é *Visão*. Mostramos que ela não é uma simples revista, mas que é, e faz parte, de um complexo empresarial que alcança diversos setores da economia. Além de apontar a relação que *Visão* estabelecia com a fração de classe das indústrias de base.

No tópico 2.1 *Uma revista diferente de opinião neoliberal*, apresentamos quais são as empresas que pertencem ao Complexo Empresarial Maksoud. E como Maksoud utilizou-se de algumas empresas deste complexo, em especial a revista *Visão*, para a difusão do projeto neoliberal.

Nos pontos 2.2 *O II PND e o setor privilegiado pela estratégia* e 2.3 *O fracasso do sonho: o II PND já nascia condenado*, nos fazemos um levantamento sobre a implementação, aceitação e os resultados do II PND.

Para finalizar, no 2.4 *A ABDIB e sua ação partidária junto à indústria de base* e 2.5 *Visão, ABDIB, e o II PND*, nos mostramos como se dava a relação entre a ABDIB, a revista *Visão* e o II PND.

2.1 UMA REVISTA DIFERENTE DE OPINIÃO NEOLIBERAL

Nosso objeto de análise, a revista *Visão*, “é parte de um complexo e heterogêneo grupo empresarial pertencente a Henry Maksoud”.¹ Maksoud é formado em engenharia pela Universidade Mackenzie², mas seu principal foco de ação sempre foi a classe burguesa da sociedade.

Este diversificado complexo de empresas privadas que Henry Maksoud continha desde empresas de engenharia até uma rede de hotéis de luxo. Vejamos algumas na seqüência.

¹ FONSECA, Francisco César Pinto da. **A imprensa liberal na transição democrática (1984-1987): projeto político e estratégias de convencimento (Revista Visão e Jornal O Estado de São Paulo)**. Dissertação de Mestrado UNICAMP, 1994. p. 31.

² Dados coletados no site: http://www.maksoud.com.br/HM_Port01.htm acessado em 10 de julho de 2008.

Sem dúvida um de seus principais empreendimentos é a empresa de engenharia de projetos e gerenciamento de obras Hidroservice. Esta é uma das únicas empresas, do vasto campo empresarial de Maksoud, que ainda permanece em atividade.

Empresa de engenharia de projetos e gerenciamento de obras Hidroservice. Com várias filiais, escritórios regionais e escritórios no exterior, emprega cerca de três mil funcionários, a maioria com vinculação permanente. A área de atuação da empresa cobre todo o território nacional e vários países em quase todos os continentes. Seu campo de atuação é vastíssimo, abrangendo praticamente todos os ramos da engenharia.³

Fonseca nos mostra que a Hidroservice atua em várias frentes e elaborando diversos trabalhos. A Hidroservice é uma empresa que abrange os mais variados setores da engenharia, o que possibilitava ela a transitar desde a elaboração de projetos para as áreas de transporte até os setores de energia. Esta diversidade de atuação fez com que a Hidroservice se espalhasse por todo o território brasileiro e por quase todos os continentes do globo.

Fundada em 1958, com sede em São Paulo é uma empresa eminentemente brasileira, dedicada à elaboração de estudos de viabilidade, estudos ambientais, planejamento, projetos e supervisão técnica, diligenciamento para obtenção de financiamento, procura e compra de equipamentos, controle de qualidade, assessoria e gerenciamento de projetos e obras e assistência técnica para início de operação.

Com mais de trinta anos de atividade internacional, classificada entre as maiores empresas especializadas em serviços de engenharia do mundo por respeitáveis publicações a HIDROSERVICE é a primeira do Hemisfério Sul na categoria de gerenciamento de projetos e obras.⁴

O trecho acima, retirado do próprio site da empresa Hidroservice, mostra que a empresa está desde 1958 atuando no cenário capitalista brasileiro, e está há mais de trinta anos atuando no cenário mundial, elaborando atividades de caráter multinacional.

De acordo com os dados apresentados, podemos qualificar a Hidroservice como uma empresa multinacional, pois além de sua expansão pelo território brasileiro, ela ainda conseguiu se expandir para os demais países, abrindo filiais pelo mundo.

Esta gama de segmentos é voltada principalmente ao setor público, para o qual, enfatize-se, a Hidroservice planeja, constrói, executa e mesmo gerencia obras executadas. Como exemplo pode-se citar o planejamento e construção do aeroporto internacional do Rio de Janeiro. Tanto a variedade das atividades como a dimensão que possuem faz com que a empresa subcontrate indiretamente (por intermédio de empreiteiros e subempreiteiros) o impressionante contingente de cerca de quinhentas mil pessoas para a execução das grandes obras, ou de obras concomitantes. Tal

³ FONSECA, 1994, p.31.

⁴HIDROSERVICE ENGENHARIA LTDA. **Quem Somos.** Dados coletados no site: <http://www.hidroservice.com.br/hidrofr.htm> acessado em 21 de junho de 2010.

magnitude fez com que se tornasse a maior empresa brasileira de engenharia e uma das maiores do mundo.⁵

O principal foco de ação da empresa sempre foi o setor público. Segundo Fonseca, a Hidroservice se tornou a maior empresa de engenharia do Brasil, e uma das maiores do mundo.

Além da Hidroservice responsável por projetos e gerenciamento de obras, Henry Maksoud criou outras duas empresas com o nome de Hidroservice, a Hidroservice - Centro-Oeste Agropecuária e Industrial Ltda. e Hidroservice Amazônia S.A. - Agropecuária industrial Ltda:

Aqui, a atuação do grupo volta-se aos empreendimentos rurais, onde também majoritariamente dominados pelo Estado que, entre outros mecanismos, intervém por intermédio de incentivos fiscais concedidos por órgãos de desenvolvimento federais com atuação regional, caso, entre outros, da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia). Observe-se que vários dos projetos desenvolvidos ocorreram durante o regime militar, no contexto da ampliação das fronteiras agrícolas do país.⁶

A atuação destas duas empresas, homônimas da mais famosa do complexo, é o setor agrícola, mais especificamente nas regiões centro-oeste e norte. Aqui destaca-se também a atuação conjunta com o Estado, ou seja, elas utilizam de incentivos fiscais concedidos por órgãos criados e financiados pelo Estado, com foco de atuação regional, para o desfecho de seus projetos.

Um dado bastante interessante que Fonseca nos traz é perceber que vários dos projetos executados por estas empresas remontam ao período da ditadura civil-militar. E é neste período que se expande a movimentação para a ampliação das fronteiras agrícolas no Brasil.

Outras três empresas aparecem no meio do complexo heterogêneo de empresas do grupo Maksoud, são elas:

Sisco – Sistemas e Computadores S.A. Empresa fabricante de hardware e software para computadores de micro, mini e médio porte. É importante ressaltar que as empresas nacionais de informática foram por vários anos protegidas da concorrência internacional através da reserva de mercado; empresa de engenharia HM Empreendimentos e Participações, especializada em elaborar projetos de hotéis de alto luxo; hotel de alto luxo “Maksoud Plaza” e atuação no mercado imobiliário.⁷

⁵ FONSECA, 1994, p. 31.

⁶ *Ibidem*, p. 31.

⁷ *Idem*, p. 32.

Se nos prendermos a estas três empresas, veremos o quão diversificado e amplo foi construído o horizonte empresarial do complexo Maksoud. É claro que se olharmos para a HM Empreendimento e Participações, veremos uma empresa nos moldes da Hidroservice, só que voltada para o setor hoteleiro. Mas se nos detivermos na Sisco e ao Maksoud Plaza teremos uma gama de segmentos totalmente diversos.

Contabilizamos até agora seis empresas do complexo Maksoud. Umas com afinidades em seus focos empresariais, outras muito diferentes. Mas a que esta por vir parece ser a mais distintas de todas, mas que no final de nossas considerações veremos o quão importante esta empresa é para o complexo empresarial Maksoud.

Deixamos por último, justamente por ser nosso objeto de análise, a revista *Visão*. A revista faz parte de uma empresa ainda maior, que edita além de *Visão* outros materiais específicos.

A editora VISÃO que, além da revista em foco, edita revistas setoriais voltadas à iniciativa privada, tais como a “Dirigente industrial”, a “Dirigente Rural” e a “Dirigente Construtor”, cada qual, como indicam seus respectivos títulos, voltadas a segmentos específicos. Publica também, anualmente (antes mesmo da revista pertencer ao grupo Maksoud), o balanço empresarial “Quem é Quem” com o ranking das maiores empresas brasileiras e atuantes no Brasil segundo faturamento, investimento etc. Ainda no que diz respeito a revistas setoriais, porém voltadas ao setor público, publica a “Dirigente Municipal” e o informe “Perfil” (panorama da administração pública). A editora também traduziu, sozinha ou coligada a outras editoras, autores que propagavam idéias neoliberais, dos quais destaca-se o livro “Os Fundamentos da Liberdade”, de F. Hayek, em parceria com a editora da Universidade de Brasília com tradução e prefácio do próprio H. Maksoud. Observe-se que tal diversidade editorial contempla praticamente todos os segmentos privados e públicos.⁸

Além da revista *Visão*, a editora Visão buscava atingir os mais variados setores, principalmente da classe burguesa. Se nos detivermos aos títulos “Dirigente industrial”, a “Dirigente Rural”, a “Dirigente Construtor”, a “Dirigente Municipal” e o informe “Perfil” (panorama da administração pública), veremos uma vasta gama de frações da classe burguesa e dois periódicos voltados ao setor público.

Esta grande presença da editora Visão pode ser interpretada da seguinte forma: A editora Visão, empresa da qual faz parte a revista *Visão*, atuava no sentido de formular um projeto neoliberal que viesse a se tornar mais tarde um programa para a sociedade brasileira, mas seu principal foco de ação parece-nos ser a organização da classe burguesa em torno do consenso no projeto que viria a se consolidar no neoliberalismo, para posteriormente levar

⁸ Idem, p. 32.

este consenso a toda à sociedade civil. É por isso que temos uma tamanha inserção da editora Visão nos mais variados assuntos, dos mais variados setores.

Mas além de todos os periódicos editados pela editora Visão, ela ainda traduziu e publicou vários livros de autores que propagam as idéias neoliberais. Fonseca destaca no trecho acima o livro *Os Fundamentos da Liberdade*, de F. Hayek, em parceria com a editora da Universidade de Brasília com tradução e prefácio do próprio Henry Maksoud.

Além de traduzir diversos livros para o português, a editora Visão ainda publicou uma vasta gama de livros de seu proprietário Henry Maksoud, e segundo Fonseca todos os “livros seguem a linha ideológica da revista, isto é, o neoliberalismo hayekiano”.⁹

O fato é que se analisarmos somente o complexo editorial Visão, veremos que este grande “Kraken¹⁰” alastra seus tentáculos por diversas frações de classe, a fim de disseminar e organizar estas em torno de seu projeto neoliberal para a sociedade brasileira.

Um destes tentáculos do grande “Kraken” é justamente a revista *Visão*. *Visão* foi fundada em 1952 no Rio de Janeiro, mas em 1957 foi transferida para São Paulo onde permaneceu sediada até ser fechada, segundo consta, por problemas financeiros em 1993.¹¹ “Nos anos 1960 e 1970, chegou a ser uma revista importante, referência nacional em cobertura jornalística econômica e política, local e internacional, com investimento em grandes reportagens”.¹²

Na década de 1970, *Visão* passou por mudanças profundas, tanto de proprietário, quanto na estrutura ideológica da revista. Em 1972, Said Farah comprou a revista, mas em 1974 revendeu os títulos da revista para o empresário Henry Maksoud:

De acordo com Isaac Jardimovski, diretor de redação (1975-1990) e diretor-geral do grupo Visão (1978-1990), “a compra de Visão por Henry Maksoud foi um divisor de águas ideológico: antes de Maksoud, tendência para a esquerda, liberdade para redatores e editores; na fase Maksoud tendência para o chamado liberalismo, tendo em Hayek seu principal mentor intelectual, e orientação centralizada da linha editorial, com marcante presença de temas político-filosóficos”.¹³

Após a compra da revista por parte de Henry Maksoud, Isaac Jardimovski, um dos principais diretores à frente de *Visão*, constatou que a revista sofreu uma virada em seu perfil

⁹ Idem, p. 32.

¹⁰ Espécie de lula ou polvo gigante da mitologia nórdica.

¹¹ JORGE, V. L. *Visão*. In: ABREU, A. A. [et al.] (Coord.). **Dicionário Histórico-bibliográfico brasileiro pós-1930**. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. 5 v., p. 6098-6099.

¹² WIKIPEDIA. Dados coletados no site [http://pt.wikipedia.org/wiki/Vis%C3%A3o_\(revista_brasileira\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Vis%C3%A3o_(revista_brasileira)) acessado em 14 de janeiro de 2009.

¹³ JORGE, 2001, p. 6098.

ideológico. A virada apontada por Jardonovski pode ser identificada como uma virada não apenas ideológica. O que pode parecer simples, por exemplo, a presença marcante de temas considerados político-filosóficos, orientados, sobretudo, pela marca corrente hayekiana, já dá mostras de que o projeto defendido por *Visão*/Maksoud é apoiado nas premissas neoliberais, como um projeto para toda a sociedade brasileira.

“Além da redefinição editorial, os novos proprietários passaram a periodicidade a semanal e introduziram a impressão colorida”.¹⁴ O que se percebe é um alto investimento em torno da empresa *Visão*. Desde sua compra, até a readequação de suas edições.

A revista manteve a regularidade nas edições e inserção significativa no mercado durante o Regime Militar, fazendo parte de um novo contexto sócio-político marcado, no campo das comunicações, pela expansão dos conglomerados de mídia, inclusive no setor de publicações impressas. Atravessou todo o período e consolidou sua presença como revista quinzenal e, posteriormente, semanal de informação, distribuída em todo o país e financiada pelo sistema publicitário que teve nela um importante meio de divulgação de produtos e serviços dirigidos ao leitor de revistas de informações. O jornalista e diretor da publicação nos anos 1970 Isaac Jardonovski indica como fator relevante a circulação de cerca de 200 mil exemplares da revista em meados dos anos 1970.¹⁵

A circulação da revista *Visão* nos parece bastante relevante para o período, o que nos leva a crer que a inserção de *Visão* no cenário nacional fosse de uma abrangência significativa, é claro se vista sobre os moldes da década de 1970. Todas essas mudanças se devem, principalmente, pelo fato de Henry Maksoud ter adquirido os direitos da revista.

Mas de acordo com as informações contidas na própria revista, entre os anos analisados, e as informações trazidas pelo autor Francisco César Pinto da Fonseca, na análise que resultou em sua dissertação de mestrado pela Unicamp, defendida em 1994, propondo-se a analisar a revista *Visão* e o jornal *O Estado de São Paulo*, traz elementos que nos mostram que o principal foco de atuação de *Visão* eram os estratos médios e burgueses da sociedade.

É para esse parco universo leitor – minoria absoluta num país marcado pelo analfabetismo de extensas parcelas da população – que a imprensa em questão procura modelar a visão de mundo, sendo constituído pelos estratos médios e superiores da hierarquia social brasileira.¹⁶

Fonseca analisa a revista *Visão* entre os anos de 1984 a 1987. Apesar de não se tratar do mesmo momento analisado por nós, podemos a partir das informações trazidas por

¹⁴ NERY, João Elias. **Páginas de Cultura, Resistência e submissão: livros na revista *Visão* (1968-1978)**. IN: Revista Em Questão, Porto Alegre, v. 13, n. 2, jul/dez 2007. p. 287

¹⁵ Idem, p. 287.

¹⁶ FONSECA, 1994, p. 06.

Fonseca analisar o universo que *Visão* pretendia atingir e termos pistas de qual projeto era defendido por *Visão*.

Segundo Fonseca, *Visão* procurava atingir leitores da alta sociedade, ou seja, da burguesia, e das camadas médias da população, principalmente uma camada média com poder aquisitivo um pouco mais elevado.

O grande mote de *Visão* era organizar principalmente a burguesia brasileira em torno de um projeto para a sociedade brasileira. Projeto este que era pautado na defesa do capitalismo, mas, sobretudo na lógica neoliberal, apoiado nas concepções de Frederick August von Hayek, sem dúvida um dos principais pensadores do neoliberalismo. Neste sentido, a ação neoliberal de *Visão*, possuía vínculos externos, com outros pensadores e executores do programa neoliberal. O neoliberalismo já fazia parte neste momento da realidade de muitos países, seja na Inglaterra com Thatcher, nos Estados Unidos com Reagan, ou no Chile com Pinochet. *Visão* busca inserir no Brasil as discussões sob uma ótica da divisão internacional do trabalho que aperfeiçoou os canais de exploração do sistema capitalista.

É claro que *Visão* esboçava freqüentemente uma preocupação de que seu projeto para a sociedade brasileira chegasse também aos estratos mais pobres da sociedade, mas seu principal foco de organização neste momento era a burguesia brasileira. E isto é visto em grande parte das matérias analisadas, tanto no editorial quanto em outros espaços da revista, como as matérias de capa, pois *Visão* remete sua fala sempre ao empresariado nacional. Considerando o exemplo das capas destacamos três capas que servem para ilustrar os esforços de *Visão* na tentativa de organizar a burguesia brasileira em torno de seu projeto: *Indústria de Base: a hora da definição* (23/06/1975), *Iniciativa Privada quer fazer mais: será que pode?* (19/04/1976), *A Procura do Mercado Perdido* (02/10/1978).¹⁷

Eu escolhi três matérias de capa para ilustrar um pouco quais as discussões que permeiam as páginas da revista *Visão*. Capturei três capas de momentos distintos da revista, ou melhor, um exemplo de cada ano analisado. Poderia ter escolhido exemplos de outras partes da revista, ou de outros tempos, que o teor das matérias seria, na maioria das vezes, voltados para a classe burguesa. Como é o caso deste editorial escrito por Henry Maksoud em fevereiro de 1975:

Sem um sistema financeiro que realmente possa viver o clima de livre empresa (o empreendedor, entenda-se, não é necessariamente um capitalista) e sem uma política – que permeie e engaje **todos** os escalões do Governo – decididamente voltada para efetivamente **deixar** caminho à capacidade “**de**

¹⁷ As capas estão no anexo 1.

por em marcha coisas novas”, é simplesmente lógico que o empreendedor potencial privado brasileiro deixe de aparecer em cena e que por isso a empresa nacional cresça menos do que poderia e ocupe menos espaço do que deveria ocupar. (*Visão*, 24 de fevereiro de 1975, p. 11)

Neste editorial, e nas matérias de capa acima, percebemos uma forte tendência de *Visão*/Maksoud a falar de assuntos que se dirijam diretamente para a burguesia. No trecho acima, percebemos uma grande orientação do texto para organizar esta burguesia em prol do projeto defendido por *Visão*.

Este projeto do qual *Visão* organiza e é organizadora é fruto das tendências defendidas por seu proprietário, Henry Maksoud. Maksoud era um seguidor assíduo das teses de Frederick August von Hayek, um dos principais intelectuais no neoliberalismo no mundo.

Trabalhamos com a hipótese de que o proprietário de *Visão* ao compartilhar das teses de Hayek procurou elaborar para o Brasil um projeto neoliberal. Para que o projeto defendido por ele fizesse efeito no cenário brasileiro, ele comprou a revista *Visão* para expandir sua gama de artifícios para a difusão e organização do projeto neoliberal para o Brasil. E seu primeiro foco seria a organizar a própria burguesia brasileira.

A autora da tese *Institutos Liberais e neoliberais no Brasil da Nova República*, Denise Barbosa Gros, coloca que Henry Maksoud era um seguidor fiel das teses de Frederick August von Hayek. E que além de publicá-las seguidamente nos editoriais de *Visão*, Maksoud ainda patrocinou a vinda de Hayek três vezes para o Brasil para dar palestras e conferências entre os anos de 1977 e 1981.¹⁸

Ainda segundo Gros, Henry Maksoud é quem possuía as melhores considerações acerca do modelo neoliberal para o Brasil.

Entretanto o enfoque mais acabado da questão deve-se a um liberal que não faz parte dos quadros do Instituto Liberal: Henry Maksoud, engenheiro, empresário, e diretor da revista **Visão** nos anos 70, publicação especializada sobre os mundos dos negócios, que se converteu numa tribuna excepcional para o exercício da militância liberal por parte de seu diretor. A proposta de Maksoud destaca-se nitidamente como a expressão mais clara do projeto de organização jurídico-institucional do neoliberalismo (...). Os Institutos Liberais o reconhecem como um neoliberal e divulgam a sua obra, inspirada nos mesmos princípios que constituem o eixo ideológico da instituição.¹⁹

¹⁸ GROS, Denise Barbosa. **Institutos Liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República**. Teses FEE Nº 6. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. Porto Alegre, 2003. p. 75

¹⁹ *Ibidem*, p. 207.

O trecho acima nos mostra que Gros analisava o Instituto Liberal, mas o próprio instituto via em Henry Maksoud um neoliberal, e inspiravam suas teses em considerações elaboradas por Maksoud, apesar deste não fazer parte do Instituto.

Gros ainda toma emprestado de Roberto Campos algumas palavras para definir os textos produzidos por Henry Maksoud: “*a proposta de Maksoud é como uma verdadeira bíblia neoliberal, algo em que acreditar e capaz de nortear a ação dos neoliberais em todas as frentes*²⁰”.

Henry Maksoud é tido como um dos intelectuais que deu o melhor enfoque ao projeto neoliberal no Brasil. E este utilizou o espaço da revista *Visão* para propagação deste ideário. Acrescentando às palavras de Gros, Maksoud não era apenas o diretor na revista nos anos 1970, mas seu proprietário, o que dava mais peso às suas considerações dentro da revista. Percebemos assim, que Maksoud agiu como um autêntico intelectual orgânico do neoliberalismo.

Além de utilizar a revista *Visão* como mecanismo difusor e organizador do projeto neoliberal, Maksoud publicou várias obras para tais efeitos: Coletânea de editoriais publicados nas Revistas do Grupo *Visão*, setembro de 1974 a março de 1977, Editora *Visão* Ltda., São Paulo, 1977 - Henry Maksoud; Livro “*Idéias para a Nação Progredir com Liberdade e Empreendimento*”, Editora *Visão* Ltda., São Paulo, março de 1978 - Henry Maksoud; Livro “*Demarquia, um Novo Regime Político, e Outras Idéias*”, Editora *Visão* Ltda., São Paulo, 1979 - Henry Maksoud; etc.

De acordo com Denise Barbosa Gros, o escrito melhor elaborado e mais acabado de Henry Maksoud para o projeto neoliberal é *Proposta de Constituição para o Brasil*, escrito em 1988.

Mas a sua contribuição mais acabada está publicada em **Proposta de Constituição para o Brasil** (Maksoud, 1988). Nessa obra, transparecem claramente os ensinamentos de Hayek. A estrutura do livro acompanha os princípios básicos que ele vinha defendendo através da revista **Visão**: começa definindo um regime político que seja capaz de defender a ordem de mercado e, a seguir, define um Estado de Direito capaz de impor-se sobre as veleidades dos homens e de garantir os princípios essenciais do liberalismo, ou seja, a “demarquia” de Hayek.²¹

Neste livro, Gros destaca dois princípios essenciais do pensamento neoliberal de Hayek que estão presentes nesta obra. Primeiro a definição de um regime político capaz de defender a ordem de mercado. Em seguida Maksoud apresenta um Estado de Direito capaz de

²⁰ Idem, p. 210

²¹ GROS, 2003, p. 208.

garantir os princípios do liberalismo. Isto tudo foi definido como Demarquia, também uma definição hayekiana.

Mas o que mais nos chama a atenção não são as definições de mercado, e nem do Estado de direito desenvolvidas por Maksoud, pois estas nós veremos nos capítulos seguintes. O mais interessante é notar que Gros atenta para o fato de que estas concepções descritas no livro são fruto de amadurecimento das reflexões de Maksoud nos editoriais de *Visão*. Para nós é importantíssimo perceber que o projeto defendido por Maksoud passou pelo amadurecimento das reflexões feitas nos editoriais de *Visão*, pois assim reforça a tese de que *Visão* serviu para atender à difusão e organização do projeto neoliberal desenvolvido por Maksoud, de certa forma pioneira no Brasil.

A proposta de Henry Maksoud, amadurecida, organizada e disseminada através da revista *Visão*, tem em seu cerne a defesa de um Estado de Direito apoiado no fortalecimento da subordinação deste Estado perante as leis e a limitação dos poderes do Estado.

A proposta de governo do povo limitado ou subordinado pela lei — e não apenas derivado da maioria eleitoral — é o que define a “demarquia”, inspirada pela desconfiança que Hayek tinha das maiorias. (...), as massas, segundo Hayek, podem ser facilmente manipuláveis pela demagogia dos políticos. Por isso a necessidade que os neoliberais sentem de criar mecanismos legais de defesa das liberdades individuais e, paralelamente, de minimização das funções do governo e das matérias sobre as quais ele pode legislar.²²

Segundo Gros, a proposta de Maksoud tem por objetivo limitar os poderes do Estado e subordiná-lo às leis, tudo retirado da noção de “demarquia” elaborada por Hayek. Ainda a partir da autora, este modelo foi elaborado pelos neoliberais pela facilidade com que os políticos encontram em manipular as massas. Sendo assim, se existisse um mecanismo de leis que defendesse as liberdades individuais e diminuísse o papel do Estado, acabaria assim a manipulação das massas.

A análise de Gros nos parece um tanto quanto superficial sobre a proposta de maximização da importância legada às leis e à minimização do papel do Estado. Para elas a proposta de “demarquia” nasce para combater a manipulação que os políticos exercem sobre as massas.

Em outras palavras, a proposta defendida por Maksoud tende a defender a minimização do Estado e a maximização das leis (em termos sintéticos). Por exemplo, a diminuição do acesso a alguns direitos sociais, tais como o acesso a saúde. E o fortalecimento das leis passa pelo fortalecimento do mercado. Ou seja, a iniciativa privada adentraria em

²² Idem, p. 209.

setores que antes eram comandados pelo Estado, a partir da abertura do caminho pelas leis, deixando a estratégia com um teor de legalidade, isto porque estaria na lei.

Um dos trechos mais interessantes da tese de Gros é quando ela coloca que o modelo implementado com a ditadura no Chile é o mesmo defendido por Maksoud. Para Gros, “*o arcabouço institucional do poder é exatamente aquele da ‘demarkia’, que foi aplicado no Chile de Pinochet*”²³. Isto ocorre pelo fato dos dois pensadores do projeto neoliberal para ambos os países serem seguidores de Hayek. No caso do Chile temos a forte influência de Milton Friedman, e no nosso caso analisado, Henry Maksoud, que como veremos posteriormente, em alguma medida busca o diálogo com Milton Friedman.

Além desta constante ligação pessoal com os principais intelectuais do neoliberalismo pelo mundo, e de amizade como é o caso de Hayek, Maksoud fazia e faz parte da Sociedade Mont Pèlerin, organismo responsável pela difusão e organização do projeto neoliberal pelo mundo.

Maksoud tem sua ação junto a Sociedade Mont Pèlerin desde os anos de 1970, participando de várias reuniões anuais da Sociedade, e até mesmo proferindo palestras e cursos nas reuniões da Sociedade Mont Pèlerin. Sendo assim, Maksoud também contribuiu para a construção e organização do projeto neoliberal, e sua difusão pelo mundo.²⁴

Pois bem, se nos deparamos com um projeto neoliberal defendido por *Visão*, um ponto nos deixa bastante intrigado deste projeto. É claro que ele não entra em atrito com os demais pontos de um projeto neoliberal, mas sentimos a necessidade em saber o porquê deste ponto estar presente no projeto organizado por *Visão*.

A pergunta, para este ponto, é saber o porquê *Visão* está sempre a pregar o fortalecimento da burguesia brasileira? *Visão* a todo o momento diz que é preciso fortalecer a burguesia brasileira, e que fique claro, ela não busca desenvolver um sentimento reverso ao capital multinacional. Pelo contrário, *Visão* busca um ponto de conexão entre burguesia brasileira e capital externo.

Tudo isto que foi dito até aqui não entra em choque com o projeto neoliberal, mas minhas inquietações levaram-nos a buscar desvendar esta peleja. Com isso surgiram três respostas para esta pergunta, sendo que uma não exclui a outra.

Primeira hipótese para respondermos a esta questão é mais simples e direta, diz respeito ao número e a diversidade de empresas que compõem o complexo empresarial

²³ Idem, p. 209.

²⁴ MAKSOUD, Henry. Dados coletados no site: http://www.maksoud.com.br/HM_Port01.htm acessado em 10 de julho de 2008.

Maksoud. Devido à grande variedade de empresas, dos mais variados segmentos que compõem o complexo Maksoud, isso fez com que Maksoud inserisse no projeto neoliberal de *Visão* o ponto de fortalecimento da burguesia brasileira. Isto atenderia justamente às aspirações individuais do próprio Maksoud.

A segunda hipótese, que requereu um pouco mais de tempo de análise, entra em acordo com o público alvo, e a classe que *Visão* compõe. Ora, se a revista era um órgão burguês e buscava atingir, principalmente, leitores provindos da classe burguesa brasileira, seu principal foco de organização era a classe burguesa brasileira. Sendo assim, para organizar cada vez mais adeptos em torno de seu projeto, ela deveria apresentar uma proposta mais próxima à realidade desses indivíduos.

Vale ressaltar que *Visão* procurava formular e organizar um projeto neoliberal, que por enquanto é um projeto para a classe burguesa, para a organização da classe burguesa. Ainda não se trata de um programa que entra na arena de disputas e embates de projetos. Mas uma classe, ou fração de classe na medida em que sua organização cresce, ela passa a almejar que seu projeto se torne um projeto hegemônico para toda a sociedade. Trata-se, portanto, de um auto-convencimento da classe, a construção do consenso primeiramente na classe pelo qual ela faz parte.

A terceira resposta, por sinal é a que tivemos mais trabalho para elaborá-la e que só foi possível depois de um longo caminho de pesquisa percorrido, está em acordo com a associação da qual faz parte o carro-chefe do complexo empresarial Maksoud, a empresa de engenharia de projeto Hidroservice.

Encontramos na própria revista *Visão*, do dia 23 de junho de 1975, um documento em comemoração aos vinte anos da ABDIB²⁵ – Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base, onde mostra quais são as aspirações desta associação para os rumos da economia do Brasil. O documento ainda traz noventa e duas empresas que compõem a associação, dentre elas estão: Atlas, Bardella, GE, Arno, Siemens, Pirelli, Companhia Siderúrgica Nacional, Santa Matilde, Hidroservice, etc.

Se analisarmos apenas as empresas que compõem o seletivo grupo acima, veremos que há uma grande variedade de segmentos, desde empresas privadas brasileiras a empresas privadas multinacionais.

²⁵ Na década de 1970 a Abdib ainda era conhecida como Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base, posteriormente ela mudaria seu nome, e hoje ela é conhecida por Associação Brasileira da Infra-estrutura e das Indústrias de Base.

E é exatamente neste ponto que devemos deter maior atenção. *Visão*, como já havia dito antes, em nenhum momento buscou atacar o capital externo, isso ocorre também com o complexo de empresas reunidas na ABDIB. E é por isso que podemos identificar empresas privadas brasileiras atuando juntas com empresas privadas transnacionais em uma mesma associação.

E o documento mostra o porquê esta união entre empresas privadas brasileiras e empresas privadas transnacionais na ABDIB não entrou em conflito até o momento, vejamos:

Desde sua criação, em 5 de maio de 1955, a ABIDB se tem empenhado para aumentar a participação da indústria nacional nos projetos de desenvolvimento, procurando barrar a importação de todos os equipamentos que possam ser fabricados no Brasil. Os resultados são animadores, pois a indústria nacional já participa com 59% de todas as obras de infra-estrutura projetadas ou em execução no país. Mas esse percentual poderia ser ainda maior, e seguramente será, com as novas perspectivas que se abrem para o setor. (VISÃO, 23 de junho de 1975, p. 60)

De acordo com o documento, a ABIDB foi criada em 1955 com o intuito de aumentar a participação da indústria nacional no projeto de desenvolvimento, procurando barrar a importação de todos os equipamentos. Até aqui temos, por parte da ABIDB uma propaganda nacionalista para a burguesia industrial. Ora se a associação prega tudo isto que acabamos de colocar, então ela preza pelo fortalecimento da burguesia brasileira, em detrimento do capital externo, correto?

Não necessariamente. Se fosse desta forma não teríamos o capital multinacional atuando dentro da associação. E a resposta para isto está na continuação da frase que reproduzimos acima: “*empenhado para aumentar a participação da indústria nacional nos projetos de desenvolvimento, procurando **barrar a importação de todos os equipamentos que possam ser fabricados no Brasil***”. O importante é notar que a ABIDB pode até ter interesses em fortalecer a burguesia industrial brasileira, principalmente a de base, mas quando ela coloca que o objetivo é barrar as importações de equipamentos que possam ser fabricados no Brasil, ela própria está convidando o capital multinacional a adentrar em território brasileiro.

O fato é que a ABIDB tem lutado para barrar as importações, mas se o capital externo instalar uma de suas fábricas em solo brasileiro estaria de acordo com o projeto defendido pela associação.

Se *Visão* publica um documento da associação que a empresa Hidroservice, uma das principais, senão a principal, do complexo empresarial Maksoud, é porque ela compartilha do projeto defendido pela ABIDB.

É por este motivo que não notamos *Visão* partir para o ataque contra o capital externo. É claro que em termos de disputas de projeto hegemônico para o Brasil é interessante o fortalecimento de seus aliados, ou seja, da burguesia. E em termos de interesse próprio, se houver um fortalecimento da burguesia brasileira seria inevitável, naquele momento, o fortalecimento das empresas de Maksoud. Mas o fato é que para *Visão* o grande mote é a congruência entre as mais variadas frações da burguesia, e principalmente em torno do projeto neoliberal.

Um ponto que merece bastante a nossa atenção é a forma com que são escritas as matérias em *Visão*, um estilo bastante direto. Segundo Francisco Fonseca o estilo de escrita da revista *Visão* pode ser definido como panfletário, um estilo militante do neoliberalismo:

A revista VISÃO atua como órgão essencialmente ideológico, com linguagem, temas e matérias totalmente voltados à doutrina e à propaganda neoliberal no limite do panfletário. Por isso, necessariamente não se pode separar os editoriais (local onde normalmente se expressam as opiniões institucionais dos órgãos de imprensa) das “reportagens” e mesmo de pequenas “notas informativas” (denominadas como “Agenda”, “Aconteceu” e “Registro”), pois a forma, o tom, o estilo e o conteúdo são rigorosamente iguais. Isso pode ser constatado, como dissemos anteriormente, pelo fato de que por longos períodos simplesmente não há editorial. Ocorre, portanto, que a opinião (neoliberal) está em toda revista, especialmente em matérias e temas fundamentais, como “política” e “economia”, sendo dispensável um espaço reservado exclusivamente ao posicionamento formal. As próprias propagandas institucionais da revista afirmam que esta caracteriza-se como “uma revista diferente de opinião”.²⁶

Para Fonseca o estilo de *Visão* é panfletário, pois ela atua como um mecanismo ideológico, com matérias totalmente voltadas à doutrina de Hayek, ou seja, à doutrina e propaganda neoliberal. Segundo o dicionário Aurélio, panfleto é um escrito polêmico em estilo veemente. E é este realmente o estilo de *Visão*, ela é bastante agressiva em sua forma de escrita, principalmente quando canaliza sua agressividade para a propaganda do projeto neoliberal.

De acordo com o trecho acima, a opinião neoliberal está em toda a revista, não podendo separar o editorial das demais seções da revista. A linha de projeto a ser seguido é a mesma para toda a revista. Isto se deve muito pelo fato do editor chefe da revista ser também seu proprietário. Henry Maksoud planejou seu projeto para toda a revista e não apenas para o editorial.

Nós separaremos o editorial do restante das seções para análise. Mas nossa separação não será feita por acreditarmos que o editorial e as demais seções estejam desconectas. A

²⁶ FONSECA, 1994, p. 33.

separação feita por nós ocorrerá por motivos práticos e didáticos, para facilitar tanto a análise quanto a posterior leitura do trabalho.

Como é colocado pelas próprias propagandas institucionais da revista *Visão: uma revista diferente de opinião*. Acrescentaríamos uma palavra a esta propaganda institucional: *Uma revista diferente de opinião neoliberal*.

Por se tratar de uma revista defensora do projeto neoliberal, e com capacidades de difundir e organizar determinados grupos, na intenção de que estes tomem esse projeto neoliberal como sendo o seu, *Visão* é entendida por nós enquanto um autêntico aparelho privado de hegemonia, segundo as concepções gramscianianas.

Visão deve ser entendida enquanto um aparelho privado de hegemonia e não um partido porque ela não tinha a característica de dirigir a classe. E ainda, *Visão* esteve ligada sempre a um partido, este sim, responsável por dirigir a fração de classe, como é o caso da ABDIB e da Sociedade Mont Pèlerin.

2.2 O II PND E O SETOR PRIVILEGIADO PELA ESTRATÉGIA

O início dos anos de 1970, mais precisamente o ano de 1973, é marcado pela chamada “crise do petróleo”, no cenário mundial. O Brasil caminhava para uma sucessão presidencial-militar, onde em 1974 é elevado ao poder de presidente do Brasil o general Ernesto Geisel.

Já no primeiro semestre da gestão Geisel “*foi sendo progressivamente desvelada a Estratégia de Desenvolvimento que nortearia o país no segundo quinquênio da década*”.²⁷ A estratégia referida foi o II PND, elaborado pela administração civil-militar para segurar as altas taxas de crescimento do “milagre econômico”. *De uma forma bem ampla, o que o Plano pretendia era manter as taxas de crescimento econômico no patamar vigente até 1973.*²⁸

O II PND surge para conter as bases da chamada crise do “milagre econômico”. Segundo Mendonça & Fontes, “*a crise do ‘milagre brasileiro’ caracterizou-se por duas*

²⁷LESSA, Carlos. **A estratégia do desenvolvimento 1974-1976: sonho e fracasso**. 2ª edição. UNICAMP. Campinas, 1998. p. 18

²⁸MENDONÇA, Sonia Regina de. & FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil Recente (1964-1992)**. 4ª edição. Série Princípios. Editora Ática. São Paulo, 2001. p. 57

*peculiaridades: foi uma crise de endividamento e uma crise de fim de fôlego do Estado na manutenção do ritmo de crescimento”.*²⁹

Ambas as peculiaridades levantadas acima passavam necessariamente pela crise mundial.

A conjuntura recessiva internacional é uma dimensão fundamental para o entendimento da crise brasileira. Mas somente na medida em que ela, propiciando a deterioração dos termos de troca, levava à queda do ritmo de crescimento de nossas exportações e retraía as disponibilidades de capitais do mercado financeiro mundial. As economias centrais – elas sim, vítimas de um aumento de quase 400% no preço do petróleo – procuraram partilhar suas perdas estocando mercadorias de valorização constante. Em consequência, os preços dos insumos básicos se elevaram. Com esta reorientação, acabava-se “enxugar” a liquidez do mercado financeiro, promovendo-se a alta excessiva das taxas de juros. Este movimento atingiu em cheio economias como a nossa, pelo encarecimento das importações e pela elevação do custo do dinheiro. Dessa forma, qualquer novo pacote de investimentos para repor máquinas e equipamentos desgastados ou obsoletos estava dificultado, comprometendo o prosseguimento da acumulação.³⁰

A conjuntura internacional obrigava o Brasil a tomar atitudes não tão convencionais para a crise. Conforme explicitado acima, a crise internacional barrava o crescimento das exportações e cortava a disponibilidade de divisas no mercado financeiro internacional. Ao mesmo tempo em que afetava o valor das importações de insumos básicos.

Neste sentido, a saída para a crise era muito complexa. Pois de um lado o “*aumento do custo do capital externo encarecia os investimentos em geral, tornando a expansão da dívida externa sufocante e a decisão de investir, um risco*”.³¹ O Brasil não conseguia financiamentos externos e quando os conseguia as taxas de juros eram estratosféricas. De outro lado, “*a alternativa encontrada para a carência de recursos estrangeiros foi o mercado financeiro interno, que tirou partido da conjuntura, “colando” suas taxas de juros às vigentes no exterior*”.³² O capital financeiro interno acaba por adotar as altas taxas de juros do capital financeiro externo, impossibilitando também esta alternativa.

A outra alternativa esboçada durante grande parte da ditadura civil-militar também foi descartada neste momento, “*o arrocho salarial era agora inviável, após dez anos de exaustão da classe trabalhadora*”.³³ A classe trabalhadora não tinha mais condições de ser estrangulada por mais uma estratégia de arrocho salarial. A saída para a crise tinha de vir sob outro modelo. E o modelo veio com uma proposta de alteração drástica no padrão de

²⁹ Ibidem, p. 54.

³⁰ Ibidem, p. 55.

³¹ Ibidem, p. 56.

³² Ibidem, p. 56.

³³ Ibidem, p. 56.

industrialização, e no dia 10 de setembro de 1974 foi divulgado o II Plano Nacional de Desenvolvimento.³⁴

O II PND foi arquitetado por um grupo de três ministros: João Paulo dos Reis Velloso, Ministro do Planejamento; Severo Gomes, Ministro da Indústria e Comércio; e Mário Henrique Simonsen, Ministro da Fazenda. Foram esses três personagens que desenvolveram toda a estratégia do II PND, mas quem esteve por trás do Plano e detinha a maior parcela na criação da Estratégia foi o então Ministro do Planejamento. Velloso por vezes entrou em atrito com Simonsen “*para fazer prevalecer o ritmo acelerado de crescimento e viabilizar os megaprojetos do II PND*”.³⁵

Segundo Carlos Lessa, o II PND é formado por duas diretivas centrais, altamente articuladas:

A primeira indica a montagem de um novo Padrão de Industrialização, no qual o comando da dinâmica da economia localizar-se-ia na indústria de base. A transferência do núcleo dinâmico de certos setores de bens de consumo para a indústria de base e as conseqüentes redefinições da infraestrutura de suporte e do processo de integração nacional compõem a primeira diretiva central da Estratégia. A segunda privilegia a correção dos desbalanceamentos da Organização Industrial mediante o fortalecimento progressivo do capital privado nacional, de molde a inicialmente “reequilibrar” o tripé para posteriormente constituir sua hegemonia. Esta diretiva de fortalecimento do capital nacional é qualificada e não pretende se esgotar no mero robustecer da “perna fraca”. Aponta para um “capitalismo social” ou “neocapitalismo” cuja consecução impõe a indução progressiva de certas práticas e pautas de comportamento empresarial que “sociabilizariam” os benefícios da industrialização.³⁶

A redefinição, ou seja, este Novo Padrão de Industrialização transmutaria o foco de ação do desenvolvimento capitalista brasileira do setor de bens de consumo para a indústria de base. Em segundo lugar, para o II PND, seria necessário um reequilíbrio do tripé de sustentação do capitalismo brasileiro. Seria fortalecer a indústria nacional, para posteriormente transformá-la em fração de classe hegemônica.

De acordo com o trecho acima, a indústria nacional possibilitaria o desenvolvimento de um “capitalismo social”, ou “neocapitalismo”, que seria um capitalismo “mais humano”.

Mas a viabilização deste núcleo central do II PND demandaria uma mudança na postura para com o capital externo. Lessa destaca os seguintes pontos: “*continuidade do*

³⁴ LESSA, 1998, p. 17.

³⁵ MANTEGA, Guido. **O Governo Geisel, o II PND e os Economistas**. ESESP/FGV/NPP. Relatório de Pesquisa nº 3/1997. p. 3 a 6.

³⁶ LESSA, 1998, p. 19.

*esforço exportador, a alteração da composição das importações e a atração de capitais de risco e de empréstimo”.*³⁷

Juntamente com a alteração do Padrão de Industrialização, transformando o setor de bens de produção como os líderes do desenvolvimento capitalista no Brasil, estava também a preocupação com o ajustamento à nova estrutura econômica de escassez de petróleo, gerada pela crise de 1973.³⁸

Esta política de energia é aberta pelo II PND em compósito de orientação específica que cobre desde programas de aumento interno de combustíveis (prospecção e produção de petróleo; desenvolvimento do programa de xisto; ampliação do programa de geração e distribuição de hidro-eletricidade; exploração de carvão; Pró-álcool; Programa Nuclear), passando por medidas orientadas à modificação da estrutura de consumo de combustíveis (eletrificação ferroviária; deslocamento do transporte de grandes massas para o Sistema ferro-hidroviário; Programas de Transporte Coletivos Urbanos; incentivo ao uso de carvão em processos industriais; prioridade aos setores industriais elétrico-intensivos) até programas orientados à redução do crescimento do consumo de combustíveis importados (elevação dos preços relativos dos derivados de petróleo; implantação de normas para a contenção de desperdícios no consumo; incentivo a tecnologias industriais poupadoras de energia). Esse compósito de orientações visaria desde alterações imediatas até a preparação a longo prazo da economia para o futuro “ciclo” energético onde avulta, por seu significado, o Programa Nuclear (que prevê a prospecção, lavra o beneficiamento dos minérios nucleares, a absorção da tecnologia de enriquecimento de urânio e o desenvolvimento da tecnologia de reatores, e a construção de centrais termo-nucleares).³⁹

A preocupação com a escassez de petróleo fez gerar no âmbito dos articulistas do II PND uma inquietação em acrescentar junto à estratégia do Plano questões referentes aos programas de políticas energéticas.

Os programas citados acima variavam desde propostas imediatas até de longo prazo para a substituição da matriz energética, que iam desde programas de aumento interno de combustível (prospecção de petróleo, Pró-álcool, etc.) até o Programa Nuclear (construção de termo-usinas para o enriquecimento de minérios nucleares).

Devido à incorporação do elemento da busca de soluções energéticas na Estratégia, o II PND buscou contemplar regiões espaciais diferentes das habituais. Dada a localização das fontes energéticas, os projetos do II PND localizaram-se quase sempre nas regiões periféricas da economia brasileira. Isto refletiu também nos parques industriais e contribuiu para uma

³⁷ Idem, p. 19.

³⁸ Idem, p. 21.

³⁹ Idem, p. 21 e 22.

desconcentração do parque industrial, retirando o foco de ampliação do parque industrial de São Paulo. As regiões periféricas passariam a ser uma das altas prioridades do II PND.⁴⁰

Mas a grande orientação do II PND seria pautada por uma palavra, o “equilíbrio”. Para que a estratégia do II PND desse certo teria que ser alcançado o “equilíbrio” da classe burguesa, ou melhor, o “equilíbrio” do tripé formado por capital estrangeiro, capital privado brasileiro e Estado. Para que este equilíbrio fosse alcançado necessariamente a tática passaria pela convergência de três orientações: “1- *Contenção da “estatização” pela delimitação de seu campo de atuação.* 2- *Fortalecimento da empresa privada nacional.* 3- *Enquadramento da Empresa Estrangeira*”.⁴¹

Sobre a primeira orientação para o “equilíbrio” o II PND destaca quais seriam as áreas a serem alcançadas pelo Estado, os principais campos do Estado:

a) Responsabilidade pela Estratégia; b) Pelas funções públicas propriamente ditas (segurança, justiça); c) Pelos setores de infra-estrutura econômica (Energia, Transportes e Comunicações); d) Pelas áreas de Desenvolvimento Social (Educação, Saúde, Previdência Social).

Porém, mesmo nestas áreas, o setor privado teria seu papel: as indústrias produtoras de equipamentos e materiais para c são da área privada; o setor privado poderá complementar o setor público em c mediante concessões; as áreas de desenvolvimento social são objeto de ação conjunta com a iniciativa privada: a habitação é parcialmente campo da ação executiva do setor privado.⁴²

Nota-se que podemos dividir as áreas indicadas como campos do Estado em dois pólos. Primeiro, em setores em que o Estado sente a necessidade de garantir a continuidade e o desenvolvimento do sistema capitalista e ditatorial ao qual o Brasil se encontrava naquele momento, ou seja, as áreas de segurança e justiça, consideradas como funções públicas propriamente ditas. E em setores onde a classe burguesa não manifestaria interesse em assumir as rédeas, uma vez que são setores que não oferecem uma quantidade de lucros esperada, isto porque são áreas de extrema importância para o desenvolvimento e manutenção do sistema capitalista, e o Estado acaba assumindo o papel de produtor destes campos para repassar a custos muito baixos às empresas. Ou seja, as áreas como Energia (áreas de risco para a época devido à crise), Transporte e Comunicação.

Mas apesar destes campos serem destinados a responsabilidade do Estado, o II PND garantiria que os equipamentos e materiais que estes campos necessitariam para funcionar seriam produzidos pelos setores privados, lê-se aqui pelas Indústrias de Base.

⁴⁰ Idem, p. 22 a 27.

⁴¹ Idem, p. 30 e 31.

⁴² Idem, p. 30.

Num segundo momento temos as áreas ditas como do Desenvolvimento Social, neste caso Educação, Saúde, Previdência Social. O interessante é perceber que para este segundo pólo o texto mostra que a ação deve ser efetuada de maneira conjunta entre o Estado e a iniciativa privada, já acenando para uma possível retirada de cena do Estado das áreas ditas como do Desenvolvimento Social. Isto fica mais evidente se prestarmos a atenção no que diz respeito à habitação. De acordo com o II PND a habitação não é de responsabilidade do Estado, ela é de ação do setor privado.

Vale ressaltar que fica definido como áreas estritas do Estado: Segurança, Justiça, Energia, Transporte e Comunicação. Os outros setores, a partir da implementação do II PND, ou seriam de produção da classe burguesa, ou melhor, da fração do setor de bens de capital, ou seria uma mescla entre Estado e iniciativa privada.

Para que a classe burguesa assumisse a produção dos outros setores seria preciso o fortalecimento da empresa privada nacional do setor das indústrias de base, para não haver desequilíbrio com relação ao capital estrangeiro.

Segundo Carlos Lessa o II PND pregava o fortalecimento da burguesia brasileira para que esta participasse ativamente do desenvolvimento industrial do país. Tanto nas áreas industriais, principalmente associadas à indústria de base e infra-estrutura, quanto na comercialização urbana e no sistema financeiro. Mas para que houvesse este fortalecimento da burguesia brasileira, esta deveria aceitar a colaboração do capital estrangeiro.⁴³

Ainda de acordo com Lessa, sobre a empresa estrangeira, o II PND seria responsável pelo enquadramento deste segmento do capital na Estratégia, já que o capital estrangeiro foi tão importante para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.⁴⁴

E para que este “equilíbrio” fosse alcançado ainda faltava um elemento para o fortalecimento da empresa brasileira. O elemento em questão é o Desenvolvimento Científico-Tecnológico.

Lessa nos mostra que o Desenvolvimento Científico-Tecnológico seria pautado exclusivamente pela grande empresa estatal. Caberia ao Estado todo o desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro⁴⁵, mas que para o autor a ambição de “reequilíbrio” do tripé é apenas o primeiro momento da Estratégia.

A interação das duas diretivas centrais do II PND creio que foi pensada como produtora, sem um segundo momento, desta hegemonia sim, porque “o reequilíbrio” do tripé reserva como espaço preferencial para o capital privado nacional a indústria de base; na medida em que a industrialização

⁴³ Idem, p. 30 e 31.

⁴⁴ Idem, p. 31.

⁴⁵ Idem, p. 36.

passaria a se dar sob a liderança das indústrias básicas sob o controle da empresa nacional, a projeção deste movimento inclinaria a balança a seu favor. Tal movimento seria viabilizado e viabilizador pela internalização do desenvolvimento científico tecnológico. Ainda que o II PND não o explicita, a interação do desenho da Estratégia com a principalidade dada ao tema tecnológico, projetadas secularmente, outorgaria a hegemonia ao capital nacional. Neste sentido os enunciados estratégicos do II PND apontam implicitamente uma recuperação cautelosa, a partir de uma visão autoritária, do sonho da década dos anos 50.⁴⁶

De acordo com Carlos Lessa, a internalização do desenvolvimento científico e tecnológico seria viabilizado e viabilizador do “reequilíbrio” do tripé, reservado espaço preferencial às indústrias de base, mas que também outorgaria a hegemonia do capital brasileiro, seja ele estatal ou privada.

Neste sentido Lessa aponta que o II PND foi uma tentativa de retomada dos esforços gastos na década de 1950. Principalmente a tentativa de se retomar o projeto de Nação-Potência. *“Este projeto guarda grande semelhança com o projeto nacional-desenvolvimentista da década dos 50 e, em parte, apresenta conotações ideológicas assemelhadas”*.⁴⁷

Apesar de mostrar quão importante seria o desenvolvimento Científico-Tecnológico, existia no âmbito da Estratégia a preocupação em levantar divisas para à execução do Plano. Lessa nos mostra que a instituição responsável por tal encargo seria materializada no BNDE, para isto algumas alterações em termos financeiros foram estabelecidas ainda no momento pré-II PND:

1- a Lei Complementar n. 19, que transferiu para o BNDE os fundos PIS/PASEP; 2- o D. L. 1.338, que alterou a sistemática dos incentivos fiscais de pessoa física; 3- a alçada e campo operacional das três irmãs – FIBASE, EMBRAMEC e IBRASA, sociedades de participação financeira e promoção empresarial especializadas, criadas no sistema BNDE.⁴⁸

O objetivo do BNDE neste momento estava entrelaçado com os objetivos do II PND, e numa leitura mais minuciosa podemos nos ocupar de uma das diretrizes básicas do II PND, ou seja, responsabilidade pela Estratégia. Era este o objetivo do BNDE, responsabilidade em financiar o II PND.

O BNDE, em 18 de abril de 1974, declara que tem por meta um crescimento industrial de 13% a.a. nos anos seguintes. A mudança de Padrão de Industrialização já anunciada no pronunciamento de 19 de março de 1974 – reordenando a política industrial, colocando em posição de setor líder os

⁴⁶ Idem, p. 37.

⁴⁷ Idem, p. 59.

⁴⁸ Idem, p. 95.

insumos básicos e os bens de capital em substituição às indústrias de bens de consumo durável e à “indústria” da construção civil – impunha, e isto estava claro para os estrategos, “aprimorar o funcionamento de nosso sistema financeiro agilizando-o de acordo com as exigências do desenvolvimento”. Havia consciência, ao início da nova administração, de que a reordenação de prioridades exigiria uma profunda reordenação financeira. O agente institucional seria por excelência o BNDE, que orientaria seus financiamentos, suas participações e demais incentivos para os setores prioritários e favoreceria a consolidação ou instalação de grupos nacionais em tais áreas prioritárias.⁴⁹

Lessa nos mostra como estava claro para os formuladores do II PND que uma das principais medidas a serem transformadas em paralelo ao II PND seria o sistema financeiro. Este teria que ser ágil com as exigências da Estratégia.

E como já havíamos adiantado acima o agente financiador do desenvolvimento proposto pelo II PND seria o BNDE. Este era o responsável pelos financiamentos, participações e demais incentivos para os setores prioritários.

Mas a grande pergunta, ou melhor, a grande alteração formulada pelos estrategistas do II PND foi a busca de recursos para tal financiamento.

O papel de mobilizador de poupanças voluntárias havia sido historicamente concedido ao setor financeiro privado. Dos fundos sociais de poupança compulsória, o FGTS constituía a base do sistema financeiro de habitação; restavam, pois os fundos PIS/PASEP, que, criados pela administração anterior, estavam sob controle da Caixa Econômica Federal, onde serviam de linhas de financiamento ao consumo e ao capital de giro. Assim, o reforço do BNDE como mobilizador de capitais para as novas prioridades tinha como solução natural a transferência daqueles fundos da área da CEF para o Banco.

A lei complementar n. 19 duplicou os recursos à disposição do BNDE, convertendo-o em principal agente financeiro do II PND.⁵⁰

Toda a estratégia montada antes mesmo do II PND ser alçado como plano econômico a ser seguido no Brasil dotou a Estratégia de armamentos necessários a execução do II PND. E sem sombra de dúvida a transferência de fundos da Caixa Econômica Federal para o BNDE foi uma das principais estratégias para a efetivação do Plano, pois como aponta Carlos Lessa, a transferência de recursos do CEF para o BNDE duplicou os recursos do BNDE.

Além das estratégias adotadas pelos formuladores do II PND antes mesmo do Plano entrar em vigor, outro fator seria primordial para a consolidação e triunfo do II PND, e este fator estava transcrito no interior da Estratégia:

A mudança do Padrão de Industrialização dispunha no coração da Estratégia uma ampliação da oferta de insumos básicos perseguidos no principal a auto-

⁴⁹ Idem, p. 95.

⁵⁰ Idem, p. 95 e 96.

suficiência nacional para 1980. Os investimentos destes setores criariam uma procura ampliada de máquinas e equipamentos. Esta demanda orientada crescentemente para o mercado interno constituiria um horizonte firme e programado para a expansão, a diversificação e a sofisticação tecnológica da indústria nacional de bens de capital. Ainda que o II PND não o diga, esta concepção colocava no centro do palco da industrialização brasileira a grande empresa estatal.⁵¹

De acordo com Lessa a concretização do II PND passaria também pela ampliação da oferta de insumos básicos. Seria a partir dos investimentos neste setor que acabariam por expandir e fortalecer a principal fração – segundo o II PND – do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a indústria de bens de capital. O que para Carlos Lessa levaria ao fortalecimento da grande empresa estatal, mesmo que o II PND gerasse também a ampliação e o fortalecimento da burguesia brasileira através das indústrias de base.

O fato é que o II PND se revelou uma estratégia para o desenvolvimento da burguesia brasileira, mas que fortaleceria o capital estatal e o capital estrangeiro, o que não fugia a uma das regras principais do Plano que seria o “reequilíbrio do tripé”. Todos estes setores seriam financiados pelo BNDE.

Toda a tática montada em torno da ampliação do setor de insumos básicos foi iniciada ainda no período em que chamamos de pré-II PND. Além do já citado BNDE, os formuladores do II PND criaram em 08 de maio de 1974 a Insumos Básicos – FIBASE, instrumento financeiro criado justamente para a ampliação da exploração dos insumos básicos.⁵²

As principais áreas de insumos básicos atingidas pelo II PND foram: Siderurgia, Fertilizantes, Papel e Celulose e Fármacos. Mas o que aconteceu com estes setores não foi como estava previsto na estratégia apesar de a maioria ter prosperado, nunca houve um consenso para com a estratégia do II PND. *“Tudo isto sugere que em poucos setores reinaram paz e eficácia na obediência às diretrizes estratégicas”*.⁵³ O grande embate se dava em quem controlaria os diversos projetos dos diversos setores.

O que percebemos é que desde 1974 a tática esboçada pelo II PND foi sempre de seguir à risca o que estava delineado no Plano, e isto refletia diretamente na vontade dos propositores do II PND em fortalecer a indústria de bens de capital.

A consolidação da indústria de bens de capital – componente crítico para a mudança do Padrão de Industrialização – foi, por conseguinte, perseguida com firmeza ao longo do período 1974/76: montagem de um padrão de

⁵¹ Idem, p. 105.

⁵² Idem, p. 106.

⁵³ Idem, p. 116.

financiamento e capitalização para as empresas do setor, ampliação de linhas de crédito para a comercialização da produção interna, esforço para neutralizar e/ou compensar as vantagens financeiras e tecnológicas dos fornecedores internacionais, estímulo à engenharia de projeto (básica e de detalhamento), disciplina e tentativa de desvio das importações para o mercado interno, ampliação das margens de proteção aduaneira e fiscal, etc. Se houve frente de implementação da Estratégia objeto de concentração de atenções, foi o fomento à indústria de bens de capital. Por múltiplas ações o II PND esforçou-se por tratar a vela de libra seu setor predileto.⁵⁴

Segundo Lessa as táticas nascentes do II PND diretamente voltadas ao crescimento e fortalecimento da indústria de bens de capital - montagem de um padrão de financiamento e capitalização, ampliação de linhas de crédito, estímulo à engenharia de projeto, disciplina e tentativa de desvio das importações para o mercado interno, ampliação das margens de proteção aduaneira e fiscal, entre outras citadas acima – além das táticas que envolviam a ampliação da exploração por insumos básicos, que acabavam por fortalecer a grande empresa estatal, foram estimuladas por atenderem indiretamente o setor das indústrias de bens de capital.

Carlos Lessa nos chama a atenção para o fato de que já em 1976 a estratégia do II PND já não se sustentava, e a euforia do início de 1974 se transmutava em crítica.

Em inícios de 1976, já muito desinflada a euforia de 1974, a concepção supra-apontada subsiste. A segurança de um desempenho esplêndido da “ilha de prosperidade num mundo de crise” certamente já estava abalada. (...) A nosso juízo, em algum momento, ao longo de 1976, a Estratégia foi submersa, “envolvida” pelos crescentes problemas do nível tático. Não é fácil, contudo, precisar o momento em que objetivamente o II PND transformou-se em letra morta.⁵⁵

Lessa aponta para o fato de o II PND ter perdido seu brilho já em 1976. O que seria uma “ilha de prosperidade num mundo de crise” se abalara perante a crise mundial que assolava o mundo, e perante um falso “milagre econômico” que dava mostras de seu fim. A tentativa de manter os padrões estratosféricos de crescimento do “milagre” pelo II PND se mostrava incapaz em 1976, devido aos erros estratégicos e táticos do Plano.

2.3 O FRACASSO DO SONHO: O II PND JÁ NASCIA CONDENADO

⁵⁴ Idem, p. 121.

⁵⁵ Idem, p. 90.

Após a crise do “milagre” e a “crise do petróleo” o modelo que sustentava a ditadura civil-militar se mostrava abalado, e as fissuras entre os militares e os setores da classe burguesa começavam a aparecer. Para tentar conter as rachaduras existentes entre os setores no poder a administração do general-presidente Ernesto Geisel criou o II PND.

Ao longo do triênio em que se perseguiu a implementação da Estratégia se formou e ganhou progressiva intensidade uma onda crescente de protestos aparentemente contra a presença do Estado na economia brasileira. Este fenômeno-político que, à falta de outro nome, denominarei de “rebelião empresarial” – até hoje infelizmente pouco documentado e estudado – cristalizou-se em torno do lema da Estatização. Campanha iniciada em 1974, foi ganhando intensidade e mudando de natureza. Sendo na aparência inicialmente um protesto ideológico quanto à presença do Estado, na verdade refletia a insatisfação de distintas frações de interesses quanto ao manejo do Estado. Insatisfação que reflete o encurtamento da margem de composição de interesses em uma fase de reversão cíclica, exacerbada no Brasil pela prática de uma autoridade autoconvencida de sua suficiência e onipotência e pela ausência dos múltiplos organismos políticos mediadores.⁵⁶

O II PND foi a tentativa de estabilizar as rachaduras sofridas no interior do bloco no poder. Mas ao mesmo tempo, paralelo à implementação do II PND cresciam os protestos contra a presença do Estado na economia brasileira. O que Carlos Lessa chamou de rebelião empresarial também pode ser chamado de Campanha Antiestatizante. Segundo o autor, esta campanha iniciou-se em 1974 e refletia a insatisfação de distintas frações de interesses quanto ao manejo do Estado.

A Estratégia nascia sob o manto de insatisfação no meio burguês, que mesmo na tentativa de fortalecer determinados setores da classe burguesa e de retomada do projeto de Nação-Potência, sofria ataques e críticas por parte da burguesia. De acordo com Lessa, sobre a situação criada a partir das críticas de setores da classe burguesa e da constituição do II PND, “*cabe admitir que a sua simples ocorrência é reveladora de um divórcio entre o modo como se manejou o Estado no período e as bases de sua sustentação*”.⁵⁷

E foi a partir do principal setor privilegiado pelo II PND que surgiram as críticas mais contundentes à Estratégia e ao regime autoritário. É da própria indústria de bens de capital que surgiram manifestações como a “rebelião empresarial”. “*O setor predileto do II PND em 1974 convertido em herege e, de certa forma, líder de uma fratura política do empresariado com o regime autoritário*”!⁵⁸

⁵⁶ Idem, p. 136 e 137.

⁵⁷ Idem, p. 137.

⁵⁸ Idem, p. 138.

Lessa nos aponta a empresa estatal como principal pilar da campanha contra o modo como o Estado geria a política econômica no Brasil:

A constatação da óbvia ponderação das empresas estatais no coração da Estratégia forneceu o principal pilar ideológico da campanha contra o modo de manejo do Estado. Minha opção por mapear, via declarações de empresários de bens de capital, realizando uma pesquisa sobre a “ingratidão”, está informada pela alta “objetividade” de suas declarações. A indústria de bens de capital no Brasil sabe de sua visceral dependência das compras das empresas estatais e não alberga sua “ingratidão” sob o véu ideológico da denúncia da ampla presença da empresa estatal. Pelo contrário, sua irritação provém da insuficiência da presença e autonomia desta mesma empresa estatal.⁵⁹

Para Carlos Lessa a indústria de bens de capital sabia de sua dependência das compras das empresas estatais, e mesmo assim passou a criticar o modelo adotado pela ditadura civil-militar sob a denúncia da ampla participação da empresa estatal. Isto ocorreu devido ao fato de que a empresa estatal foi insuficiente em consolidar o modelo proposto no II PND.

Vale constar que não estamos falando da insuficiência da empresa estatal em manter a estratégia proposta no II PND, a dificuldade já se dava no início do Plano. Apesar do setor de bens de capital apresentar certo otimismo com relação ao II PND, parece que este otimismo não avançou para apoio. E mesmo otimistas a burguesia do setor de bens de capital fazia muitas críticas à Estratégia:

No final desse ano (1974), falando na qualidade de Presidente da ABDIB, em nome de um setor cômico de seu peso na Estratégia, considera insuficientes as medidas de fomento já implantadas e apresenta as reivindicações setoriais. Aparece a reclamação contra o custo do financiamento do BNDE superior a 40% a.a. (...) Surge uma reclamação quanto ao custo da mão-de-obra. (...) Porém o mais interessante das reivindicações é pela adoção da “especialização”, que na verdade capeia a instalação de barreiras à entrada para a produção de máquinas e equipamentos.⁶⁰

As críticas à Estratégia não cessaram, mas em 1975, após o acordo nuclear entre Brasil e Alemanha aumentou-se as taxas de otimismo para com o II PND, o que produziu um clima de confiança no Plano até final de 1975. Mas mesmo assim o principal órgão de representação do setor de bens de capital, a ABDIB, deixava escapar algumas críticas pontuais ao projeto. Por exemplo, David Sanson, vice-presidente da ABDIB, reivindicava um

⁵⁹ Idem, p. 139 e 140.

⁶⁰ Idem, p. 141.

maior amparo financeiro e prazos de carência mais elásticos para as indústrias de bens de capital, por parte do BNDE.⁶¹

Para Sebastião Cruz a história do relacionamento entre a ABDIB/Indústria de bens de capital e o governo Geisel é dividida em três etapas. A primeira, exposta acima, é a fase do otimismo e confiança no II PND.

Até final de 1975, a ABDIB acreditou que as soluções para as dificuldades econômicas seriam buscadas nos quadros da estratégia proposta no início do governo Geisel. Até esse momento, sua confiança na solidez da coalizão que sustentava essa política permanecia inabalada.⁶²

Apesar da confiança no programa proposto pelo governo Geisel, a ABDIB não deixava de realizar algumas críticas à política governamental. Esta não é apenas uma constatação de Carlos Lessa, como mostramos acima, Sebastião Cruz também concluiu esta análise:

Mas o acordo no plano das definições programáticas e das decisões de maior alcance não significa ausência de atitude crítica. Já nesse período a ABDIB assinalava a contradição freqüente entre as intenções proclamadas nos planos e as decisões pontuais adotadas na gestão cotidiana da política governamental. Ademais ela mantinha erguida a bandeira antiga da política industrial e, embora aplaudindo os passos já dados, continuava reclamando uma ação mais conseqüente nesta direção.⁶³

Resumidamente, a primeira fase da história ABDIB/Indústria de bens de capital é marcada por uma leva de otimismo e confiança diante do II PND, mas sem deixar de lado o caráter crítico levantado pela principal entidade representativa do setor de bens de capital, a ABDIB.

De fins de 1975 ao início de 1976 a situação passa a se modificar, o otimismo começa a dar lugar às críticas mais contundentes.

Na entrada de 1976 começa uma mudança no “estado d’alma” do setor. A imprensa veiculou que os líderes da indústria de bens de capital informaram ao Ministro Severo Gomes que sem novos incentivos fiscais estariam com pequeno poder competitivo em concorrências internacionais. (...) O ânimo da indústria se modifica acentuadamente.⁶⁴

Entre fins de 1975 e início de 1976 o cenário mostrava que o II PND não atingira suas táticas, as compras das estatais se mostravam insuficientes e instáveis. E os industriais do

⁶¹ Idem, p. 142 e 143.

⁶² CRUZ, Sebastião Velasco e. **Empresariado e Estado na Transição Brasileira - Um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-77)**. SP, Unicamp/Fapesp, 1995. p. 191

⁶³ Idem, p. 182.

⁶⁴ LESSA, 1998, p. 144.

setor de bens de capital, que sempre se mostraram otimistas mas vigilantes para com a Estratégia, passam a vê-la com desdém e críticas.

A trajetória entre ABDIB/Indústria de bens de capital e Governo Geisel ingressa em sua segunda fase. Segundo Cruz: *“Inquietação, dúvida e ansiedade são os sentimentos que dominavam o estado de espírito do setor neste segundo período que se estende de março de 1976 ao fim do terceiro trimestre deste mesmo ano”*.⁶⁵

As críticas ao Plano passam a vir de todos os lados, sejam elas a partir de Claudio Bardella, sejam a partir de Gastão Vidigal Neto que esbravejava dizendo que *“em fins de 1975 seu volume de pedidos em carteira era menor que em dezembro de 1974”*.⁶⁶

O ano de 1976 é o divisor de águas entre Estado e a burguesia das indústrias de base:

Em 1976 – o ano da desilusão – ouvimos dirigentes de empresas nacionais do setor localizarem no circuito financeiro e em seu estímulo pela política econômica a fonte de suas dificuldades, bem como explicitar em sua impotência em relação ao arbítrio governamental na definição dos esquemas de financiamento das empresas estatais.⁶⁷

Para Carlos Lessa, 1976 é o ano da desilusão, o ano que divide as expectativas otimistas das indústrias de base, para a crítica ao II PND, e posteriormente no que se configurou numa crítica ao modelo autoritário brasileiro.

Em finais de 1976 a história entre a ABDIB/Indústria de bens de capital e o governo Geisel entra em sua terceira e última fase. Esta última fase é marcada pelo rompimento total da ABDIB/Indústria de bens de capital com a proposta econômica do governo Geisel. Após, *“rompida a coalizão, esvaziada de conteúdo a retórica do plano, a persistência nos velhos temas se tornava cada vez mais incômoda e colocava a ABDIB em conflito com o governo em sua totalidade”*.⁶⁸

Para Cruz, um dos principais pronunciamentos que marcam esta ruptura entre ABDIB/Indústria de bens de capital e o governo Geisel é uma entrevista de Henrique Sanson, concedida em outubro de 1976, ao jornal *O Estado de São Paulo*. Nesta entrevista Cruz destaca que:

Em suma, embora não o diga com todas as palavras, o dirigente da ABDIB faz alusão ao traço que caracteriza toda a terceira etapa na relação da entidade com o governo Geisel: a desintegração da rede de alianças que sustentaram até então o projeto de desenvolvimento assentado na consolidação da indústria de base.⁶⁹

⁶⁵ CRUZ, 1995, p. 191.

⁶⁶ LESSA, 1998, p. 145.

⁶⁷ Idem, p. 149.

⁶⁸ CRUZ, 1995, p. 199 e 200.

⁶⁹ Idem, p. 196.

A terceira fase deste curto relacionamento não somente comprovou a debilidade do II PND, mas também rompeu as bases de sustentação entre Estado e indústria de base.

Ainda segundo Cruz, dois acontecimentos ilustram este rompimento. O primeiro diz respeito ao fornecimento de equipamento à Ferrovia do Aço. Geisel teria assinado um acordo com um consórcio inglês de *“três contratos de financiamento para a Ferrovia do Aço, no valor de 410 bilhões de dólares, sendo 24 milhões vinculados à compra de equipamentos na Inglaterra”*. Mas pela lei do Similar, para que a importação fosse feita com isenção de impostos e taxas, seria necessário que os fornecedores fizessem um acordo na Cacex, e é claro, as entidades brasileiras do setor se negavam a isso, pois diziam poder atender esta demanda. Para resolver o imbróglio o presidente Geisel resolveu assinar um decreto possibilitando a isenção de impostos e taxas às importações com financiamento externo realizado pela Rede Ferroviária Federal S/A, responsável pela construção da Ferrovia do Aço.⁷⁰

O segundo acontecimento dizia respeito à implantação da Açominas. O imbróglio, mais uma vez se dava em torno do montante da compra de equipamentos. Para este caso quem apareceu para solucionar o caso foi o CDE, que aprovou o *“aumento da participação da indústria nacional no fornecimento de equipamentos para a Açominas de 50% para 60%”*. Mas como as bases de sustentação entre ABDIB e o governo estavam abaladas, o setor de bens de capital não se viu por satisfeito e reivindicava que *“restava ainda discutir a participação no fornecimento de material tecnologicamente mais sofisticado e contabilizar a perda de um aliado importante, o BNDE”*.⁷¹

E esta foi a tônica de toda a terceira fase da história entre ABDIB/Indústria de bens de capital e o governo Geisel, marcada pela ruptura entre as partes e os embates entre ambas as partes.

Vale acrescentar que ao mesmo tempo em que cresciam as críticas por parte das indústrias de base, a Campanha Antiestatizante já havia tido seu ápice e entrava em declínio, chegando a quase desaparecer no ano de 1976. Com isto a crítica feita pelos setores organizados em torno da ABDIB ganhava maior respaldo no meio burguês

Mas cabe destacar que apesar de por algum tempo caminharem paralelamente a ABDIB sempre se manteve distante da Campanha Antiestatizante.

⁷⁰ Idem, p. 197.

⁷¹ Idem, p. 198.

Ao mesmo tempo em que as denúncias contra a estatização ocupavam editoriais dos maiores e mais respeitados jornais do país e agitavam o mundo dos negócios, um outro discurso, mais discreto, mais objetivo, menos genérico também se fazia ouvir. E que, embora fosse igualmente crítico, o sentido das impugnações e das demandas que ele expressava nada tinha a ver com a orientação da retórica antiestatizante, em certos aspectos a ela se contrapunha de maneira clara.⁷²

O trecho retirado da obra de Sebastião Velasco e Cruz é importante no sentido de mostrar que as críticas elaboradas pela ABDIB, que o próprio autor diz ser um discurso mais discreto, mais objetivo, menos genérico, não tinham nada a ver com a Campanha Antiestatizante, mesmo que parecessem bastante próximos.

A ABDIB, assim como as bandeiras da Campanha Antiestatizante, “denunciavam as discrepâncias recorrentes entre intenções e atos, procuravam enfraquecer com suas críticas algumas áreas da cúpula governamental”.⁷³ Mas ao contrário da Campanha Antiestatizante, as críticas da ABDIB se faziam bem mais pontuais, a ABDIB “não atingia o governo como um todo”.⁷⁴

Mas o fato é que com a perda de espaço por parte da Campanha Antiestatizante, e o aumento da popularidade no meio burguês das críticas feitas a partir da ABDIB, os capitalistas das indústrias de base passaram a se organizar melhor a ganhar notoriedade, assim como as críticas esboçadas por eles.

É a partir dos acontecimentos oriundos do descontentamento e crítica por parte das indústrias de base que surgirá *O Primeiro Documento dos Empresários*, de 1978, uma crítica político-econômica à ditadura. Era configurada a partir deste documento “uma ‘nova’ ideologia burguesa, defendida por um segmento moderno do empresariado brasileiro que ganhou projeção e relevo à sombra das políticas ante-recessivas, em particular, o II PND”.⁷⁵

Segundo Carlos Lessa a manifestação de uma parcela de empresários do setor de máquinas e equipamentos, que culminou com a articulação de um documento, em 1978, conhecido como “Manifesto dos 8” foi “a mais precisa crítica político-econômica-empresarial à administração Geisel”.⁷⁶ E eu acrescentaria ainda que a articulação criada em torno do Manifesto (ou Documento) dos 8 foi não somente uma crítica à administração Geisel, mas também uma crítica ao modelo político-econômico desenvolvido pela ditadura

⁷² Idem, p. 144.

⁷³ Idem, p. 184.

⁷⁴ Idem, p. 186.

⁷⁵ MENDONÇA & FONTES, 2001, p. 62.

⁷⁶ LESSA, 1998, p. 138.

civil-militar, mas precisamente a partir da crise do “milagre econômico”, é a mostra de que o modelo adotado perdia seu fôlego e não se sustentava mais.

Lessa ainda nos traz um dado importante, em nota de rodapé, sobre este momento e sobre a composição do Documento dos 8. O autor apresenta uma consulta feita pelo jornal *Gazeta Mercantil*, em 1977, “a 5.000 homens de empresa de todo o país, para a escolha de 10 líderes empresariais representativos”.⁷⁷ Dos 10, 8 foram signatários de um documento divulgado em julho de 1978. Este documento era o Manifesto dos 8 empresários.

E para nosso conhecimento o mais votado dentre os dez foi Cláudio Bardella, ex-presidente da ABDIB. No ano seguinte a *Gazeta Mercantil* realizou novamente a pesquisa e o resultado foi idêntico. “E nas duas ocasiões, além de Bardella, a relação dos líderes incluía também outros nomes vinculados ao setor de bens de capital”.⁷⁸ Os outros nomes que compuseram a relação nos dois anos da pesquisa foram: Severo Gomes, José Mindlin, Antonio Ermírio de Moraes, Paulo Villares, Augusto Trajano de Azevedo Antunes, Paula d’Arrigo Vellinho, Laerte Setúbal Filho, Amador Aguiar e Jorge Gerdau Johampeter.⁷⁹

Os responsáveis pelo documento lançado em 1978 já se mostravam influentes no meio burguês em 1977, como mostramos acima. Os principais pontos deste projeto e os principais representantes são mostrados por Mendonça & Fontes:

Seus representantes – dentre os quais podem-se destacar empresários como Bardella, Villares, Sason e outros – transformaram-se numa espécie de “vanguarda” da burguesia industrial brasileira, preocupada com novas formas políticas de dominação e com a criação de canais mais flexíveis de comunicação com os centros de decisão econômica. O autoritarismo do regime seria duramente questionado, como forma de justificar o projeto de alternativas para a crise elaborado pelo grupo no *Primeiro Documento dos Empresários* (1978): ênfase no desenvolvimento da indústria nacional e no saneamento do sistema financeiro.⁸⁰

Mendonça & Fontes destacam entre os oito empresários que assinam o documento os nomes de Bardella, Villares e Sason. E acrescentam que esta ala da burguesia se tornou uma espécie de vanguarda da burguesia industrial, interessada cada vez mais em participar das principais decisões envolvendo a economia no Brasil.

No trecho acima, Mendonça & Fontes ainda destacam os principais pontos do projeto do *Primeiro Documento dos Empresários* que eram a ênfase no desenvolvimento da indústria

⁷⁷ Idem, p. 138. (Nota de rodapé nº 50).

⁷⁸ CRUZ, 1995, p. 143.

⁷⁹ Idem, p. 146. (Nota de Rodapé)

⁸⁰ MENDONÇA & FONTES, 2001, p. 63.

nacional e no saneamento do sistema financeiro, e uma crítica ao autoritarismo do regime ditatorial.

Mas ao contrário do que possa parecer este projeto não era nenhum pouco nacionalista. O projeto do *Primeiro Documento dos Empresários* já se encontrava perfeitamente alinhado aos interesses do capital estrangeiro. “A empresa estrangeira é vista, na pior das hipóteses, como um mal necessário, que precisa ser disciplinada por normas mais claras e precisas”.⁸¹

Este projeto ganharia grande respaldo na sociedade civil brasileira, principalmente no que dizia respeito a criticar o autoritarismo do Estado brasileiro. O “*Primeiro Documento dos Empresários* era visto como um projeto de desenvolvimento mais humano e com preocupações sociais, vindo ao encontro das necessidades de toda a sociedade”.⁸²

Mas este setor do *Primeiro Documento dos Empresários* não tinha estas preocupações porque ele pretendia apenas melhorar as condições de vida da população brasileira, mas principalmente obter lucros em cima desta melhoria.

Para isso, basta implementar um “programa de investimentos públicos em infra-estrutura urbana” que, por um lado, tente solucionar “as carências gritantes em matéria de saúde, saneamento básico, habitação, educação transportes coletivos urbanos e de defesa do meio ambiente” e, de outro lado, “terá um poderoso efeito dinamizador sobre a indústria de bens de produção, levando à absorção de sua capacidade ociosa e, em seguida, reativando os investimentos privados e proporcionando a criação de empregos na produção exigida pelo crescimento demográfico”. Com essa fórmula milagrosa, o *Primeiro Documento* pretende matar dois coelhos ao mesmo tempo: melhorar as condições de vida da população e aumentar o consumo de máquinas e equipamentos devido aos empreendimentos estatais com os programas de saúde, saneamento, etc.⁸³

Como Mantega & Moraes mesmo colocam no trecho acima, o projeto proposto pelo *Primeiro Documento dos Empresários* pretendia matar dois coelhos com uma única cajadada, ou seja, melhorar as condições de vida da sociedade brasileira, mas decorrente disto proporcionar a criação de empregos para a massa ociosa e alavancar o consumo de máquinas e equipamentos devido aos empreendimentos estatais com programas básicos.

Percebamos que esta ala necessitava da participação do Estado para se desenvolver economicamente. Mas o que acontecia naquele momento, 1978, era que o modelo de Estado

⁸¹ Idem, p. 63.

⁸² Idem, p. 63.

⁸³ MANTEGA, Guido & MORAES, Maria. **Acumulação monopolista e crises no Brasil**. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1979. p. 101.

proposto pela ditadura civil-militar não correspondia aos anseios ambiciosos e modernos deste setor.

Uma das alas da burguesia industrial que pode não ter se contentado com este “novo” projeto é o setor de bens de consumo duráveis, que certamente não era representado pelo *Primeiro Documento dos Empresários*. O núcleo do *Primeiro Documento dos Empresários* se diferenciava por tentar angariar “*ganhos políticos quando da redefinição futura do pacto de dominação, o que de fato ocorreu a partir de 1982*”.⁸⁴

O resultado final do ousado projeto II PND foi o fracasso. E o fracasso deste plano saiu-se como uma faca de dois gumes, pois se a intenção do II PND era aliviar e até mesmo sanar uma crise político e econômica brasileira o resultado final foi o contrário disto, a crise pela qual o Brasil passava foi intensificada.

Mendonça & Fontes de maneira bastante hábil simplificam, mas sem diminuir a riqueza dos argumentos, quais os principais pontos do fracasso do II Plano Nacional de Desenvolvimento.

Num primeiro momento as autoras destacam a mudança drástica de um novo setor industrial a ser contemplado pelo Estado.

Era ingênuo supor que a definição de um novo setor industrial a ser contemplado pelas benesses do Estado fosse uma questão puramente econômica. O que estava em jogo, na verdade, era a própria redefinição da correlação de forças no interior do bloco no poder. Deslocar interesses tão sólidos como aqueles envolvidos com o setor de bens duráveis de consumo não era objetivo que se conseguisse atingir com a força de uma “penada” ou de algumas “baionetas”.⁸⁵

O que ficou conhecido como o novo padrão de industrialização serviria para alavancar e financiar os setores das indústrias de base. Sendo assim, a maior parte dos investimentos seriam feitos principalmente nas áreas privilegiadas pelo II PND. A lamúria dos demais setores industriais era grande.

A segunda questão levantada pelas autoras segue a mesma linha da primeira, e diz respeito à correlação de forças existente na esfera do capital financeiro.

Em segundo lugar, transferiu-se para o BNDE os fundos de poupança compulsória, aumentando o grau do controle público sobre os fluxos de investimentos. Tornando-se os bancos oficiais os financiadores dos grandes projetos, ameaçavam-se os interesses tão poderosos como os do capital bancário.⁸⁶

⁸⁴ MENDONÇA & FONTES, 2001, p. 63.

⁸⁵ Idem, p. 58.

⁸⁶ Idem, p. 59.

A canalização em cima do BNDE dos fundos de poupança do Estado serviria para financiar os investimentos envolvendo o setor das indústrias de base e os grandes projetos da ditadura. Isto lesaria os interesses do capital financeiro privado, que certamente estaria interessado nos juros que proviriam destes grandes projetos.

Mas percebamos que o segundo ponto está diretamente relacionado com o primeiro, pois o II PND transferiu para o BNDE a responsabilidade de financiar a consolidação da estratégia contida no Plano, que privilegiava a indústria de base. Com isto o II PND deixou descontente não só um setor da burguesia, mas todos os outros setores da indústria que não eram privilegiados pelo II PND e também o capital financeiro privado.

Por último Mendonça & Fontes destacam a tentativa do II PND em deslocar para outras regiões os investimentos do Estado.

Finalmente, o Plano produzia uma clivagem “espacial” que acabaria por obstaculizar sua implementação tal como fora concebido originalmente. A definição de novos pólos industriais como os de Trombetas, Carajás, etc., privilegiava regiões diferentes das que constituíam o núcleo dinâmico da acumulação capitalista no país.⁸⁷

A intenção do II PND em transformar outras regiões em pólos industriais certamente gerou conflito de interesses com os pólos industriais fortes do Brasil, principalmente os pólos da região sudeste, fortalecidos economicamente e politicamente, gerando um desconforto com relação à gestão do Estado.

Às três questões levantadas por Mendonça & Fontes cabe, para finalizar, um trecho retirado da obra de Carlos Lessa que além de acrescentar algumas questões sobre o fracasso do II PND vem somar às levantadas acima:

A prática do autoritarismo, a carga ideológica do positivismo, a euforia e a sensação de onipotência oriundas do milagre levaram o Regime a supor a empresa estatal um instrumento de seu poder. Não percebeu que seu autoritarismo era consentido pelos grandes pactos; não percebeu que a empresa estatal é um dos instrumentos dos pactos soberanos; não percebeu que ele mesmo, Estado, é um instrumento do movimento maior da economia. Nem o Estado, nem as empresas estatais têm a autonomia pensada pelo II PND. Entretanto, a forma autoritária de organização do Estado, a desarticulação de amplos segmentos da sociedade civil, a eficácia dos mecanismos de coerção permitiram que o equívoco pudesse permanecer por um longo tempo sem que seus autores dele se apercebessem.⁸⁸

O trecho acima, retirado da obra de Carlos Lessa, nos transmite informações bastante ricas para compreender o que foi o fracasso do II PND. Primeiro cabe destacar que Lessa

⁸⁷ Idem, p. 59.

⁸⁸ LESSA, 1998, p. 154 e 155.

apresenta o fracasso do II PND pela quebra dos grandes pactos, e é esta uma das razões que nos fez trazer o trecho do livro de Lessa após a interlocução com os trechos da obra de Mendonça & Fontes. Isto porque quando Mendonça & Fontes nos trouxeram acima que um dos grandes problemas do II PND foi a redefinição da correlação de forças no interior do bloco no poder, tem basicamente o mesmo sentido da quebra dos grandes pactos acusada por Lessa em sua obra. Ou seja, Lessa nos mostra que até aquele momento eram os grandes pactos que geriam a economia e o Estado no Brasil. E Lessa destaca dois grandes pactos, o pacto da grande engenharia nacional com amplas frações do capital industrial nacional e estrangeiro, e o pacto do capital mercantil e financeiro.⁸⁹ Como mostramos a partir de Mendonça & Fontes, o II PND encaminhou para uma redefinição na correlação de forças, pois ele transmitia financiamentos que antes eram destinados a outros setores do capital industrial para a indústria de base. Além disso, o financiamento às indústrias de base e aos projetos do II PND passam a ser desenvolvidos a partir do BNDE, retirando do capital financeiro privado a lucratividade com estas operações.

Vale destacar que os formuladores do II PND viam nas empresas estatais o agente que impulsionaria os projetos e o planejamento proposto no Plano, mas que esta mesma empresa estatal se mostrou incapaz de sustentar o II PND. Muito em função dos problemas estabelecidos acima, mas também pela falta de divisas para impulsionar o programa.⁹⁰

Ao que parece o II PND já nasceu condenado, mas segundo Carlos Lessa o projeto ainda se manteve por algum tempo devido à forma autoritária de organização do Estado, o que levou o II PND a se manter vivo até o ano de 1976, a partir de quando até mesmo a fração privilegiada pelo II PND passou a contestá-lo.

O II PND já nascia condenado ao fracasso em função, também, dos aspectos econômicos e políticos que cercavam o cenário brasileiro. No plano econômico parece inviável no estágio de crise pelo qual passava não só o Brasil como o mundo, uma conciliação entre a alteração do padrão de acumulação com as altas taxas de crescimentos vistas com o milagre. Até porque a dívida externa brasileira chegava a 25% do PIB.⁹¹

No plano político as mudanças radicais definidas pela estratégia do II PND, já expostas acima, funcionaram como um acelerador das fissuras no interior do bloco no poder. *“Os setores prejudicados ou beneficiados pelos cortes e reordenamentos econômicos se alinharam, explicitando suas divergências, o que só veio a dificultar a implementação das*

⁸⁹ Idem, p. 151 a 153.

⁹⁰ Idem, p. 149 a 165.

⁹¹ MENDONÇA & FONTES, 2001, p. 60.

novas medidas de política econômica”.⁹² O II PND que surgira como um mecanismo para dar seqüência à calma estabelecida pelo milagre, mostrou-se um divisor de águas entre os setores integrantes do bloco no poder. E notamos que além de tudo, o plano econômico do governo Geisel não conseguiu aparelhar o principal setor privilegiado pelo II PND, a indústria de base. O que aconteceu foi o contrário, das indústrias de base/ABDIB saíram as principais críticas ao modelo proposto pela ditadura.

2.4 A ABDIB E SUA AÇÃO PARTIDÁRIA JUNTO À INDÚSTRIA DE BASE

Ao contrário do que se possa pensar, a fração das indústrias de base sempre ocupou papel importante na história da industrialização brasileira. Também chamada de indústria de bens de capital, já na década de 1950 este segmento ocupava mais de 10% da produção da indústria de transformação no Brasil. E este número só aumentou com o passar dos anos.⁹³

Segundo a divisão utilizada por Sebastião Velasco e Cruz a indústria de bens de capital se divide na produção de dez segmentos: 1- mecânica; 2- equipamentos industriais; 3- máquinas e implementos agrícolas; 4- máquinas rodoviárias; 5- material de transporte (ônibus e caminhão); 6- material ferroviário; 7- construção naval; 8- construção aeronáutica; 9- material elétrico e de comunicações; 10- estruturas metálicas.⁹⁴

Cabe-nos colocar que a indústria de base teve seu amoldamento no Brasil a partir da década de 1930, “*sob o impulso provocado pelo corte geral das importações em consequência da crise mundial que se inicia em 1929. É a partir daí que o setor sofre uma guinada para o crescimento*”.⁹⁵

Entre os anos de 1930 até os anos de vigência do II PND, Cruz divide a participação e o crescimento da indústria de base no Brasil em três etapas:

A primeira dessas fases de dinamismo acentuado situa-se na década de 1930 – mais precisamente entre 1933 e 1940 – período em que o peso relativo do setor como um todo é praticamente triplicado; a segunda ocorre na década de 1950, quando a taxa cumulativa de crescimento da indústria chega a 10,3% ao ano, o que propicia a quase duplicação de seu percentual na produção global da indústria de transformação (ele passa de 5,1% em 1949 a 9,7% em 1959); a terceira etapa se dá no início dos anos 1970.⁹⁶

⁹² Idem, p. 60.

⁹³ CRUZ, 1995, p. 147.

⁹⁴ Idem, p. 148.

⁹⁵ Idem, p. 149.

⁹⁶ Idem, p. 149.

É importante notar que nas três fases mostradas por Cruz a indústria de base necessitou da presença do Estado para alavancar sua produção. Primeiro com a crise de 1929, e o Estado fomentando a criação e expansão da indústria de base devido aos cortes nas importações. Segundo, o modelo econômico proposto por JK, o Plano de Metas, que propiciou alavancar a produção deste setor. E terceiro, na década de 1970 com o II PND, que fez a indústria crescer ainda mais.

Mas mesmo que nas vezes em que cresceu e expandiu-se sob a forte presença do modelo econômico pautado na presença forte do Estado, o segmento das indústrias de base esteve à margem da política econômica proposta pelos governantes brasileiros (foi na década de 1970 com o II PND).⁹⁷

Quando a política de Estado no Brasil privilegiava o avanço da industrialização, principalmente voltada para a indústria de bens de consumo, a indústria de base crescia a sua sombra. Mas que a todo o momento a indústria de base tinha que concorrer com os produtos importados.

E este segmento da indústria conviveu a partir da década de 1950 com um processo de internacionalização bastante forte.

Nos primeiros anos da década de 1970 a internacionalização da indústria de bens de capital já se encontrava, como vemos, consideravelmente adiantada, e desde então ela avançou ainda alguns passos. Embora existissem antes algumas poucas empresas estrangeiras, é a partir da década de 1950 que vamos assistir mais amplamente à entrada de multinacionais no setor.⁹⁸

É a partir principalmente do segundo governo Vargas e do Plano de Metas de JK que houve um “boom” das empresas estrangeiras no Brasil. E isto fez com que a indústria de bens de capital também sofresse com este fator.

Cruz nos traz ainda uma tabela que mostra que até 1919 existiam 8 empresas brasileiras e 4 estrangeiras no setor de bens de capital. A partir do ano de 1950 até o ano de 1959 existiam 17 empresas brasileiras do setor de bens de capital e 27 estrangeiras. Os números espantam se pensarmos que entre 1919 e 1959 as indústrias brasileiras de bens de capital praticamente dobraram e as estrangeiras praticamente setuplicaram.⁹⁹ Isto mostra uma predominância do capital estrangeiro na indústria de bens de capital a partir de 1950.

⁹⁷ Idem, p. 150 e 151.

⁹⁸ Idem, p. 153.

⁹⁹ Idem, p. 154.

Como colocamos acima, o segmento da indústria de bens de capital é bastante amplo, e ainda mais amplos são as associações civis que representam este setor. Num levantamento feito por Cruz ele conclui que existiam mais de 21 associações que representavam os interesses do setor. Devido este caráter diversificado da indústria de bens de capital, e o número elevado de associações organizativas do setor, fez com que estas organizações “*articulassem interesses em diferentes níveis de agregação e especificidade, compondo um tecido complexo, com múltiplas áreas de interseção e alguns nódulos*”.¹⁰⁰

Apesar de mostrar o quão complexo é o setor de bens de capital, Cruz destaca três entidades como sendo as mais importantes deste setor: a ABINEE (Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica), a ABIMAQ (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas) e a ABDIB.¹⁰¹

Mas dentre as três principais entidades representativas do setor de bens de capital, Cruz destaca a ABDIB como a mais importante, ou melhor, “*ela ocupa uma posição singular na rede de associações do setor, servindo como elo de ligação entre duas outras*”.¹⁰²

A ABDIB foi criada em 1955 a partir da demanda de uma estatal, a Petrobrás. Na época estava em andamento a ampliação da refinaria Landulpho Alves. Para a ampliação da refinaria a Petrobrás firmou um acordo com um grupo francês, e nesse contrato a Petrobrás “*havia se reservado o direito de adquirir no Brasil tudo o que pudesse ser produzido internamente, dentro das especificações exigidas*”. E foi a partir de uma consulta feita pela Petrobrás a algumas empresas brasileiras, “*para saber o que se poderia construir no país em matéria de equipamentos para refinaria*” que surgiu a ABDIB.¹⁰³

A ABDIB surgiu com apenas sete empresas compondo seu quadro de sócios: Aços Villares S/A, Bardella S/A – Indústrias Mecânicas, Companhia Brasileira de Construção Fichet, Companhia Brasileira de Material Ferroviário, Indústria Mecânica Cavallari S/A e Máquinas Piratininga. Mas pouco tempo depois a ABDIB já aumentara seu quadro e incorporava outras novas empresas: Indústria Brasileira de Embalagens S/A, Arno S/A, Indústria Dínamo-Elétrica do Brasil, General Electric S/A e a S/A White Martins.¹⁰⁴

¹⁰⁰ Idem, p. 155.

¹⁰¹ Idem, p. 156.

¹⁰² Idem, p. 161.

¹⁰³ Idem, p. 173.

¹⁰⁴ Idem, p. 173.

A ABDIB reúne empresas que fazem parte dos mais variados ramos, entre elas estão a indústria mecânica, elétrica, metalúrgica, de construção naval, ferroviária, além do setor de engenharia de produção.¹⁰⁵

A ABDIB conta desde sua fundação com empresas de capital brasileiro e estrangeiro em seu quadro de associados. As empresas estrangeiras sempre mantiveram lugar relevante na associação, mas este quadro se modificou no início dos anos 1970 quando a entidade deixa de ter como quadro da diretoria os representantes das empresas estrangeiras.¹⁰⁶ Justamente no período de expansão e crescimento das indústrias de base.

No início a ABDIB concentrou seus esforços no desenvolvimento de “*estudos sobre normas estrangeiras para a construção de equipamentos e buscando formas de adaptá-las às possibilidades dos produtores locais*”.¹⁰⁷

À medida que as empresas do setor foram constituindo os seus respectivos departamentos de engenharia e se capacitando para a construção de equipamentos por conta própria, ou por contratos de licença de fabricação com firmas internacionais, a ABDIB foi gradativamente se desvinculando das suas primeiras atividades e passou a desenvolver sua função reivindicatória e representativa perante os organismos do Estado. *Pari passu*, suas ênfases alteram-se, ganhando maior saliência os problemas relacionados ao financiamento de venda, à programação industrial e à exportação.¹⁰⁸

Podemos perceber que a ABDIB organizou o setor não somente em matéria de representatividade, mas que num primeiro momento ela buscou fontes para desenvolver o setor no Brasil. Quando as empresas passaram a exercer a função que a ABDIB exercia, aí sim ela se dedicou a assumir uma postura representativa, reivindicando, principalmente, problemas de financiamento, programação industrial e à exportação.

Esta virada no modo de organização da ABDIB surge exatamente num dos momentos mais satisfatórios para o setor das indústrias de base. A virada ocorre no final dos anos 1950, neste período o setor das indústrias de base crescia em ritmo acelerado e sofria transformações profundas em sua estrutura, principalmente a partir do ingresso maciço das multinacionais.¹⁰⁹ É neste período ainda que apareceram as primeiras medidas governamentais específicas para o setor:

A criação do Geimape (Grupo Executivo da Indústria Mecânica Pesada – no qual a ABDIB se fazia representar pela pessoa de Jorge Rezende, seu

¹⁰⁵ Idem, p. 158.

¹⁰⁶ Idem, p. 158.

¹⁰⁷ Idem, p. 173.

¹⁰⁸ Idem, p. 173.

¹⁰⁹ Idem, p. 174.

presidente – além do Geicon (Grupo Executivo das Indústrias de Construção Naval) e do Grupo de Trabalho da Indústria de Material Ferroviário.¹¹⁰

Juntamente com o crescimento do setor, e as primeiras medidas a partir do Estado para fortalecimento das indústrias de base, podemos notar que a ABDIB começava a fazer parte dos organismos do Estado.

Mas a fase de expansão do setor teria uma ruptura drástica nos anos 1960, mais precisamente a partir dos rigores da política antiinflacionária aplicada pelos ministros Campos e Bulhões. Em seu estudo, Cruz destaca duas principais reivindicações do setor em 1965, e que continuariam no governo Geisel: “*a concorrência do produto externo e a disponibilidade de crédito em condições adequadas, ou melhor, a defesa do mercado interno, e os incentivos necessários para poder ocupá-lo*”.¹¹¹

Mas apesar das críticas o setor ainda comemorava alguns ganhos em 1965:

1) a criação do Geimape – primeiro passo para a introdução no Brasil de um sucedâneo do Buy American Act, por meio do qual o governo dos Estados Unidos estabeleceu que a demanda de equipamentos dos órgãos públicos daquele país deveria ser dirigida preferentemente para os produtos locais; 2) os acordos obtidos junto ao Bird (Banco Mundial) e o BID, facultando o emprego de recursos dessas instituições no financiamento da produção de equipamentos no país; e 3) a criação do Fundo de Financiamento para a Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais (Finame).¹¹²

Como podemos observar todos os ganhos anunciados pelo setor estavam ligados às principais reivindicações do setor, ou na concorrência com o mercado, ou no financiamento da produção. O Estado procurava atender as reivindicações do setor de maneira sempre parcial.

Os anos de 1960 foi um período bastante cinzento na história do setor de bens de capital. E é a partir deste duro período que a ABDIB nos traz uma novidade em sua bandeira reivindicatória. Ao invés de pensar numa política econômica voltada para o setor de bens de capital, a ABDIB passa a reivindicar “*a necessidade da definição de uma política industrial integrada para o Brasil*”.¹¹³ E esta política acompanhara as reivindicações do setor pelo governo Geisel.

A situação geral da indústria no Brasil em meados para o fim dos anos 1960 já era de altas taxas de crescimento, mas para a indústria de base a situação só se alteraria a partir dos

¹¹⁰ Idem, p. 174.

¹¹¹ Idem, p. 174.

¹¹² Idem, p. 174.

¹¹³ Idem, p. 177.

anos 1970. Em 1971 a situação para a indústria de base já se configurava mais favorável, o setor se expandia a uma taxa superior a 15%.¹¹⁴

Em fins de 1973, o então vice-presidente da ABDIB, Carlos Villares, ministra uma palestra na Semana da Tecnologia Industrial, e em sua fala ele explicita alguns pontos da política industrial para o Brasil proposta pela ABDIB.

A política industrial para o Brasil girava em torno de dois pontos: o primeiro ligado ao desenvolvimento tecnológico no Brasil. Para a ABDIB o desenvolvimento tecnológico seria lento, por isso a política industrial não poderia ser imediatista, já a indústria dependeria do avanço tecnológico.¹¹⁵

No segundo ponto, é destacada a necessidade de limitar o acesso de novas firmas. Segundo a ABDIB, deveria haver um tratamento específico para empresas de capital local, pois as indústrias nacionais levariam desvantagem sobre as grandes empresas internacionais.¹¹⁶ Estes dois pontos permaneceriam nas reivindicações propostas pela ABDIB durante o governo Geisel.

2.5 VISÃO, ABDIB, E O II PND

O conteúdo mostrado até aqui no possibilitou enxergar as bases da relação entre a estratégia proposta pelo governo Geisel, o II PND, e o setor predileto da estratégia as indústrias de base, e certamente seu principal órgão de representação, a ABDIB. Possibilitou-nos também avistarmos que entre os associados da ABDIB estava o nosso objeto de pesquisa, o complexo empresarial Maksoud.

Toda esta fragmentação exposta em nossa pesquisa nos levou a um questionamento bastante interessante: Como o complexo empresarial Maksoud disseminador do projeto neoliberal no Brasil, e um dos pilares da Campanha Antiestatizante pode estar inserido na ABDIB, associação que representa os interesses de um setor que sempre dependeu e sempre dependerá das demandas geradas pelo Estado?

¹¹⁴ Idem, p. 178.

¹¹⁵ Idem, p. 179.

¹¹⁶ Idem, p. 179 e 180.

Para responder esta questão cabe um esclarecimento antes. De acordo com a bibliografia consultada, mais especificamente Mantega & Moraes, apontam para uma diferença entre a proposta defendida pela ABDIB e a proposta defendida por Maksoud.

Os empresários da ABDIB não confundiam liberalismo econômico com liberalismo político. Daí poderem, concomitantemente, apoiar a presença estatal na economia e criticar a centralização dos poderes políticos nas mãos da casta militar. Não seria pela “privatização” da economia, proposta pelos Maksouds da vida, que a burguesia assumiria o controle do aparato do Estado.¹¹⁷

Ainda sobre a mesma questão, Carlos Lessa coloca que ele optou por estudar os discursos dos empresários prediletos do II PND, os burgueses organizados na ABDIB. Mas que para esta análise ele descartou *argumentações antiestatizantes de nítida matriz ideológica*, do qual ele cita como exemplo um editorial da revista *Visão*, empresa do complexo empresarial Maksoud, sendo Maksoud o próprio escritor do editorial.¹¹⁸

As informações das duas obras nos são úteis para compreender que a matriz ideológica dos dois agentes disseminadores ideológicos, ABDIB e complexo empresarial Maksoud, são diferentes. Enquanto a ABDIB sempre dependeu da intervenção do Estado na economia para sobreviver, a proposta apresentada por Maksoud é a neoliberal, ou seja, a defesa da mínima participação do Estado.

Mas o que podemos constatar é que nem somente de diferenças viviam *Visão*/Maksoud e a ABDIB, elas expressavam em si algumas semelhanças.

Para começar a responder o questionamento feito acima vale lembrar que o relacionamento entre ABDIB e o governo Geisel nunca foi um relacionamento inabalado, pelo contrário, sempre houve tremores neste relacionamento. A ABDIB por mais que se mostrasse otimista quanto ao programa governamental, ela mesmo assim não deixava de se mostrar crítica.

Vale recordarmos das três fases da trajetória de relacionamento da ABDIB e governo Geisel/II PND. A fase número um, do otimismo e da confiança, mas com um toque crítico. A fase número dois, inquietação, dúvida e ansiedade. Na fase número três acontece o rompimento total com o II PND, e críticas diretas ao Estado.

Posteriormente à terceira etapa irá surgir um movimento com uma das mais elaboradas críticas ao modelo ditatorial, o *Primeiro documento dos Empresários*. E este movimento surge do setor predileto do II PND, a indústria de bens de capital, a ABDIB.

¹¹⁷ MANTEGA & MORAES, 1979, p. 99.

¹¹⁸ LESSA, 1998, p. 139.

É claro que mesmo em sua fase mais aguda de crítica ao Estado, o setor das indústrias de base não chegou a se ocupar do projeto neoliberal proposto por Maksoud. Mas as críticas elaboradas por Maksoud, e as críticas desencadeadas pela ABDIB sempre andaram bastante próximas e juntas. Como é o caso da Campanha Antiestatizante.

A Campanha Antiestatizante teve como um de seus principais pilares a revista *Visão*, e como já mencionado acima, as críticas elaboradas pela ABDIB nunca chegaram a se juntar a Campanha Antiestatizante, sempre se manteve certa distância, mas em determinado momento elas estiveram bastante próximas.

O fato é que ambos os projetos estavam descontentes com o modelo político econômico da ditadura. Mas se mostravam diferentes em vários pontos. O que pretendemos é identificar os pontos de convergência que faziam com que o complexo empresarial Maksoud fizesse parte da Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base.

Como já apontamos, o elo físico de ligação entre o complexo empresarial Maksoud e ABDIB era a empresa de engenharia de projetos Hidroservice. Mas quais os pontos do programa proposto pela ABDIB, Maksoud adaptou ao seu, em relação ao II PND e à política econômica proposta pelo governo Geisel, é o que veremos a partir de agora.

Na edição do dia 07 de outubro de 1974, a revista *Visão* traz como tema principal o II PND. Logo no primeiro contato com o número, a capa da revista, percebemos que as expectativas para com o II PND por parte de *Visão* eram bastante otimistas: PND – 1975-1979 as expectativas otimistas

Mas além de mostrar-se otimista com o II PND *Visão* não poupou elogios à Estratégia:

Assim, no quadro de uma economia mundial em que as previsões desafiam qualquer economista sério, o II PND faz uma opção fundamental: manter o crescimento acelerado com uma taxa real anual de 10%. O que seria uma loucura, se não se apoiasse numa estratégia claramente definida. (VISÃO, 07 de outubro de 1974, p. 66)

Aqui percebemos que os elogios ao II PND estão direcionados à manutenção da taxa de crescimento em 10% ao ano, mas que isto só se tornaria possível pela estratégia claramente definida pelo Plano. Neste ponto *Visão* louva o II PND por definir-se em torno da indústria de base.

Mas notemos que a mesma taxa de crescimento enaltecida acima é tratada com dúvida por parte de *Visão*, e na mesma matéria:

O II PND como definição das normas de uma política econômica-social é um documento de grande valor. A sua insistência nos aspectos humanos, no

desenvolvimento da tecnologia, na defesa da indústria nacional é altamente convincente. No entanto, ao escolher uma taxa de crescimento excessiva dentro do quadro da conjuntura internacional, deixa subsistir uma dúvida que enfraquece a credibilidade no prosseguimento de uma política que tem tido total apoio. (VISÃO, 07 de outubro de 1974, p. 68)

Esta dualidade no trato da taxa de crescimento proposta pelo II PND serve para demonstrar que *Visão* se mostra otimista em relação ao II PND por este ter uma “estratégia claramente definida” e alinhada com as indústrias de base. Ora, num primeiro momento a taxa de crescimento era favorável justamente por esta razão mencionada. Logo após, a taxa de crescimento é o elo que enfraquece a credibilidade do II PND, que segundo *Visão* tem tido apoio total. O fato é que *Visão* por mais que se mostre otimista com o Plano, não se posiciona inteiramente partidária ao II PND.

Mas *Visão* ainda estabelece alguns nexos que ela considera favoráveis do II PND, como é o caso da ênfase no desenvolvimento tecnológico, e na defesa da indústria nacional. Apreendemos que estas são bandeiras levantada também pela ABDIB, todos pontos propostos para o desenvolvimento e fortalecimento das indústrias de base no Brasil, da qual *Visão* estava inserida a partir da Hidroservice.

O II PND é tratado por *Visão* como um documento de grande valor, mas que merece alguns cuidados redobrados com este documento. É por isso que nesta matéria *Visão* lança um espaço intitulado *As dúvidas*. Neste ponto *Visão* destaca alguns elementos do II PND que podem deixar dúvidas. Dentre as três principais dúvidas de *Visão* com relação ao II PND cabe destacarmos uma: o financiamento pelos poderes públicos (recursos orçamentários, PIS Pasep, FGTS, etc.). (VISÃO, 07 de outubro de 1974, p. 68)

É interessante perceber que esta também era uma dúvida presente nas críticas da ABDIB ao II PND, se o Estado teria capacidade de financiar a proposta da Estratégia.

Além dos já citados elementos de adaptação entre os pontos da proposta da ABDIB e os de *Visão*, tais como desenvolvimento tecnológico, defesa da indústria nacional e a incerteza quanto ao financiamento da Estratégia, aparecem ainda na matéria mais dois elementos que estão em integração em ambos os programas.

O primeiro destes elementos é a substituição das importações:

Subitamente, torna-se essencial, portanto, substituir a importação de bens de capital e de uma série de matérias-primas. E esta política é apoiada numa série de medidas (criação da Ibrasa, Embramec, Fibasa) que visam a aumentar a oferta interna daqueles bens.

É preciso considerar que a demanda já existe e, neste exercício, onerou tremendamente a balança comercial. Naturalmente, não se trata de fechar

totalmente as portas às importações e o II PND prevê seu crescimento à taxa de 20% ao ano. (VISÃO, 07 de outubro de 1974, p. 66)

Tanto para *Visão* quanto para a ABDIB, a substituição de produtos importados por produtos produzidos no Brasil era uma das principais exigências de seu setor. Isto porque, até este momento a maioria dos produtos oriundos do setor de bens de capital eram importados.

Mas vejamos que nem *Visão*, e nem a ABDIB, falam em fechar totalmente as portas às importações. O que elas destacam é o ajustamento das empresas multinacionais, e é aqui que entramos neste outro elemento da integração entre os programas da ABDIB e de *Visão*. *Como se pode ver, não se espera ter que mudar a lei que estabeleceu o Estatuto do Capital Estrangeiro para enquadrar as empresas multinacionais na nova estratégia do II PND.* (VISÃO, 07 de outubro de 1974, p. 66)

O que temos até aqui é uma expectativa otimista de *Visão* para os rumos tomados a partir do II PND. Mas mesmo neste clima otimista para com uma proposta vinda do Estado, *Visão* não deixou seu perfil neoliberal de lado, nem mesmo seu papel na Campanha Antiestatizante, e neste mesmo número da revista a revista lançou um editorial colocando interrogações sobre se o governo conseguiria colocar em prática a Estratégia. Após vários questionamentos o editorial é finalizado da seguinte forma: “*A capacidade e o desejo de engajamento do empresariado estão mais do que comprovados. E o engajamento do Governo em todos os seus escalões – também se mostrará suficiente?*” (VISÃO, 07 de outubro de 1974, p. 66)

Mesmo compartilhando de vários pontos de conexão com a proposta defendida pela ABDIB, *Visão* não deixava de lado sua crítica ao Estado. Vale destacar que o clima otimista apresentado até aqui por *Visão*, também pode ser percebido na ABDIB. Não é a toa que se voltarmos às três etapas do relacionamento entre a ABDIB e o Estado no período de 1974 a 1979, veremos que este momento seria correspondente à fase otimista da relação.

Apesar da crítica Antiestatizante ter permanecido durante muito tempo nos debates propostos por *Visão*, a situação para com a estratégia do II PND só começou a se alterar na mesma época em que se alterariam os ânimos da ABDIB para com o II PND.

Podemos perceber que o aumento das cobranças pela ABDIB, ao governo, pela execução das táticas do II PND se dá em meados de 1975. É exatamente neste momento que também se inicia em *Visão* o aumento das cobranças sobre o II PND. Vale lembrar ainda na fase otimista da relação indústria de base e Estado.

No número de 23 de junho de 1975, *Visão* intitula a capa: Indústria de Base: a hora das definições. Este número *Visão* parece tê-lo elaborado com o auxílio da ABDIB, pois a matéria principal (capa) é elaborada com base nos pronunciamentos e entrevistas feitas com o presidente e vice-presidente da ABDIB, e ambos convidam não somente o governo a definir-se, mas principalmente o setor das indústrias de base.

Logo no início da matéria de capa intitulada: “Em jogo, o futuro da indústria de base”, *Visão* traz um trecho da carta enviada aos ministros Reis Velloso, Severo Gomes e Mário Henrique Simonsen, e assinada pelos presidentes da ABDIB, Cláudio Bardella, pelo presidente do Sindicato da Indústria de Máquinas do Estado de São Paulo, Einar Kok, e pelo presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica, Manuel da Costa Santos.

No trecho da carta destacado por *Visão* as associações manifestam uma “*profunda apreensão quanto à continuidade do programa de substituição de importações e da política de estímulo ao desenvolvimento da indústria brasileira de bens de capital*”. Para finalizar o parágrafo, *Visão* assume uma postura de “assinatura” do documento ao explicitar que “*as queixas dos industriais parecem realmente procedentes*”. (VISÃO, 23 de junho de 1975, p. 51)

Ambas as entidades, além de *Visão*, cobram maior intensidade do governo na execução de algumas táticas da Estratégia. Principalmente na substituição de importações e no desenvolvimento da indústria brasileira. Como vimos anteriormente, são exatamente os pontos em que ABDIB e *Visão* convergiram, e ao mesmo tempo engrossam a cobrança para cima do governo quanto à gestão do estado.

Mais adiante *Visão* acrescenta que a indústria brasileira sofreu constantemente com o não cumprimento dos pontos propostos pelo II PND, e cita exemplos:

Projetos de grande porte, como os da Hispanobrás, Nipobrás e Italbrás (usinas de minérios de ferro em que o Brasil se associou a espanhóis, japoneses e italianos), merecem despachos que isentam do levantamento prévio de similaridade nacional equipamentos a serem importados: aceitam-se integralmente as normas do Banco Mundial nas concorrências para a terceira etapa do plano siderúrgico, reduzindo-se as possibilidades de fornecimento pela indústria nacional; as negociações com japoneses e italianos para a implantação da usina de Tubarão resultam em não mais do que uns 20% de encomendas à indústria nacional e, mesmo assim, com a predominância de equipamentos de menor conteúdo tecnológico. (VISÃO, 23 de junho de 1975, p. 51)

Os exemplos mostram que os pontos estabelecidos pelo II PND não estavam sendo cumpridos pelo Governo, e com isso a indústria de bens de capital não se mostrava satisfeita, nem *Visão*.

Visão critica que a maior parte dos produtos utilizados na construção das usinas são de procedência estrangeira, o que fere os interesses dela própria e do setor das indústrias de base.

Visão coloca que os programas de substituição de importações e da política de estímulo ao desenvolvimento da indústria brasileira de bens de capital não estão sendo cumpridos por culpa do Governo e não dos burgueses.

Não se conseguiu, ao longo dos anos, estabelecer um denominador comum entre Governo e iniciativa privada. De um lado, industriais pretendem assumir papel mais ativo no desenvolvimento da economia brasileira e insistem na necessidade de definições governamentais que, compondo uma política de longo prazo, lhes assegure tranquilidade para investir, por sua vez, o Governo não deixa de reconhecer a conveniência de prestigiar e apoiar o parque industrial instalado no país, mas, na concretização das intenções, caminha a uma velocidade que os empresários considerem insuficientes. (VISÃO, 23 de junho de 1975, p. 52)

A revista destaca que os industriais estão dispostos e preparados para assumir o papel de desenvolver a economia brasileira, mas que o Estado não permite que isto aconteça, pois este não consegue colocar em práticas os seus devaneios teóricos.

Transmitindo para o Estado a responsabilidade pelo não cumprimento das reivindicações propostas pelo setor da indústria de bens de capital, *Visão* volta sua crítica ao modo como o Estado gere a economia brasileira.

Feitas todas as contas, os fabricantes nacionais estão convictos de que, apesar das promessas governamentais, não será ainda nessa terceira etapa do plano de expansão da siderurgia que a participação brasileira somará parcela digna de sua capacidade quantitativa e qualitativa de produção. (VISÃO, 23 de junho de 1975, p. 54)

De acordo com *Visão*, a estratégia proposta pelo II PND não sairia do papel. A indústria de bens de capital não atingiria o patamar desejado, fato que se concretizou anos depois com o racha entre o setor e o Estado.

Seguindo a lógica de readequação da empresa estrangeira, *Visão* aponta para a necessidade de estímulo por parte do Estado para que isto aconteça:

Por enquanto, contudo, sabe-se que as empresas de capital estrangeiro não têm sentido estimuladas a investir no desenvolvimento local de tecnologia. Em resumo, atualmente acontece o seguinte: se podem continuar importando de suas matrizes ou empresas-irmãs equipamento tecnologicamente avançado, para venda no país, as multinacionais não transferem *know-how*

em ritmo mais rápido, como também não investem em criação de tecnologia. Recursos que poderiam ser aplicados aqui, com essa finalidade, continuam canalizados para outros países e, assim, alimenta-se um círculo vicioso. (VISÃO, 23 de junho de 1975, p. 59)

Visão coloca que as empresas estrangeiras não são estimuladas a investir no desenvolvimento de tecnologia no Brasil. A revista nos dá a entender que o desestímulo se dá pelo fato de que não há qualquer limitação às importações, e as empresas não precisariam se instalar no Brasil, afirmação que vai ao encontro das proposições de Hidroservice e ABDIB.

No trecho acima *Visão* critica dois pontos. Primeiro que não há uma readequação da empresa estrangeira até o momento. Segundo que o desenvolvimento tecnológico também não foi impulsionado.

Se notarmos, as mesmas críticas levantadas por *Visão* no final de 1974 são reforçadas em meados de 1975. E isto vale também para a ABDIB. Mas ainda sobre o que denominamos de a etapa do otimismo e já encaminhando para a segunda fase do relacionamento ABDIB e governo a fase denominada inquietação, dúvida e ansiedade.

Em finais de 1975, período de transição da fase do otimismo para a fase da inquietação, dúvida e ansiedade (para nos localizarmos também no debate com a ABDIB), vemos esquentar os ânimos de *Visão* para com a Estratégia no assunto que dizia respeito ao desenvolvimento tecnológico no Brasil. Antes de adentrarmos no assunto, vale lembrar que o tema do desenvolvimento tecnológico esteve sempre presente na pauta de reivindicações da ABDIB, até porque a indústria de base necessita e muito do desenvolvimento de tecnologias.

Com a matéria de capa intitulada: Tecnologia nacional pede licença, *Visão* lança o número de 13 de outubro de 1975, com o tema do desenvolvimento tecnológico no Brasil. A principal crítica de *Visão* é a de que “*fabricantes de bens de capital e empresas de engenharia consultiva nacionais não têm encontrado os melhores estímulos para tornarem consistente e produtivo o entrelaçamento de seus interesses, na luta pelo desenvolvimento tecnológico nacional*”. (VISÃO, 13 de outubro de 1975, p. 32)

Segundo *Visão* não existem estímulos para o desenvolvimento científico-tecnológico no Brasil, estes estímulos deveriam vir por parte do Estado. E mesmo com a criação do II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, uma das ramificações do II PND, o governo ainda não atenderia à necessidade das indústrias de base.

O II PBDCT é mostrado por *Visão* como um plano “*excessivamente abrangente e talvez seja demasiado ambicioso, além de não favorecer juízos otimistas*”. *Visão* com isto

segue o mesmo sentimento já demonstrado pelo II PND, falta de otimismo e desconfiança no plano proposto pelo governo Geisel. (VISÃO, 13 de outubro de 1975, p. 32)

Uma das questões, segundo *Visão*, que não estimulavam o desenvolvimento tecnológico é a quantia de recursos liberados para o financiamento do desenvolvimento científico tecnológico.

Haveria um aumento dos recursos financeiros em relação ao I PBDCT: anualmente, seriam gastos 900 milhões de dólares no período 1975-77. Contudo, tal soma, embora se prevejam atualizações, mostra-se insuficiente, comparada àquilo que outros países tiveram que alocar ao desenvolvimento tecnológico, tanto na fase de arranque do processo como ulterior. (VISÃO, 13 de outubro de 1975, p. 32)

A crítica ao montante liberado para financiamentos não é nova, e sempre esteve presente tanto na pauta de *Visão*, quanto na pauta da ABDIB, e agora ela aparece unificada à crítica ao desenvolvimento científico tecnológico.

Para *Visão*, o que deveria ser feito em matéria de financiamento do desenvolvimento científico tecnológico é:

De fato, para que um país como o Brasil, no atual estágio de progresso, desenvolva a sua própria tecnologia e seja capaz de absorver a tecnologia transferida, é preciso que se lance obstinadamente à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, para os quais o Governo deve contribuir com recursos financeiros a fundo perdido, em uma verdadeira função de Estado. É necessário, também, que promova o desenvolvimento e contínuo aperfeiçoamento de processos industriais, para o que muito concorrem os financiamentos às indústrias, a longo prazo, a juros baixos ou nulos, com cobertura de riscos, sem exigências descabidas de garantias e com prazos de carência estimados de tal forma que a amortização dos empréstimos se possa fazer quando já for possível introduzi-la no preço dos produtos. (VISÃO, 13 de outubro de 1975, p. 11)

Na realidade o que *Visão* propõe nas entrelinhas é que o Estado injete capital nas indústrias de base e não tenha pressa de recebê-los de volta. *Visão* cobra do governo Geisel o que havia sido proposto no II PND, ou seja, um investimento total na indústria de bens de capital.

A verdadeira função do Estado, segundo *Visão*, é financiar o capital privado, e não criar empresas estatais. Esta é outra preocupação presente em *Visão*:

Finalmente, embora se faça menção à necessidade de fortalecimento da empresa nacional privada, não se definem objetivamente os meios a serem aplicados na sua mobilização e engajamento na luta pelo desenvolvimento tecnológico. E aqui já se esboça um risco, o de tal indefinição levar à ampliação da área de cultivo da “teoria dos espaços vazios” deixados pela iniciativa particular, com o que se acabaria “justificando” também a

estatização do desenvolvimento tecnológico. (VISÃO, 13 de outubro de 1975, p. 32)

Além das críticas alinhadas à ABDIB, *Visão* não perde de vista seu caráter neoliberal e da Campanha Antiestatizante, e aproveita para colocar como um dos riscos ao desenvolvimento tecnológico a presença do Estado na economia. Para a revista, mesmo que o Estado fizesse menção ao fortalecimento do capital privado, os setores burgueses envolvidos no desenvolvimento tecnológico deveriam ficar em alerta, pois o Estado estaria disposto a estatizar todo o desenvolvimento tecnológico. E sabemos que o assunto tecnologia sempre esteve em pauta nos interesses do complexo Maksoud, uma das empresas do grupo era a Sisco, empresa de tecnologia do ramo da informática. E toda a disputa nos anos de 1980 sobre a informática tem a presença do complexo empresarial Maksoud

Esquentados os ânimos entre ABDIB/Indústrias de base e Estado em finais de 1975, vemos que no início de 1976 ao invés do clima esfriar o relacionamento esquentou ainda mais. O início do ano de 1976 é marcado pelo começo da segunda fase do relacionamento entre ABDIB/Indústrias de base e o Estado, a fase denominada de *Inquietação, dúvida e ansiedade*.

Visão mostrou sempre presente nas críticas um toque do neoliberalismo e da Campanha Antiestatizante, a revista não poupou críticas à administração Geisel e ao II PND. Ao mesmo tempo em que o relacionamento ABDIB/Indústrias de base e o Estado, adentrava a fase denominada de *Inquietação, dúvida e ansiedade*, o posicionamento de *Visão* começava a se afastar das críticas elaboradas por ABDIB/Indústrias de base neste momento.

A revista de Henry Maksoud passou a intensificar a Campanha Antiestatizante a partir de 1976, já a ABDIB apesar de ter aumentado suas críticas à administração Geisel e ao II PND, e mostrar que as bases do relacionamento com o Estado já estavam abaladas, ainda não havia rachado de uma vez por todas, o que aconteceria ainda neste ano (na terceira fase).

No número de 19 de abril de 1976, *Visão* já inicia suas críticas com os seguintes dizeres na capa: *Iniciativa privada quer fazer mais (será que pode?)*. E é com estas palavras que inicia uma série de críticas ao Estado. Este número da revista poderia até servir como um manifesto da Campanha Antiestatizante, devido seu caráter altamente incitativo e constar as principais bases da Campanha.

Em plena segunda fase do relacionamento ABDIB/Indústrias de base e Estado, *Visão* lança críticas ao modelo de “fortalecimento da perna fraca do tripé”, lançado pelo II PND. Para *Visão*:

Então, assentados os dois pés gigantes do tripé – estatais e multinacionais –, buscou-se criar a “grande empresa nacional”, pois só ela terá condições e status para se constituir no terceiro pé (gigante) do tripé.

Como tudo isso se deve ao modelo de desenvolvimento escolhido – moldado na extrema dependência das importações –, atribuiu-se ao empresariado nacional a culpa pelo atraso no desenvolvimento da indústria de base. E, como se trata de setores (como siderurgia, bens de capital, petroquímica, papel e celulose) que exigem pesados investimentos, o atraso só poderia ser compensado com fortes oligopólios atuando no setor. O que “justifica”, mais uma vez, para as autoridades, a presença do tripé. Sempre dentro do princípio de que “o que o Estado não puder ocupar, deve, necessariamente, controlar”. (VISÃO, 31 de agosto de 1976, p. 85 e 86)

Visão atenta para o fato de o tripé ter sido elaborado devido ao plano econômico desenvolvido pela ditadura. E que os formuladores do II PND atribuem a culpa pelo fracasso do modelo (tripé) ao atraso do desenvolvimento das indústrias de base.

Esta crítica ainda não havia aparecido nos pronunciamentos das indústrias de base, mas serviu para *Visão* fortalecer sua tese neoliberal/antiestatizante, de que é o Estado que enfraquece a “empresa nacional”, e que a participação do Estado na economia deveria ser mínima. E o modelo do tripé não é o mais adequado, pois de acordo com *Visão* o Estado, uma das pernas do tripé, não deveria ter tanta importância no cenário econômico.

Com a crítica ao tripé *Visão* acaba por atacar dois aspectos mais antigos de sua bandeira. De um lado ela critica a intervenção do Estado na economia, e seu aparelhamento às multinacionais. De outro ela expõe uma crítica às importações, lembramos que esta bandeira também é levantada pela ABDIB.

Como já colocamos acima, o período de 1976 é marcado pelo acirramento em *Visão* da Campanha Antiestatizante, e de início de 1976 até setembro deste ano da fase em que a ABDIB intensifica suas críticas ao II PND e ao Estado. Mas que ambas as entidades começam a afastar o conteúdo de suas críticas, justamente pelo fato de *Visão* intensificar seus esforços na Campanha Antiestatizante.

Fato curioso é destacado por Guido Mantega, o autor destaca a importância que a Campanha Antiestatizante teve para o setor das indústrias de base:

Dessa maneira, foi tomando corpo um movimento que reivindicava a liberalização econômica e política do Estado brasileiro. Curiosamente, esse movimento contra a estatização, que, portanto, deveria ser capitaneado pelos liberais em matéria econômica, acabou beneficiando os empresários nacionais de bens de capital, justamente aqueles que mais lucravam com as diretrizes intervencionistas do II PND.¹¹⁹

¹¹⁹ MANTEGA, 3/1997., p. 42.

Segundo Mantega, a Campanha Antiestatizante serviu muito bem aos interesses dos industriais de bens de capital, ao contrário do que se pudesse parecer, e do setor das indústrias de base não concordar com as críticas feitas pelos integrantes da Campanha. As indústrias de base dependiam dos investimentos estatais, mas não da intervenção direta do Estado na economia, e sim da compra, principalmente, de seus produtos.

Caminhando para o final de 1976 vemos o relacionamento ABDIB/Indústrias de base e Estado entrar na terceira e última fase, a fase do rompimento, e vemos os conteúdos das críticas de *Visão* e da ABDIB se distanciarem um pouco mais. *Visão* do final de 1976 para os anos seguintes, mais precisamente no ano de 1977, retira a “máscara” da Campanha Antiestatizante e mostra o projeto neoliberal que estava oculto.

CAPÍTULO 3 – A CAMPANHA ANTIESTATIZANTE E A DIVULGAÇÃO DO NEOLIBERALISMO EM VISÃO

Este capítulo tem como objetivo central mostrar como *Visão* participou e organizou a Campanha Antiestatizante. Paralelamente à organização da Campanha, *Visão* buscou iniciar a disseminação do projeto neoliberal no Brasil.

O capítulo está dividido em três tópicos, todos eles dentro do recorte temporal da Campanha Antiestatizante, entre os anos de 1974 e 1976.

O tópico 3.1, *A Campanha Antiestatizante* serve para nos situar sobre o que foi a Campanha Antiestatizante.

No ponto 3.2, *Henry Maksoud: o principal expoente do projeto neoliberal para o Brasil na década de 1970*, é apresentado como Henry Maksoud utilizou a revista como agente organizador e disseminador do projeto neoliberal no Brasil.

O 3.3, *Visão entre o apogeu e o declínio da Campanha Antiestatizante* mostra como *Visão* atuou como agente orgânico na Campanha, do início ao fim do processo.

3.1 A CAMPANHA ANTIESTATIZANTE

A Campanha Antiestatizante teve início exatamente a partir da revista *Visão*. Cruz destaca que a Campanha se iniciou em 12 de dezembro de 1974, na cerimônia que condecorou Eugênio Gudín com o título de “Homem de Visão”¹:

No dia 12 de dezembro de 1974, na cerimônia em que recebeu o título de “Homem de Visão”, Eugênio Gudín pronunciou um discurso contundente, que logo alcançaria grande repercussão. (...) Não era a primeira vez que Eugênio Gudín atacava a intervenção exorbitante do Estado na esfera econômica, brandindo as equivalências, tão caras à corrente de pensamento a que se filia, entre interferência estatal, violação das liberdades individuais e totalitarismo.²

¹ Título concedido pela revista *Visão* à figura que era considerada como destaque do ano. Além da cerimônia de entrega do título, *Visão* reservava um número inteiro da revista para homenagear o “Homem de Visão”, neste número especial a revista publicava o pronunciamento do homenageado na cerimônia de entrega do título. Dentre os ganhadores do prêmio estão: Renato da Costa Lima (1975), Magalhães Pinto (1976), Antônio Ermírio de Moraes (1977), Paulo Salim Maluf (1978).

² CRUZ, 1995. p. 33.

Na época, *Visão* já era comandada por Henry Maksoud, e é exatamente a partir da revista que surge a Campanha Antiestatizante, e mais, é a partir também do pronunciamento de Eugênio Gudín, que segundo Ricardo Bielschowsky³ foi um dos principais responsáveis pela introdução do neoliberalismo no Brasil, já na década de 1940. Temos então formada uma Campanha contra a estatização com grande influência dos primórdios do neoliberalismo no Brasil, pautado sobre as figuras de Eugênio Gudín e *Visão*/Maksoud.

Aliás, *Visão* foi considerada um dos principais agentes da Campanha Antiestatizante, juntamente com outros órgãos de comunicação:

Em fevereiro de 1975, o jornal *O Estado de S. Paulo* deu início a uma série de 11 reportagens intituladas “Os Caminhos da Estatização”, que atacavam o avanço do Estado em domínios que antes pertenciam à iniciativa privada. O *Estado* via no II PND um instrumento de estatização que iria transformar a economia brasileira numa economia socialista. Mas o *Estado* não estava sozinho em sua cruzada antiestatizante. A revista *Visão*, do empresário Henry Maksoud, dono da firma de consultoria Hidroservice e depois do Maksoud Plaza, também tocava a mesma toada, juntamente com um número crescente de empresários e membros destacados da sociedade civil.⁴

Além de *Visão* outros meios de comunicação engajaram-se na Campanha, como *O Estado de São Paulo*, que a partir de 1975 iniciou uma série de matérias criticando a intervenção do Estado na economia brasileira.

E é exatamente a grande mídia burguesa a responsável pelo início da Campanha, como os já citados acima (*Visão* e *O Estado de São Paulo*), além do *Jornal do Brasil*. “Segundo todas as evidências a campanha não surge nos meios empresariais. Ela é proposta e, durante alguns meses, sustentada pela imprensa”.⁵

Mas a Campanha ainda contou com um aliado bastante forte, algumas personalidades de destaque nos círculos do regime:

Podemos relacionar os nomes com maior frequência invocados – Gudín, Bulhões, Campos, Glycon de Paiva, Chacel – um pequeno conjunto de tecno-empresários que desde os anos 1950 percorreram juntos um bom pedaço de caminho e que, desde então, se afirmaram como a fina flor da inteligência econômica de direita no país. Para ser mais rigoroso deveria situar aí Delfim e seu grupo – Pastore e outros – mas, com o chefe no “exílio”, eles não se expõem muito.⁶

Cruz nos mostra uma seqüência de agentes da Campanha Antiestatizante. Vale destacar que quando Cruz coloca que a Campanha foi desencadeada na imprensa e não no

³BIELSCHOWSKY, 2000.

⁴MANTEGA, 3/1997. p. 41.

⁵CRUZ, 1995, p. 69.

⁶Idem, p. 70.

meio empresarial, ele o faz para separar didaticamente as informações, pois como pudemos perceber todos os nomes são analisados enquanto agentes da burguesia, tanto os de imprensa quanto os de indivíduos.

Uma das passagens mais interessantes de Cruz é o fato dele destacar que os principais agentes naquele momento da Campanha foram nos anos iniciais do golpe civil-militar os seus principais agentes. Quando lançada “*a campanha contra a estatização ela contou com a participação de conspiradores históricos e alguns dos principais mentores intelectuais do regime*”.⁷ O fato de se rebelarem contra a estatização mostra mais uma vez que a ditadura civil-militar entrava em decadência, e já não se mostrava tão útil a este setor burguês que organizava a Campanha Antiestatizante.

De acordo com Cruz, o debate sobre a intervenção do Estado na economia começa a ser travado no início de 1974, mas não com a intensidade que a Campanha atinge a partir do discurso de Eugênio Gudín para a revista *Visão* em dezembro de 1974. Neste momento o debate passa por sua fase de aquecimento até a ebulição na Campanha Antiestatizante.⁸

Neste primeiro momento das manifestações contra a intervenção estatal Sebastião Velasco e Cruz destaca duas características marcantes. “*Antes de tudo, ele é intermitente, aparece no início do ano, associado a manifestações de vago temor com relação a mudanças na política econômica*”. A segunda característica é tratar de temas pontuais: “*tem como referencia uma questão determinada – um projeto, uma decisão do governo*”.⁹

Mas entre 1974 e 1975 a situação muda. A partir deste momento o debate ganha um discurso generalizante, “*estatização não estará mais a indicar um mero desvio a ser corrigido; ela passa a designar a disfunção de um organismo gravemente enfermo, que deve ser com urgência medicado*”.¹⁰

As características centrais da Campanha são apresentadas por Velasco e Cruz. Segundo o autor:

Nesse sentido, o termo passa a denotar simultaneamente *um estado* – a predominância do setor público (mais particularmente, das empresas públicas) sobre o setor privado da economia nacional com os mecanismos que operam no presente garantindo que essa assimetria seja cotidianamente reposta – e *um processo* – “o Estado não cessa de ampliar sua esfera de atuação”, “antes de dar marcha-ré num carro, é preciso freá-lo”. O que, por sua vez, força o discurso crítico a ultrapassar o nível da simples denúncia e a se dotar de um esquema explicativo, ainda que extremamente rudimentar. (...) A *insistência* no tema. Ao lado do caráter generalizante da contestação

⁷ Idem, p. 70

⁸ Idem, p. 52.

⁹ Ibidem, p. 52.

¹⁰ Idem, p. 52.

privatista, esta é a segunda característica importante que diferencia o debate sobre a estatização no início de 1975, desde então, ele não saíra mais da pauta.¹¹

A crítica à intervenção do Estado na economia e a insistência intermitente no tema são as principais características apontadas por Cruz para descrever a Campanha Antiestatizante. Mas ao lado destas é importante destacar o caráter altamente articulado com que a Campanha se manifestou nos grandes veículos de comunicação da época.

Uma das primeiras grandes manifestações de um grande veículo de comunicação sobre a Campanha foi do jornal *O Estado de São Paulo*. No que Cruz chamou de “Primeira Fase da Campanha”, que vai do pontapé inicial dado por Gudin e *Visão* (dezembro de 1974) até junho de 1975, merece destaque a série de reportagens publicada pelo *O Estado de São Paulo*, “Os caminhos da estatização”:

Entretanto, o impulso decisivo à campanha seria dado pela série de reportagens que *O Estado de São Paulo* publicou entre fevereiro e março sob o título geral de “Os caminhos da estatização”. Composta de 11 artigos, a série é aberta por uma ampla matéria que introduz o problema num plano bastante geral, apelando para o depoimento de empresários (não identificados) e de economistas selecionados a dedo (Gudin, Bulhões, Pastore, Langoni) para dramatizá-lo. Os números seguintes são dedicados à análise circunstanciada da participação estatal em vários setores de atividade (bancos, mineração, siderurgia, comunicações, transportes, fertilizantes), dos mecanismos sutis que levariam à sua contínua expansão e dos efeitos daninhos – para a empresa privada nacional e para o conjunto da economia – acarretados por esse processo.¹²

Segundo Cruz, a série de 11 artigos publicada pelo jornal *O Estado de São Paulo* deu o impulso que faltava para a campanha decolar. Mas *O Estado de São Paulo* não parou por aí, e nos números seguintes à série de reportagens o jornal continuou publicando matérias que criticavam a intervenção estatal em vários setores.

Cruz destaca mais dois meios de comunicação neste período. O *Jornal do Brasil*, divulgando estudo de Gilberto Paim, entre 9 e 13 de março, sobre a participação respectiva das empresas estatais, privadas, nacionais e multinacionais na economia brasileira. E a revista *Visão* com os artigos assinados por Henry Maksoud.¹³

Vale descrever algumas características gerais da Primeira Fase da Campanha:

Num primeiro momento, o tema geral da estatização é lançado com grande alarde ao debate público, e nele permanece, alimentando-se das reiteradas críticas e denúncias marteladas pela imprensa conservadora e das respostas

¹¹ Idem, p. 52 e 53.

¹² Idem, p. 54.

¹³ Idem, p. 55.

que elas suscitam, de ministros da área econômica e de altos funcionários. No entanto, os mais diretamente concernidos por ela, os empresários, os “homens da iniciativa privada” a quem, primordialmente, *O Estado de São Paulo* se dirigia ao lançar oficialmente a cruzada, estes se mantinham numa posição de cautelosa reserva: acompanhavam o debate, formavam opinião sobre ele e certamente a comunicavam, mas não chegavam a participar de fato, assumindo publicamente uma posição.¹⁴

É interessante perceber que na Primeira Fase da Campanha quem participa ofensivamente são os veículos de comunicação, como o jornal *O Estado de São Paulo* e a revista *Visão*. A Campanha ainda não contava com a adesão pública dos burgueses. Segundo Cruz, eles acompanhavam o debate, mas não assumiam uma posição sobre o assunto. Então, a característica marcante desta Primeira Fase da Campanha foi a posição cautelosa dos empresários.

A partir de julho de 1975 o cenário da Campanha se modifica, além dos grandes meios de comunicação outro agente começa a esboçar sua ação orgânica junto à Campanha Antiestatizante:

Em julho, o quadro se altera. Naturalmente, os que já estavam integrados na campanha nela permanecem. Mas, nesse mês, a voz tão aguardada dos homens de empresa, finalmente se faz ouvir. Logo na primeira semana, deparamo-nos com a declaração do presidente da Fiep (Federação da Indústria do Estado do Paraná), Altair Zaraiolo, que informa ter sido o “avanço da estatização” o tema central do 7º Encontro das Federações de Indústrias das Relações do Extremo Sul do País, recentemente realizado. No final do mês, é divulgada com grande destaque a íntegra do ofício endereçado a Geisel pela Associação Comercial de São Paulo. Primário, superficial, mal escrito, entre os documentos emanados de entidades empresariais, o da ACSP é um dos que mais diretamente reflete as ênfases da campanha.¹⁵

Neste momento, a partir do segundo semestre de 1975, vemos as entidades empresariais assumirem seus postos na Campanha Antiestatizante, somando força à mídia burguesa. Cruz nos traz duas entidades que se manifestaram pela Campanha, a Fiep e a ACSP, mas com destaque para a ACSP que chegou a produzir um documento sobre a insuficiência do controle do avanço da estatização.

Alcançada esta Segunda Fase da Campanha Antiestatizante, Sebastião Cruz define como uma das manifestações nesta fase mais bem elaborada foi a da Fiesp.

Das novas manifestações antiestatizantes a mais importante, sem dúvida alguma, é a da Fiesp, que se consubstanciou no documento “O processo de estatização da economia brasileira: o problema do acesso aos recursos para investimentos”, divulgado em 4/9/75. Mais comedido que o seu congêneres

¹⁴ Idem, p. 55.

¹⁵ Idem, p. 56.

da Associação Comercial, redigido com maior cuidado e avançando uma argumentação incomparavelmente mais sofisticada, o estudo da Fiesp evita as banalidades mais repisadas (como a da ineficiência das empresas estatais ou da ação propositadamente voltada para cercear a iniciativa privada).¹⁶

A tomada de posição das entidades burguesas no processo da Campanha Antiestatizante é um marco para a Segunda Fase. A organização de entidades como ACSP e Fiesp, somados às forças da grande mídia burguesa, elevaram a Campanha Antiestatizante a um nível de maior expressão.

Mas o auge da Campanha só seria alcançado no ano de 1976, mais precisamente a partir do mês de março de 1976:

Ela (Segunda Fase) se estenderá até fins de março de 1976 quando, ante uma nova ofensiva antiestatizante, o ministro Reis Velloso convida o empresariado a apresentar ao governo, num prazo de dois meses, sugestões concretas para um programa de desestatização. A campanha atingia, assim, a sua terceira e última fase: daí em diante, o tema da participação do Estado na economia, cuja discussão fora tida inicialmente como impertinente pelos círculos oficiais, passava a constar como um problema genuíno, merecedor de análise atenta, a exigir pronta solução. A campanha contra a estatização havia alcançado uma vitória parcial, porém importante: a expansão do setor público na esfera econômica se convertia agora em questão de Estado; o debate a seu respeito passava a fazer-se com a chancela do poder constituído.¹⁷

Em finais do mês de março entramos na Terceira Fase da Campanha Antiestatizante, a fase de maior repercussão. De acordo com Cruz neste período a Campanha alcança outro nível, o de merecedor de análise por parte dos organismos constituintes do Estado.

Durante os dois meses que se sucederam as entidades burguesas produziram os mais variados documentos sobre o assunto, enquanto a grande imprensa burguesa intensificava o tom do debate.

No fim de abril começam a ser divulgados os documentos das entidades de classe. No dia 21, vem a público a proposta da Federação dos Bancos. Três dias depois, a FCESP comunicava a sua contribuição. Em 1º de maio, surgia o documento da ACSP e, menos de duas semanas mais tarde, o de sua congênere carioca – a ACRJ. No dia 19, o ministro do Planejamento recebe em audiência Theobaldo de Nigris, presidente da Fiesp, que lhe entrega o estudo preparado pela entidade. Na ocasião, porta-voz da Seplan informava já terem chegado a Reis Velloso propostas de desestatização de quase todas as federações e associações do Rio e de São Paulo, além de sugestões de técnicos e especialistas – aguardava-se apenas o texto da Firjan. Este último conhecido pouco depois, no dia 24 de maio.¹⁸

¹⁶ Idem, p. 59.

¹⁷ Idem, p. 60 e 61.

¹⁸ Idem, p. 61.

Nesta Terceira Fase ocorreu uma enxurrada de documentos das entidades burguesas sobre o tema da Campanha Antiestatizante. A partir deste documento foi constituído um grande documento, no âmbito da Seplan, denominado: “Ação para a empresa privada nacional: o governo e a economia de mercado”. Este documento foi apresentado na reunião do CDE do dia 15/6.

Com este documento o governo fixava sua posição. Mas esta não se afasta muito das considerações feitas desde fins de 1974. Mas naquele momento as entidades burguesas receberam bem o documento e a posição do governo. Entidades como Fiesp, ACSP, CNI, Firjan, FCESP, manifestaram boa acolhida pelo texto do CDE.

De forma geral, Sebastião Cruz define da seguinte forma a participação das frações burguesas na Campanha Antiestatizante: “1) *Encontrou apoios na indústria – mas não podemos avançar muito além desta generalidade; 2) contou com a adesão provável do comércio; e 3) encontrou no setor financeiro a sua base de sustentação mais firme e mais clara*”.¹⁹

O autor acrescenta que quando abandonamos a questão setorial e passamos a considerar o comportamento das entidades burguesas podemos salientar que *é nítida a delimitação do apoio manifesto à campanha*. Com exceção da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), *todas as organizações de cujo posicionamento antiestatizante temos registro concentram-se no eixo Rio-São Paulo*. Daí decorre a presença da Fiesp, ACSP e ACRJ na Campanha.

Para finalizar seu raciocínio, Sebastião Cruz divide a burguesia brasileira em três grandes grupos para mostrar as diferenças no trato da Campanha Antiestatizante entre os diferentes setores. Mais uma vez ele enfatiza o *apoio* dos setores *financeiro, comercial e alguns industriais*. A novidade fica por conta do posicionamento de *indiferença* do setor *“agropecuário e da construção pesada, e de oposição da indústria de bens de capital”*.²⁰

Após todo o alarde criado pela Campanha Antiestatizante, depois de ter atingido seu auge, a Campanha sucumbirá ao longo do segundo semestre de 1976. A Campanha dissolve-se justamente porque o II PND se desfaz.

Com o fim do II PND o governo passaria a discutir novamente a estratégia político-econômica para o Brasil. Neste momento o Estado sofre uma enxurrada de críticas. De acordo com Cruz: *“a caducidade do II PND retira da campanha sua razão de ser”*.²¹

¹⁹ Idem, p. 79.

²⁰ Idem, p. 97.

²¹ Idem, p. 132.

Para finalizar gostaríamos de acrescentar que Cruz destaca que os ganhos para a Campanha Antiestatizante foram extremamente positivos. Primeiro porque “*manteve o governo em posição defensiva, forçando-o a declinar justificações de boa vontade*. E por último, *marcou negativamente o termo ‘estatização’*”.²²

3.2 HENRY MAKSOUD: O PRINCIPAL EXPOENTE DO PROJETO NEOLIBERAL PARA O BRASIL NA DÉCADA DE 1970

A análise que seguirá a partir de agora é fruto de reflexões feitas com base nos editoriais da revista *Visão*. A partir da compra de Henry Maksoud pelos direitos privados de *Visão*, quem passou a escrever os editoriais de *Visão* foi o próprio Henry Maksoud.

Os editoriais de *Visão* carregam em si conteúdos que discutem basicamente temas que estejam relacionados à principal matéria que ocupa a determinada edição. Mas eventualmente ocorre que a matéria de capa e o editorial não estejam conectados. Isto ocorre quando as matérias de capa têm um teor voltado para o lado cultural e artístico, neste caso Maksoud lança mão de discutir o tema de capa e apresenta um texto voltado à discussão mais de ordem política e econômica.

Os editoriais escritos por Henry Maksoud em geral são bastante grandes. A maioria deles é sempre de uma página, mas em alguns casos o editorial chegou a ocupar quatro páginas da revista. Outra característica do editorial é que em alguns casos o tema proposto num texto editorial é estendido por mais três ou quatros números seguintes, isto é, o tema tem uma continuação nos “capítulos” seguintes da revista.

O artigo de Henry Maksoud, publicado no editorial de *Visão*, do dia 23 de setembro de 1974, passa por dois pólos centrais, o fortalecimento da indústria brasileira e a dependência externa, e em segundo, como o próprio título coloca, a produção de conhecimentos:

Temos hoje mais um Plano Nacional de Desenvolvimento – o segundo com esse nome – que consagra, nos seus diversos capítulos, um importante esforço de investimento em setores básicos, que até hoje cresceram menos aceleradamente do que deviam. Necessitamos de aço, de máquinas, de equipamentos, de fertilizantes, de celulose, de minerais diversos provavelmente encerrados no solo brasileiro, mas ainda insuficientemente conhecidos e insuficientemente explorados. Todos estes itens constituem fatores importantes de dependência em relação ao exterior – dependência que nos obriga, a cada ano, a um extraordinário esforço de exportação e de

²² Idem, p. 132.

busca de financiamento externo sem o qual não poderemos obter, por muito mais tempo, aquilo que nos faz falta para impulsionar o nosso desenvolvimento. Primeiro – e isto a experiência nos mostra todos os dias – não tem sentido esperarmos que outros se preocupem, em nosso lugar, com os problemas específicos que nos afetam e que nos individualizam.

Segundo, é claro que, se não ampliarmos a área de conhecimento sob nosso domínio, continuaremos mantendo fora de nosso controle um amplo painel de decisões e de atividades do qual depende, em última análise, a maior ou menor participação de nossa gente na construção e nos benefícios do progresso nacional.

(...) Se continuarmos, pois, carentes das qualificações humanas propiciadas pelo progresso dos conhecimentos, não teremos condições de balizar racionalmente nosso caminho, tornando-se menos possível sustentar um ritmo acelerado de crescimento e muito menos ainda impor ao nosso desenvolvimento uma marca genuinamente brasileira.

Tal é – a nosso ver – o quadro geral em que deve o país realizar a escolha e a construção de seu futuro. Tal é, igualmente, a justificativa de nossa presença no jornalismo. (VISÃO, 23 de setembro de 1974, p. 13)

Num primeiro momento, Maksoud coloca que o Brasil passa por um novo planejamento da economia, que por sinal, para ele não se mostra tão novo assim, já que consagra os setores básicos e primários da economia. O editor chefe de *Visão* não esconde a necessidade de se explorar este setor do capital, mas ele não o coloca como problema fundamental do desenvolvimento do capitalismo brasileiro e maior independência do capital externo. Perceba que sua crítica ao elemento externo não é pautada na simples recusa, Maksoud atenta seu público para o número de exportações e financiamentos vindos do exterior.

Para Maksoud, um fator importante é aumentar a produção de conhecimento. Segundo nosso editor, para alcançar um patamar de desenvolvimento e de menor dependência, a burguesia brasileira deve ampliar suas qualificações humanas, ou seja, ela precisa de mão-de-obra qualificada, técnica para apropriar-se de sua força de trabalho, além de investir mais em tecnologia e pesquisa básica.

Mas é na última parte do trecho em destaque que entra a sacada de Maksoud, esta classe burguesa não deve pensar em devaneios dispersos, mas sim através deste órgão jornalístico que se propõe a fazê-lo. Ele justifica a presença de *Visão* para pensar sobre os problemas e soluções para capitalismo brasileiro.

Sem mesmo entrar em vigência, *Visão* dedicou um número anterior a discutir o II Plano Nacional de Desenvolvimento. Sem sombra de dúvida, o editor chefe e proprietário da revista não deixaria de expor sua visão ideológica sobre o plano. Para Maksoud, um dos pontos centrais no II PND é a participação legada ao setor público/estatal e ao setor privado.

As “opções básicas” da estratégia econômica brasileira, tais como definidas no II Plano Nacional de Desenvolvimento, incluem, como primeiro item: “adoção de regime econômico de mercado, como forma de realizar o desenvolvimento com descentralização de decisões, mas com ação norteadora e impulsionadora do setor público”.

Esta opção envolve, portanto: 1) uma definição política sobre a forma de organização socioeconômica do país – definição que é anterior ao plano e que o condiciona; 2) uma distribuição de tarefas entre setor público e setor privado; 3) uma forma de relacionamento entre Governo e iniciativa particular.

Do ponto de vista do plano – que, simplesmente enunciado, não é mais do que uma carta de intenções –, os dois últimos pontos em que se explicita aquela “opção” revestem-se de importância crucial. Não assumindo o Governo mais do que uma função “norteadora e impulsionadora”, e ao setor privado que caberá, finalmente, a efetiva execução das tarefas materiais. (VISÃO, 07 de outubro de 1974, p. 11)

A escolha pelo trecho retirado do II PND é altamente sugestiva. Nos remete a pensar que o Estado nortearia e impulsionaria a economia brasileira, tudo com a ajuda dos setores privados. E é exatamente isto. E percebemos que Maksoud dá ênfase exatamente neste ponto. Para ele, o II PND funcionaria muito bem se a intervenção do Estado fosse mínima, ou melhor, apenas norteadora e impulsionadora. Para o dono de *Visão*, quem deveria executar tais tarefas seria a iniciativa privada.

Mas a análise de Maksoud não parou por aí. Nos trechos seguintes do editorial segue-se um intenso ataque ao papel do Estado na economia, dando destaque à ineficiência do Estado e eficiência da burguesia brasileira:

Até agora, não é perfeitamente claro que todos os escalões governamentais estejam plenamente conscientes de que o compromisso é uma via de duas mãos. A experiência tem mostrado, fartamente, que, ao passar pelos diversos escalões, as diretrizes definidas pela cúpula governamental com frequência se deformam, até o ponto de se tornarem a negação de si mesmas. Se isto ocorre – isto é, se o setor público, por muitos de seus representantes, é o primeiro a recusar o engajamento, como podem os empresários assumir seu papel, traçando seus planos, programando seus investimentos e comprometendo seus recursos?

Na ausência desta certeza – que nem mesmo as leis garantem, pois há funcionários que acreditam que a lei só obriga ao particular, mas não ao Governo –, perde sentido qualquer noção de compromisso. Quem estará disposto a montar uma fábrica e a produzir certo tipo de equipamento, se, depois de tudo, alguém, do setor público, puder simplesmente decidir que mais vale a pena buscar o produto no exterior, ainda que mais caro – com a desculpa, talvez, de aproveitar um saldo favorável no intercâmbio com esse ou aquele país?

(...) É o próprio setor público que se encontra, em primeiro lugar, insuficientemente equipado para bem realizar as tarefas que lhe cabem no II PND. Ao contrário das empresas, que em geral têm sabido transformar-se, equipar-se e ajustar-se, humana e materialmente, às tarefas que lhes são apontadas pelos planejadores nacionais, a Administração pública – exceto

em certas áreas e em certos níveis, onde progressos notáveis foram realizados – continua abrigando e até mesmo criando alguns dos mais sólidos obstáculos à modernização do país.

(...) Exemplo: certas companhias públicas federais, estaduais e municipais, ao invés de bem realizarem trabalhos que antes cabiam à administração direta, realizam mal as tarefas que o setor privado cumpriria com eficiência. (VISÃO, 07 de outubro de 1974, p. 11)

Os ataques feitos ao Estado incidem diretamente em dois pontos. Primeiro o Estado deve ser capaz de assumir uma postura em prol do fortalecimento da burguesia brasileira que Maksoud coloca como sendo os empresários. Neste sentido, a bateria de interrogações trazidas por Maksoud colocam em questionamento a dedicação do Estado para com a iniciativa privada. Para Maksoud, a classe burguesa deve ter garantias de lucratividade e fortalecimento. O Estado deve instigar o fortalecimento da burguesia brasileira diminuindo a exportação de artigos produzidos no exterior.

Quando Maksoud atenta para o fato de o Estado facilitar a compra de produtos produzidos no Brasil e não exportá-los, ele em nenhum momento afirma que é necessário dispensar o capital estrangeiro. O que ele prega é um fortalecimento da burguesia brasileira, ou melhor, da indústria de bens de capital, o setor privilegiado pela Estratégia. Mas se percebermos a fundo, veremos que Maksoud não impõe nenhuma restrição à exportação, pelo contrário, a ampliação do mercado interno é também complementar à exportação.

Na segunda parte, Maksoud destaca a ineficiência do Estado. Para causar o impacto desejado, em contrapartida, ele destaca a eficiência do setor privado. Para Maksoud, a máquina estatal é deficiente para gerenciar a economia do país e as próprias tarefas do II PND. O setor público aparece como percalço no caminho da modernização da economia.

O setor privado, ou seja, a burguesia brasileira, aparece como elemento dinâmico na economia, capaz de transformar-se, equipar-se e ajustar-se aos vários terrenos. A classe burguesa é mostrada como eficiente, capaz de superar as deficiências do Estado.

Mas um ponto se mostra interessante no texto de Maksoud, mesmo atacando o papel do Estado perante a economia, ele não deixa de dizer que em determinadas áreas o Estado possibilitou avanços consideráveis. Isto porque ainda há setores desprezados pela iniciativa privada, e é aí que o Estado tende a se mostrar eficiente, mas sua eficiência tende a refletir as necessidades da classe dirigente.

Henry Maksoud em seu editorial intitulado *A falácia do “espaço vazio”* - I inicia uma seqüência de argumentos para definir o papel do Estado na economia brasileira.

A necessidade de definir os papéis do Estado e da iniciativa privada na economia brasileira converteu-se, nos últimos tempos, em assunto

obrigatório de pronunciamentos de ministros e de políticos, e de polêmica na imprensa.

Não poderia ser de outra forma. Denunciado, o problema simplesmente não poderia ser ignorado ou reduzido – pois a poderosa e crescente presença estatal no domínio econômico, no Brasil, não é fenômeno recente que se possa desconhecer ou disfarçar. (Visão, 10 de fevereiro de 1975, p. 13)

A iniciativa de Henry Maksoud em colocar o debate acerca deste tema é estratégica, é interessante notar que Maksoud não abre o debate para outros setores, ele apresenta a sua opinião. Primeiro porque ele escreve sobre a necessidade de definir os papéis do Estado e da iniciativa privada, mas o foco de discussão de seu texto é voltado para definir onde o Estado pode ou não atuar, como veremos mais sistematicamente nos trechos a seguir.

Em segundo lugar, Maksoud apresenta o Estado como um ser poderoso e que cresce cada vez mais, como se o Estado tivesse vida própria e caminhasse com as próprias pernas. O tom assustador e problemático com que Maksoud apresenta a intervenção estatal serve para legitimar o papel desempenhado pelo estado como problema, e para justificar seu próprio projeto.

Na seqüência Maksoud começa a esboçar seu programa. Ele inicia suas colocações delimitando o papel que o Estado deveria exercer na economia brasileira:

Constitui um arquétipo destas afirmações doutrinárias e destes fins últimos a assertiva de que a ação empresarial do Estado se destina a preencher vazios deixados pela iniciativa privada nacional, vazios que, de outra forma, tenderiam a ser ocupados pelo capital estrangeiro.

Tal afirmação parece lógica, quando repetida e enfatizada pelos homens de Governo, no que corresponde aos investimentos necessários à infra-estrutura energética e de transportes do país. Nestes, o risco, a baixa rentabilidade e o volume de capitais afastaria o interesse privado. (Visão, 10 de fevereiro de 1975, p. 13)

Para Maksoud, a presença do Estado deveria fazer-se através dos setores onde a iniciativa privada não tivesse interesse. Estes setores em que a presença estatal ocuparia os “espaços vazios” são basicamente os de infra-estrutura energética e de transporte. Setores que segundo o próprio Maksoud não geram interesse privado devido a seus baixos índices de lucratividade.

Vale ressaltar que Maksoud atenta para o fato de estar faltando capital estrangeiro em solo brasileiro. Quando ele coloca o *Estado se destina a preencher vazios deixados pela iniciativa privada nacional, vazios que, de outra forma, tenderiam a ser ocupados pelo capital estrangeiro*, ele apresenta a necessidade do aumento da participação do capital

externo, para haver uma diminuição da participação do Estado. Uma vez que com a crise econômica do petróleo, o capital externo diminui seus investimentos.

É interessante perceber que o Estado não deixa de ser fundamental em determinadas áreas estratégicas para o capital. Mas ele deve deixar a iniciativa das áreas onde os lucros podem ser estratosféricos para a classe burguesa. Vejamos fragmento seguinte:

Porém, o problema não se esgota neste nível superficial. Se se estabelece, por hipótese, que é necessária uma oferta de energia e de serviços de transporte, e que o Estado deva mediante instrumentos empresariais próprios e públicos, materializá-los, também será verdadeiro o fato de que, para concretizar os investimentos inerentes a esta tarefa, **o Estado deverá adquirir insumos na forma de bens e de serviços, gerando uma demanda que teoricamente deveria ser atendida pelo setor privado.** O espaço relativo a essa demanda também está vazio? Ele não estará sendo ocupado por um inconsciente e pouco explicitado movimento de integração e verticalização das atividades estatais que, argumentando com redução de custos dos insumos que usa ou com a segurança de fornecimento, gera procedimentos ou mesmo empresas subsidiárias que substituem a empresa privada existente, negando-lhe esta demanda adicional? (Visão, 10 de fevereiro de 1975, p. 13) [grifos meus]

A ação do Estado, segundo o editor e proprietário da revista *Visão*, deveria se restringir aos segmentos de infra-estrutura em transporte e energia. Mas na seqüência do texto é que vem a parte que nos chama bastante a atenção. O Estado deve atingir estes segmentos, mas o Estado deve terceirizar, ou melhor, nas palavras do próprio Maksoud, adquirir insumos na forma de bens e de serviços do setor privado.

Maksoud alerta seu público para a ação do Estado nestes setores que deveriam ser preenchidos pela iniciativa privada. Para Maksoud, o Estado está substituindo a ação da burguesia. Ao invés de adquirir bens e serviços oferecidos pela classe burguesa, ele próprio esta produzindo para atender suas necessidades.

Quando Maksoud coloca que o Estado deve adquirir insumos na forma de bens e de serviços, nossos indícios apontam para o sentido de que Maksoud estaria interessado que o Estado atendesse a demanda da fração de classe da qual ele faz parte. Ou seja, Maksoud está preocupado em que o Estado crie mecanismos para comprar bens e serviços das empresas ligadas a ABDIB, a fração das indústrias de base e de construção.

Se fizermos um rápido exercício de pensamento, reveremos que os setores de energia e transporte necessitam de obras e infra-estrutura para funcionarem. Por exemplo, os setores de transportes necessitam de pontes, viadutos, entre outros canais para funcionar em bom estado. Todos estes canais podem ser construídos pela empresa do complexo Maksoud Hidroservice.

Para Henry Maksoud este é o ponto decisivo a ser discutido, o Estado ocupando, ou não dando os espaços da burguesia brasileira.

O ponto nevrálgico para o qual se voltam as preocupações dos que temem a expansão, mesmo involuntária, da ação estatal, não se encontra na política de investimentos nem nas iniciativas empresariais do Governo. Elas não constituem o principal instrumento desta ação estatizante inconsciente, e ambas são hoje manejadas com um nível de consciência e controle maior que as compras governamentais delas derivadas. Estas sim, pela inexistência de uma política explícita que oriente o poder de compras do Estado, produzem efeitos não previstos, pouco meditados ou mesmo não observados, que levam a expansão da ação estatal e mesmo à competição predatória com a iniciativa privada. (Visão, 10 de fevereiro de 1975, p. 13)

No embate defendido por Maksoud a discussão central sobre o papel do Estado deve perpassar pela crítica da expansão da ação estatal em competição com a iniciativa privada. Mas cabem aqui os seguintes questionamentos: será que o Estado brasileiro, em pleno ano de 1975, age contra os interesses da classe burguesa? Será mesmo que eles são competidores nas regras do jogo do mercado?

No final do parágrafo, Maksoud apresenta a ação do Estado como inconsciente, sem previsão dos atos. Esta é mais uma tentativa de Maksoud descaracterizar o Estado brasileiro, transformando suas ações em atos não pensados. Para nós a fração dirigente de classe que ocupa o lugar hegemônico no Estado sempre tem um projeto em curso, suas ações são sempre muito bem pensadas e elaboradas.

Para mostrar um exemplo concreto do Estado ocupando o lugar da iniciativa privada, Maksoud finaliza o texto e diz:

Também não se pode falar em “vazios” quando o setor público assume, sem justificção possível, tarefas que vinham sendo bem desempenhadas pela empresa privada. Foi o que recentemente ocorreu, por exemplo, com a absorção pelos Correios dos serviços de malotes, que o setor privado havia desenvolvido precisamente porque o serviço público se revelara incapaz de cumprir a função.

Uma estratégia nacional que recorra à empresa estatal como instrumento preferível para preencher os vazios é duplamente discutível. Em primeiro lugar – como indicamos anteriormente – porque nem sempre o espaço ocupado pela ação estatal está vazio. Antes de cada nova iniciativa governamental, este ponto deve ser devidamente comprovado. Além disso, a estratégia é bastante discutível, mesmo porque o vazio pode resultar não da falta de interessados em ocupá-lo, mas de condições que estimulem a ocupação. (Visão, 10 de fevereiro de 1975, p. 13)

O exemplo dos Correios, colocado por Maksoud, vai ao sentido de qualificar a ação burguesa e desqualificar a presença estatal. Além disso, é uma forma de demonstrar na prática como a ação estatal está ocupando os lugares já antes ocupados pela iniciativa privada.

Maksoud finaliza seu texto discutindo duas questões que resumem o teor de seu editorial. Primeiro, para ele os espaços ocupados pelo Estado nem sempre estão vazios. E segundo, se existe algum espaço vazio na economia é por falta de estímulos vindos do Estado e não por falta de vontade da burguesia.

O fato é que nas palavras de Maksoud a economia brasileira se torna um enorme auditório repleto por cadeiras, onde a maioria dos espaços das cadeiras deve ser ocupado pela burguesia brasileira, restando ao Estado uma parte mínima neste auditório.

O que não podemos é tomar como natural esta lei dos espaços, como se isto existisse assim e não fosse possível alteração. O conjunto de espaços, vazios ou não, foi criado a partir do projeto defendido por Maksoud. Um projeto que visa à mínima ação do Estado perante a economia, e a máxima ação da classe burguesa. É por isso que Maksoud bate tantas vezes na ação do Estado como predatória, como incapaz, e coloca a ação privada como satisfatória.

Na continuação da discussão feita por Maksoud sobre o papel do Estado na economia brasileira, o editor da revista *Visão*, e seu proprietário, foca seu texto na falta de incentivos por parte do Estado para o fortalecimento e ampliação da classe burguesa brasileira. Maksoud inicia seu editorial ironizando o problema dos “espaços vazios”:

O argumento dos “espaços vazios”, invocado para justificar a ampliação das atividades econômicas estatais, apresenta mais um aspecto que merece discussão. Se existem, de fato, tais “espaços”, qual a causa desse fenômeno? Não haverá empreendedores no Brasil? Serão os brasileiros, enquanto **particulares**, marcados por um tabu tropicalista, ou por maldição divina, que necessariamente os destine à mediocridade ou à incompetência? Se é este o caso, que milagre é esse que os torna presumivelmente capazes, **quando convertidos em dirigentes de empresas do Estado?**

A experiência tem mostrado que não existe esse milagre. O que ocorre, simplesmente, é que, na ausência de condições favoráveis (e, mais do que isso, na presença de inúmeros obstáculos), **o empreendedor brasileiro**, como tal, e enquanto particular, dificilmente pode surgir no cenário econômico e quando se lança não consegue realizar todas as suas potencialidades. Infelizmente, para aumentar o suprimento dos **homens empreendedores** de que a nação tanto necessita para sustentar seu desenvolvimento, não basta acreditar – como se acredita – nas convicções antiestatizantes da cúpula do Governo; e de pouca valia será o “poderoso, amplo e variado sistema de incentivos” e “mecanismos” creditícios oficiais recentemente lembrados pelo ministro de Planejamento em aula inaugural no Rio de Janeiro. Sem um sistema financeiro que realmente possa viver o clima de livre empresa e sem uma política – que permeie e engaje **todos** os escalões do Governo – decididamente voltada para efetivamente **deixar** caminho à capacidade **“de por em marcha coisas novas”**, é simplesmente lógico que o empreendedor potencial privado brasileiro deixe de aparecer em cena e que por isso a empresa nacional cresça menos do que poderia e ocupe menos espaço do que deveria ocupar. Sem **clima** não haverá empresa privada na escala que o país precisa, porque a semente da empresa, **o empreendedor**, não floresce apenas a indicação de **tempo** bom, que – ele sabe – pode ser passageiro. (*Visão*, 24 de fevereiro de 1975, p. 11)

Os questionamentos no início do texto, levantados em tom irônico por Henry Maksoud, levam-nos a pensar a ação do Estado de encontro à ação da burguesia brasileira. Maksoud tenta mostrar a seu público alvo que o Brasil possui uma classe capaz de tomar as rédeas da economia, mas esta classe está sendo barrada pelas ações estatizantes do Estado.

Logo após esta bateria de questões, o proprietário da revista mostra a solução para os problemas. Para ele, a solução dos “males” dessa burguesia brasileira passam por dois pontos, primeiramente a falta de incentivos do próprio Estado. Para Maksoud, o Estado precisa criar mecanismos para facilitar o crescimento, em todos os níveis, da classe burguesa brasileira.

Neste primeiro ponto encaminho a discussão para duas contradições fundamentais neste discurso. Em primeiro lugar, Maksoud deixa transparecer que há uma necessidade constante de diminuição da participação do Estado na economia brasileira, **mas**, é aqui que se encontra nossa primeira contradição, o Estado deve criar mecanismos capazes de facilitar a realização das potencialidades (termo utilizado por Maksoud) da classe burguesa.

É interessante notar que se for para expandir os canais de lucratividade da classe burguesa o Estado deve intervir. Neste sentido a atuação da máquina estatal na economia passaria a ser legítima para a burguesia.

A segunda contradição do primeiro ponto em discussão está amarrada com a apresentação do segundo ponto. Além de criticar a falta de incentivo por parte do Estado para o grupo que ele chama de empreendedores, Maksoud acrescenta que tem pouca validade a gama de incentivos creditícios por parte do governo sem um sistema financeiro e uma política que aspire às necessidades das empresas privadas.

Ora, se o Estado peca em incentivos, qual a melhor forma de incentivar a classe burguesa se não for a abertura de créditos? Com esta pergunta apresentamos a segunda contradição do primeiro ponto para encaminharmos para o segundo ponto.

Se o crédito apresentado pelo Estado não se mostra um incentivo suficiente, basta olharmos para a seqüência do fragmento e entenderemos o teor das críticas de Maksoud. Reproduzindo o que já foi dito anteriormente, para Maksoud tem pouca validade a gama de incentivos creditícios por parte do governo sem um sistema financeiro e uma política que aspire às necessidades da empresa privada. O editor da revista atenta para uma questão maior a ser colocada, para ele o projeto para a economia brasileira deve ser diferente.

O projeto para a economia do Brasil deveria ser novo, um projeto que respire e transpire a empresa privada. Para Maksoud, é a classe burguesa quem deve tomar a cena para si e produzir o desenvolvimento do país, mas a partir do modelo proposto por Maksoud, ou

seja, o neoliberalismo. Para isso o Estado deve elaborar o sistema financeiro e uma política em prol da classe burguesa.

A opção “Estado ou capital estrangeiro”, com que freqüentemente se procura justificar o intervencionismo governamental, tem sido abusivamente utilizada na retórica política. O fato é que, se não se derem à empresa brasileira as condições necessárias à sua afirmação, ai sim, estaremos tornando aquele dilema cada vez mais real. Mas isto só acontecerá se, no Brasil, as pessoas responsáveis de toda a nossa sociedade não tomarem consciência do **real sentido da livre empresa e sua fundamentação nos homens empreendedores**. (Visão, 24 de fevereiro de 1975, p. 11)

Maksoud volta a colocar a falta de condições necessárias para a afirmação da burguesia brasileira. Mas somados a isto, agora temos o real sentido da livre empresa e sua fundamentação nos homens empreendedores, esta frase serve para criar no público alvo da revista um sentimento de que há um real sentido da livre empresa, mas que este não está sendo utilizado. O sentido utilizado até aqui seria falso. O verdadeiro estaria contido nos homens empreendedores. São estes que deveriam ditar o ritmo da economia brasileira.

Um conceito que nos chama a atenção e é colocado em vários momentos é o de empresa brasileira. Mas o que é entendido por empresa brasileira, segundo a concepção de Henry Maksoud?

A resposta para esta pergunta nós poderemos encontrar num documento emitido pela associação de classe na qual Maksoud organiza-se. “A ABIDB se tem empenhado para aumentar a participação da indústria nacional nos projetos de desenvolvimento, procurando barrar a importação de todos os equipamentos que possam ser fabricados no Brasil” (VISÃO, 23 de junho de 1975, p. 60). Utilizando-se do elemento da exportação ela define a indústria nacional, ou como Maksoud prefere chamar, a empresa brasileira, como aquelas que produzem seus equipamentos em solo brasileiro. Mesmo que esta empresa seja alimentada pelo capital multinacional e suas divisas fossem totalmente levadas para fora do país, esta empresa seria brasileira pelo fato dela ter se estabelecido em solo brasileiro.

No artigo de seu editorial *Para desinchar basta cumprir a lei*, Maksoud acrescenta parágrafos da Constituição de 1967 para legitimar seu discurso privatizante:

Tendo assistido, ao longo dos últimos anos, a uma crescente e sufocante presença do Estado no domínio econômico, que significado pode ter para o empreendedor privado, o ato de investir e de assumir um risco, se não há, na prática, regras que lhe permitam avaliar esse risco, nem uma opção política inequívoca a respeito do tipo de regime econômico em que viveremos dentro de alguns anos?

Antes de qualquer outra medida, uma clara definição de uma filosofia privatista poderia ser alcançada, simplesmente, pelo cumprimento da lei. Temos uma Constituição que afirma, no artigo 170: “**As empresas privadas**

competer, preferencialmente, com o estímulo e o apoio do Estado, organizar e explorar as atividades econômicas". E o parágrafo 1º acrescenta: **"Apenas em caráter suplementar da iniciativa privada o Estado organizará e explorará diretamente a atividade econômica"**.

O Decreto-lei 200, de 25-2-67, declara, no artigo 10.º que "a execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada", sendo uma das formas de descentralização a transferência de tarefas para a órbita privada, mediante contratos e concessões. O parágrafo 7.º especifica: **"Para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle, e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução"**. (Visão, 07 de abril de 1975, p. 09)

Agora, amparado por sua compreensão da constituição de 1967 e demais leis e decretos complementares, Maksoud volta a enfatizar que não há terreno apropriado para o florescimento da livre iniciativa privada brasileira. E ele volta a frisar que este tipo de regime e/ou projeto econômico em curso não possibilita a ação da iniciativa burguesa.

Ora, para Maksoud o que importa é uma filosofia privatista. E para ele, o próprio cumprimento da lei já o alcançaria. E os trechos retirados por ele dos textos oficiais remetem a uma ação máxima da empresa privada, seja por meio de investimentos diretos, seja por meio de contrato de serviços.

O fato é que a maneira escancarada com que Henry Maksoud defende como ele mesmo chama de filosofia privatista leva a uma desqualificação do papel do Estado. Isto entra em contradição, já apresentada acima, com a eficiência que o Estado exala ao abrir caminhos para a expansão e afirmação da classe burguesa:

Ora, o que vem ocorrendo, no país, é exatamente o contrário do enunciado nas leis. Ao invés de delegar, a empresa pública tem sofrido um acelerado processo de inchação, pela absorção de inúmeras atividades-meio que poderiam – e deveriam estar sendo executadas pela iniciativa privada. Antes de qualquer outra providência, um importante impulso, e estímulo, à empresa privada poderia ser obtido por um simples processo de desinchação do setor público, se este passasse, **como manda a lei**, a comprar, ao invés de gerar, diretamente, os insumos e serviços cuja produção não é de sua alçada ou que poderia ser realizada com maior competência pela empresa privada. (Visão, 07 de abril de 1975, p. 09)

O trecho retirado do editorial escrito por Maksoud serve para demonstrar o quanto o papel do Estado deve estar associado à prática privatista, e que o Estado não estaria cumprindo seu papel. O proprietário da revista coloca que o Estado não deve produzir, este mecanismo é de interesse da burguesia. Ao Estado caberia apenas comprar insumos e

serviços. A atividade de produção seria exercida com maior competência pela empresa privada.

A forma como Maksoud diz remete a pensarmos que os “direitos naturais” da atividade de produzir foram delegados especificamente à classe burguesa. Naturalizando o processo, Maksoud extingue do ato da produção não apenas o Estado, mas as demais classes em geral. O fato é que no projeto defendido por Henry Maksoud há espaços apenas para a atividade burguesa, o Estado é remetido para áreas estratégicas de infra-estrutura.

Na edição de 28 de abril de 1975, *Visão* remete suas discussões à questão do sistema financeiro. Com a matéria de capa sob o título *Edição Financeira*, Maksoud prepara seu editorial com o seguinte título: *Centralismo político e econômico*. Neste texto, Henry Maksoud organiza suas críticas passando por duas questões centrais: 1º o papel do Estado na economia; 2º a abertura do sistema político.

Maksoud inicia seu texto apresentando algumas características que ele coloca como se fossem as ideais para a sociedade brasileira:

O projeto brasileiro caracteriza-se, acima de tudo, pelo tipo de sociedade que se deseja edificar: **um sistema em que os homens possam, com liberdade, modelar suas vidas** a partir de um **amplo espectro de oportunidades; uma sociedade política e economicamente aberta, onde cada qual possa cumprir seu papel** não com a predestinação de uma engrenagem, mas **com base em seus anseios e em seu poder de realizar e de criar**. (*Visão*, 28 de abril de 1975, p. 09) [grifos meus]

O projeto de sociedade, simplificado acima por Maksoud, detém em seu âmago a noção de liberdade. Com liberdade os homens poderiam ter o poder de criar e realizar, e com a economia e a política abertas para a sociedade. Mas esta liberdade, típica do liberalismo clássico, não é sinônimo de livre. Em tese a abertura escancarada da economia segue a linha até aqui do que Maksoud defende como livre mercado.

Sobre a abertura política, o proprietário da revista está mais preocupado com a forma que o projeto econômico brasileiro vai assumir, do que com a política em si. Ou seja, Maksoud traz para o debate a questão da abertura política por ser uma necessidade para a ampliação da disputas de seu projeto hegemônico para a sociedade, o que nas circunstâncias de regime fechado se tornava mais difícil.

Henry Maksoud chama a atenção para o fim da ditadura. A crítica que Maksoud faz acima é bastante contundente, e atinge diretamente o regime ditatorial. Pensemos nós que se quem escrevesse estas palavras fosse um ativista de esquerda, e não um extremo direitista como é o caso de Maksoud, esta pessoa já estaria presa e fichada pelos órgãos de repressão da

ditadura. É interessante pensar sob esta ótica, pois assim percebemos que alguns setores da burguesia passam a opor-se ao regime ditatorial.

Para legitimar seu projeto de sociedade, Henry Maksoud complementa a seqüência do texto com uma mistura de informações, distorcendo as informações recebidas pelo leitor:

A alternativa seria uma sociedade baseada num tipo qualquer de totalitarismo onde, na pregação, todos seriam iguais, mas, na prática, alguns seriam mais iguais do que os outros. E o que o presente nos indica hoje no Brasil é que, no plano econômico, marchamos céleres, embora inconscientes e sem razão ideológica, para um modelo de capitalismo de Estado em que o poder burocrático tende a centralizar todas as decisões. (Visão, 28 de abril de 1975, p. 09)

Na seqüência, Henry Maksoud coloca que o Brasil caminha para um capitalismo de Estado, centralizador. O que pode parecer algo desconexo, aos olhos do leitor se torna um emaranhado perigoso. Mais uma vez a ousadia de Maksoud em criticar a posição do regime ditatorial brasileiro nos deixa espantados. Maksoud critica diretamente o poder burocrático de centralizar as decisões.

Gostaria de ressaltar, mais uma vez, que se fosse qualquer personagem da esquerda dizendo estas palavras, as conseqüências para ele seriam outras. Mas em se tratando da extrema direita, parece que a condenação ao regime autoritário não existe.

Subseqüente aos trechos acima, Maksoud mostra como deve seguir o plano político e o econômico no Brasil para não caírem na armadilha demonstrada acima:

No plano político, as intenções do presidente Ernesto Geisel são claras, não havendo dúvida quanto a seu propósito de fazer **avançar a distensão**. Escolhendo este caminho, o presidente deu o primeiro passo para a normalização político-institucional. É possível que nem todos compreendam o sentido desse esforço. E é possível, também, que a iniciativa desagrade a pequenos grupos, aos quais, por algum motivo, não interesse a normalização da vida política brasileira.

Também no plano econômico as intenções expressas da cúpula podem esbarrar na oposição de grupos com planos próprios para o país. O II PND inclui, entre os grandes objetivos nacionais, a edificação de uma economia de mercado. No entanto, forças operam para levar o sistema a um rumo diferente, com crescente concentração de poderes decisórios nas mãos de uma burocracia vinculada ao Estado, sob o pretexto de “ocupar espaços vazios”. Ao nível da justificação, o mecanismo é curioso. De um lado, a ação estatal se expande, segundo as explicações mais correntes, para compensar a ineficiência da iniciativa privada; de outro, “para aumentar sua eficiência” o organismo do Estado tem de crescer continuamente e, assim, os particulares são gradativamente expulsos de todas as áreas onde deveriam estar presentes. Seguidamente empurrados para fora das responsabilidades que deveriam caber-lhes, deixam inevitavelmente “espaço” para que a burocracia pública se assente e se consolide.

(...) E, sem um sistema economicamente aberto – é importante não esquecerlo –, provavelmente não teremos também um sistema politicamente

descentralizado, pois o segundo não prescinde do primeiro. (Visão, 28 de abril de 1975, p. 09) [grifos meus]

Henry Maksoud divide a parte central de seu texto em duas discussões. Primeiramente, no plano político ele defende uma abertura política, trazendo à tona a “vontade” do então presidente Ernesto Geisel de avançar no processo distensionista.

Em segundo plano, temos o debate sobre a economia brasileira. Para Maksoud, O II PND veio para guiar para uma economia de mercado. Mas setores da máquina estatal tendem a expandir a força do Estado na economia, o que segundo o próprio Maksoud, leva a empurrar a burguesia para fora de um campo que necessariamente é dela.

Apesar de separar em dois pólos de discussão, política e economia, é interessante notar que no último parágrafo Maksoud coloca que política e economia não se separam, para ele não há política sem economia.

Para Maksoud, mesmo que a proposta do general-presidente Ernesto Geisel seja avançar no caminho da distensão, há setores na burocracia estatal que impedem o avanço do que ele chama de um sistema economicamente aberto e politicamente descentralizado. Percebamos que Maksoud joga toda a culpa no que ele chama de burocracia vinculada ao Estado.

O fato é que Maksoud já vem de muito defendendo a diminuição da participação do Estado na economia. E um elemento novo a ser observado é o apoio ao projeto de Geisel da abertura política.

Se notarmos o último trecho do parágrafo retirado do editorial da revista, veremos o quanto é importante para Maksoud uma abertura política, como já adiantamos acima. A abertura política passa a ser defendida por Henry Maksoud para facilitar as disputas de projetos hegemônicos.

No editorial de 23 de junho de 1975, Henry Maksoud apresenta uma crítica a três setores que, segundo ele, compactuam com as medidas estatizantes do governo. Sob o título *Cadeia de Equívocos*, Maksoud divide seu texto em três partes estruturais, primeiro a crítica à intervenção do Estado na economia. Segundo, a crítica ao capital externo. E por último, a crítica às esquerdas.

Neste primeiro momento Maksoud retoma algumas de suas críticas feitas em editoriais anteriores. Mas agora somando o elemento democrático como essencial para a sociedade compreender o avanço das estatizações.

O fenômeno da estatização que assola o país não é uma novidade. Recrudescer nos últimos anos, mas de longa data é registrado na história

econômica brasileira. Embora a Constituição estabeleça o primado da iniciativa privada, a ação estatizante no país se desenvolve quase inconscientemente. Nossa sociedade parece não ter ainda adquirido uma noção perfeita do significado da democracia nem uma compreensão bem definida do regime econômico que se baseia na iniciativa privada. Essa timidez do espírito democrático e privatista do povo brasileiro é na verdade, a grande abertura por onde se esgueiram ou se avolumam as ondas menores ou maiores do estatismo.

Essas ondas são formadas pelo movimento dos que se dizem objetivos, pragmáticos e que justificam a ação do Estado com a suposta falta de iniciativa de empreendedores privados. Se a empresa privada não se faz presente, o Estado deve tomar a frente. A esses vêm somar-se os nacionalistas xenófobos. Para eles, ainda que democratas e privatistas, melhor é a estatização da economia do que o seu domínio pelo capital estrangeiro. (Visão, 23 de junho de 1975, p. 11)

Para Maksoud, o conceito de democracia está ligado à economia capitalista. Como se fosse natural democracia e capitalismo caminharem de “mãos dadas”. O elemento democrático surge como crítica ao regime político instaurado no Brasil desde 1964. E a associação entre democracia e o espírito privatista vem se firmar no momento em que as fileiras do regime ditatorial estão abaladas pela crise, e Maksoud sabe que no regime de política aberta é mais fácil travar o debate e as disputas entre os projetos econômicos existentes e o seu.

O proprietário da revista ainda faz menção aos grupos que por ventura preferem uma maior participação do Estado na economia brasileira ao domínio do capital estrangeiro. Parece-me que a crítica exposta aqui é feita à própria classe burguesa, ou melhor, uma fração da classe burguesa que defende a intervenção pontual do Estado na economia. Ou seja, o setor da burguesia nacionalista, que ele chama de xenófobos e apoiadores do processo de estatização da economia.

No ponto em que Maksoud critica o capital externo ele faz a ligação desta fração com o Estado, que auxilia a entrada de capitais estrangeiros no Brasil. Seja a partir de concessões territoriais e/ou proteções aduaneiras, entre outros favores:

Este, por seu turno, não se preocupa com o processo estatizante, enquanto não é atingido diretamente, e até tira proveito da estatização, pois muitos homens responsáveis geralmente desprezam a idéia de estimular, para novos projetos, o surgimento de empreendedores brasileiros ou apoiar a empresa nacional que se desenvolve, preferindo o caminho simplista de lançar mão de organizações alienígenas.

E, nos momentos em que as empresas privadas nacionais atravessam crises, o empresário estrangeiro imediatamente se apresenta para absorvê-las, oferecendo capital ou facilidades tecnológicas. Exemplo típico é o da indústria automobilística, em torno da qual floresceu inicialmente todo um parque fabril nacional de autopeças, posteriormente absorvido numa ocasião de crise. Extinguiu-se um rico veio do capitalismo nacional que poderia vir a

constituir um dos esteios do privatismo no país e, mesmo, da longevidade privada da indústria-núcleo estrangeira. Desnacionalizando o capital estrangeiro aguça ainda mais aquilo que, na aparência, é racionalismo sadio, mas que na essência é estatismo.

A onda a favor das empresas do Estado é engrossada, assim, pelo próprio desempenho da empresa estrangeira, que não está preocupada com a doutrina econômica dominante no país, mas apenas com os proventos que possa tirar de um mercado que julga crescente e que procura tornar cativo através de proteções aduaneiras e outros favores governamentais. (Visão, 23 de junho de 1975, p. 11)

Pela primeira vez, nos escritos de Henry Maksoud, aparece uma crítica mais estruturada sobre o papel do capital estrangeiro no Brasil. Anteriormente esta análise sobre o capital externo era acompanhada do discurso de maior incentivo às empresas privadas nacionais.

No trecho acima, Maksoud declara que o capital externo se aproveita da política econômica do capitalismo brasileiro para crescer neste território. O capital estrangeiro não estaria preocupado com o papel do Estado na economia brasileira, desde que seus lucros não diminuam.

Os ataques aos projetos estatizantes do Estado na economia, por parte de Maksoud, vem do conflito que isto exerce em relação ao seu projeto privatizante para a economia brasileira, onde a participação do Estado na economia deve ser mínima.

Nos últimos trechos sobre a dobradinha capital externo e Estado brasileiro, Maksoud aproveita para registrar a união destes dois elementos em contraposição à iniciativa privada nacional. Recomendando que a melhor parte vem no final do trecho.

Estatização e desnacionalização, caminhando juntas, vão alijando a empresa nacional do mercado, desestimulando o empreendedor nacional, que se retrai, vendo riscos acima dos que pode correr e sentindo o clima que não lhe é propício. Poderá chegar o dia, então, do confronto final entre as empresas estatais e as transnacionais ou multinacionais. Quando esse confronto ficar bem caracterizado, é óbvio que a empresa estatal predominará, inclusive devido a razões nacionalistas fáceis de entender. A desnacionalização acabara em total estatização. (Visão, 23 de junho de 1975, p. 11)

Maksoud alerta que o burguês brasileiro se sente desmotivado a buscar o desenvolvimento do país, já que o clima criado pelo Estado e pelo capital estrangeiro não é propício ao fortalecimento da burguesia brasileira. E ele alerta para o fato apocalíptico que poderia acontecer, o confronto final entre Estado e transnacionais, e o vencedor seria o Estado.

O conflito aqui esbarra em dois pontos que durante a história do capitalismo no Brasil foram extremamente importantes para o florescimento e fortalecimento da burguesia brasileira, o capital externo e o Estado.

O capital externo, como já havia adiantado acima, com o financiamento de diversos projetos para a economia brasileira. E o Estado com uma política econômica voltada ao florescimento e desenvolvimento do capitalismo no Brasil, mas um fator importante é também o financiamento por parte do Estado. São exemplos que mostram a importância destes elementos no capitalismo brasileiro.

É claro que no momento o projeto hegemônico defendido por Maksoud esboça uma reação contra a política econômica seguida pela ditadura. E que fique claro, não é uma investida contra a instituição Estado.

Maksoud alerta para os perigos em se apoiar este tipo de economia estatizante. Para o editor de *Visão*, vai chegar um momento em que esta política do Estado brasileiro entrará em choque com o capital multinacional. Neste embate quem sairia vitorioso seria o Estado, a tentativa de Maksoud é mostrar que todos os setores da classe burguesa, seja ela multinacional ou brasileira, são prejudicados pelo processo de estatização.

Para completar seu ciclo analítico sobre a cadeia de equívocos que rondaria a sociedade brasileira, Henry Maksoud dedicou sua última parte do editorial a discutir o papel da esquerda brasileira e seus equívocos.

A onda estatizante é avolumada, ainda, por outros que também agem equivocadamente. São parcelas expressivas das chamadas esquerdas que contestam os regimes fortes, propugnam por liberdade de expressão, condenam a censura, defendem a democratização ou socialização dos benefícios, clamam pela melhor distribuição de renda e, simultaneamente, defendem a estatização total da economia, uma posição de economia fechada que sempre vem acompanhada de uma situação política fechada, totalitária. Essas mesmas forças também se equivocam quando, ao tomar a defesa do nacionalismo, confundem empresa estatal com empresa privada.

Para os que não se equivocam, pois militam ideologicamente, seu objetivo maior é realmente, através do estatismo, a implantação de um regime político exótico que nem a sociedade brasileira nem seus governantes estão buscando. E uma minoria, utilizando o divisionismo, oferece o flanco da subversão para ser combatido, desviando a atenção do plano econômico, que vai sendo paulatinamente conquistado dentro de uma estratégia global.

Equívoco maior comete outra expressiva parcela da sociedade brasileira que, condenando à pobreza e à injustiça, termina por engrossar as fileiras dos que lutam contra a empresa privada, buscando um regime socialista utópico que acaba sendo um passo para uma situação política incompatível com suas aspirações, princípios e idéias. (*Visão*, 23 de junho de 1975, p. 11)

No trecho acima, Maksoud divide seu texto em três possíveis esquerdas brasileiras, cada qual com suas especificidades. A categorização das esquerdas é feita por Maksoud de maneira estrutural, como se as características de cada segmento fosse aquele, sem que houvesse variantes de uma corrente para outra.

No primeiro caso, o proprietário de *Visão* cita uma ala, do que ele chama de esquerda, que defende a liberdade de expressão, a democratização. Segundo ele condenam a censura e clamam por melhor distribuição de renda, e que paralelamente, defendem a estatização da economia brasileira, o que segundo ele levaria a uma economia fechada que arrastaria sempre a uma política totalitária.

Maksoud acha legítimas as lutas e bandeiras levantadas por essa suposta ala esquerdista, mas não vê com bons olhos o fato de defenderem a estatização da economia brasileira. É como se a intervenção do Estado na economia desencadeasse sempre numa ditadura.

Nas últimas partes do trecho sobre esta primeira esquerda, Maksoud diz que o nacionalismo defendido por ela cria certa confusão. Pois, ao defenderem o nacionalismo esta ala confunde empresa estatal com empresa privada.

O que nos dá a entender é que esta ala da esquerda defende uma maior participação do Estado na economia brasileira, feito isto sobre bases nacionalistas. Sendo assim, eles defenderiam o fortalecimento da empresa estatal. O que justifica a crítica de Maksoud. Mas se esta ala da esquerda confunde as estatais com a empresa privada, ela também pregaria um fortalecimento da classe burguesa e/ou da iniciativa privada. É uma ala nacionalista, da classe burguesa, que Maksoud chama de esquerda.

Parece-me que não basta apenas defender um projeto que vise o fortalecimento da burguesia brasileira. A disputa aqui é com base em projetos hegemônicos de uma mesma classe, a classe burguesa, para o restante da sociedade brasileira. E com certeza Henry Maksoud e a fração na qual ele se expressa disputam com seu projeto, e *Visão* é um mecanismo ou uma das armas utilizadas para esta disputa, ou melhor, como Gramsci nos apontou, um aparelho privado de hegemonia.

A segunda esquerda destacada por Maksoud parece ser a que mais o amedronta. Segundo o proprietário da revista, esta esquerda não se equivoca, pois ela milita ideologicamente, e através do estatismo ela busca implantar o socialismo. Essa ala esquerdista utilizaria atos subversivos para desviar a atenção de seu verdadeiro foco que é a economia, conquistada paulatinamente através de uma estratégia global.

A conspiração descrita por Maksoud causa medo e pânico há vários anos. Esta tipificação feita por Maksoud é a que melhor podemos identificar, está próxima às acusações feitas aos comunistas. O comunismo é sempre acusado de ideológico, estatista, subversivo, etc. E Maksoud não deixa de fazer sua propaganda anticomunista, e a apresenta sempre vinculada à idéia de estatização da economia brasileira.

Para Maksoud, a defesa intervencionista do Estado na economia brasileira, por parte desta ala esquerdista, levaria a um regime político exótico. O que segundo Maksoud, nem a sociedade brasileira, nem seus governantes o querem. Maksoud pode até falar em nome da classe ou fração de classe que ele organiza e é organizado, mas falar em nome de toda a sociedade é um tanto quanto exagerado da parte dele. Mas é uma estratégia que funciona muito bem no meio jornalístico, e serve como arma na disputa entre classes.

A terceira ala esquerdista trazida por Maksoud parece estar muito próxima à segunda. Esta segunda ala condena a pobreza e a injustiça. Mas acaba por lutar contra a empresa privada, buscando um regime utópico, o socialismo. Segundo Maksoud, este projeto não é compatível com as aspirações desta esquerda.

O trecho descrito acima nos deixa uma porção de incógnitas, mas nos deixa alguns indícios. Primeiro, Maksoud tem um projeto de privatização da economia brasileira, onde o Estado exerça o mínimo de intercessão possível; Segundo, Maksoud possui aversão aos projetos chamados esquerdistas, principalmente aos próximos ao comunismo; Terceiro, a ligação feita por Maksoud entre estatização e comunismo.

No editorial de 07 de julho de 1975, Henry Maksoud celebra dois acontecimentos que satisfazem, segundo ele, em pequeno grau de contentamento, as exigências expostas pelo seu programa. Segue abaixo:

Registraram-se dois acontecimentos de transcendental importância para o país, nas duas últimas semanas. Ambos, no seu âmago, intimamente relacionados. Um, a aprovação, pelo presidente Geisel, em reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico, de resolução e de proposta visando, respectivamente, **a reduzir o ritmo de proliferação de empresas estatais e assegurar participação efetiva na política de compras das empresas estatais às empresas privadas nacionais de engenharia de projetos e de produção de bens de capital**. O outro foi a assinatura do acordo entre Brasil e Alemanha que objetiva o desenvolvimento de nossa tecnologia no setor nuclear, através da transferência dos conhecimentos aprimorados na RFA²³ e mediante o exercício das atividades de prospecção, mineração e enriquecimento de urânio; fabricação de elementos combustíveis; projeto e construção de centrais nucleares; fabricação de equipamentos especializados; e efeito multiplicador resultante dessa implantação. (Visão, 07 de julho de 1975, p. 07) [grifos meus]

²³ RFA – República Federal da Alemanha.

Os dois acontecimentos marcam principalmente uma virada no modo como as empresas privadas de engenharia, as indústrias de base, e as indústrias de bens de capital passam a olhar o governo Geisel neste momento.

Na primeira parte de seu texto, Henry Maksoud destaca a importância da aprovação da resolução visando reduzir o ritmo de crescimento das empresas estatais, discutido em reunião entre o presidente Geisel e o Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE).

Esta sem dúvida foi uma proposta bastante festejada pelo proprietário de *Visão*. Porque segundo dados já expostos acima, uma de suas principais bandeiras era a diminuição da participação das empresas estatais na economia brasileira. E esta resolução que busca uma frenagem no florescimento das estatais vai ao encontro das propostas de Maksoud.

Na seqüência da frase Maksoud acrescenta que a partir de agora a proposta do Estado é “assegurar participação efetiva na política de compras das empresas estatais às empresas privadas nacionais de engenharia de projetos e de produção de bens de capital”. Ou seja, os produtos e/ou serviços comprados das estatais, agora passarão às mãos de empresas privadas brasileiras, de engenharia de projetos, de bens de capital, e eu acrescentaria as indústria de base também.

Aqui começa a nos fazer sentido algumas das preocupações de Henry Maksoud. Primeiro, Maksoud celebra a virada de posição do governo pelo fato dele próprio ser proprietário de um empresa privada de engenharia, a Hidroservice. O que antes era feito por estatais, ao próprio Estado, agora poderá ser feito pela Hidroservice, ou qualquer outra empresa privada de construção e engenharia. É a fração burguesa do setor de construções lucrando a partir do Estado.

Em segundo lugar, a Hidroservice faz parte de um grupo chamado Abdib, que é a Associação Brasileira das Indústrias de Base. Daí decorre uma das principais bandeiras levantadas nos editoriais de *Visão*, o fortalecimento da indústria brasileira, isto é, da fração da classe burguesa brasileira voltada às indústrias de base, que conseqüentemente era bandeira defendida pela ABDIB.

Na última parte do trecho acima, Maksoud enaltece a assinatura do acordo entre Brasil e a Alemanha para o desenvolvimento da tecnologia nuclear. Este acordo soa muito bem aos ouvidos de Maksoud por criar boas expectativas em torno do aumento de participação de sua fração burguesa neste acordo, seja através de prestação de serviços ou venda de mercadorias. Isto tudo desenvolvido a partir da resolução discutida no CDE.

Esta é a meta que também se espera seja alcançada com o acordo nuclear, porque somente com o fortalecimento da tecnologia nacional e, em consequência, de nosso parque industrial, será acelerado e auto-sustentado o desenvolvimento do país, através da empresa privada nacional. Uma primeira lição que devemos tirar do acordo ora assinado é a que nos dá a República Federal da Alemanha que, para executar o acordo, utilizará uma série de empresas privadas, como a Urangesellschaft, a Steag, a Kewa, a Interatom, a UHDE, de engenharia nuclear, a Kraftwerk Union, cujo controle acionário pertence à Siemens e a AEG, e outras. (Visão, 07 de julho de 1975, p. 07)

Para Maksoud, o acordo nuclear entre Brasil e RFA deveria levar o fortalecimento da indústria brasileira. A participação da burguesia brasileira deveria ser mais ativa neste acordo. E segundo Maksoud, tomando de exemplo a própria Alemanha, que utilizaria empresas privadas para o desfecho das atividades.

Nossa hipótese até aqui é que Henry Maksoud via com bons olhos o fato de poder aumentar a lucratividade de suas empresas. Assim como expandir e fortalecer as demais empresas ligadas à fração burguesa das indústrias de base e de bens de capital.

Deixei por último um trecho neste mesmo editorial do dia 07 de julho de 1975 que mostra qual é um dos papéis reservados ao capital externo, segundo Henry Maksoud. Este trecho fala com mais propriedade das propostas aprovadas na reunião do CDE:

Identificar questões relacionadas com a pesquisa e desenvolvimento de processos e produtos que possam orientar a ação de centros nacionais de pesquisa e/ou a abertura de negociações para a compra de tecnologia estrangeira em condições que possibilitem a sua efetiva absorção pelas empresas nacionais produtoras de bens de capital e de engenharia básica. (Visão, 07 de julho de 1975, p. 07)

Maksoud deixa transparecer que o capital externo não é inimigo da burguesia brasileira. Pelo contrário, ele deve ser visto como elemento essencial para o fortalecimento da indústria brasileira. Através de negociações para a compra de tecnologias que possibilitam o desenvolvimento da indústria brasileira.

Sob o título do editorial *Democracia indefesa*, Henry Maksoud abre os debates de 18 de agosto de 1975 da revista *Visão*. Em seu editorial o proprietário de *Visão* centra o debate na crítica ao comunismo. Utilizando de outros pensadores anticomunistas, Maksoud destaca como cerne de seu texto a ação comunista nos países do ocidente.

“Para que uma guerra atômica, se nos últimos trinta anos o mundo ocidental não fez outra coisa senão desintegrar-se, em um processo que continua e do qual os comunistas tiram suas vantagens?” Esta pergunta foi levantada pelo escritor dissidente soviético Aleksandr Solzhenitsyn, ao receber as chaves da

cidade de Nova Iorque das mãos do prefeito Beame. Na opinião do combativo adversário do regime soviético, “o Ocidente já esta caindo pedaço por pedaço, país por país, nas mãos dos comunistas”. O escritor referiu-se também aos recentes acontecimentos em Portugal, onde a democracia nem bem se firmara e já começou a ser estrangulada.

James Reston, de “The New York Times”, apontando exemplos da França, Inglaterra, Itália, Portugal e Estados Unidos, reconhece também que a democracia está em serias dificuldades, numa época de dúvida generalizada sobre a capacidade das sociedades livres de enfrentarem os problemas econômicos, políticos e filosóficos dos tempos atuais. (Visão, 18 de agosto de 1975, p. 07)

Para Maksoud e os autores citados por ele no editorial, o comunismo estaria tomando conta do ocidente, e esta onda comunista fazia com que os países sejam destruídos. O comunismo é comparado à catastrófica explosão de uma bomba atômica.

Além de mostrar o comunismo como o câncer da sociedade, Maskoud e seus amigos colocam que a democracia passaria por sérias dificuldades, e até mesmo em países onde a democracia acabará de se firmar, ela já está estaria sendo destruída.

O exemplo citado no trecho é o de Portugal. De acordo com o trecho acima a democracia em Portugal começou a ser estrangulada, e o que nos dá a entender é que ela está sendo estrangulada pela onda comunista que tomaria conta do país.

Portugal neste momento passa por um processo revolucionário, que se inicia com a Revolução dos Cravos (1974), que pôs fim à ditadura do Estado Novo, chefiada durante muito tempo por António de Oliveira Salazar. A Revolução dos Cravos teve grande influencia dos movimentos de esquerda, principalmente do partido comunista. Nos anos de 1975, Portugal mantêm uma forte tendência esquerdista, o que leva ao fortalecimento das lutas pela independência das colônias africanas²⁴.

A forte tendência ao comunismo em Portugal parece ter gerado um clima de descontentamento entre os defensores do mundo capitalista. Somado a este episódio ainda tínhamos a Revolução Cubana, que ainda incomodava os capitalistas.

Para mostrar o perigo comunista que ronda a sociedade, Maksoud faz um debate cansativo, passando pelos problemas enfrentados pelos países desenvolvidos nos países subdesenvolvidos. Para ele:

As reivindicações dos países fornecedores de matérias-primas, por exemplo, se arrastam, sem solução, anos a fio. As dificuldades impostas à entrada de produtos oriundos de países em desenvolvimento também se sucedem. Enquanto isso, os meios de comunicação levam a todas as partes do mundo as diferenças gritantes de padrão de vida entre os povos. Com esse

²⁴ Ver mais em SECCO, Lincoln. **A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português**. Ed. Alameda, São Paulo, 2004.

procedimento, aquelas nações não só criaram áreas de atrito e até antagonismos como deixaram de atrair para o regime democrático povos praticamente amorfos do ponto de vista ideológico e, às vezes, sob ditaduras ou regimes oligárquicos. Vendo aprofundar-se o fosso entre desenvolvidos e subdesenvolvidos, o mundo democrático praticamente deixou a uma enorme faixa do globo a alternativa do ingresso numa das versões do socialismo-marxista, como perspectiva ilusória para alcançar mais elevados estágios de desenvolvimento.

Enquanto isso, os comunistas, sempre com espírito revolucionário, saíam à guerra de conquista, em moldes atualizados, arregimentando forças, adestrando os membros atuantes, combatendo os regimes ditatoriais “de direita” e oferecendo idéias objetivas bem definidas. Evidenciando defeitos nas estruturas políticas, administrativas e socioeconômicas de vários países e imputando-os ao regime econômico aberto, conseguiram ampliar o número de simpatizantes e adeptos que, em vários lugares, foram suficientes para a conquista do poder. (Visão, 18 de agosto de 1975, p. 07)

Para Henry Maksoud os países subdesenvolvidos passaram a impor dificuldades para a entrada de produtos oriundos dos países desenvolvidos, e dificultar a compra de matéria-prima produzida por eles mesmos. Segundo Maksoud esta tendência passou a ser aderida após os meios de comunicação noticiarem as diferenças entre os padrões de vida nos países subdesenvolvidos e desenvolvidos. De acordo com Maksoud procedimento criou atritos e antagonismos entre os países. O que dificulta a entrada do regime democrático nesses países, muitas vezes sob ditaduras ou regimes oligárquicos.

De fato os crescentes aumentos nos canais de comunicação fizeram transparecer as desigualdades existentes entre os países, principalmente se olhados sob o foco dos países imperialistas. Mas os antagonismos não foram criados pelos países mais pobres, e sim pelo sistema capitalista que integra o globo terrestre.

Na segunda parte do trecho acima, Maksoud destaca que o aumento das disputas entre subdesenvolvidos e desenvolvidos deixou a porta aberta para a entrada das correntes do socialismo-marxista, em contraposição às correntes democráticas. Mais uma vez percebemos a contraposição feita por Maksoud entre democracia e socialismo ou comunismo. É como se lado bom fosse o lado “democrático”, e o lado ruim o lado comunista.

Maksoud trouxe todo este debate para mostrar que o capitalismo ainda deve tomar cuidado com o comunismo. Segundo Maksoud, o comunismo estaria cada vez mais conseguindo adeptos e adestrando seus membros, como se estes fossem animais. Tudo isto foi colocado por Maksoud justamente por causa da Revolução dos Cravos, em Portugal. Onde, de certa forma, os comunistas conseguiram simpatia do povo português.

Os comunistas são mostrados como extremamente estrategistas em suas lutas. Eles teriam ganhado terreno mostrando as fissuras nas estruturas socioeconômicas e políticas

nestes países, entre outras características apontadas por Maksoud. Esta sem dúvida é uma forma de mostrar o quanto os comunistas seriam perigosos. O quanto os comunistas são articulados e por isso a sociedade não deveria subestimá-los.

Entre as armas mais utilizadas nessa guerra de conquista destacam-se os meios de comunicação, utilizados direta ou indiretamente. Os recentes acontecimentos em Portugal, da tomada de empresas jornalísticas, e os chamados “materiais subversivos” conhecidos em vários países, inclusive no Brasil, são exemplos da ação direta no campo das comunicações. A ação indireta, porém, é a mais eficaz. Bloqueando as informações no âmbito de suas sociedades, deixam sair para o mundo exterior apenas o que lhes convém, evitando a disseminação dos erros e desacertos de seus governos e não permitindo a ampla divulgação de suas mazelas. Com essa política, conseguem fazer com que a maioria dos jornais do mundo alimentem seus leitores com notícias, na sua quase totalidade, do lado capitalista privado. O sistema democrático é apresentado, então em toda a sua nudez, a todo o mundo, enquanto o socialismo-marxista é levado às sociedades indefinidas, como a nossa, com roupagem e disfarces. A estatização, por exemplo, é defendida porque “é muito fácil fazer crer que punindo os que criam a riqueza é possível aliviar os sofrimentos dos pobres”. (Visão, 18 de agosto de 1975, p. 07)

Maksoud apresenta duas acusações sobre os regimes comunistas. Primeiro, a ação dos meios de comunicação na propagação de material subversivo. Em segundo, o bloqueio de informações criado pelos países comunistas.

Na primeira Maksoud utiliza-se das palavras da extrema direita capitalista para rotular os materiais utilizados pelos militantes comunistas em suas lutas. Esses materiais levam a categoria de subversivos, isto porque soa mal aos ouvidos de quem recebe a informação, uma vez que subversão está associada a algo ruim.

No segundo momento, Maksoud coloca que as informações vindas dos países comunistas são distorcidas e/ou bloqueadas. Segundo o editor, para que ninguém saiba o que acontece nesses regimes.

O grande problema reside em contrapor, mais uma vez, democracia e comunismo. Para mostrar que o comunismo omitiu informações, Maksoud coloca os regimes democráticos como sendo ideais, apresentados para a sociedade em plena nudez. A pergunta que fica para refletirmos é a seguinte: será que nos regimes democráticos a verdade é nua e crua, ou encorajada e suave? Maksoud oculta que aquele era um momento de ditadura civil-militar no Brasil.

Para encerrar suas considerações neste trecho, Henry Maksoud volta o debate a uma de suas principais bandeiras, a diminuição do papel do Estado na economia. Para Maksoud, as

correntes comunistas defendem o processo de estatização para punir aqueles que criam as riquezas, e aliviar o sofrimento dos pobres.

O fato é que a associação entre comunismo e estatização é feita por Maksoud a todo momento. Principalmente como forma de descaracterizar a intervenção do Estado na economia brasileira. Mas o ponto fundamental de discussão do texto acima é o fato de Maksoud associar o comunismo à estatização para punir os que produzem riquezas para aliviar o sofrimento dos pobres. O que me parece uma idéia maksoudiana, pois parece não ter respaldo em outros círculos de intelectuais.

Para legitimar seu discurso em prol do fortalecimento da tese de diminuição dos espaços do Estado na economia, Maksoud trouxe para seu texto alguns pronunciamentos da então líder do Partido Conservador, Margaret Thatcher:

Há cerca de um mês, a líder do Partido Conservador, Margaret Thatcher, referindo-se ao crescente grau de estatização na Inglaterra (VISÃO, 21-7-75), afirmou que “existe uma crença cada vez mais difundida de que a liberdade é divisível, de que seria possível termos liberdade política e escravidão econômica, de que seria possível preservar a liberdade intelectual e destruir a independência comercial, de que seria possível lutar pela liberdade de expressão acabando com a liberdade de empresa. **Não existe mito mais perigoso, porque uma vez que o Estado controla os meios de produção, distribuição e intercâmbio, todos nos tornaremos dependentes dele. Toda a nação se tornará dependente das decisões da burocracia e dos políticos**”. E continuou: “Se o Estado é a única fonte de capital, então somente as idéias, as pessoas e os objetivos aprovados pelo Estado podem conseguir o dinheiro para o desenvolvimento. Se o Estado é a única fonte de recursos, então, somente os que desposam as mesmas causas, os mesmos ideais do Estado, os que praticam os mesmos atos de misericórdia é que podem levantar o dinheiro de que necessitam. Se o Estado se tornar o único empregador, onde estará a verdadeira liberdade de escolha para o empregado? Se o Estado é o único construtor de habitações, onde é que o locatário pode procurar uma alternativa para morar? Se o Estado é o único acionista, onde o diretor, o gerente ou o trabalhador poderão buscar apoio independente?”.

Essas, como outras manifestações que também poderiam ser colhidas nos órgãos de divulgação de todo o mundo, mostram que sérias dificuldades envolvem os países que vivem no regime da propriedade privada e liberdade empresarial. (Visão, 18 de agosto de 1975, p. 07)

Maksoud utiliza os pronunciamentos de Margaret Thatcher para mostrar que seu projeto de diminuir o papel do Estado na economia brasileira tem legitimidade, e que este projeto hegemônico não partia apenas de devaneios brasileiros.

Maksoud utiliza as palavras de Thatcher para mostrar que a noção de liberdade, tanto defendida pelo liberalismo, está sendo atacada pelo mito criado em torno da divisão das

liberdades. Mas o principal argumento para Thatcher é associar os ataques à noção de liberdade ao fenômeno da estatização na Inglaterra.

Para os autores, Maksoud/Thatcher, o Estado é quem produz tal mito, e o produz para controlar os meios de produção. Para Maksoud/Thatcher se o Estado se tornar o único empregador, onde estaria à verdadeira liberdade de escolha para o empregado? Entre esses e outros argumentos parecidos são criticados pelos autores.

O grande problema reside em assimilar estas idéias, pois se vemos como esses autores vêem o papel do Estado, seríamos capazes de pregar também a diminuição do Estado perante a economia.

O fato é que estes argumentos levantados em torno da liberdade de escolha que o indivíduo tem soam muito bem aos ouvidos da maioria. Mas temos que atentar nossas discussões para o fato de que se retirado o dever do Estado, por exemplo, em construir habitações deixaremos que este aparato caia nas mãos da classe burguesa. Com isso a tal liberdade de escolha passa a ser de total propriedade da classe burguesa, é esta quem vai ditar os ritmos da construção de casas, e ao preço que bem entenderem.

O que estes intelectuais orgânicos pregam é uma diminuição do papel do Estado na economia, e a economia de um país nas mãos da iniciativa privada, ou melhor, da classe burguesa. Esta por sua vez lucrará em grande proporção, onde antes o Estado tinha o dever para com a sociedade, por exemplo, no setor de habitações, saúde, transporte, etc.

Na edição do anuário especial de *Visão*, intitulada de *Quem é quem na economia brasileira*, Henry Maksoud utiliza-se do editorial para atuar em dois pólos. Vale frisar que estes dois pólos estão em total harmonia um com o outro, a separação é feita para acompanhar o raciocínio de Maksoud, uma vez que percebemos a divisão das discussões para marcar os temas.

Na primeira parte das discussões do editorial, Maksoud fortalece os debates feitos ao longo do ano de 1975, e que se tornou uma das principais bandeiras de seu projeto, a diminuição do papel do Estado na economia brasileira.

O mesmo entendimento deve-se ter do regime democrático: estatizando a economia, nunca se chegará a um regime democrático em toda a sua plenitude, porque as liberdades políticas, de expressão, de pensamento são incompatíveis com um regime fechado. Eis por que, ao conduzir o país para o caminho da estatização, com o aniquilamento da iniciativa particular, na verdade se estará afastando o Brasil da ordem das nações do mundo democrático. Justifica-se, portanto, a preocupação das classes produtoras e das altas autoridades do país em estimular e apoiar o princípio da livre empresa. (*Visão, Quem é quem na economia brasileira*, 31 de agosto de 1975, p. 5)

Maksoud apresenta um resumo do que ele propõe sobre os rumos a serem seguidos na economia brasileira. Apoiando-se onde se destacam os ataques ao programa de estatização e enaltecendo as privatizações. Maksoud prega a diminuição da intervenção estatal na economia e em contrapartida à privatização desta.

Para fortalecer seu argumento privatizante, Maksoud associa que onde há uma maior participação do Estado na economia o regime acabaria sendo fechado, e este perderia suas liberdades democráticas. Mas onde reina a democracia ao lado desta sempre estará o princípio da livre iniciativa privada.

Na outra ponta de seu editorial está uma discussão que entra em total acordo com a apresentada acima. Maksoud põe em evidencia a fração financeira do capital no Brasil. E mais uma vez estabelece a disputa entre estatização e privatização.

Abandonando os estabelecimentos financeiros do Estado a sua política agressiva de captação de poupança nacional, fazendo-a carrear para os setores privados nacionais. Não entendendo mais o Governo que, por constituírem poupança do povo, devem os recursos ser utilizados pelas empresas estatais ou através delas. Transformar dinheiro do público em dinheiro público é confisco. O dinheiro do público, em sua essência, é particular e não do Estado. O povo deseja a remuneração da sua poupança, através dos mecanismos de mercado, não que ela seja administrada pelos órgãos governamentais. O povo deseja que a sua poupança seja encaminhada para a criação de novas riquezas, mas não estipula que essas riquezas sejam criadas por empresas do Estado. Não adianta continuar a chamar, em tom de desafio, por vezes sarcástico, pelo capital nacional para a efetivação de grandes empreendimentos e, não obtendo resposta, apelar para a constituição de empresas públicas destinadas a exercer o papel empreendedor.

O verdadeiro capital privado nacional e a própria poupança nacional que, no regime de economia aberta, após deduzida a parte de que o Estado necessita para realizar suas funções precípuas, é gerida pelas empresas privadas para criação de novas riquezas. Riquezas que trarão a melhor remuneração à poupança popular: mais empregos, lazer, bem-estar, liberdade, segurança, saúde e tudo mais que constitui os anseios do homem e que o mundo moderno pode oferecer. (*Visão, Quem é quem na economia brasileira*, 31 de agosto de 1975, p. 5)

Maksoud faz uma defesa sistemática da privatização da economia. No trecho trazido acima, o editor chefe de *Visão* coloca a necessidade de se privatizar a poupança nacional. Segundo Maksoud, o Estado age de maneira predatória sobre a poupança nacional, e este dinheiro da poupança nacional deveria estar sob os cuidados da iniciativa privada.

O dono de *Visão* atenta para o fato de que o Estado transforma dinheiro do público em dinheiro público, o que é um jogo de palavras sem muito sentido. Maksoud condena esta prática, para ele o dinheiro é particular e não do Estado. Para Maksoud, o Estado deveria reter o que é necessário para cumprir suas funções e repassar o montante excedente ao capital

privado, para que este gere riquezas para o Brasil, tais como: mais empregos, segurança, saúde, etc.

Por último deixamos a parte onde Maksoud diz que *todo o povo deseja que a sua poupança seja encaminhada para a criação de novas riquezas, mas não estipula que essas riquezas sejam criadas por empresas do Estado*. Maksoud coloca que toda a população não quer que o dinheiro provindo seja gerido pelo Estado. Ele se coloca como portador da “vontade do povo”.

O fato é que a tática de Maksoud é legitimar o seu projeto. Para isto ele utiliza do argumento de que toda a sociedade precisa tal projeto, e o que na verdade seria algo defendido na cúpula de *Visão* e suas entidades de classe.

3.3 VISÃO ENTRE O APOGEU E O DECLÍNIO DA CAMPANHA ANTIESTATIZANTE

O ano de 1976 marca o apogeu da Campanha Antiestatizante, mas marca também o seu fim no segundo semestre. Os posicionamentos de *Visão* sempre muito bem definidos em torno da questão antiestatizante, foram muito bem articulados por Henry Maksoud, utilizando-se dos temas da Campanha para promover pontos seu projeto neoliberal.

No auge da Campanha Antiestatizante *Visão* lança como matéria de capa da edição de 19 de abril de 1976 uma reportagem intitulada *Iniciativa Privada quer Fazer mais (Será que pode?)*. Nesta edição *Visão* prepara um dossiê sobre os problemas que a estatização traz, segundo ela, ao país.

Nas primeiras páginas da edição *Visão* nos mostra o motivo que levou a este número:

Nessa encruzilhada histórica em que se encontra a nação brasileira, VISÃO, que vem sustentando, desde os primeiros momentos dessa batalha patriótica, firme posição em defesa da iniciativa privada nacional, não poderia omitir-se, ou tergiversar em denunciar, mais uma vez, a natureza do fenômeno maligno em curso, suas raízes básicas, e identificar as condições objetivas e subjetivas para eliminá-lo, bem como os caminhos para trilhar para assegurar tal eliminação. (*Visão*, 19 de abril de 1976, p. 25)

Primeiramente, *Visão* apresenta as políticas estatizantes como sendo algo maligno, como se tivesse que ser combatido com o bem, nesse caso a empresa privada. O fator

“maligno” não deveria apenas ser eliminado, mas os cuidados necessários deveriam ser tomados para que este fosse extinto de uma vez por todas.

A tendência constante de *Visão* “demonizar” as políticas estatizantes foi um fator de vitória ao final da Campanha Antiestatizante, se nos remetermos às páginas anteriores veremos que o termo estatização ficou marcado negativamente.

Em outro trecho *Visão* mostra como ela vê o modelo político e econômico naquele momento, e reafirma a participação ativa do Estado na economia como sendo um fator de risco para o país:

Tal etapa se caracteriza por peculiaridades que cumpre destacar: a participação do Estado na economia já atingiu um limite que rompe o equilíbrio desejado entre os setores públicos e privado, tornando-se necessário, para que se possa preservar o regime econômico da livre iniciativa, consagrado na Constituição do país, sensibilizar o governo, e as camadas responsáveis da população, para que seja adotado um conjunto de medidas que possibilite conter a expansão do Estado e que, ao mesmo tempo, faça retornar à esfera da iniciativa privada uma série de atividades que, atualmente, são exercidas pelo poder público; em consequência de ter alcançados esse ponto crítico, assinala-se um vigoroso despertar nos círculos empresariais para dar combate à grave ameaça que paira sobre a liberdade de iniciativa. (*Visão*, 19 de abril de 1976, p. 25)

Visão coloca que a expansão do Estado na economia brasileira já havia ultrapassado os limites, e que deveria ser contida. Para a revista o equilíbrio entre setor público e setor privado já não existia mais. *Visão* ainda destaca o auge da Campanha Antiestatizante, onde a revista viu o despertar dos círculos empresariais. Isto se deve, segundo a revista, pelo ponto crítico em que se encontrava a participação estatal na economia.

Na mesma edição da revista, *Visão* faz um mapeamento das principais características da estatização. E coloca da seguinte forma:

- a) Abandono do caráter alocativo e competitivo da economia de mercado, substituindo-o pela planificação centralizada da economia e pela política de preços administrados.
- b) Ultrapassagem, pela ação do Estado, das fronteiras aceitáveis da prestação de serviços públicos básicos e da ação, como empresários, em termos pioneiros, supletivos e defesa da segurança nacional, as quais se constituem nos limites lógicos e toleráveis da ação do poder público numa economia de mercado; essa invasão do campo próprio do setor privado é acompanhada de uma hipertrofia, sem precedentes e crescentes, das atividades-meio das autarquias, empresas governamentais e órgãos da Administração centralizada, ao lado da incessante ampliação oferta de bens e serviços, em predatória concorrência ao setor privado.
- c) Formação de mentalidade estatizante e hostil à iniciativa privada – confusa e burocratizante –, expressa na colaboração e difusão de mitos e crenças e na “corrupção semântica” de termos dotados, originalmente, de conteúdo concreto. (*Visão*, 19 de abril de 1976, p. 26)

As características apresentadas por *Visão* para entendermos a estatização podem ser resumidas em uma única expressão: a estatização ultrapassa os limites que são estabelecidos à empresa privada numa economia de mercado.

Mas devemos nos deter à segunda característica, quando *Visão* expressa haver alguns ramos em que é necessária a participação do Estado, e destaca a “segurança nacional” como sendo parte da responsabilidade do Estado. Isto porque é a partir da “segurança nacional” que se manteve a estabilidade do capitalismo brasileiro, e a burguesia se satisfez durante muito tempo com a ditadura militar.

Localizando-se no auge da Campanha Antiestatizante, *Visão* aproveita-se do momento e lança algumas diretrizes para avançar o programa antiestatizante. Seguindo seu caráter panfletário publica as diretrizes com o seguinte título: Princípios gerais e diretrizes básicas para conter e provocar a reversão da estatização.

Explicitemos alguns dos pontos trazidos pelo texto de *Visão*:

A. No Plano Político Administrativo: Extinguir, com a maior brevidade possível, a realização das atividades-meio nas empresas públicas de economia mista, autarquias e órgãos da Administração centralizada.

B. No Plano Político e Ideológico: Ganhar as elites governamentais e privadas para o ponto de vista da superioridade da economia de mercado. Propugnar, resolutamente, pela participação sistemática e concreta do empresariado no processo de decisão política em geral e da política econômica em particular, registrando, energicamente, como espúrias as atuais formas de consulta *a posteriori*.

C. No Plano Econômico-Financeiro: Desmontar no menor prazo possível, os mecanismos econômicos que alimentam o estatismo, liberando as forças da economia de mercado.

Privatizar e democratizar a captação, administração e adoção de poupança, eliminando a atual drenagem de recursos do setor privado para o setor público; limitar os mecanismos governamentais “sugadores”, substituindo-os por um vigoroso mercado de capitais e sistema financeiro privado.

Reduzir a carga fiscal e parafiscal, para favorecer a capitalização e expansão das empresas. (*Visão*, 19 de abril de 1976, p. 28)

Estes foram alguns dos pontos colocados no texto panfletário de *Visão*. Cabem aqui algumas considerações a respeito destes pontos. Primeiro, seguindo a linha da Campanha Antiestatizante, a maioria dos pontos fala em restringir a participação do Estado na economia, e preza pela economia de mercado.

Em segundo, vale destacar que *Visão* convida a burguesia a se organizar, não somente em torno de suas associações, mas expandir sua organização às fileiras do Estado. A revista clama pela ampliação do Estado à burguesia, mas principalmente ao setor envolvido com a Campanha.

Por último, não menos importante, *Visão* tenta confundir o leitor ao colocar privatização e democratização num mesmo patamar, para segundo a revista retirar a poupança das mãos “sugadoras” do Estado para as mãos da vigorosa iniciativa privada.

Quando se aproxima o segundo semestre de 1976 a Campanha Antiestatizante inicia seu declínio, para depois se extinguir no final do segundo semestre. Os assuntos relativos à Campanha começam a diminuir na revista *Visão* neste período, chegando a figurar algumas poucas matérias sobre o tema da estatização até o final de 1976.

O que percebemos é que em todos os momentos *Visão* esteve preocupada em difundir e organizar o projeto neoliberal no Brasil. É bem verdade que entre os anos 1974 e 1976, quando vigorou a Campanha Antiestatizante, *Visão* engajou-se na Campanha, e chegou a ser considerada vanguarda da Campanha Antiestatizante.

O que não podemos perder de vista é que a Campanha Antiestatizante tinha como tema central a diminuição do papel do Estado na economia, o que também é uma das propostas centrais do modelo neoliberal.

Se acompanharmos a obra de dois autores, Sebastião Velasco e Cruz e Ricardo Bielschowsky, poderemos notar que os principais idealizadores da Campanha Antiestatizante eram organizadores da proposta neoliberal.

Começando primeiramente por Velasco e Cruz, em sua obra o autor afirma que:

A partir de 1975, torna-se moeda corrente na grande imprensa um discurso articulado, que põe o Estado sistematicamente no banco dos réus. Em si, ele não é novo – os argumentos que agencia, quase todos, podem ser encontrados no Gudín dos anos 1940 –, novos são a insistência com que é difundido e o fato de ter sido ele explicitamente retomado por empresários que falavam em nome próprio, ou por documentos oficiais de suas entidades.²⁵

O autor de *Empresariado e Estado na transição brasileira: um estudo sobre a política do autoritarismo (1974-1977)* nos mostra que o tema da Campanha Antiestatizante não era novo, e poderia ser encontrado nas propostas de Eugênio Gudín já nos anos de 1940. O que era novo para o autor era o espírito de organização que alguns setores da burguesia brasileira empregaram ao tema.

Se as propostas da Campanha podem ser encontradas em Gudín nos anos de 1940, a partir daqui vale a pena nos remetermos, mais uma vez, ao estudo de Ricardo Bielschowsky, *O pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Após

²⁵ CRUZ, 1995. p. 53.

encorpado debate e pesquisa Bielschowsky conclui que Gudin foi um dos principais difusores do projeto neoliberal no Brasil, e isto a partir das suas obras dos anos de 1940.

Afirmar sem uma pesquisa detalhada sobre a Campanha Antiestatizante que ela foi uma das primeiras propostas neoliberais para o Brasil seria uma falta de comprometimento enorme com o dever do pesquisador. Mas não podemos deixar de admitir que a Campanha Antiestatizante teve em seu cerne a matriz neoliberal.

Visão articulou-se muito bem com o tema da Campanha, enquanto durou a Campanha Antiestatizante o casamento foi perfeito. A partir do momento em que a Campanha desaparece do cenário nacional seria lógico que *Visão* deixasse de lado os temas da Campanha. Mas o que acontece é uma diminuição do tema antiestatizante na revista, mas este ressurgiu com maior intensidade já no primeiro mês de 1977.

Visão continua a criticar o papel do Estado na economia porque sua maior preocupação era com a difusão e organização do projeto neoliberal no Brasil. É por isso que quando a Campanha sai de cena *Visão* ainda permaneceu com seus ataques ao papel do Estado na economia.

Se a revista fosse apenas um organismo da Campanha Antiestatizante provavelmente os temas da Campanha se esgotariam no segundo semestre de 1976. Mas *Visão* era um aparelho privado de hegemonia do projeto neoliberal, e em 1976 seu papel ainda não estava acabado, ainda seria necessária a continuação da organização e difusão do projeto neoliberal, que ainda não havia ganhado respaldo suficiente para figurar o cenário principal da luta entre projetos hegemônicos.

CAPÍTULO 4 – VISÃO E A UTILIZAÇÃO DAS TEORIAS DOS INTELLECTUAIS CLÁSSICOS DO NEOLIBERALISMO: A DIFUSÃO E CONSTRUÇÃO DO PROJETO NEOLIBERAL PARA O BRASIL

Ao longo de nossa pesquisa nos deparamos com alguns intelectuais que apareciam em *Visão* e que compactuavam, completavam e aperfeiçoavam o projeto defendido pela revista. Dentre estas figuras, destacamos três: Frederick August von Hayek, Milton Friedman e Mario Henrique Simonsen.

Os dois primeiros foram escolhidos por representarem grande importância para a difusão do projeto neoliberal pelo mundo, se consolidando enquanto clássicos para o programa. E personagens cujo próprio Maksoud afirmar ter grande influência sobre o projeto defendido por ele.

Já Mario Henrique Simonsen ainda não havia se rendido ao projeto neoliberal naquele momento, anos de 1970, mas coube ser analisado por nós por dois motivos. Primeiro porque naquele momento ele era o atual ministro da Fazenda. E segundo porque posteriormente este personagem se tornaria uma das figuras centrais das frentes do projeto neoliberal.

E é a partir destes três personagens e suas relações com a revista *Visão* que se desenrolam os primeiros três tópicos do capítulo 4: *De Mont Pèlerin à Visão: as construções e organizações de Frederick August Von Hayek acerca do neoliberalismo, Milton Friedman, o intelectual orgânico da construção do projeto neoliberal para a América Latina e Mario Henrique Simonsen e Visão: a divulgação do capital financeiro.*

No último ponto deste capítulo, *Visão: da continuação dos temas da Campanha Antiestatizante à proposta neoliberal constituída*, nós mostramos como *Visão* se articulou após o fim da Campanha Antiestatizante. Principalmente como a revista se utilizou do conceito de Demarquia de Hayek para expandir a difusão do projeto neoliberal.

4.1 DE MONT PÈLERIN À VISÃO: AS CONSTRUÇÕES E ORGANIZAÇÕES DE FREDERICK AUGUST VON HAYEK ACERCA DO NEOLIBERALISMO

A discussão neste ponto envolve apresentar e analisar as conferências ministradas por Hayek no Brasil, e transcritas na revista *Visão* em final de 1977 e início de 1978, e sua relação com a revista e o projeto defendido por ela. Vale lembrar que é o Complexo empresarial Maksoud que financia a vinda de Hayek para o Brasil, não só neste período, mas posteriormente em outras duas oportunidades, para palestras, conferências e reuniões no Brasil.

4.1.1 *Visão* e a teoria dos preços de Hayek

Na tentativa de organizar e difundir o projeto neoliberal dentro da própria classe burguesa, *Visão* patrocina, no ano de 1977, a vinda para o Brasil de um dos principais, se não o principal, pensador desta corrente, Frederick August von Hayek. Neste sentido, *Visão* organizou algumas palestras e alguns encontros com diversos economistas, intelectuais da burguesia, por exemplo, Eugênio Gudín, que a própria revista coloca como um amigo pessoal de Hayek. Gudín se posiciona muito mais do que um amigo de Hayek, é ele um dos pioneiros da disseminação do projeto neoliberal no Brasil.

Visão considera o auge da vinda de Hayek para o Brasil as suas conferências, e que segundo a própria revista estas conferências foram ministradas para um público seletivo, que aliás ela não menciona quem foram os participantes.

Para auxiliar sua função orgânica *Visão* publicou as conferências de Hayek, as principais teses esboçadas por Hayek são apresentadas em cadernos especiais da revista. Foram três conferências, com os títulos *A geração da riqueza*, *O método da Democracia* e *O dinheiro e o Estado*.

A primeira conferência de Frederick August von Hayek, *A geração da riqueza*, foi publicada em *Visão* no dia 26 de dezembro de 1977. O tema da palestra proferida por Hayek teve base na discussão do preço enquanto um termômetro para a economia e a sociedade.

E, num sistema cuja produtividade se baseia na divisão do trabalho, o volume do produto social dependerá menos do esforço individual do que da capacidade de fazer as coisas certas, da forma correta, no momento apropriado.

O indivíduo dificilmente sabe quais são as condições específicas que tornam mais conveniente para ele e a sociedade fazer alguma coisa em vez de outra, ou fazê-la de determinada maneira. É graças aos preços que encontra no mercado que pode descobri-lo; e eles lhe dizem, constantemente e sem possibilidade de erro, o que ele deve fazer em seu interesse e no da

sociedade. E o sinal que o adverte de que deve alterar a direção ou a natureza de seu esforço é a dificuldade em vender o fruto de seu trabalho a preços lucrativos. Isso se aplica tanto ao assalariado quanto ao profissional liberal ou ao homem de negócios. (Visão, 26 de dezembro de 1977, p. 63) [grifos meus]

Para Hayek o combustível que coloca para funcionar o motor da sociedade é o preço. É o preço que se encontra no livre mercado que faz com que o indivíduo faça uma determinada coisa e não outra. Pois, para Hayek, os indivíduos dificilmente sabem o que é mais conveniente para ele fazer alguma coisa em detrimento de outra.

É o preço que regula o que o indivíduo vai fazer em favor de seu interesse e o que ele deva modificar. Esta modificação ou permanência na direção ou natureza de seu esforço é dada através da dificuldade em vender seu produto a preços lucrativos.

Segundo Hayek, o indivíduo não sabe quais são as condições para se fazer coisas certas, de forma correta e no momento certo. Isto fica nítido para o indivíduo a partir da determinação do preço. Na parte do livro, *O Consenso Forjado*, em que Francisco Fonseca analisa os principais pontos da teoria de Hayek ele coloca o seguinte:

A confiança ilimitada no livre-mercado, *locus* em que as informações – sobretudo a mais importante delas, os preços – fluiriam livre e espontaneamente, permitindo, a partir daí, os cálculos individuais, constitui um elemento central no pensamento do autor, sendo enfatizada à exaustão.¹

Fonseca coloca que para Hayek os preços são as informações mais importantes da sociedade pautada no livre-mercado. Os preços, lê-se informações, fluiriam livremente e espontaneamente, permitindo os seus cálculos individualmente. E isto é um pensamento central nas teses de Hayek.

O fato é que para Frederick August von Hayek a vida dos indivíduos é movida pelo mercado, e conseqüentemente pelo valor de preço de determinados produtos no mercado. É o mercado quem vai propiciar ao indivíduo perceber que um produto detém maior valor lucrativo, e assim possibilitar que este produto seja desenvolvido pelos indivíduos.

Para todos os que ganham a vida num determinado mercado, a mais valiosa contribuição que poderão fazer em qualquer momento dependerá de milhares de condições sempre cambiantes, das quais não pode ter conhecimento direto. No entanto, se é possível para o indivíduo tomar decisões simultaneamente vantajosas para ele e para a sociedade deve ser-lhe permitido escolher sozinho, baseado em seus próprios critérios; se, por sua escolha, ele atenderá seus companheiros melhor que por qualquer ordem de comando, é porque segue os sinais dos preços, é porque um mercado livre lhe fornece, por intermédio dos preços, as informações de que necessita para tomar o rumo certo. Os preços são os sinais que lhe comunicam os efeitos

¹ FONSECA, 2005, p. 65.

dos acontecimentos que ele, pessoalmente, não tem condições de acompanhar. (Visão, 26 de dezembro de 1977, p. 63)

Hayek coloca que os indivíduos não têm conhecimento direto das milhares de condições cambiantes. Mas que é a partir dos sinais dos preços que o indivíduo toma suas decisões, vantajosas para ele e para a sociedade, baseado em seus próprios critérios.

É interessante perceber que Hayek faz questão de enfatizar que o indivíduo toma decisões vantajosas para ele próprio e para o restante da sociedade, como uma forma de mostrar que este indivíduo produzido pelo pensamento liberal também têm uma preocupação com o restante da sociedade e não somente consigo. Outro ponto de destaque é a ênfase na escolha de determinada decisão por conta própria por seus próprios critérios, após incessantemente colocar que o indivíduo decide os rumos a serem tomados a partir da lógica dos preços de mercado.

Segundo Hayek, “*é o mercado livre que fornece, por intermédio dos preços, que fornece as informações de que necessita para tomar o rumo certo*”. É como se os rumos oferecidos pelo mercado fossem os certos, e os que não seguem a lógica do mercado são os rumos errados.

O indivíduo, para Hayek, está perdido. Só com o auxílio do mercado é que ele se orientará. Os preços servem como sinais para que comuniquem aos indivíduos os acontecimentos do mercado, porque os indivíduos por si só não conseguem acompanhar. É isto que faz com que os indivíduos modifiquem ou não seus produtos, ou seja, é o mercado que regula a vida da sociedade, retomando um princípio clássico da teoria liberal.

É o mercado que faz com que o indivíduo, por exemplo, plante mamonas se ele come arroz e feijão. Mas ele planta mamonas porque o preço do quilo da mamona é mais lucrativo que o do arroz e/ou do feijão. O indivíduo, segundo Hayek, produz para o mercado.

O que os preços indicam a cada pessoa é a proporção em que os outros estarão dispostos, para atender a seus objetivos próprios, a substituir determinada quantidade de uma matéria-prima por determinadas quantidades de outras matérias-primas. Ao substituir uma matéria-prima por outra, deixando de comprá-la, afetará o preço; e desse modo estará contribuindo com sua parte para a informação que os sinais transmitirão.

O mercado deverá funcionar como um computador gigante. Que envia mensagens a cada pessoa, informando-a daquilo que a interessa; e as pessoas alimentam esse computador com as informações de que dispõem, por intermédio dos preços de compra e venda. (Visão, 26 de dezembro de 1977, p. 63)

Hayek nos mostra como cada indivíduo é importante no sistema de livre mercado. Cada indivíduo é responsável pela transmissão da informação dos sinais do mercado. Gostaria

de reproduzir novamente o trecho em que Hayek mostra a “beleza” constituída na importância de cada indivíduo: *“Ao substituir uma matéria-prima por outra, deixando de comprá-la, afetará o preço; e desse modo estará contribuindo com sua parte para a informação que os sinais transmitirão”*.

O liberal austríaco enaltece o valor que cada indivíduo tem para o mercado. Como se uma pessoa deixasse de comprar feijão, isto resultaria na emissão de informações para a imensa rede de informações que é o mercado. Este sinal chegaria até os indivíduos responsáveis pela produção deste produto, alterando seu preço no mercado.

Para dar maior ênfase a sua tese, Hayek compara o mercado com um gigante computado. Que envia mensagens, ou melhor, sinais para os indivíduos informando daquilo que os interessa. E as próprias pessoas alimentam de informação este imenso servidor com as variações na demanda de compra e venda, pois é claro, todos tem sua importância no livre mercado.

Resumindo, Hayek coloca o livre mercado como um ente acima de tudo e de todos. Para ele é o mercado que regula a vida da sociedade, é ele quem determinará o que será produzido. Hayek equipara o mercado a um computador, eu diria que Hayek demonstra como dar vida ao mercado.

Hayek oculta que o preço de cada produto não depende apenas da oferta e procura por determinado produto. Mas por toda uma cadeia de acontecimentos que vai desde a produção da mais valia, até o ato de agregar valor nas determinadas instituições por qual determinado produto passa até chegar às mãos dos indivíduos enquanto consumidores.

Frederick August von Hayek destaca em determinada parte de sua conferência qual deve ser o objetivo central de cada indivíduo na sociedade. Para o autor neoliberal:

O objetivo do esforço de cada um não pode ser a satisfação de necessidades conhecidas, ou o efetivo conhecimento da utilização que será feita de seus produtos e serviços; deverá ser apenas o retorno financeiro que sua venda no mercado lhe trará. **Para obter esse retorno, cada um devera procurar atender as necessidades das outras pessoas a preços pelo menos tão baixos quanto os de seus concorrentes.** (Visão, 26 de dezembro de 1977, p. 64) [grifos meus]

Para Hayek o objetivo do ser humano não pode passar apenas pelas suas necessidades ou conhecimentos por determinados produtos. O objetivo central para o indivíduo, segundo Hayek, deve passar pelo retorno financeiro, ou seja, pela lucratividade da sua produção no mercado. E para que estes objetivos sejam alcançados com grande satisfação (lê-se financeira), as pessoas devem produzir a preços menores que de seus concorrentes.

Aqui Hayek inicia sua investida sobre uma situação bastante conhecida no sistema de livre mercado, a concorrência. Para Hayek é a concorrência que fomenta o mercado, e conseqüentemente é a partir desta concorrência que se estabeleceram também os preços.

E claro que os preços só funcionam como uma diretriz confiável quando todos são livres para comprar e vender quanto quiserem e quanto puderem. Só quando todos os proprietários ou usuários de mercadorias possam participar dos negócios, todas as oportunidades serão levadas em consideração. Os preços fixados pelas autoridades, ou influenciados por controles de oferta ou procura (como racionamento, subsídios, impostos especiais, etc.), não indicam o caminho correto a seguir; na verdade, geralmente orientam mal. (Visão, 26 de dezembro de 1977, p. 64)

Segundo Hayek, os preços só são confiáveis quando há liberdade de compra e de venda de produtos. Os preços não devem passar pelo tabelamento fixo de autoridades, como do Estado, por exemplo. Isto, de acordo com Hayek orienta mal o mercado e a sociedade.

Mas o fator mais interessante vem a seguir. Apesar de defender a liberdade de compra e venda de produtos, o que segundo Hayek gera uma situação considerável para os preços. Hayek também defende que os preços possam ser estabelecidos por monopólios.

Por outro lado, não vejo qual é o mal de os preços serem estabelecidos por monopólios, contanto que devam sua posição monopolista a uma eficiência que não permita competição e não a um privilégio concedido pelo Governo. Não temos o direito de forçar ninguém a trabalhar tão bem quanto poderia se, em seu campo, já é o melhor que há. Mas toda a utilização de poder para restringir a concorrência ou para obstar que outros tenham acesso ao mercado, com o objetivo de manter os preços no nível desejado, impedirá que fatos dos mais importantes sejam levados em consideração. Ao contrário da crença geral, as grandes empresas, a menos que sejam protegidas da concorrência por alguma medida especial, não tem o arbitrário poder de fixar preços, e são sujeitas à mesma disciplina de seus concorrentes. **Se, por acaso uma grande empresa ignorar o sinal, irá, afortunadamente, fracassar, como outras tantas – a menos que o Governo decida salvá-la.** (Visão, 26 de dezembro de 1977, p. 64) [grifos meus]

Hayek demonstra que não vê problemas que os preços sejam estabelecidos por monopólios, contanto que sua eficiência esteja ligada à anulação de seus concorrentes e não a um privilégio estabelecido pelo Estado. Mas Hayek acrescenta também que as grandes empresas não têm o arbítrio de decidir sobre os preços, a menos que se estabeleça algum tipo de privilégio.

Ao mesmo tempo em que Hayek admite aos monopólios o estabelecimento dos preços, ele retira a responsabilidade de definição dos preços das “costas” destes monopólios, os nivelando ao status de empresas concorrentes suas, até mesmo de menores proporções. A

tentativa é mostrar que os monopólios não definem os preços, logo após enfatizar que esta prática deve ser totalmente aceitável.

Percebamos que a tentativa de anular o aparato estatal do livre mercado é constante nos pronunciamentos de Hayek. Para ele, o Estado não deve intervir na fixação dos preços, e muito menos no livre mercado.

A frase não estabelece um parâmetro positivo para o auxílio por parte do Estado a empresas que venham a falir. Mas não estabelece uma linha negativa com relação a esta prática do Estado tão constante. O que nos leva a crer que Hayek consentiria com esta prática.

Num outro trecho de sua conferência publicada em *Visão*, Hayek coloca que a pressão exercida pela concorrência é essencial para o mercado.

É apenas pela pressão constante da concorrência que os participantes do mercado são obrigados continuamente a reduzir os custos — o que lhes dará a possibilidade de continuar a vender. A ausência dessa pressão constante certamente levará a um aumento excessivo e indevido dos custos. (*Visão*, 26 de dezembro de 1977, p. 64)

Para Hayek, é somente pela pressão exercida pela concorrência que leva a redução dos custos dos produtos no mercado. A ausência de concorrência gera um aumento excessivo dos custos do produto. Ou melhor, se para Hayek os preços são calculados individualmente, a falta de concorrência geraria o aumento dos preços.

4.1.2 A democracia de Frederick August von Hayek

Na segunda palestra proferida por Frederick August von Hayek, patrocinado pelo grupo *Visão*. Hayek teve como tema central de sua conferência *O método da democracia*. O texto foi produzido na edição do dia 09 de janeiro de 1978.

Hayek vê no regime democrático a forma mais ideal para a política. Para o autor, ela é um método inestimável.

Nunca devemos esperar demais de qualquer método específico de governo — porque a democracia realmente nada mais é do que um método de governo; e, embora na verdade nada signifique sobre propósitos e finalidades dos governos, é a meu ver inestimável como método de chegar a decisões políticas.

A democracia é o único sistema até agora descoberto que permite a mudança pacífica de governo; para usar palavras mais simples, dá-nos a certeza de que poderemos livrar-nos de um governo que se tornou insuportável. (*Visão*, 09 de janeiro de 1978, p. 39) [grifos meus]

Hayek crê que a democracia é o melhor método político que existe até hoje. E mais, segundo ele, é o único método que permite mudanças pacíficas de governo. Ainda segundo o autor, “*a democracia possibilita que nos livremos de um governo que se tornou insuportável*”. Hayek força os leitores de *Visão* a perceber que a democracia é um método prático e objetivo, colocando-o assim como mantenedor da ordem social.

Este casamento entre democracia e as correntes de base liberal, segundo Ellen Meiksins Wood, se deve pelo fato de que a democracia em nada altera as bases de coação e dominação do modo de produção capitalista. Aliás, a vida cotidiana passa a ser regida e governada “*pelos poderes da propriedade, pelas “leis” do mercado e pelo imperativo da maximização do lucro*²”.

E isto sem dúvida não seria problema para as formulações de Hayek, já que suas teses se tornaram uma forma modificada das bases do liberalismo clássico. A defesa da propriedade, a busca intensiva pelo lucro, entre outros matizes do pensamento liberal, estão estruturados na base do pensamento neoliberal de Hayek. Uma vez que a democracia assimila tais conotações, esta acaba se tornando um modelo político ideal para a implementação de seu projeto.

Hayek aponta suas considerações acerca do método democrático, mas oculta que o lugar em que ele está a apresentar as suas conferências não serviria como exemplo em suas palestras, isto é, o Brasil estava em pleno ano 1970 sobrevivendo à ditadura civil-militar.

Após elogiar a democracia como sendo o principal método de governo existente. Hayek aponta para os problemas contidos na atual forma de democracia ocidental.

Segundo Hayek, o grande problema se encontra no Poder Legislativo. Para o autor, a sociedade ocidental criou “*um Legislativo onipotente, teoricamente capaz de fazer o que bem entende. Em todo legislativo onipotente, as decisões se baseiam num processo de chantagem e corrupção legalizada e aceita, a que nem os melhores podem escapar*”. (*Visão*, 09 de janeiro de 1978, p. 40)

A condição de fazer o que bem entender, levaria o Legislativo a se aproximar de determinados grupos. O que segundo Hayek, gera uma situação de corrupção entre os membros do poder Legislativo.

O paradoxal nisso tudo é que essa Assembléia acaba efetivamente por tornar-se um órgão extremamente frágil: quando uma Assembléia pode dar a qualquer pessoa, ou a qualquer grupo, quaisquer privilégios, a única opção que resta à maioria parlamentar é ignorar o que é certo ou errado e comprar o

² WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia conta capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. Ed. Boitempo, São Paulo, 2003. p. 201

apoio de um número suficiente de grupos especiais – conferindo-lhes, a custo da minoria, concessões especiais. (Visão, 09 de janeiro de 1978, p. 40)

O que Hayek faz com grande habilidade é retirar um problema das mãos dos indivíduos e colocar nas mãos de uma instituição. É o que ele fez neste caso, Hayek transmitiu o problema da corrupção, existente entre os membros da Assembléia Legislativa, para as mãos da instituição Assembléia Legislativa, e colocou isto como se fosse naturalizado dentro desta instituição. Como se fosse desta forma por natureza, e as pessoas que ocuparem os cargos no Legislativo nada pudessem fazer e devem aceitar este quadro de corrupção.

Mas Hayek também coloca que este problema não esteve sempre contido no ideário democrático, que ele foi criado pelas sociedades ocidentais.

Isso não é consequência dos ideais básicos da democracia: é isso sim, consequência do esquecimento de que nosso objetivo é justamente um Governo submisso à lei, onde o poder de governar e o poder de legislar não estejam nas mesmas mãos.

Ora, a democracia na qual o Governo possa fazer o que quiser, na qual não esteja sujeito a lei de espécie alguma, naquilo a que chamo “democracia ilimitada”, irá degenerar num serviço prestado a determinados grupos. Num Legislativo onipotente que se ocupa sobretudo de detalhes, não de princípios, as maiorias não se baseiam no consenso, mas na soma de interesses concretos que se apóiam mutuamente. (Visão, 09 de janeiro de 1978, p. 40)

Para Hayek o problema está justamente no “esquecimento” de que o objetivo é um governo submisso à lei. Pois uma democracia onde o governo possa fazer o que quiser irá transformar-se na prestação de serviços a um determinado grupo. E isto vale para o Legislativo onipotente também.

Percebamos que Hayek critica os métodos onde o poder de governar e o de legislar estão nas mesmas mãos, fazendo isto ele acaba criticando os modelos ditatoriais. Mas ele acaba não criticando a fórmula brasileira, esta é ocultada pelo autor.

Hayek fala muito em leis para reger os governos e os poderes que compõem este governo, como o Legislativo. Mas o grande mote do pensamento do autor é pregar uma maior divisão de poderes, dissolver ainda mais os poderes existentes.

Essa, em síntese, é a situação com a qual nos defrontamos. A análise da situação indica a solução: **se a fonte do desenvolvimento errôneo foi justamente entregar os poderes de legislar e de administrar a um mesmo órgão democrático, creio que o problema estaria resolvido se esses poderes fossem divididos por dois órgãos eleitos e democráticos, um com funções legislativas, outro com funções administrativas.** (Visão, 09 de janeiro de 1978, p. 40) [grifos meus]

Para Hayek a solução para os problemas envolvendo a democracia seria dividir ainda mais os poderes existentes. Uma vez que esta divisão fragmentaria a unificação de decisões de um governo democrático, impossibilitando problemas como a corrupção nos governos. O que de acordo com Hayek “*só poderemos ter um Governo realmente representativo se dividirmos seus poderes*”. (Visão, 09 de janeiro de 1978, p. 41)

Após dedicar grande tempo para a discussão do modelo político democrático e apontar os problemas existentes na atual forma de democracia, chegou a hora de Hayek mostrar como se faz, qual é seu projeto de modelo democrático. E a primeira observação feita por Hayek se passa no Legislativo.

Para conseguirmos uma eficiente divisão de poderes entre uma “*assembléia governante*” e uma “*assembléia legislativa*”, precisaremos de uma organização totalmente diferente das que dispomos hoje em dia. Precisaremos de um Legislativo na verdadeira acepção da palavra, limitado à aprovação de leis – regras gerais de conduta, idênticas para todos os cidadãos e aplicáveis num número desconhecido de casos futuros. Esse Legislativo poderá dizer o que é certo ou errado: mas não poderá manifestar o desejo de que certas medidas administrativas sejam tomadas. (Visão, 09 de janeiro de 1978, p. 40)

Percebamos que o Legislativo para Hayek deveria ter apenas a função de aprovar as leis. É ele quem teria o poder de dizer o que é certo e o que é errado, mas não poderia manifestar seu desejo em funções de caráter administrativo/executivo.

A seqüência do texto se configura de maneira bastante interessante. Para Hayek, as eleições freqüentes para membros da Assembléia Legislativa criam um quadro onde os partidos políticos dominem a Assembléia.

Atualmente, para que o Governo possa refletir a vontade do povo, temos eleições freqüentes, que demonstram as exigências e reivindicações de cada momento. É o sistema partidário que surge, que cria uma disciplina, que torna impossível que uma pessoa seja eleita sem que pertença a um partido. Ora, enquanto tivermos eleições freqüentes que renovem toda a Assembléia, enquanto a tarefa do Legislativo for atender a exigências específicas do povo, sempre teremos um sistema político que o dominará. Mas o Legislativo de que necessitamos é um organismo que represente a opinião geral, não interesses particulares; em conseqüência, deve ser composto por indivíduos que, uma vez escolhidos, sejam independentes do apoio de grupos, sejam capazes de pensar com visão de futuro, não se deixem tolher pelas paixões e caprichos passageiros da opinião pública. (Visão, 09 de janeiro de 1978, p. 40)

O problema aqui é visto pelas freqüentes eleições para o Legislativo que o renovam, e possibilitam aos partidos políticos instituírem sua disciplina na Assembléia. O organismo de que necessita a sociedade deve representar a opinião geral, e não de grupos específicos. Mais

uma vez gostaria de atentar para o fato de Hayek dizer algumas considerações em plena ditadura.

Uma das contradições expostas no pensamento de Hayek é definir que as eleições para a Assembléia renovam o quadro de membros. Na realidade, as eleições que ocorrem de maneira freqüente para o Legislativo, costumam eleger a maioria dos membros já participantes de mandatos anteriores.

Após relegar a função de estabelecer as leis para o Legislativo. Hayek desenvolve qual é a função que deve ser disposta para a Assembléia Governante:

Uma vez estabelecida essa divisão, a Assembléia Governante poderá funcionar mais ou menos como nossos parlamentos atuais — só que seus poderes serão limitados por leis estabelecidas por outros órgãos. A Assembléia Governante administraria de acordo com leis que não poderiam mudar. (Visão, 09 de janeiro de 1978, p. 41)

Para o que Hayek chama de Assembléia Governante, estaria disposta a administração de acordo com as leis pré-estabelecidas por outros órgãos, como a Assembléia Legislativa. E estas leis não poderiam ser modificadas pela Assembléia Governante, elas só poderiam ser modificadas pelos órgãos que a criaram.

Um fator interessante é a composição do quadro do Legislativo. Hayek limita quais pessoas poderiam se candidatar para o cargo, e quais seriam as responsáveis para eleger os membros do Legislativo. E ainda determina quanto tempo os membros ficariam com esses cargos.

Sugiro que seus membros sejam eleitos por períodos mais ou menos longos – algo como quinze anos; que não possam, em hipótese alguma, ser reeleitos; que sua renovação seja lenta, para que o Legislativo tenha sempre uma maioria de membros experientes – digamos, a cada ano seria eleita uma décima quinta parte dos representantes.

Creio que precisamos também fazer com que, nesse tipo de Legislativo, as pessoas tenham tanto experiência quanto reputação na vida cotidiana, fora do âmbito político; devem ser, até certo ponto, pessoas conhecidas pelo eleitorado. Por esse motivo, sugeriria que os legisladores possam ser eleitos apenas aos 45 anos, e por seus contemporâneos, também de 45 anos. Cada cidadão teria só uma oportunidade na vida, aos 45 anos, de ser eleito, ou de eleger, entre seus contemporâneos, um membro do Legislativo. (Visão, 09 de janeiro de 1978, p. 41) [grifos meus]

Esta forma exótica que Hayek criou para eleger os membros do poder Legislativo foi também abordada por Henry Maksoud. Ele fez sua interpretação do modelo, e o adaptou para o Brasil, e elaborou está discussão nas páginas de *Visão* a partir do ano de 1978. Toda esta discussão apresentada por Hayek e adaptada por Maksou faz parte do projeto político chamado de Demarquia.

Esta situação, segundo Hayek, levaria as pessoas de mesma idade a criarem “clubes etários”, onde eles discutiriam assuntos de grande relevância.

A idéia tem algumas outras vantagens. O fato de que todas as pessoas que houvessem nascido em determinado ano teriam uma vez na vida uma decisão dessas, de extrema importância, levaria a criação de clubes etários, de pessoas que freqüentaram a mesma escola, ou juntas serviram as Forças Armadas, e que teriam uma oportunidade de permanecer em contato, encontrando-se sistematicamente para discutir problemas específicos. (Visão, 09 de janeiro de 1978, p. 41)

Hayek coloca que esta situação aproximaria as pessoas de mesma idade, e que haviam freqüentado os mesmos lugares durante uma parte da vida. O que segundo o autor levaria as pessoas a criarem clubes etários, onde elas se reuniriam para discutir problemas específicos.

Outra situação, que segundo Hayek levaria a criação dos “clubes etários” seria a eleição indireta para representação do Legislativo.

As eleições, a meu ver, deveriam ser indiretas: cada grupo local enviaria seu representante para a eleição final e cada grupo evidentemente estaria interessado em elegê-lo para o Legislativo — o que faria com que escolhessem, entre seus membros, o representante mais adequado. Em última análise, portanto, teríamos “clubes de idade” locais, que fariam a seleção com base no conhecimento pessoal, na estima pessoal, uma forma que antes nunca foi tentada. Seria quase um prêmio para o melhor aluno da classe, prêmio que lhe seria atribuído apenas aos 45 anos de idade — o que significa que, nesse período, ele realmente conseguiu merecer o maior respeito de seus contemporâneos. (Visão, 09 de janeiro de 1978, p. 41)

Nas eleições indiretas, cada grupo enviaria seu representante para a eleição final, com a finalidade de elegê-lo. Deste grupo sairia o representante mais adequado, segundo Hayek.

A situação que se configura é a mesma exposta acima, mesmo que o representante que possa ser eleito e que possa eleger deva ter 45 anos, isto não impede que outras pessoas participem dos trabalhos desta associação. E os fins seriam basicamente os de um partido político, o que me parece não ser a intenção inicial de Hayek. Neste sentido parece-nos que Hayek é contraditório, pois ele rejeita o partido, mas ele quer que as pessoas se encontrem em “clubes de idade”.

Hayek pensa até no que fazer com esses membros do Legislativo após sua aposentadoria.

Esses membros eleitos do Legislativo, após sua aposentadoria aos sessenta anos de idade, exercidos os quinze anos de mandato, mereceriam encargos importantes: seriam juízes ou algo do gênero de tal forma que não teriam de

preocupar-se com o que aconteceria quando voltassem a vida comum. Uma vez conferida a honraria de elegê-los para o Legislativo, saberiam que continuariam como dignitários, respeitados até o final de sua vida, responsáveis apenas perante seus contemporâneos e sua consciência. (Visão, 09 de janeiro de 1978, p. 41 e 42)

Após quinze anos de serviços prestados ao Legislativo, estes membros seriam aposentados. Mas sairiam do Legislativo para ingressar na profissão de juizes, ou algo do gênero. E lhes restaria apenas prestar contas com seus contemporâneos e com sua consciência.

A aposentadoria destes membros que tanto se “esforçaram no trabalho árduo” como políticos, seria a coroação destas pessoas. A virada na vida destes membros seria a nomeação destes como juizes. Só nos resta saber qual o número de membros que o Legislativo poderia ter, para daí sabermos quantos juizes seriam nomeados, e o que fazer com todo este montante.

Hayek antevê que poderiam existir conflitos entre as duas Assembléias, para isto ele criara mais um órgão para mediar este conflito.

Sempre haveria o perigo de conflitos de competência entre ambas as assembléias eleitas. Isso teria de ser decidido por um tribunal constitucional, cujo poder seria quase exclusivamente limitado a decidir se uma determinada resolução, formulada por uma das duas assembléias, é aceitável, ou seja, se e uma resolução do Legislativo – portanto regra geral – ou da Assembléia Governante, dentro dos poderes coercitivos típicos de um Governo. (Visão, 09 de janeiro de 1978, p. 42)

O órgão responsável pela mediação entre as Assembléias Legislativa e Governante seria o Tribunal Constitucional. E seu poder se limitaria a decidir se uma determinada resolução formulada por uma das Assembléias é aceitável ou não. Com isto, Hayek divide mais ainda os poderes conferidos a este governo, deixando a cargo de cada órgão fazer cada função, separado dos outros.

Para Hayek, seu modelo anula os defeitos da atual democracia, e cria uma situação democrática mais igualitária, pois:

Como a Assembléia Legislativa se limitaria a legislar, no sentido verdadeiro da palavra, não estaria em posição de conferir benefícios ou ônus particulares a determinados grupos ou indivíduos específicos; como a Assembléia Governante teria de administrar dentro das leis votadas pelo Legislativo, não poderia discriminar o tratamento a diferentes membros da população. Não haveria, portanto, pressão de interesses, pressão de grupos organizados.

Até mesmo uma lei discriminatória em favor de certos grupos, que poderia ser considerada constitucional, dado seu caráter de norma geral, fracassaria em seus objetivos, pois sua intenção seria frustrada pela possibilidade de os indivíduos se incorporarem a esses grupos ou deixá-los. Tal tipo de Assembléia não poderia ser manipulada pela extorsão ou chantagem dos grupos de pressão. (Visão, 09 de janeiro de 1978, p. 42)

Para Hayek, a Assembléia Legislativa estaria limitada a formular as leis, a Assembléia Governante teria a responsabilidade de administrar dentro das leis estabelecidas pela Assembléia Legislativa. Isto anularia qualquer pressão de interesses de grupos organizados. Este tipo de Assembléia não poderia ser manipulada. Hayek garante que neste tipo de organização seria extinta a corrupção e o governo seria mais igualitário.

4.1.3 A privatização da moeda

Na terceira e última palestra conferida por Frederick August von Hayek, patrocinado por *Visão*. Hayek falou sobre o tema *O Dinheiro e o Estado*, e se apoiou na tese de que a emissão de moeda deveria passar para as mãos dos particulares.

A última palestra de Hayek foi publicada na edição do dia 23 de janeiro de 1978. Hayek inicia sua conferência relatando que desde a criação da moeda foi o Estado quem se apossou deste direito. “*Ao analisarmos a história do dinheiro, verificamos tratar-se da história do abuso escandaloso do poder governamental – um abuso que não foi controlado durante um período de 2.500 anos*” (Visão, 23 de janeiro de 1978, p. 69).

Para Hayek, a história do dinheiro trata-se da história do abuso escandaloso do poder governamental sobre a sociedade. Mas ele ressalva que durante a emissão da moeda, exclusivamente metálica, ainda poderia ser justificável a emissão da moeda somente da parte do Estado. Primeiro “*porque a taxa cobrada para permitir a cunhagem do ouro era uma excelente fonte de receita*. Em segundo lugar, *porque se descobriu que poderia aumentar esta taxa*” (Visão, 23 de janeiro de 1978, p. 69).

Mas com o advento da inserção do papel-moeda esta prática de controle da moeda por parte do Estado deveria ser mais bem estudada.

Na verdade, a história nesse campo é tão trágica que me surpreendo com a falta de qualquer resistência: houve uma tal doutrinação que todos se convenceram de que só uma moeda deveria circular em cada país e de que essa moeda deveria ser emitida pelo Governo; ninguém pôs em dúvida o conceito. Se analisarmos toda a literatura sobre a história do dinheiro, não haverá a menor discussão a respeito do assunto com uma pequena exceção, nas épocas em que coexistiram diferentes tipos de moeda num determinado país; afora essa exceção, sempre se partiu da premissa de que cada país tem sua própria moeda oficial, que deve ser emitida com exclusividade pelo Governo. (Visão, 23 de janeiro de 1978, p. 69)

Hayek contesta justamente a visão de que a moeda deva ser emitida exclusivamente pelo Estado. Para ele esta naturalização formada desde o surgimento da moeda, proporcionou uma conformação da sociedade, o que justifica a falta de discussão sobre o assunto.

O que na realidade Hayek deseja é que a moeda passe a ser emitida pelas instituições privadas da burguesia. E seja tirada esta prática das mãos do Estado. O que vai ao encontro de sua tese sobre a diminuição do papel do Estado na vida da sociedade, principalmente na economia.

Segundo Hayek, a mudança de mãos na emissão da moeda criaria uma situação favorável à sociedade.

Se o Governo tiver o monopólio da emissão de dinheiro, sabe que está emitindo algo que o povo tem que aceitar, sem alternativa, sem possibilidade de escolha. Se o dinheiro fosse emitido por uma instituição privada, entretanto essa instituição saberia que o dinheiro só seria aceito pelo povo se fosse efetivamente bom como existiria concorrência, saberia que, a não ser que seu dinheiro mantivesse sua estabilidade, estaria perdendo um negócio dos mais lucrativos. (Visão, 23 de janeiro de 1978, p. 69)

As considerações de Hayek ao mesmo tempo em que são simples de serem compreendidas, carregam uma gama de artifícios que devemos nos deter. Em primeiro lugar, Hayek prega a privatização da moeda, ou seja, que ela pare de ser emitida pelo Estado e passe a ser emitida por instituições privadas.

Em segundo lugar, ele demonstra que isto seria satisfatório para a sociedade, pois esta teria o direito de escolha pelo dinheiro que ela usaria. Seria mais ou menos assim: os trabalhadores além de serem explorados durante todo o mês, passariam a receber o salário no final do mês com o dinheiro emitido por uma instituição financeira do mesmo proprietário do estabelecimento onde ele trabalha. Este seria um exemplo da escolha feita pela classe trabalhadora.

Terceiro, de acordo com Hayek a emissão de dinheiro pelas instituições burguesas fomentaria a concorrência. O capitalista saberia que se seu dinheiro não fosse bom haveria outro para sobrepor o seu. Este deveria manter a estabilidade de sua moeda.

De fato se pensarmos em esfera macro a grande recompensada com a privatização da moeda seria a classe burguesa. Mas se trocarmos a lente de microscópio para assim diminuirmos o foco de análise, veremos que existe uma fração de classe que esta prática seria altamente vantajosa.

Eu tenho certeza de duas coisas: primeiro, de que as pessoas se interessariam por meu dinheiro e começaria a haver procura por ele; segundo, de que seria um negócio dos mais lucrativos, porque toda emissão de notas bancarias

significa um empréstimo e, portanto, cobrança de juros. (Visão, 23 de janeiro de 1978, p. 70)

Perceba-se que a primeira parte do texto já foi mencionada em outras partes acima, em tons diferentes, mas é fato repetido. O que nos é realmente imprescindível é notar que na segunda parte do trecho aparecem palavras do tipo empréstimos e juros.

Hayek estava realmente preocupado em aumentar o poderio de fogo e o arsenal da fração financeira do capital. Para ele, emissão de moeda, ou notas bancárias significaria empréstimos, e portanto, a cobrança de juros. Hayek mostra como o capital financeiro poderia acelerar a financeirização de uma economia, como a do Brasil, se este emitisse suas próprias notas monetárias.

Apesar de Hayek não falar diretamente do assunto, em uma das passagens de sua conferência ele coloca que conforme o tempo passar e as pessoas começassem a utilizar um padrão monetário, emitido por uma instituição financeira privada, as pessoas passariam a adquirir somente este padrão.

Esse dinheiro teria também a vantagem de ser um ativo confiável, extremamente valioso para o consumidor. Gradativamente, graças à dupla concorrência, esse tipo de padrão seria aceito por todos. Digo dupla concorrência porque haveria concorrência entre os diferentes padrões de diferentes formas e as diferentes definições de estabilidade monetária. **Acho que, no primeiro caso, o público desenvolveria aos poucos sua preferência por determinado tipo de padrão: assim que esse padrão se popularizasse, haveria outras instituições querendo emitir dinheiro de acordo com ele.** (Visão, 23 de janeiro de 1978, p. 71) [grifos meus]

A previsão que Hayek nos mostra é a criação de um monopólio em torno do padrão específico de dinheiro. De acordo com Hayek, conforme as pessoas iriam usando um padrão específico de dinheiro, este passaria a ser o preferido pelas pessoas. E é a partir da concorrência que as outras empresas passariam a adotar por este padrão monetário preferencial. Isto desenvolve um monopólio em torno do padrão de moeda, mas que segundo Hayek não há problemas em monopólios, a não ser que sejam monopólios estatais.

Este modelo de privatização da emissão da moeda levaria ao desaparecimento da moeda nacional e *“todas as moedas passariam a ser utilizadas internacionalmente”* (Visão, 23 de janeiro de 1978, p. 71).

Este fenômeno levaria à discussão de um ponto que requer bastante cuidado. Para Hayek a privatização da emissão da moeda geraria uma situação em que os Bancos Centrais não precisassem mais existir. *“Haveria também a abolição, o desaparecimento dos bancos*

centrais. Para que um banco central se não há moeda única?” (Visão, 23 de janeiro de 1978, p. 71).

Além de pregar a privatização da emissão de moeda, o modelo hayekiano levaria também a uma privatização de todo o sistema financeiro. E uma dessas conseqüências seria a extinção do Banco Central, a prática que cabe aos bancos centrais seria destinada para o capital financeiro. É o Estado sendo diminuído cada vez mais.

Mas Hayek alerta que o modelo proposto por ele não funcionaria em um país onde o Estado detivesse o controle.

Efetivamente, quanto à segurança, esse sistema é quase perfeito – se o Governo não mexer com ele, e essa é minha grande dúvida: é possível esperar, na época atual, que algum Governo conceda essa liberdade e simplesmente fique sentado, olhando seu dinheiro ser deslocado pela concorrência de instituições privadas?

Bom, eu acho que isso é uma fantasia, uma quimera total, mas talvez algum Governo de algum país sólido, como a Suíça, justamente para conseguir atrair negócios internacionais, possa fazer essa experiência. Eu acho que seu êxito seria tão grande que essa moeda, ou as diferentes moedas locais que se tornariam padrões, provavelmente se estabeleceria no comércio internacional, uma coisa que o Governo não consegue controlar. (Visão, 23 de janeiro de 1978, p. 71).

Para que seu modelo prospere, Hayek defende que o Estado não possa intervir na economia, e que deixe que as empresas privadas realizem o trabalho monetário. Mas ele não crê que isto acontecesse de imediato, justamente pela forma que estão dispostos os governos.

Além de defender uma menor participação do Estado na economia, Hayek super valoriza seu modelo monetário, ao mesmo tempo em que ridiculariza o papel desempenhado pelo Estado. Desta forma ele coloca o Estado como um aparato incompetente.

A vinda de Hayek para o Brasil, patrocinado pela revista *Visão*, dá um incremento todo especial ao projeto defendido por *Visão* para o Brasil. Além de reafirmar as teses neoliberais nestas palestras, e isso é feito até em temas que pareçam dispersos, com algumas pinceladas bem sutis. Hayek vem para o Brasil para reunir e falar a um público bastante seletivo, como a própria *Visão* coloca.

Os temas propostos por Hayek podem parecer bastante esparsos, mas se tivermos um olhar clínico veremos que pontos como a diminuição do papel do Estado na economia perpassou todas as conferências. Neste sentido a vinda de Hayek para o Brasil serviu tanto para reunir as pessoas que compartilhem do programa neoliberal, quanto organizar e disseminar o projeto neoliberal a este grupo seletivo.

4.2 MILTON FRIEDMAN, O INTELLECTUAL ORGÂNICO DA CONSTRUÇÃO DO PROJETO NEOLIBERAL PARA A AMÉRICA LATINA

Visão utiliza alguns intelectuais orgânicos para fazer a interlocução com suas teses, como forma de dar maior legitimidade ao seu projeto. Dentre as figuras centrais e de grande proximidade com o pensamento de Henry Maksoud está o intelectual neoliberal Milton Friedman.

Em entrevista exclusiva à revista *Visão*, logo após ganhar o Nobel de Economia do ano de 1976, Friedman ressalta o importante papel do livre mercado e do projeto neoliberal para a sociedade capitalista, já nos anos de 1970. De fato, as respostas dadas por Friedman nos revelam a tentativa de articulação em prol de um projeto neoliberal, mas atentemos também para o direcionamento das perguntas efetivadas por *Visão*.

No início da entrevista, Milton Friedman é perguntado sobre as conseqüências de suas políticas num país de eleições democráticas. Logo ele responde:

Acredito no princípio da sociedade livre. Acho que os EUA são uma democracia governada por seu próprio povo e desejo que continuem assim, mas os eleitores podem cometer erros. Por isso, todos os meus esforços na área pública dos EUA tem sido dirigidos no sentido de persuadir o povo a empregar melhor o seu voto, a votar por coisas mais importantes, e acredito que, se conseguir persuadir uma grande parte do público eleitor de que o caminho viável para uma sociedade economicamente sadia e politicamente livre é a redução dos gastos governamentais, então esse mesmo público terá condições de dizer a Washington o que seus representantes deverão fazer. O público sente que esses programas que visam a ativar os gastos governamentais não conduzem a resultados positivos. Mas, ao contrário, revelam-se ineficientes e negativos. O povo americano tem sofrido grandes desilusões com relação aos benefícios que pode colher, quando as coisas são manipuladas somente pelo Governo Federal. (*Visão*, 24 de janeiro de 1977, p. 68)

Friedman aproveita e dá uma pincelada no que ele segue como corrente ideológica, aproveitando para propor hegemonia a partir do consenso. Primeiramente Milton Friedman coloca que ele acredita numa sociedade livre. O pensamento de Friedman está calcado na corrente liberal, na pregação das liberdades, econômicas, políticas, sociais, etc. É a corrente que melhor se encaixou ao modo de produção capitalista, onde estes intelectuais pregam a liberdade nós podemos perceber nitidamente aflorar a desigualdade.

Para casar com suas liberdades, Friedman destaca a democracia como sendo fator fundamental para a sociedade. Percebemos que democracia está sempre ligada à questão das eleições. Como se o voto fosse sinônimo de uma sociedade igualitária. Sobre esta questão é importante perceber que a palavra utilizada por Friedman para a elevação de seu projeto é persuadir. Vejamos que a palavra não é discutir, ou mesmo construir, mas sim persuadir a sociedade, ou seja, manipular em prol de um objetivo.

Mas o cerne do projeto defendido por Milton Friedman aparece neste trecho muito timidamente, e veremos com maior clareza nos trechos a seguir. Para darmos uma pincelada no tema, gostaríamos de destacar no trecho acima a preocupação esboçada por Friedman para levar a sociedade a ter a economia e a política sadias e livres, segundo o próprio Friedman.

Para Milton Friedman uma sociedade economicamente sadia e politicamente livre, necessariamente passará por um processo de corte de gastos governamentais. E com certeza os cortes no orçamento do governo não passarão pela diminuição dos salários dos deputados e senadores, por exemplo. Os cortes orçamentários aos quais Friedman se refere são os cortes nos setores da saúde, educação, transporte, etc. É o que Friedman chama de benefícios controlados pelo governo federal.

Segundo Friedman, a população tem sofrido grandes desilusões quando se depara com benefícios controlados pelo Estado. Milton Friedman se apóia no público para dizer a população como um todo está insatisfeita com os programas de saúde e educação, por exemplo. Se ele falasse por si, saberíamos que sua fonte de inspiração é a diminuição do papel do Estado, ou seja, o neoliberalismo.

Visão, no que nos parece ser uma tentativa de organizar o projeto neoliberal para o Brasil questiona Friedman: “*Crê que suas teorias possam ser aplicadas nos países em desenvolvimento na mesma forma que nos países altamente desenvolvidos?*” (*Visão*, 24 de janeiro de 1977, p. 68)

Sobre a pergunta Friedman responde:

Ao contrário da política econômica que tenho defendido até aqui, e sua pergunta realmente me surpreende, nos países subdesenvolvidos a política de planejamento central e controle central e que representa verdadeiramente uma ameaça à democracia e a liberdade. Eu defendo exatamente o oposto disso. A idéia de sociedade livre que esposo é aquela em que cada indivíduo separadamente possa ter a oportunidade de controlar seu próprio destino. Esse é o único tipo de sociedade onde se pode ter também liberdade política. Se considerarmos, por exemplo, o caso da Índia atualmente... A Índia é um país que tem procurado seguir uma linha política socialista, um país que se apoiou durante anos na fonte do pensamento político de Harold Lasky, da London School of Economics. E isso conduziu a quê? Conduziu a uma ditadura. Esse não é certamente o cunho para a liberdade política... **O**

caminho para a liberdade política é uma maior confiança no mercado e uma menor dependência com relação ao aparato estatal. (Visão, 24 de janeiro de 1977, p. 69) [grifos meus]

No trecho acima, Friedman categoriza os países chamados subdesenvolvidos de centralizadores. Segundo Friedman o Estado centraliza a economia para si, e isto representa uma ameaça para o que ele chama de democracia e de liberdades.

Mas além de trazer o problema da administração dos países subdesenvolvidos, Friedman também apresenta a solução. Para ele a saída é depositar maior parcela de confiança sobre o mercado, enquanto extraem a dependência que existe com relação ao aparato do Estado. Em termos sintéticos Friedman apresenta uma saída neoliberal para os países periféricos, a diminuição do papel do Estado na economia.

Em contrapartida, Friedman aproveita o momento para colocar que esta política de centralização da economia nas mãos do Estado leva a conseqüências drásticas, como a ditadura na Índia, que segundo Friedman segue a linha socialista.

Aproveitando-se das disputas ocasionadas pela bipolarização do mundo, Friedman aproveita para associar as atuações do Estado em diversos setores da sociedade com os “males” do socialismo, reforçando assim a propaganda anticomunista tão presente neste contexto. A Índia é somente um exemplo, ele poderia ter dado outros, mas o que realmente devemos ater-nos é o teor anticomunista esboçado nas palavras de Milton Friedman, onde ele estabelece que os regimes socialistas sejam ditaduras, extintas de liberdade. Isto sim é altamente perigoso e organizativo.

Parece que Milton Friedman ao colocar que os regimes socialistas extinguem a liberdade, ele “esquece” que o Brasil vive uma situação de ditadura civil-militar, e o próprio regime que ele ajudou a construir no Chile se configura também como ditatorial, mas isso ele oculta.

Outro ponto importante na fala de Milton Friedman é quando ele fala sobre a necessidade do mecanismo estatal.

Eu nunca defendi a anarquia. O Estado, na minha opinião, tem seu papel a cumprir e um papel muito importante. Acredito, por exemplo, na necessidade de o Governo esforçar-se para manter a defesa do país, uma força policial e cortes de Justiça. A questão é saber quais os setores apropriados em que o Governo deverá concentrar seus esforços e quais os não apropriados para intervenção estatal direta. (Visão, 24 de janeiro de 1977, p. 69)

Para Milton Friedman o Estado é um ente necessário, mas em determinadas áreas. A questão para Friedman é identificar quais os setores em que a burguesia necessita da presença do Estado.

No próprio trecho Friedman dá algumas dicas, sobre a defesa do país e o judiciário. Estas que são áreas centrais para o funcionamento do modo de produção capitalista. Servem como defesa dos aparatos necessários à ordem capitalista, que é a propriedade privada, e na defesa dos próprios capitalistas, pois uma sociedade desigual seria uma sociedade onde pessoas vêem na criminalização um recurso para sobreviver.

Um dos assuntos mais polêmicos da entrevista foi quando Milton Friedman foi perguntado sobre sua relação com o governo chileno de Pinochet. Friedman responde com convicção que não teve nada a ver com o governo chileno, e que foi ao Chile para realizar palestras de cunho econômico.

Não tenho e nunca tive nada a ver com o Governo chileno. Porque passei uma semana no Chile, realizando algumas conferências econômicas, meu nome passou a ser indevidamente associado com à Junta Militar. É um grande erro, uma injustiça. Quando a Universidade do Chile me ofereceu dois títulos honoríficos patrocinados por fundos públicos, recusei-os prontamente, porque não quis ficar em posição de dar qualquer tipo de apoio ao Governo do Chile... Minhas conferências foram basicamente sobre economia, mas tive também oportunidade de falar sobre a perda da liberdade naquela nação e a necessidade de restabelecê-la. **Ressaltei a importância de se reduzir o papel do Governo e de se enfatizar o mercado, como veículo para se atingir a liberdade política e econômica.** (Visão, 24 de janeiro de 1977, p. 69) [grifos meus]

Friedman afirma não ter nada com o governo de Pinochet, que esteve no Chile por alguns dias para ministrar conferências sobre economia. De fato Friedman não é um dos generais ou oficiais da junta militar estabelecida a partir do golpe militar no Chile. Mas vale ressaltar que Chile foi o laboratório para o neoliberalismo nos países da América do Sul, e as conferências realizadas por Milton Friedman serviram para organizar os intelectuais responsáveis por pensar a economia chilena para o governo Pinochet. Mas Milton Friedman rejeita que isso tenha acontecido e ainda que as ditaduras nunca foram estritamente militares, mas civil-militares.

As teorias de Friedman sobre a redução do papel do Estado e a ampliação dos canais de atuação da classe burguesa foram levadas para o Chile e articuladas em torno do modelo econômico.

Milton Friedman pode não ter sido quem levantou as armas contra a população chilena, mas ele armou muito bem os intelectuais burgueses com sua corrente neoliberal.

Essa hegemonia (neoliberal) teve muito a ver com o acesso a postos de comando econômico de um grupo de economistas formados na Escola de Chicago, posteriormente identificados como “*os Chicago boys*”, a partir de um convênio com a Universidade Católica do Chile em 1955. Retornados ao Chile, depois de manterem estreito contato com Milton Friedman, esses economistas formaram um *think tank* na Escola de Economia da Universidade Católica — o Centro de Estudios Públicos — e começaram a disseminação de suas idéias através de vários órgãos de imprensa, os mais importantes sendo o jornal *El Mercurio* e as revistas *Qué pasa* e *Ercilla*.³

Segundo Denise Gros, a hegemonia neoliberal no Chile esteve diretamente ligada ao grupo de economistas da Escola de Chicago, principalmente com Milton Friedman, e a partir do convênio com a Universidade Católica do Chile. Quando estes intelectuais treinados por Friedman retornaram ao Chile eles procuraram disseminar o neoliberalismo através de vários órgãos de imprensa.

Mas não foi somente a partir da academia que o neoliberalismo alcançou sua hegemonia no Chile. Junto aos “Chicago boys”, “*destacou-se a ação de um grupo de empresários que, desde 1967, rompeu com as posições estatizantes e adotou um programa nitidamente liberal, baseado na defesa radical dos interesses corporativos do empresariado, da propriedade privada e do antiintervencionismo estatal*”.⁴

As pistas disto podem ser identificadas quando nos deparamos com as organizações que segundo o próprio Friedman patrocinaram sua ida a Santiago no Chile:

Foi feito por uma fundação que representa um dos maiores bancos chilenos. Fui convidado, juntamente com um colega da Universidade de Chicago e mais um economista brasileiro, para efetuar uma série de conferências sobre a situação econômica do Chile e fazer algumas interpretações. Foi uma semana de contatos com grupos privados e estudantes, numa série de seminários... públicos. (Visão, 24 de janeiro de 1977, p. 69)

O fato é que Milton Friedman foi levado até o Chile para organizar os intelectuais burgueses chilenos em prol da disseminação e implementação do neoliberalismo, patrocinado pelo capital financeiro.

O capital financeiro aparece como um dos principais agentes das políticas neoliberais. E constatamos que no Chile isto não ocorreu de maneira diferente, Milton Friedman foi patrocinado por uma fundação que agrega os bancos no Chile.

A facilidade de acesso ao crédito externo também favoreceu os grandes grupos econômicos. O Banco Central do Chile apoiou financeiramente os maiores bancos privados que estavam em insolvência e haviam sofrido intervenção, garantindo, inclusive, as suas dívidas. Tudo isso põe em

³ GROS, 2003, p.38

⁴ Idem, p. 38

evidência o fato de que os anos de neoliberalismo no Chile operaram uma profunda transferência de recursos do Estado, atingindo desde a atividade produtiva interna até os grandes consórcios financeiros nacionais e internacionais.⁵

De acordo com Denise Gros, o neoliberalismo chileno facilitou o acesso ao crédito aos grandes grupos econômicos. Os anos da ditadura de Pinochet transferiram grandes montantes de divisas do Estado para as mãos de iniciativas privadas, desde a atividade produtiva até o capital financeiro chileno e multinacional.

O fato é que a polêmica levantada pelas perguntas de *Visão* serviu de espaço para que Milton Friedman se isentasse das ligações que estavam sendo feitas entre ele e o governo Pinochet. E o que a reportagem nos mostra é que Friedman esteve sim no Chile e ajudou a organizar a economia naquele país. Sua isenção de culpa não nos parece tão isenta assim.

4.3 MARIO HENRIQUE SIMONSEN E *VISÃO*: A DIVULGAÇÃO DO CAPITAL FINANCEIRO

Em uma de suas matérias sobre a questão do capital financeiro, *Visão* traz para o debate a figura do ministro da Fazenda, da época, Mario Henrique Simonsen. A matéria, intitulada *Os grandes temas esquecidos*, era resultado do X Congresso Nacional de Bancos, ocorrido em Fortaleza.

A matéria trazia à tona, de forma geral, o papel do capital financeiro na economia brasileira. Mas um dos principais assuntos da matéria foi a discussão sobre a uniformização da cobrança de serviços bancários prestados, tese que obteve respaldo positivo da revista.

O então ministro da Fazenda, Mario Henrique Simonsen, aparece em vários momentos da reportagem para, principalmente, acenar para a legitimação do discurso da revista. Sobre a tese de cobrança de tarifas Simonsen diz:

A adoção de tarifas uniformes – inclusive sobre as contas inativas (as contas iguais ou inferiores ao maior salário mínimo vigente no país que ficam sem movimentação por 180 dias – virá acompanhada de um “escalamento dos recebimentos do Governo, de modo a suavizar as crises semanais de liquidez”, na expressão do ministro da Fazenda, Mario Henrique Simonsen. (*Visão*, 18 de novembro de 1974, p. 81)

⁵ Idem, p. 41 e 42

Apesar de falar em nome do governo, e acenar para a preocupação com as crises de liquidez semanais nas contas estatais, a compactação da cobrança de taxas pelo setor financeiro, criará para este setor um aumento quantitativo de suas receitas, ou seja, aumentam-se assim os lucros do capital financeiro.

Em outro momento do texto Mario Henrique Simonsen aparece para justificar a participação do governo no sistema financeiro. Para Simonsen:

“A ampla participação do Governo no sistema financeiro se justifica pela necessidade de atendimento à agricultura, às áreas prioritárias e aos investimentos de longo prazo que dificilmente interessariam aos financiadores privados”, disse Simonsen. Mas “o Governo não deseja que os bancos oficiais se transformem num Leviatã creditício”. (*Visão*, 18 de novembro de 1974, p. 84)

O interessante é perceber que o discurso do então ministro da Fazenda vai ao encontro do programa defendido por *Visão*, ou seja, uma participação do Estado diminuída para setores como a agricultura e os investimentos de longo prazo, em que os lucros são baixíssimos e os investimentos devem ser altíssimos, levando a burguesia a não se interessar por participação nestas áreas.

Outro ponto bastante presente nas palavras de Simonsen é não deixar que os bancos oficiais se tornem um problema para o sistema financeiro. Pelo contrário, o tom das palavras do ministro deixa transparecer que as áreas de grandes investimentos e baixos lucros serão ocupadas pelo Estado, mas que o setor financeiro privado teria todo espaço para expandir-se ainda mais.

Na edição especial de 28 de abril de 1975, *Visão* discutiu questões relativas ao sistema financeiro brasileiro. Sob o título *Edição Financeira*, *Visão* apresentou no decorrer deste número entrevistas com várias personalidades que no olhar da revista estariam aptos a discutir a questão do sistema financeiro.

Uma dessas personalidades era o então Ministro da Fazenda Mario Henrique Simonsen. A primeira pergunta dirigida a Simonsen o questionava sobre a capacidade do sistema financeiro brasileiro em atender as exigências do desenvolvimento do país, e Simonsen responde:

Acredito que o sistema brasileiro de financiamento se tenha estendido o bastante para atender às necessidades do desenvolvimento no futuro próximo, o que não significa, necessariamente, que não precise continuar aperfeiçoando-se: o próprio desenvolvimento, na medida em que novas etapas são alcançadas, passa a gerar novas exigências. Evidentemente, se tomarmos uma perspectiva comparativa da situação atual com a de dez anos atrás, veremos que demos passos imensos para ampliação do sistema de financiamento de nosso desenvolvimento. Em primeiro lugar, dispomos já de

investidores institucionais de grande escala, que são pelo menos três: o FGTS, o PIS-Pasep e o IOF. Em segundo lugar, as instituições privadas de captação de recursos de médio e longo prazo conseguiram um desenvolvimento extremamente expressivo, graças ao interesse público na reativação da poupança, alimentado pelo instituto da correção monetária. É o que ocorre com os depósitos a prazo, com as cadernetas de poupança, letras imobiliárias, letras de câmbio e assim por diante. Em terceiro lugar, os mecanismos de captação de recursos externos sofisticaram-se bastante, a credibilidade do Brasil no exterior aumentou e os ingressos de empréstimos externos, nos últimos anos, tem sido de proporções bem mais vultosas do que as registradas no passado. (*Visão*, 28 de abril de 1975, p. 52)

Para Simonsen o sistema financeiro brasileiro está bem equipado. E no entender de *Visão* e Simonsen, é este capital financeiro quem estimulará o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Para eles na medida em que os estágios de desenvolvimento forem sendo alcançados, este capital financeiro tende a se modificar.

Estas novas exigências e mudanças destacadas por Simonsen serão sentidas especialmente no grau de participação obtido por cada setor destacado por Mario Henrique Simonsen.

Se notarmos com bastante cautela veremos que Simonsen destaca três segmentos em sua fala, formando como se fosse um tripé de sustentação para a plataforma maior que é o capital financeiro.

No trecho acima aparece em destaque primeiramente a atuação do Estado. O setor estatal e seus mecanismos dando sustentação infra-estrutural a partir do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), PIS/PASEP (Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor), que resumidamente são órgãos criados para redirecionar a responsabilidade para com o acerto dos trabalhadores para o Estado e não mais para o patronato burguês, serviram também para o acúmulo de divisas por parte da União. E por último o IOF (Imposto sobre Operação Financeira), criado para a cobrança de imposto sobre operações financeiras e de créditos. Estes mecanismos geram divisas necessárias ao Estado para a rotatividade de créditos no sistema financeiro controlado pelo próprio Estado.

O segundo setor que mereceu destaque por parte de Simonsen é o capital financeiro privado. Esta fração da burguesia que segundo Simonsen teve seu desenvolvimento a partir do interesse público em sua ativação.

Por último, e não menos importante, o capital financeiro externo, o que possibilitou o aumento de empréstimos vindos do exterior. Possibilitando o repasse desse crédito ao setor burguês.

Simonsen ainda enfatiza três questões que entrelaçam os três segmentos destacados por ele: 1º Os mecanismos criados pelo Estado para impulsionar o capital financeiro privado; 2º Maior participação do capital externo; 3º Criação de operações interbancárias.

Ainda alguns eventos merecem constatação; a criação, através do BNDE, de empresas como a Fibase, a Embramec e a Ibrasa, que se destinam a suplementar poupanças privadas, tomando participações minoritárias, sob a forma de ações preferenciais, em empresas privadas.

No que diz respeito ao mercado de ações, há vários estudos para criação de investidores institucionais. Seriam um desenvolvimento do seguro de vida, fundos de pensão, possivelmente participação de capital estrangeiro nas bolsas, através de sociedades de investimento, e assim por diante. Parece-nos importante, também, que a reforma da Lei das Sociedades Anônimas venha a gerar maior garantia para os acionistas minoritários e, em consequência disso, estimular a colocação de ações junto ao público.

Creemos também que, na área dos bancos de investimento, ainda há o que fazer, no sentido de criar operações interbancárias que permitam prazos mais longos de operação. (Visão, 28 de abril de 1975, p. 52)

Para Simonsen, a criação de instituições como a Fibase serviriam para fomentar o capital privado. Ou melhor, elas entram com participações minoritárias em empresas privadas e injetam “incentivos” para seu crescimento. Significa utilizar dinheiro público para aumentar os lucros de uma empresa privada.

Sobre uma maior participação do capital externo. Simonsen destaca neste ponto que o capital externo estaria apto a atuar no mercado de ações e em conjunto com os investidores instituições, agências de seguro de vida, fundos de pensão, etc.

E por último percebemos o quanto é importante para Simonsen acrescentar em seu discurso as operações interbancárias. Primeiramente facilitaria as operações entre o capital financeiro privado, seja ele brasileiro ou estrangeiro, com o crédito das agências estatais. Em segundo lugar isto aumentaria o prazo destas operações, e para a classe burguesa o aumento nos prazos das operações de crédito não soa nada mal.

O fato é que percebemos no discurso de Simonsen uma forte inclinação em manter o Estado como centro do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Isto sem dúvida serve também para o desenvolvimento da classe detentora dos meios necessários ao acúmulo do lucro, seja ela industrial, comercial ou financeira (como é o caso da exposto aqui).

Mas percebemos também na arenga de Mario Henrique Simonsen a sinalização de um projeto diferente, na mobilidade de forças do Estado para a fração financeira do capital. Só que para o Ministro da Fazenda este não seria o momento adequado.

A dimensão do sistema financeiro privado se tem expandido bastante nos últimos anos, não a ponto de, evidentemente, permitir que se dispense a participação das instituições financeiras públicas. Claro que o Banco do

Brasil, o BNDE, a Caixa Econômica Federal e vários bancos estaduais desempenham um papel extremamente relevante. Portanto, temos de basear-nos num sistema financeiro misto. Seria absolutamente indesejável a estatização do crédito, mas pareceria utópico pensar que poderíamos, nesta altura, dispensar as instituições estatais. (*Visão*, 28 de abril de 1975, p. 52 e 54)

Simonsen alerta que o capital financeiro privado ainda não tem total condição de atender a demanda imposta pela condição do capitalismo brasileiro sem a intervenção da ação estatal. As agências como Banco do Brasil, BNDE e Caixa Econômica Federal, têm papel importante no financiamento do desenvolvimento capitalista no Brasil.

Mario Henrique Simonsen faz uma ressalva, para ele parece utópico dispensar as instituições estatais de crédito, mas é indesejável a estatização do sistema de crédito. No momento em que o país vive seria necessário um sistema financeiro misto. Seria o tripé já adiantado acima.

Neste sistema misto, os investimentos estatais devem ser aplicados no financiamento de projetos que necessitam de grandes montantes onde os riscos de fracasso são evidentes. Sobre isto Simonsen destaca que “*há projetos de grande risco, ao mesmo tempo, de grande dimensão, que fatalmente têm de ser financiados por entidades públicas*” (*Visão*, 28 de abril de 1975, p. 52 e 54), ou seja, recoloca a questão do “capitalismo sem riscos”.

É interessante notar na fala do ministro da Fazenda que os financiamentos de projetos de risco deve ser feito pelo Estado. A defesa constante da investida do capital privado na economia passa a ser trocada pelo financiamento estatal nos projetos que tem a taxa de lucro baixa e os riscos são grandiosos.

Até o momento, a principal figura que participa do governo Ernesto Geisel que procura fazer a ligação entre o Estado e o projeto de classe defendido por Makosud é sem dúvida o ministro da Fazenda e banqueiro Mário Henrique Simonsen.

Na edição de 18 de agosto de 1975, aparece novamente o debate sobre as estatizações. Simonsen aparece em *Visão* como o agente apaziguador e de interligação entre Estado e projeto hegemônico maksoudiano. Em grande parte de seu discurso, Simonsen compactua com o projeto defendido por Maksoud.

No Hotel Glória, ao não se referir a questões como distribuição da renda, Simonsen tomou uma decisão política, embora em nenhum ponto do discurso tocasse em política, a não ser a econômica. E foi aplaudido. Assim como não lhe negaram palmas quando pediu a colaboração harmoniosa dos capitais privados nacionais, dos capitais estatais e dos capitais estrangeiros para a gigantesca tarefa que o Brasil tem pela frente. “Trava-se, no momento, intenso debate sobre o problema da estatização da economia brasileira, mas a verdade é que o Governo do presidente Geisel, mais talvez

do que nenhum outro, tem procurado criar mecanismos de fortalecimento da empresa privada nacional”. (Visão, 18 de agosto de 1975, p. 22 e 26)

Antes de apresentar o discurso do ministro da Fazenda, *Visão* enaltece a figura deste. A revista diz que o discurso de Simonsen foi aplaudido, e me parece que ambos estão de acordo sobre a harmonia que deve haver entre o tripé capital privado brasileiro, capital estatal e capital estrangeiro. Parece-me ser uma das grandes máximas que aproximam Maksoud e Simonsen.

Por fim, o trecho acima traz o pronunciamento de Simonsen, que segundo ele no momento da conjuntura de 1975 o Brasil trava um debate ferrenho sobre o problema da estatização. Veja! Mário Henrique Simonsen trata a estatização também como problema. Mais um ponto que o associa a Maksoud.

Mas segundo Simonsen, o então presidente Geisel faz grandes esforços para fortalecer a empresa privada brasileira. Sem dúvida o projeto de classes defendido pelos militares, e ai coloco militares porque não é somente a figura de Geisel, era o fortalecimento da classe burguesa brasileira, ou melhor, a expansão do capitalismo brasileiro, em sintonia com a burguesia, que precisava ser convencida, até que rompam.

O desejo do atual Governo é que o setor privado ocupe maiores espaços e sabemos que o ponto crucial para tanto reside no fortalecimento dos mecanismos de capitalização da empresa privada nacional. Esses mecanismos, todavia, não poderão provir de um tratamento paternalista para um pequeno grupo de eleitos, mas do desenvolvimento de um novo espírito associativo dos empresários entre si e da poupança popular. O grande capitalismo não se constrói com unidades estanques e o empresário schumpeteriano já não pode dispensar a colaboração do administrador profissional. Foi dentro deste espírito que o Governo lançou ao debate com as classes produtoras o novo anteprojeto de lei das sociedades anônimas. Ao fixar a tese de proteção dos minoritários, não temos apenas em mira um objeto ético. Pretendemos, também, com bastante pragmatismo, construir um modelo de empresa em que nem todos insistam em ser majoritários. Um modelo que permita, assim, pela associação de poupanças, que a dimensão da empresa privada nacional não fique limitada a capacidade financeira de um único grupo. (Visão, 18 de agosto de 1975, p. 22 e 26)

Simonsen volta a frisar o intento do governo Geisel em ampliar os canais para a empresa privada brasileira. E acrescenta que o ponto crucial reside nos mecanismos de capitalização. É através do sistema de crédito que o governo impulsionou e fortaleceu a classe burguesa.

A pista deixada por Simonsen consta em três pontos do trecho acima, capitalização, poupança e lei das sociedades anônimas. Para tanto, Simonsen reflete em que área de atuação o Estado intervirá para a ampliação e fortalecimento da burguesia brasileira. A mudança

ocorrida foi no sistema financeiro brasileiro, e justamente com a implementação da Lei das S.A.

Simonsen adianta que o capital financeiro brasileiro mudaria, e segundo ele não ficaria nas mãos de um só grupo. O que parece é que o salto da fração financeira do capital é sua ampliação. Com a ampliação do capital financeiro, os outros segmentos da burguesia se expandiriam com ele, ou se transformariam em parte dele.

Uma outra questão interessante no pronunciamento de Simonsen, é a forte tendência à aprovação do projeto das sociedades anônimas. Segundo Simonsen, este projeto viabilizaria uma distribuição igualitária entre os acionistas de uma determinada empresa.

O fato é que a Lei das S.A visa uma divisão das ações da empresa, mas o valor que possui cada acionista dentro da empresa é medido pelo preço de sua ação. Outro fator preocupante, defendido por Simonsen, é a aplicação do dinheiro público nestas S.As., ou seja, o Estado pode entrar como acionista de uma empresa, e injetar divisas para a sustentação da empresa privada. É dinheiro público mais uma vez enriquecendo ainda mais a classe burguesa.

Apesar de deixar claro que a Lei das S.A favorecerá os sócios minoritários das empresas, quando tocado no assunto das participações e decisões administrativas, Simonsen afirma que a participação dos sócios minoritários não é necessária.

O ministro Simonsen acha que “embora o espírito da nova lei das S.A. seja fortalecer o mais possível a minoria, esta não deve participar da administração da empresa. O capitalista, ao investir, quer participar dos lucros da empresa, recebendo dividendos, e não necessariamente interferir no comando administrativo”. Ele considera desnecessária a obrigatoriedade de comparecimento do sócio minoritário as assembleias, mesmo através de procurações. (Visão, 18 de agosto de 1975, p. 50)

Sem entrar em méritos de qual capitalista ganhará mais com a Lei das S.A, o fato é que a retirada dos sócios minoritários das decisões administrativas é bastante preocupante se pensarmos que esta nova lei possibilita a injeção de dinheiro público na empresas privadas sem que seja especificado o grau de participação do Estado na empresa capitalista.

Simonsen volta a ressaltar o papel do Estado neste momento. Para ele a mediação do Estado é importante para organizar o modelo capitalista brasileiro. Como é no caso do sistema financeiro, discutido por Simonsen em *Visão*. Simonsen destaca a importância da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), órgão para mediar as movimentações da bolsa de valores.

Simonsen disse a VISÃO que já existe um segundo anteprojeto elaborado, pois a seu ver há muitas falhas na primeira proposição. Quanto aos poderes da comissão sobre as bolsas de valores, acha que não se configurará qualquer movimento estatizante do setor, pois, “tratando-se de sociedades abertas que

lidam com a poupança popular, é natural que sejam fiscalizadas pelo Governo, como ocorre com os bancos privados”. (Visão, 18 de agosto de 1975, p. 51)

O ministro da Fazenda destaca a importância da CVM para fiscalização das empresas privadas chamadas de sociedades abertas. Mas o fato é que a comissão é uma das iniciativas do Estado para aperfeiçoar o sistema financeiro brasileiro. E como complemento, devemos destacar que Simonsen deixa a entender que não se trata de estatização do sistema financeiro, mas sim de uma mediação por parte do Estado.

Para Simonsen, a implantação do novo órgão para fiscalizar as bolsas de valores, ao invés de manter-se a Gemec com esta incumbência, deve-se a que entre os dois órgãos há duas atividades completamente diferentes. Em primeiro lugar, “é necessário fiscalizar-se o mercado financeiro não bancário, de títulos de renda fixa, como as financeiras, bancos de investimento, o que já é um trabalho volumoso e especializado. Outra coisa é analisar bolsas, emissão de ações. companhias de capital aberto; e isso exige uma estrutura paralela”.

Para Simonsen, o problema é buscar-se uma auditoria bem feita, “que deve analisar não apenas a contabilidade formal, mas também os aspectos econômicos que estão por trás dos números”. Assim, considera importante que a CVM estabeleça as normas de auditoria, pois a questão não é apenas selecionar as empresas ou os auditores independentes, mas estabelecer critérios de auditoria para sociedades anônimas de capital aberto. (Visão, 18 de agosto de 1975, p. 52)

Para que possa haver o que Simonsen está a chamar de fiscalização da bolsa de valores, o sistema financeiro da bolsa deveria ser dividido em dois blocos. Primeiro o sistema financeiro não bancário, de títulos de renda fixa, como as financeiras, bancos de investimento. Em segundo é necessário criar um órgão paralelo para a fiscalização da bolsa de valores, emissão de ações, companhias de capital aberto. Isso tudo se configurando em uma especialização para atrair todas essas empresas: nacionais ou não.

O fato é que o capital financeiro é dividido em vários ramos de atuação. E a CVM seria o órgão responsável para fiscalizar, ou melhor, organizar o sistema financeiro da bolsa de valores.

No último parágrafo trazido por nós, é emblemática a justificativa para a criação da CVM. Percebemos que o papel da CVM, é inclusive defendido aqui por Simonsen, não é apenas fiscalizar, mas também *os aspectos econômicos que estão por trás dos números*. Em outras palavras mediar com base no projeto desenvolvido pelo Estado brasileiro. Projeto este que como percebemos a partir da fala de Simonsen, não é o de estatizar o capital financeiro no Brasil, pelo contrário, o Estado age como a engrenagem capaz de reformular o sistema financeiro até a sua privatização.

Na edição do anuário especial de *Visão*, intitulada de *Quem é quem na economia brasileira* do ano de 1975, aparece uma entrevista com o então ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen. A entrevista é voltada a perguntas sobre o desenrolar da economia brasileira, sobretudo sobre basicamente o tripé que assegura as bases do modo capitalista no Brasil: capital estrangeiro, capital brasileiro e Estado.

Ainda sobre o teor das perguntas e respostas contidas na entrevista, Simonsen resume bem qual é o projeto a seguir com base no que ele chama de “tripé do desenvolvimento. Até chegar a esta resposta, Simonsen foi perguntado se *“os interesses nacionais resultantes da necessidade permanente da entrada de capitais estrangeiros podem contrapor-se às preocupações crescentes em relação à desnacionalização da economia. Como conciliá-los, nas diversas áreas ministeriais?”* (Visão, *Quem é quem na economia brasileira*, 31 de agosto de 1975, p. 6)

A pergunta de *Visão* já é bastante clara, o questionamento conseguiu dar um tom indispensável ao capital estrangeiro para o desenvolvimento brasileiro, e um tom preocupante quanto ao que *Visão* chama de desnacionalização da economia, o que na realidade não existia neste período.

A resposta de Simonsen, quanto à pergunta, foi curta e direta, simbolizando qual era o pensamento de Simonsen para a economia brasileira naquele momento. Simonsen coloca que *“só há uma solução: fortalecer a empresa privada nacional, afim de manter equilibrado o tripé do desenvolvimento: capital estatal, capital privado nacional e capital estrangeiro”*. (Visão, *Quem é quem na economia brasileira*, 31 de agosto de 1975, p. 6)

O ponto nevrálgico de conciliação entre *Visão* e Simonsen parece ser a luta pelo fortalecimento da burguesia brasileira, principalmente aos setores privilegiados pelo II PND e o capital financeiro. É claro que se transformarmos isto numa esfera macro, o ponto de convergência entre os dois agentes seria o tripé burguesia estrangeira, burguesia brasileira e Estado.

Perguntado sobre o equilíbrio necessário entre importações e exportações, para que não afetem a balança de pagamentos, Simonsen coloca que o Estado brasileiro aumentou a compra de bens produzidos pela burguesia brasileira, principalmente do setor de bens de capital. Outro fenômeno foram os aumentos das exportações.

A pergunta seria cabível se estivéssemos corrigindo o balanço pela contenção das importações de máquinas. Estas, no entanto, cresceram bastante de 1974 para 1975. O que estamos contendo são as demais importações; e, naturalmente, assegurando preferência total à compra de bens de capital produzidos no país. O caminho que escolhemos para a correção do déficit do comércio exterior foi o aumento expressivo das

exportações e não o corte drástico das importações, cujo crescimento evitamos. (Visão, *Quem é quem na economia brasileira*, 31 de agosto de 1975, p. 7)

Simonsen polariza seu discurso em duas vertentes, mas seguindo a lógica harmônica do “tripé do desenvolvimento”. O ministro da Fazenda demonstra que o Estado brasileiro atua no sentido de equilibrar a balança com relação ao capital brasileiro e ao capital estrangeiro.

Para o setor de bens de capital, aqueles que produzem os equipamentos necessários para o funcionamento mecânico de uma fábrica, por exemplo, as máquinas, Simonsen destaca a ação do Estado no sentido de fortalecer esta fração. Primeiro mostrando que houve uma contenção das importações no setor de bens de capital, e conseqüentemente um aumento na compra de produtos provindos deste setor.

Num segundo plano, Simonsen coloca que mesmo as importações tendo sofrido uma desaceleração, não é possível cortá-las drasticamente. Isso ocorre segundo a lógica do projeto defendido por Simonsen, ou seja, o equilíbrio entre o “tripé do desenvolvimento”: capital brasileiro, capital estrangeiro e Estado.

Seguindo a lógica de seu pensamento, Simonsen destaca mais uma vez os esforços do governo Geisel em criar mecanismos para o fortalecimento da burguesia brasileira. O mais interessante nisso tudo não é apenas a resposta de Simonsen, mas também a forma como *Visão* realiza o questionamento. Para tanto, *Visão* pergunta: “*O projeto de Lei das sociedades anônimas está de acordo com os objetivos do Governo, de rápida e crescente capitalização das empresas nacionais?*” (Visão, *Quem é quem na economia brasileira*, 31 de agosto de 1975, p. 7) A pergunta é direcionada totalmente para a visão de fortalecimento da burguesia brasileira, mostrando que esta era também uma grande preocupação de *Visão*.

Já a resposta de Simonsen é bastante direta. O ministro da Fazenda diz que o “*projeto de lei tem uma finalidade maior: fortalecer a associação de grupos privados de modo a que se possa criar o modelo da grande empresa privada nacional, de dimensões compatíveis com a empresa estatal e a multinacional*”. (Visão, *Quem é quem na economia brasileira*, 31 de agosto de 1975, p. 7)

O fato é que Simonsen faz certo suspense e exagero ao dizer que o projeto tem uma finalidade maior do que fortalecer a burguesia brasileira. O principal objetivo para Simonsen é isto, criar mecanismos para que a empresa privada brasileira se fortaleça, para assim fortalecer ainda mais o capitalismo no Brasil.

Perguntado sobre a entrada de capitais estrangeiros na bolsa, Simonsen se mostra prudente e pragmático:

O Governo optou por uma legislação prudente, capaz de atrair investidores de longo prazo e de desestimular os capitais especulativos. É claro que, se não fossem impostas restrições quanto ao prazo de permanência ou não se tributassem os ganhos de capital, seria possível atrair, de início, recursos mais vultosos. Mas o hot-money, com a velocidade que entra, também pode sair. É indispensável promover a estabilidade e o crescimento sadio das bolsas, mas não uma euforia psicodélica, a qual sucederia, fatalmente, uma grande depressão. (*Visão*, *Quem é quem na economia brasileira*, 31 de agosto de 1975, p. 7)

Percebemos no discurso de Simonsen que o governo está empenhado em estimular os investimentos multinacionais. E para Simonsen é o capital financeiro externo quem proporcionaria o crescimento do capitalismo brasileiro. O que ele faz é promover o capital financeiro multinacional.

Mais abaixo Simonsen dá mostras de um elemento que é capaz de alimentar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Neste ponto vale ressaltar que Simonsen não exclui em nenhum momento a necessidade do capital multinacional, mais especificamente o financeiro, pelo contrário, ele deixa a entender que sua investida é essencial.

A constatação que temos até o momento é a de que *Visão* e Simonsen estão bastante próximos quando colocados os temas sobre onde o Estado deve atuar na economia, sobre como o Estado deve lidar com as importações de alguns produtos, sobre a influência do capital financeiro no desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Mas parece-nos que não há um consenso em torno do projeto neoliberal. Principalmente no que diz respeito ao papel do Estado na economia. Simonsen destaca que o Estado deve diminuir sua presença, mas ele afirma que ainda é necessária uma economia mista (Estado, burguesia brasileira, capital externo). Já Maksoud é mais radical, ele prega que o Estado deva se afastar de uma vez e abrir caminho para o livre-mercado.

4.4 VISÃO: DA CONTINUAÇÃO DOS TEMAS DA CAMPANHA ANTIESTATIZANTE À PROPOSTA NEOLIBERAL CONSTITUÍDA.

É interessante notar que apesar do esgotamento da Campanha Antiestatizante e da diminuição do tema nas páginas de *Visão* no segundo semestre de 1976, o ano de 1977 é iniciado com a retomada do tema da Campanha por parte da revista.

O editorial de Henry Maksoud, de 10 de janeiro de 1977 traz uma discussão sobre os fundos de pensão. No texto Maksoud enaltece os fundos de pensão dos Estados Unidos, justamente porque estes são geridos por empresas privadas.

Henry Maksoud afirma que os fundos de pensão nos EUA são os melhores porque a economia dos EUA é pautada na economia de mercado. Vejamos um dos trechos em que Maksoud destaca a política econômica dos EUA:

Malgrado as vicissitudes políticas conjunturais que o atingem episodicamente, a solidez do regime político americano está intimamente ligada à aceitação conseqüente da economia de mercado e eleição da iniciativa privada como fundamento da geração de riqueza no país. A fragilidade do regime político brasileiro corresponde, por seu turno, à tibieza da economia nacional, até o presente indefinida no que concerne aos princípios ideológicos, não do ponto de vista jurídico, pois aí está a Constituição com clara definição, mas na realidade estampada no comportamento de expressiva parcela da população brasileira e dos círculos governamentais, cujas concepções e ação contribuem para distanciar nosso sistema econômico dos límpidos e comprovados caminhos das sociedades apoiadas na livre empresa. (Visão, 10 de janeiro de 1977, p. 08)

Visão utiliza do método de comparação para descaracterizar o modelo brasileiro, e colocar o modelo estadunidense como o ideal. Pois, segundo *Visão*, o modelo estadunidense é pautado na economia de mercado e na iniciativa privada, e não como no Brasil dentro do *difícil clima estatizante* (Visão, 10 de janeiro de 1977, p. 08).

Logo após a matéria sobre os fundos de pensão, *Visão* traz, em 24 de janeiro de 1977, uma entrevista exclusiva com Milton Friedman, onde ele expõe algumas das idéias principais do neoliberalismo.

A partir de fevereiro de 1977, *Visão* inicia um debate sobre Democracia, e isto mudaria os rumos das discussões da revista. O tema agora a ser debatido era a democracia, os pontos da Campanha Antiestatizante apareceriam, durante o ano de 1977, dividindo espaço com o tema principal que era a democracia.

Neste debate, sempre presente nos editoriais de Henry Maksoud, *Visão* apresenta o regime democrático como sendo o complemento da economia de mercado. Para “*Visão uma economia aberta, liberal, é essencial às liberdades humanas, sendo pois condição “sine qua non” para a existência da democracia num país*” (Visão, 21 de fevereiro de 1977, p. 09).

Agora o foco se altera um pouco, o que antes se configurava em críticas ao papel do Estado na economia, agora se somou a este ponto o debate sobre a democracia no Brasil.

Na edição de 04 de abril de 1977, *Visão* continua o seu debate sobre o assunto da democracia. Nesta edição, Maksoud chama a atenção para o fato dos Comunistas começarem

a ganhar terreno, e destaca que é preciso combater a ideologia marxista, pois esta leva a um sistema de capitalismo de estado, uma esquizofrenia política.

Maksoud delimita o que seria uma bipolaridade do sistema capitalista:

É preciso, portanto, encontrar soluções brasileiras para os problemas brasileiros, porém depois da opção fundamental: capitalismo privado ou capitalismo de Estado, isto é, democracia ou comuno-socialismo. O meio termo, o hibridismo, a personalidade dividida, não podem ser considerados como soluções nossas e jamais retirarão o Brasil do subdesenvolvimento. (Visão, 04 de abril de 1977, p. 09)

Maksoud faz a separação entre capitalismo privado/democracia e capitalismo de Estado/comuno-socialismo, porque segundo ele o Brasil caminhava para um capitalismo de Estado com as propostas estatizantes do governo, o que levaria o Brasil ao comunismo. Associar estatização ao comunismo geraria um sentimento ruim ao termo estatizante. Com isto, ele também, daria um bom sentido ao capitalismo privado e a democracia.

Para *Visão*/Maksoud não existiria meio termo entre capitalismo privado e capitalismo de Estado. Para ele a democracia “*é o sistema bom e seguro para o Brasil*” (Visão, 04 de abril de 1977, p. 09).

Para assegurar sua definição de democracia em acordo com a livre iniciativa privada, *Visão* acrescenta:

A opção política-ideológica categórica pela democracia – que tem na liberdade de iniciativa sua condição “sine qua non” de existência e na liberdade das instituições políticas seu comportamento obrigatório e indissolúvel – é imprescindível para curarmos uma espécie de esquizofrenia política e corresponde a índole e aos anseios de nosso povo. (Visão, 04 de abril de 1977, p. 09)

Visão nos diz que a opção que supriria as necessidades do povo brasileiro é a democracia, aquele que está em constante interlocução com a liberdade de iniciativa e a liberdade das instituições políticas.

O que *Visão* tenta fazer é promover o debate sobre democracia, fazendo paralelo aos movimentos que começavam a surgir no Brasil de abertura política. Ao mesmo tempo em que buscava criticar o hibridismo entre público e privado, que abriria espaço para o comunismo no Brasil.

Ainda seguindo a mesma toada, colocando ênfase na opção pela democracia e capitalismo, e atacando o comunismo de forma geral, como modelo econômico. Henry Maksoud escreve seu editorial de 20 de junho de 1977 com o seguinte título: *A opção Cristã: Capitalismo ou Comunismo*.

Neste editorial Maksoud/*Visão* tentam explicar que a democracia, aqui já familiarizada por *Visão* ao modo de produção capitalista, é o melhor modelo a ser seguido. Além disso, *Visão*/Maksoud mostram como o cristianismo escolheu o capitalismo como o modelo mais adequado a ser seguido, a partir dos pronunciamentos dos principais líderes da Igreja.

Mas com um pouco de boa vontade e isenção é possível ver que, de tudo que foi tentado até agora, o regime democrático (que se baseia na iniciativa privada e na propriedade particular) é o que mais se coaduna com os princípios sociais não só dos cidadãos mas de todos os que valorizam a liberdade e a justiça. E qualquer pessoa que estiver isenta de prejulgamento também aceitará que, em termos de democracia e capitalismo, não existe maior, melhor e mais devassado laboratório que os Estados Unidos da América. (*Visão*, 20 de junho de 1977, p. 11)

A partir deste trecho percebemos três marcas registradas de Maksoud/*Visão*. Primeiro, a caracterização do regime democrático e do modo de produção capitalista como os melhores já criados. Em segundo lugar temos os conceitos de democracia e capitalismo como se fossem inseparáveis. Sem entrar em méritos de discussão dos conceitos, o que *Visão*/Maksoud faz é colocar que o capitalismo existe nos modelos democráticos, como se as ditaduras que assolaram a América Latina não fossem regidas pelo modo de produção capitalista.

E por último, *Visão*/Maksoud enaltecem os Estados Unidos da América, como se fossem os modelos de regimes democráticos e capitalistas. E isso teve uma acentuação ainda maior na revista, a partir do contato estabelecido entre *Visão* e Milton Friedman, ou seja, a partir de 1977.

O debate sobre a democracia esteve tão presente no ano de 1977 que o número anual e especial da revista *Visão*. O *Quem é quem na economia brasileira* de 1977, teve como tema de seu debate a democracia.

Outro tema recorrente no ano de 1977 foi a difusão imperiosa do anticomunismo, vale lembrar que este é um dos pontos do programa neoliberal seguido por Henry Maksoud.

O anticomunismo difundido por *Visão* esteve sempre pautado na idéia de que comunismo e socialismo estavam diretamente ligados ao que Maksoud denominou de capitalismo de Estado, ou intervenção do Estado na economia.

Assim, com base nessa filosofia, tem sido posto em prática – além da medida mais violenta que é a atuação direta do Estado na economia em atividades que não lhe caberiam no sistema econômico de mercado – toda uma galáxia de medidas intervencionistas estatocrático ou coletivista.
(...) Acontece que o hibridismo não é um modelo de sistema permanente de organização político-econômica da sociedade. O hibridismo é um método

para se chegar a prestações, ao socialismo ou comunismo, ou capitalismo de Estado, como queiram. (*Visão*, 14 de novembro de 1977, p. 15)

O anticomunismo preconizado por *Visão*, neste momento, servia para mostrar a seus leitores que a intervenção do Estado na economia levaria o Brasil ao capitalismo de Estado, ou ao socialismo ou comunismo, que na forma como se refere Maksoud parecem ser a mesma coisa. A propaganda anticomunista de *Visão* não só gerava o medo ao comunismo e dos comunistas, mas também o medo sobre a forte presença do Estado na economia brasileira, uma vez que para Maksoud esta intervenção estatal levaria ao “monstro” do comunismo. O anticomunismo de *Visão* gerava também um antiestatismo.

Figuraram em outras edições de *Visão* temas que abordassem a propaganda anticomunista, sempre no mesmo tom de ataque não somente a este modo de produção, mas o associando a presença do Estado na economia brasileira, e à necessidade de combatê-lo. Eis aqui alguns dos títulos das matérias e editoriais: *Procura-se uma ideologia* (*Visão*, 19 de setembro de 1977, capa), *Socialismo a prestações* (*Visão* 14 de novembro de 1977, p.15), *Anticomunismo marxista* (*Visão*, 28 de novembro de 1977, p. 13).

Num primeiro contato com as fontes percebemos que o ano de 1977 ficou marcado pelo debate sobre a democracia e pela propaganda anticomunista em *Visão*. Mas numa análise minuciosa constatamos que apesar destes assuntos figurarem como temas centrais nas páginas de *Visão* o segundo plano sempre remetia para a difusão da diminuição do papel do Estado na economia brasileira, tema principal da Campanha Antiestatizante e também do neoliberalismo propagado por *Visão*/Maksoud.

No ano de 1978 a revista muda a direção dos assuntos em pauta, e o início deste ano é marcado pela discussão de uma nova forma para se governar o Brasil. O regime político estabelecido por *Visão* como o melhor a ser seguido é a Demarquia, regime elaborado pelo mestre do neoliberalismo, Frederick August von Hayek. A discussão sobre o assunto, Demarquia, é iniciada em 06 de fevereiro de 1978, quando Henry Maksoud publica o seu editorial com o título: *Demarquia é o regime para uma democracia viável*. Neste texto Maksoud alerta para os perigos que um regime democrático pode apresentar:

Mas muito poucos se atrevem a chamar a atenção para os perigos que a democracia mal aplicada pode representar. E é justamente para esses perigos que venho dirigindo minha principal atenção, pois, tendo-os tão claramente identificados, seria falta de coragem cívica nada dizer sobre eles.

A questão crucial que envolve esses perigos está justamente no dogma do domínio da maioria, sob quaisquer circunstâncias, independente de outras considerações. Graças a este dogma, o ideal da democracia, que nas suas origens foi concebido para evitar todo poder discricionário, transforma-se na justificativa para um novo tipo de poder arbitrário: o da suposta soberania

popular onde impera o estatismo com toda sua legiferação centralista, planista, igualitarista, distributivista, coletivista, intervencionista, etc., que visa matar toda a liberdade da ação individual. (*Visão*, 06 de fevereiro de 1978, p. 11)

Antes que iniciarmos as considerações sobre o trecho acima, gostaríamos de retroceder um pouco, até o ano de 1977. *Visão* passou o ano de 1977 tendo como um de seus principais temas o debate sobre a democracia e sua importância para o Brasil. Já em 1978 *Visão* debate sobre os problemas que o regime democrático pode causar, e que segundo o título do editorial de Maksoud, para se ter uma democracia viável o Brasil tem que aderir ao regime demárquico.

Esta não é uma mudança ideológica, mas sim estratégica de *Visão*. Esta mudança se deu após as conferências de Hayek no Brasil, lembrando que este ciclo de palestras do autor foi patrocinado pelo Grupo *Visão*. Após a vinda de Hayek para o Brasil, *Visão* inicia uma nova fase na difusão das idéias neoliberais no Brasil. Até 1976 *Visão* utilizou a Campanha Antiestatizante para promover alguns pontos do projeto neoliberal, principalmente a questão da diminuição do papel do Estado na economia. O ano de 1977 é marcado pela discussão da diminuição do papel do Estado na economia brasileira como uma questão de fundo, e aparecendo em primeiro plano o debate sobre a democracia e o Anticomunismo de *Visão*.

A partir de 1978, após a vinda de Hayek para o Brasil, a estratégia muda, *Visão* passa a difundir um projeto neoliberal para o Brasil, pautado, sobretudo na idéia de Demarquia de Hayek e nos principais pontos das palestras de Hayek no Brasil.

O que podemos perceber no trecho acima, é que o grande perigo da democracia, descrito por *Visão* é o “arbítrio das massas”, mostrar que a democracia “mal aplicada”, onde supostamente reinaria a soberania popular, resultaria no estatismo e no centralismo por parte do Estado. A revista critica, assim, o que ela vem recriminando a longa data, a participação do Estado na economia brasileira.

A saída, segundo *Visão*, para o controle da economia por parte do Estado estaria na adesão do regime demárquico:

No regime demárquico, uma das questões fundamentais é justamente a da lei substantiva, a verdadeira lei, que é definida como sendo uma norma geral de conduta, aplicável igualmente a todos, em um número desconhecido de casos futuros.

O ponto essencial não é, entretanto, propriamente, a criação de “leis” a serem por todos obedecidas, mas é a aceitação e obediência, por todos, às mesmas normas de conduta estabelecidas pela verdadeira lei e por um ideal político que transcende à simples legalidade. (*Visão*, 06 de fevereiro de 1978, p. 11)

A demarquia, de acordo com *Visão*, levaria a sociedade a seguir uma norma geral de conduta, aplicável igualmente a todos. O que *Visão* deixa de dizer é que Hayek cria a demarquia para servir aos princípios neoliberais. O neoliberalismo utiliza-se de um dos mecanismos da demarquia para enraizar-se e expandir-se, que são as leis. Um dos pontos do programa neoliberal é a instituição de leis favoráveis ao projeto, sendo assim o neoliberalismo ganha um ar de legalidade.

Vale destacar que conseguimos captar nesses dois trechos onde *Visão* discute a demarquia dois dos principais pontos que regem um programa neoliberal: a diminuição do papel do Estado na economia e um regime fortemente marcado por leis.

No editorial de 20 de fevereiro de 1978, Maksoud desenvolve um pouco mais sobre o tema Demarquia. No texto Maksoud traz o que seria a definição de Demarquia segundo Hayek:

Esse novo sistema, cujas características foram resumidas numa das conferências aqui proferida pelo professor Hayek (VISÃO, 09/01/78), não está ainda classificado na tipologia dos regimes políticos. Conversando com Hayek sobre esse tema, indicou-me estar ele há algum tempo pesquisando uma expressão que, a seu ver, corrigiria, inclusive, um talvez falso desenvolvimento etimológico para representação do ideal que a civilização ocidental vem aceitando incondicionalmente há tanto tempo. O governo do povo baseado na lei, ou princípio geral de conduta, seria a Demarquia, que advém do grego compondo as palavras demos = povo em geral e archein = governo – com a lei. (*Visão*, 20 de fevereiro de 1978, p. 13)

A definição de Demarquia serve afirmar as declarações até aqui feitas por *Visão*/Maksoud. E mostrar que a mudança de estratégia orgânica sofrida por *Visão* tem relação direta com a vinda de Hayek para o Brasil. O trecho acima ainda direciona o público para entender que o que foi atribuído até aqui enquanto regime político tem falhas e precisa ser corrigido. E só seria corrigido com a adesão ao regime demárquico.

A opção pela Demarquia serve, também, para diferenciar o projeto neoliberal dos projetos que defendem e discutem a democracia. Porque existiam muito mais segmentos discutindo a democracia, inclusive na esquerda.

Para completar o raciocínio de que a sociedade precisa da Demarquia, Maksoud expõe a sua crítica anticomunista:

Para salvarmos o que ainda não está perdido para o totalitarismo socialista é preciso revolucionar os princípios de governo, fazendo renascer, sob uma organização totalmente diversa da que dispomos hoje em dia, uma verdadeira separação de poderes, o estado de direito e o governo submissos à lei, onde o poder de governar e o poder de legislar não estejam nas mesmas mãos, não estejam sujeitos aos mesmos sistemas políticos, eleitorais e de interesses e onde o significado de lei seja claramente definido como regras

gerais de conduta, idênticas para todos os cidadãos e aplicáveis a um número indeterminado de casos futuros; tudo, porém, agora, levando na devida conta a necessidade de aplicação adequada do método democrático para eleger os representantes do povo nos órgãos da nova instituição. (*Visão*, 20 de fevereiro de 1978, p. 13)

Para criar um clima de pavor no público Maksoud utiliza de seu anticomunismo. Ele alerta ao público que é preciso salvar os regimes políticos onde o socialismo totalitarista ainda não chegou. Maksoud cria assim dois pólos, de um lado o socialismo/comunismo, o lado mau, e de outro a Demarquia, que garantiria a igualdade a todos os cidadãos.

Maksoud atenta para o fato de a separação de poderes no governo e a eleição dos novos representantes do povo, no regime demárquico, deveria ser feito a partir do método descrito por Hayek nas conferências publicadas por *Visão*.

De maneira geral, as conferências de Hayek inspiraram Maksoud durante todo o ano de 1978. Nos meses seguintes, março e abril de 1978, os editoriais de *Visão* se tornaram um ensaio sobre a Demarquia exposta nas conferências de Hayek: *Demarquia: a reforma política que buscamos* (*Visão*, 06 de março de 1978, p. 16 a 18), *A opinião e a lei na Demarquia* (*Visão*, 20 de março de 1978, p. 13), *O princípio da separação de poderes existirá efetivamente na Demarquia* (*Visão*, 03 de abril de 1978, p. 13). Praticamente todos os editoriais falaram da Demarquia, de como seria a forma política do regime, e todos foram reproduções das teorias de Hayek, expostas nas conferências, publicadas em *Visão*.

Após defender para seu público leitor que a opção pela Demarquia é a mais justa a toda a sociedade (segundo Maksoud), *Visão* preparou um ciclo de apresentações onde ela mostra como funcionaria a economia na Demarquia.

Visão utiliza uma séria de textos com o título *Ação econômica do governo na Demarquia*, a partir do mês de maio de 1978. Em 15 de maio de 1978, *Visão* mostra como um governo que não segue a regra geral de justa conduta, ou seja, a Demarquia, passa a infringir as leis da economia de livre mercado.

Quando um governo não se subordina às normas gerais de justa conduta, ele passa a ter uma interferência intensa na economia, ou através da ação direta ou de medidas indiretas; em consequência, perde o indivíduo segurança na condução de seus afazeres, diminui o ritmo de progresso da sociedade como um todo, cresce a incerteza no dia-a-dia da vida das pessoas e intensificam-se o abuso, os desmandos, a corrupção e o arbítrio por parte dos homens de mau caráter que fatalmente acabam empoleirando-se em todos os galhos do poder governamental desregrado. (*Visão*, 15 de maio de 1978, p. 11)

O que *Visão* faz é justificar os fatos ocorridos na política como ocorridos pelo fato do modelo econômico não ser pautado pela Demarquia. E mais, todos os fatos citados acima, tais

como abuso e corrupção, são justificados por *Visão* como sendo de relação direta com a interferência do Estado na economia. *Visão* mais uma vez reforça o ponto de seu projeto, a diminuição do papel do Estado na economia.

Mas o que mais nos chama atenção no texto de 15 de maio de 1978, intitulado *Ação econômica do governo na Demarquia-II*, é o fato de ele criticar a presença do Estado na economia, mas também dizer que a algumas áreas que devem ser relegadas ao Estado: “a) estabeleça determinadas medidas regulatórias úteis ao próprio funcionamento do mercado e, também, que; b) preste “à margem do mercado”, determinados serviços que por esta ou aquela razão o mercado não possa, realmente, oferecer”. (*Visão*, 15 de maio de 1978, p. 11)

Neste projeto defendido pela revista, onde o Estado serviria para regular a economia e prestar alguns serviços que a iniciativa privada não se interessa, cabe acrescentar que *Visão* define com mais clareza quais os pontos em que o Estado deva atuar e quais ele atuava que deveriam ser analisados se “compensaria”.

Visão questiona em alguns casos a prestação de serviço por parte do Estado:

A única questão que surge neste caso é se os benefícios compensam os custos. A mais importante atividade neste campo é a manutenção de um sistema monetário eficiente e confiável. Outras também importantes são o estabelecimento de padrões de pesos e medidas; o registro de terras; o fornecimento de informações obtidas de levantamentos de variada natureza, como os topográficos, geológicos, hidrológicos, meteorológicos, estatísticos, etc.

Muitos outros serviços se enquadram nesta categoria, como, por exemplo, a organização e o apoio à educação, em especial à educação básica. (*Visão*, 15 de maio de 1978, p. 11)

Em outros casos *Visão* apresenta os setores em que a presença do Estado seria indispensável, e que fique registrado a partir dos dizeres de Maksoud, *especialmente para os dias atuais* (assim sendo, em outro momento haveria outra leitura).

Há, entretanto, setores em que não se questiona o interesse pela ação governamental. Incluem-se aqui certos serviços de saneamento e saúde, a manutenção de determinados serviços complementares de apoio à nutrição infantil, a construção e manutenção de estradas, vias navegáveis, obras de controle de enchente e drenagem, e de amenidades urbanísticas, tais como parques, jardins e calçadas, etc., realizados pelas prefeituras aos habitantes das cidades. (*Visão*, 15 de maio de 1978, p. 11)

Entre as áreas que seriam necessárias a participação do Estado e as que não necessitam, gostaríamos de destacar três pontos. Primeiro que Maksoud questiona a relação custo/benefício empregada pelo Estado à sociedade.

No trecho em que Maksoud coloca como necessário a participação do Estado, destaca-se os serviços de saneamento e saúde, mas vale acrescentar que segundo o autor isto deveria acontecer para certos serviços de saúde e saneamento.

E por último, Maksoud destaca ser necessário a participação do Estado para a construção e manutenção de obras básicas ao funcionamento do sistema capitalista, e que exigem um alto índice de investimentos, como a construção e manutenção de estradas.

É claro que podemos resumir este conjunto de iniciativas em uma frase empregada no texto de Henry Maksoud. A divisão das áreas de atuação e não atuação da esfera estatal foi dividida a partir da possibilidade dos “*indivíduos beneficiários pagar por eles*” (lê-se serviços). Onde Maksoud via a possibilidade da burguesia ter altos índices de lucratividade o Estado já não era mais necessário.

Mas apesar de destacar alguns setores onde é necessária a participação do Estado, Maksoud enfatiza que o “*Estado não deveria jamais ter o monopólio de quaisquer serviços*”. Segundo Maksoud, é este caráter monopolista do Estado que faz com que a iniciativa privada tenha objeção em alguns ramos. (Visão, 29 de maio de 1978, p. 13)

Cabe acrescentar que de acordo com *Visão* quando chegar o momento em que a classe burguesa se interessar por determinados ramos da economia, o Estado deve afastar-se, é por isto que ele não deve jamais ter o monopólio de quaisquer serviços, mas sim incentivar a iniciativa privada a produzir o interesse por estes serviços.

Visão/Maksoud defendem que o Estado deva participar de alguns setores da economia de um país, mas que ele não precise participar na gestão de todas as atividades destes setores:

Ao executar os serviços que lhe estão afetos, todavia, não é de forma alguma necessário que o governo se envolva na efetiva gestão de todas as atividades. Muitas das atividades-fim e quase todas as atividades-meio dos empreendimentos governamentais poderiam ser providas, e mais eficazmente se o governo apenas assumisse a responsabilidade promotora e financeira, deixando a condução da maior parcela possível das atividades a entidades privadas não vinculadas a ele. (Visão, 29 de maio de 1978, p. 13)

O que *Visão* faz é chamar a atenção para o fato de o Estado terceirizar todos os seus serviços. *Visão* defende que o Estado terceirize a maior parte das atividades. O Estado não passaria de um agente financiador para as empresas privadas.

Percebamos que mesmo que *Visão*/Maksoud entendam a necessidade da participação do Estado em alguns setores da economia naquele momento, pois lembremos que o Brasil passava por um processo de crise, a da acumulação. A dobradinha ainda não deixava de

pensar que mesmo nestes ramos o Estado deveria executar totalmente o serviço, mas sim deixar a maior parcela para a empresa privada.

Para completar o raciocínio sobre a terceirização dos serviços, *Visão/Maksoud* concluem no último texto da seqüência “*A ação econômica do governo na Demarquia-V (Conclusão), que os serviços sejam executados da forma mais descentralizada possível, através da atribuição de competência a estados e municípios, ou através do máximo de condução das diferentes atividades por entidades privadas independentes do governo*”. (Visão, 26 de junho de 1978, p. 11)

O ano de 1978 ficou marcado pela apresentação, por parte de *Visão/Maksoud*, do projeto político para o Brasil, a Demarquia. Pautada sob a ótica da Demarquia defendida por Hayek, este regime político contemplava os anseios de um projeto maior, o neoliberalismo.

A Demarquia sob suas teorias de como guiar um regime político, esteve sempre apoiada na idéia de diminuição do papel do Estado na economia, terceirização dos serviços prestados pelo Estado e o combate ao comunismo e as reivindicações da classe trabalhadora.

Mas a maior contribuição que a Demarquia concedeu ao projeto neoliberal foi ter nascido enquanto um regime político que organizava as idéias neoliberais em torno de um projeto político e não como fez na Campanha, divulgando pontos dispersos do projeto neoliberal hayekiano.

CONCLUSÃO

O trabalho aqui apresentado responde a hipótese inicial e central de nossa pesquisa, *Visão* é sem sombra de dúvida um aparelho privado de hegemonia a serviço do projeto neoliberal. Ela se mostrou em vários aspectos uma estrutura difusora e organizativa dos principais preceitos do projeto neoliberal.

O que parecia inconcebível no início de nossa pesquisa se mostrou bastante coerente no final, um neoliberalismo no Brasil nos anos de 1970. Mas sobre isto ainda cabem algumas argumentações importantes.

Como já havíamos colocado no sub-capítulo *1.3 Neoliberalismo, a construção de um projeto hegemônico*, o neoliberalismo possui um cerne central em seu projeto, mas ele atingiu características diferentes nos lugares em que foi implantado. O projeto neoliberal foi moldado de diversas formas para atender as necessidades dos mais variados governos que implantaram este programa.

Visão/Maksoud fazem a mesma coisa com o projeto neoliberal no Brasil. Eles procuram modelar o projeto para atender suas necessidades mais urgentes. *Visão* foi o primeiro aparelho privado de hegemonia a buscar difundir o projeto neoliberal no Brasil, e para que isto ocorresse com sucesso e o projeto começasse a receber mais adeptos, Maksoud elaborou uma proposta neoliberal para o momento brasileiro.

Os anos de 1970 e 1980 são marcados pela expansão mundial do projeto neoliberal. Diversos governos de vários países utilizaram-se do neoliberalismo como política governamental.

Os primeiros governos neoliberais tinham como objetivo cessar as políticas do Estado de Bem Estar Social, e o fator da crise de 1973 auxiliou o processo de implementação dos governos neoliberais pelo mundo.

Entre os primeiros governos neoliberais instituídos no mundo podemos destacar três, Reagan, Thatcher e Pinochet. Na Europa, a primeira oportunidade de colocar o projeto neoliberal como programa de governo se deu na Inglaterra com Margaret Thatcher, em 1979. A partir de Thatcher o neoliberalismo se alastrou por todo o continente europeu e pela América do Norte.

Na América temos dois exemplos de governos neoliberais, um nos EUA, com Regan. E outro no Chile, com o general Pinochet, que, aliás, foi o primeiro modelo de neoliberalismo

implantado por um governo. Lembrando sempre, o Chile de Pinochet além de implantar o projeto neoliberal era uma ditadura militar.

Depois do Chile outros países da América Latina também adotaram o neoliberalismo como projeto de governo. Entre eles estão a Bolívia, em 1985, com Jeffrey Sachs, o México, em 1988, com Salinas, a Argentina, em 1989, com Menem, no mesmo ano a segunda presidência de Carlos Andrés Perez, na Venezuela, e no Peru, em 1990, com Fujimori.

Vale lembrar que o projeto neoliberal antes mesmo de se apresentar enquanto uma concepção de mundo ele mostrou que seu objetivo era estritamente econômico. O neoliberalismo foi baseado nas exigências dos organismos de crédito internacional, principalmente o FMI. Além de contar com a elaboração e construção de intelectuais dispostos a se associar a estes organismos de crédito.

Com o crescimento do neoliberalismo pelo mundo o Brasil não ficou fora deste cenário, e *Visão* já nos primeiros anos de 1970 iniciou a difusão do neoliberalismo pelo Brasil.

O neoliberalismo proposto por Visão/Maksoud não seguiu à risca os projetos de Thatcher, ou Pinochet. O que Visão/Maksoud buscaram fazer foi difundir e organizar o projeto neoliberal no Brasil se pautando no momento em que o país passava. É claro que Visão/Maksoud utilizaram-se dos programas desenvolvidos por Thatcher, Friedman e principalmente Hayek, mas sem fugir ao momento brasileiro.

O Brasil dos anos de 1970 passou por uma série de transformações políticas e econômicas. Em meio a “crise do petróleo”, em 1973, o Brasil passava paralelamente pela “crise do milagre econômico”, o que mudaria os rumos do cenário brasileiro.

Em 15 de março de 1974, o general Ernesto Geisel é indicado pelos militares como o novo nome para a presidência do Brasil na época, sucedendo o até então presidente general Emílio Garrastazu Médici. Geisel assumia o governo já na crise do chamado “milagre econômico”. E ainda se apresentava como sendo a única saída para os interesses das elites dominantes. Mas o que realmente acontecia naquele contexto é que o “milagre econômico” vinha em escala decadente.

A “crise do milagre econômico” caminhou paralelamente com a crise do petróleo (1973-1974). Essa crise do petróleo iria levantar o “véu de euforia” que ocultava as contradições latentes do modelo econômico²⁴¹. Isto é, a farsa do “milagre econômico” viria à

²⁴¹ MENDONÇA, 1986, p. 100.

tona e se pautaria pela crise de endividamento e pelo esgotamento do Estado na manutenção dos altos índices de crescimento.

A crise do petróleo secou a fonte de financiamento e o Brasil se deparou com um quadro inapropriado para a obtenção de empréstimos junto aos fiadores internacionais. De outro lado o Brasil se via endividado ao mesmo tempo em que não tinha como manter seu crescimento. Este terreno se tornou propício para a elevação das taxas de juros. O esgotamento do “milagre” era irreversível²⁴².

A verdade é que sabendo que o “milagre econômico” já não era mais o mesmo, Geisel juntamente com o bloco que permanecia no poder tentou articular uma outra propaganda para justificar o período ditatorial, substituindo a do “milagre econômico”.

O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) a partir de um contexto de crise da ditadura civil-militar passou a se fortalecer dentro e fora do Congresso. O fortalecimento do MDB preocupava o presidente e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Isso fez com que fosse criada a Lei Falcão, que restringia a campanha eleitoral a fotos e um breve currículo do candidato. Mesmo depois de dizer que seu governo partia da iniciativa de uma abertura “lenta, gradual e segura”, o então presidente Ernesto Geisel aciona o AI-5 (Ato Institucional N° 5) e fecha o Congresso, este é aberto 14 dias mais tarde para receber o chamado “Pacotão de Abril”, que instituiu várias mudanças constitucionais, uma delas era a de que para a aprovação das emendas constitucionais bastava maioria absoluta dos votos (50% mais um). Foram criados também os senadores biônicos, eles eram eleitos pelo voto indireto.

Uma das principais exigências dos movimentos oposicionistas era a extinção do AI-5, e no ano de 1978 o Congresso aprova uma série de medidas que revogavam alguns itens dele, entre elas a pena de morte, a prisão perpétua, a censura prévia, entre outras. Seguiu, portanto, uma tendência da abertura proposta por Geisel e o bloco no poder.

Já no final de seu mandato, Ernesto Geisel vê explodir sobre seu governo diversas greves, piquetes, passeatas, de diversos setores da sociedade, estudantes, operários, feministas. As primeiras greves de 1978 ficaram conhecidas como as greves dos “braços cruzados, máquinas paradas”, que aconteceram principalmente na região do ABCD paulista.

Deixamos por últimos para falar de dois fatos que ocorreram entre os anos de 1974 a 1979, e que tem envolvimento direto com *Visão/Maksoud*. O primeiro deles é o II PND. O segundo é a Campanha Antiestatizante.

²⁴² Idem, p. 104.

O II PND surge para conter a “crise do milagre econômico brasileiro”, mantendo assim as altas taxas de crescimento. Para isso a estratégia do II PND era redirecionar o padrão de industrialização do setor de bens de consumo para a indústria de base. Em segundo lugar, para o II PND, seria necessário um reequilíbrio do tripé de sustentação do capitalismo brasileiro (Estado, capital brasileiro e capital multinacional). Seria fortalecer a indústria nacional, para posteriormente transformá-la em fração de classe hegemônica, a partir da indústria de bens de capital.

O II PND teve influência direta nas posições do neoliberalismo de *Visão*/Maksoud, principalmente entre 1974 e 1976. Isto se deve pelo fato de Maksoud ter uma ação capitalista empresarial bastante variada, e uma de suas principais empresas fazer parte do setor privilegiado pelo II PND, a Hidroservice. Ainda, *Visão*/Maksoud esteve sempre em contato com a ABDIB, principal órgão de representação das indústrias de base, através da Hidroservice, que fazia parte do quadro associativo da ABDIB.

A relação de *Visão* com a ABDIB parecia não se sustentar, de um lado *Visão* difundindo o neoliberalismo no Brasil, de outro a ABDIB que defendia os interesses de uma fração que sempre necessitou da participação econômica do Estado para se manter.

O que aconteceu neste período é que mesmo fazendo parte do quadro associativo da ABDIB, através da Hidroservice, *Visão* nunca entrou em consenso com as propostas da instituição, manteve-se sempre crítica ao II PND, assim como a ABDIB também se manteve crítica ao Plano, chegando ao ponto de romper com o II PND, estratégia que privilegiava sua fração de classe.

Foi a partir do principal setor privilegiado pelo II PND que surgiram as críticas mais contundentes ao II PND e ao regime autoritário. É da própria indústria de bens de capital que surgiram manifestações como a “rebelião empresarial”, que posteriormente se transformaria no movimento do Primeiro Documento dos Empresários, crítico ao modelo de Estado brasileiro.

Apesar de tanto a ABDIB quanto *Visão* se mostrarem críticos a estratégia do Estado brasileiro, não podemos perder de vista a diferença entre ambas as propostas. E as diferenças entre *Visão* e ABDIB se acirram após o ano de 1976.

Mas ainda entre os anos de 1974 e 1976, *Visão* participou do movimento da Campanha Antiestatizante. A Campanha serve ainda mais para intensificar as diferenças entre *Visão* e ABDIB.

Visão buscava a partir da Campanha Antiestatizante intensificar seus esforços para a difusão do projeto neoliberal para o Brasil. O período de 1976 é marcado pelo acirramento em *Visão* da Campanha Antiestatizante, e de início de 1976 até setembro deste ano da fase em

que a ABDIB intensifica suas críticas ao II PND e ao Estado. Mas que ambas as entidades começam a afastar o conteúdo de suas críticas, justamente pelo fato de *Visão* intensificar seus esforços na Campanha Antiestatizante.

A partir desta conjuntura histórica brasileira *Visão* buscou cada vez mais angariar mais interessados ao projeto neoliberal. Se por um lado o Complexo Empresarial Maksoud adentrava em vários terrenos de ação econômica, como é o caso da indústria de bens de capital, possibilitando assim que o projeto defendido por Maksoud viesse a atingir os mais variados setores da economia. Por outro lado a realidade brasileira era totalmente adversa para a dilatação do neoliberalismo no Brasil.

A tentativa forçada de modelar neste momento o neoliberalismo para o Brasil, por parte de Henry Maksoud, esbarrou em dois fatores. Primeiro que a burguesia brasileira esteve, durante sua história, muito atrelada à intervenção do Estado na economia. Em segundo porque o momento da luta de classe não era propício a tal modelo, justamente pelo acirramento que se tem a partir de final dos anos de 1970.

Maksoud radicaliza e tenta colocar um neoliberalismo que não cabe para aquele momento. Mas que posteriormente, mais precisamente a partir de final dos anos de 1980, no processo da Constituinte, e principalmente no processo de construção do neoliberalismo enquanto forma de governo no Brasil, Henry Maksoud teve grande influência nestes processos.

Tudo isto se deve e muito aos anos de 1970, a tentativa de forçar e radicalizar o neoliberalismo para o Brasil. Mas com certeza a difusão do projeto neoliberal feita por *Visão*/Maksoud nos anos de 1970 fez com que o neoliberalismo amadurecesse até o ponto de consolidação no final dos 1980 e início dos 1990.

A questão que fica ainda aberto para pesquisas futuras é tentar compreender a contradição existente no posicionamento de *Visão*/Maksoud. Ao mesmo tempo em que eles pregam a necessidade do neoliberalismo forçado e radical, com o afastamento da intervenção estatal na economia brasileira, *Visão* e Maksoud pregam a necessidade do Estado para o setor das indústrias de base, chegando a se aproximar ao keynesianismo, matriz adversa ao neoliberalismo. *Visão*/Maksoud com certeza são bastante contraditórios, e nosso objetivo de trabalho futuro é focar nossos estudos nesta “bipolaridade ideológica”.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

- ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2003.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Ed. Paz e Terra. 4ª Edição. Rio de Janeiro, 1998.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **O pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Editora Contraponto. 5ª edição. Rio de Janeiro, 2000.
- BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. **A ABDIB e a Política Industrial no Governo Geisel**. Associação Nacional de História – ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2007.
- BUCI-GLUCKMANN, Christine. **Gramsci e o Estado**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1980.
- CANDREVA, Luigi & MAESTRI, Mário. **Antonio Gramsci: Vida e obra de um comunista revolucionário**. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2007.
- CHIAVENATO, Julio José. **O Golpe de 64 e a Ditadura Militar**. 2ª edição. Editora Moderna, São Paulo, 2004.
- CRUZ, Sebastião Velasco e. **Empresariado e Estado na Transição Brasileira - Um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-77)**. SP, Unicamp/Fapesp, 1995.
- DIAS, Edmundo Fernandes. **Política Brasileira: o embate de projetos hegemônicos**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermam, 2006.
- _____. **O Outro Gramsci**. 3ª edição. São Paulo, 1996.
- DREIFRUS, René Armand. **A internacional Capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918-1986)**. Rio de Janeiro, Espaço e tempo, 1986.
- _____. **1964: a conquista do Estado: ação política e golpe de classe**. Petrópolis, Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 2006.
- _____. **O Jogo da Direita**. Editora Vozes, Rio de Janeiro, 1989.
- FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucia de Almeida Neves (org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- FONSECA, Francisco César Pinto da. **A imprensa liberal na transição democrática (1984-1987): projeto político e estratégias de convencimento (Revista Visão e Jornal O Estado de São Paulo)**. Dissertação de Mestrado UNICAMP, 1994.
- _____. **O Consenso Forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil**. São Paulo, Editora Hucitec, 2005.
- FONTES, Virgínia. **A Sociedade Civil no Brasil Contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980**. IN: Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo. Editora Fiocruz. Rio de Janeiro, 2006.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**. Editora Critica, São Paulo, 1999.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere, vol. 1: **Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere, vol. 2: **Os intelectuais. O Princípio Educativo. Jornalismo**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere, vol. 3: **Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere, vol. 4: **Temas da Cultura. Ação Católica. Americanismo e Fordismo**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere, vol. 5: **O Risorgimento. Notas sobre a História da Itália**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere, vol. 6: **Literatura. Folclore. Gramática**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

GROS, Denise Barbosa. **Institutos Liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República**. Teses FEE N° 6. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. Porto Alegre, 2003.

HABERT, Nadine. **A Década de 70: Apogeu e crise da ditadura militar brasileira**. Editora Ática, São Paulo, 2003.

JORGE, V. L. Visão. In: ABREU, A. A. [et al.] (Coord.). **Dicionário Histórico-bibliográfico brasileiro pós-1930**. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. 5 v.

LENIN, Vladimir Ilich. **Puede u periódico ser un organizador colectivo?**. In: Qué hacer? Problemas candentes de nuestro tiempo. Buenos Aires, Luxemburgo, 2004.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Que Fazer? As questões palpitantes do nosso movimento**. Editora Hucitec. São Paulo, 1979.

LESSA, Carlos. **A estratégia do desenvolvimento 1974-1976: sonho e fracasso**. 2ª edição. UNICAMP. Campinas, 1998.

LIGUORI, Guido. **Roteiros para Gramsci**. Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

MACIEL, David. **A argamassa da ordem: da ditadura militar à Nova República (1974-1985)**. São Paulo, Xamã, 2004.

MALERBA, Jurandir & SILVA, Ana Lúcia da. **Estado Brasileiro pós- 1964: Da Democracia à Liberdade Viguada**. IN: Revista Tempos Históricos. V. 3. N. 1. EDUNIOESTE, Cascavel, 2001.

MANTEGA, Guido. **O Governo Geisel, o II PND e os Economistas**. ESESP/FGV/NPP. Relatório de Pesquisa n° 3/1997.

MANTEGA, Guido & MORAES, Maria. **Acumulação monopolista e crises no Brasil**. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1979.

MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. Ed. Centauro. São Paulo, 2003.

MATHIAS, Suzeley Kalil. **Distensão no Brasil: O projeto militar (1973-1979)**. Campinas-SP. Papyrus, 1995.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **Estado e Economia no pós-64**. IN: Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e Políticas Públicas no Brasil: uma questão conceitual**. IN: Estado e Educação Rural no Brasil: alguns escritos. Rio de Janeiro: 2008.

MENDONÇA, Sonia Regina de. & FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil Recente (1964-1992)**. 4ª edição. Série Princípios. Editora Ática. São Paulo, 2001.

NERY, João Elias. **Páginas de Cultura, Resistência e submissão: livros na revista Visão (1968-1978)**. IN: Revista Em Questão, Porto Alegre, v. 13, n. 2, jul/dez 2007.

NEVES, Lucia Maria Wanderley Neves & SANT'ANNA, Ronaldo. **A Nova Pedagogia da Hegemonia: Estratégias do Capital para Educar o Consenso**. São Paulo; Xamã, 2005.

PAES, Maria Helena Simões. **A década de 60: Rebeldia, contestação e repressão política**. Editora Ática, São Paulo, 2004.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o Poder, o Socialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

SECCO, Lincoln. **A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português**. Ed. Alameda, São Paulo, 2004.

SILVA, Carla Luciana Souza da. **Veja: o indispensável partido neoliberal (1989-2002)**. Tese de Doutorado em História. Niterói: UFF, 2005.

SILVA, Carla Luciana. **Veja: o indispensável partido neoliberal (1989-2002)**. Editora Edunioeste. Coleção Tempos Históricos, vol. 7. Cascavel, 2009.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia conta capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. Ed. Boitempo, São Paulo, 2003.

FONTE

HIDROSERVICE ENGENHARIA LTDA. **Quem Somos**. Dados coletados no site: <http://www.hidroservice.com.br/hidrofr.htm> acessado em 21 de junho de 2010.

MAKSoud, Henry. Dados coletados no site: http://www.maksoud.com.br/HM_Port01.htm acessado em 10 de julho de 2008.

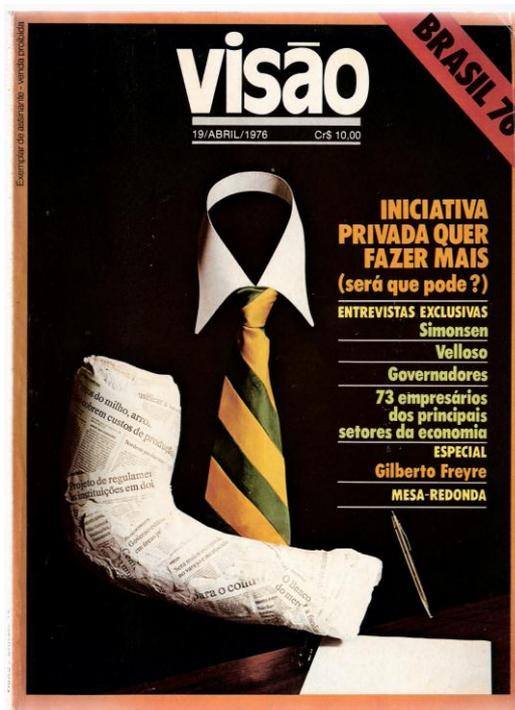
REVISTA VISÃO. Julho de 1974 a janeiro de 1979.

WIKIPEDIA. Dados coletados no site [http://pt.wikipedia.org/wiki/Vis%C3%A3o_\(revista_brasileira\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Vis%C3%A3o_(revista_brasileira)) acessado em 14 de janeiro de 2009

ANEXO 1

Capas de *Visão*:

23 de junho de 1975



19 de abril de 1976



02 de outubro de 1978